

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO**

WAGNER DE AZEVEDO PEDROSO

**ESCRAVOS, SENHORES, POSSES, PARTILHAS E UM PLANO INSURRECIONAL
NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA ALDEIA DOS ANJOS, RS (1863)**

Porto Alegre

2013

WAGNER DE AZEVEDO PEDROSO

**ESCRAVOS, SENHORES, POSSES, PARTILHAS E UM PLANO INSURRECIONAL
NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA ALDEIA DOS ANJOS, RS (1863)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a Dr^a Regina Célia Lima Xavier

Porto Alegre

2013

Wagner de Azevedo Pedroso

ESCRAVOS, SENHORES, POSSES, PARTILHAS E UM PLANO INSURRECIONAL NA
FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA ALDEIA DOS ANJOS, RS (1863)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa^a Dr^a Regina Célia Lima Xavier

Aprovado em 16 de agosto de 2013.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Marcos Ferreira de Andrade
Universidade Federal de São João del-Rei / UFSJ

Prof.^a Dr.^a Helen Osório
Universidade Federal do Rio Grande do Sul / UFRGS

Prof. Dr. Fábio Kuhn
Universidade Federal do Rio Grande do Sul / UFRGS

*Para meus pais Júlio e Alda e para Camila Treméa.
A meu primo Luís Felipe de Azevedo Kanan, in memoriam.*

AGRADECIMENTOS

Por onde começar os agradecimentos? Foram tantas as ajudas, desde as pequenas palavras de apoio até as indicações preciosas de bibliografia e fontes primárias. Primeiramente, agradeço às colegas de Mestrado Gislaine Borba e Carolina Becker pelas diversas palavras de incentivo em momentos de dúvida, desânimo e receio, assim como pelas diversas saídas e risadas. Aos colegas Daniel Oliveira, Maria do Carmo e Felipe Boher, pelas dicas e conversas de corredor que tanto contribuíram para a escrita do trabalho. Agradeço, em especial, aos colegas de PPGH Vinícius de Oliveira, pelas conversas sobre fontes e bibliografias da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, e a Luciano Gomes, pelas conversas semanais no ônibus (às cinco e meia da manhã), ambos a caminho do trabalho: ele, para Novo Hamburgo, e eu, para Montenegro. Foram conversas que renderam discussões que foram base para a reflexão de partes importantes deste trabalho.

Agradeço às conversas com Thiago Araújo e às suas importantes indicações bibliográficas; à Melina Perussato e à Natália Pinto, pelas diversas vezes em que as incomodei por *e-mail* e *facebook* em busca de bibliografia, fontes, dicas, entre tantas outras dúvidas. Agradeço aos colegas de pós-graduação Carla Menegat, Marcos Luft, Max Ribeiro, Roger Silva e Franciele Becher (primeira a ler um de meus textos no Mestrado). Agradeço também a Ricardo Cortez Lopes e João Salvadoretti, que me ajudaram na pesquisa de parte dos inventários trabalhados neste estudo. Tantos foram os colegas que não sei se me lembrei de todos, assim, desculpem-me se me esqueci de alguém.

Agradeço à professora Cleci Eulália Favaro com quem tive a oportunidade começar meu aprendizado em pesquisa como bolsista de iniciação científica na Unisinos, e aos professores Paulo Roberto Staudt Moreira e Regina Weber, por aceitarem participar de minha banca de qualificação e por seus importantes questionamentos nesse momento do trabalho. Agradeço, em especial, ao professor Paulo Moreira, por suas indicações de fonte e pelas diversas conversas no Arquivo Público e nos Encontros “Escravidão e Liberdade” e “ANPUH-RS”. Meu especial agradecimento, também, ao professor Carlos A. M. Lima (UFPR), por haver me cedido sua “maravilhosa” tabela para conversão de libras para réis, que muito me ajudou na análise do patrimônio dos inventariados e do preço dos cativos.

Agradeço ao professor Fábio Kuhn, primeiramente por suas aulas que, de uma forma ou outra, contribuíram para definir a perspectiva deste trabalho ou para questioná-la, e também pelas conversas sobre a pesquisa que tivemos em alguns momentos; algumas acabaram não sendo utilizadas neste momento, mas, com certeza serão de grande valia em

estudos futuros. Ao professor Marcos Andrade agradeço pela conversa no “V Encontro” e por disponibilizar-me sua dissertação de Mestrado que muito contribuiu para a estruturação deste trabalho. À professora Helen Osório agradeço pelas dicas sobre questões econômicas que tanto me “atormentaram” em determinado momento da escrita. Enfim, agradeço a todos os professores da UFRGS com os quais tive oportunidade de ter aula durante o Mestrado.

Agradeço por último - e não por ser menor, mas sim por ser a maior contribuição - à minha orientadora Regina Xavier, que sempre acreditou em minha pesquisa, mesmo quando, em alguns momentos, nem eu mesmo acreditava que conseguiria concluí-la. Agradeço sua compressão por minha correria diária do trabalho para o Mestrado e do pouco tempo para leitura e pesquisa em arquivos. Posso dizer que este trabalho não corresponde à pesquisa de fontes que pretendia inicialmente, pois, o estudo é muito mais do que isso. Deixou de ser somente um levantamento de fontes e transformou-se em uma análise bastante detalhada e preocupada com a bibliografia, o que se deve diretamente às orientações da professora Regina Xavier, que sempre foi uma leitora atenta de meus textos. Todas as qualidades deste trabalho estão diretamente relacionadas a ela, já pelos equívocos, responsabilizo-me por todos; muitos deles por ser “cabeça dura” e não escutar as sugestões da professora Regina Xavier.

Este trabalho, contudo, não foi construído somente com ajudas acadêmicas. Muitos foram os colegas de serviço, amigos e familiares que participaram, dando apoio em momentos de cansaço e desânimo. Agradeço à minha amiga “de longa data” Isa Tonello que, em nossas longas conversas, sempre me ouvia reclamando da falta de tempo. Agradeço ainda a tantos outros amigos que participaram de uma forma ou outra desta dissertação: Adriana Zunino, Fábio Fanfa, Marcinha Borges, Ana Favilla, Dedé Coelho, Letícia Abreu, Thaís Edinger, aos irmãos Rafaela e Gesualdo Crocco, Simone Martins (que revisou este trabalho em tempo recorde), entre tantos outros cujos nomes não me vêm à cabeça nesse momento. Agradeço, em especial, a um amigo de “segundo grau” (lá de 1996; já se vão 17 anos...) e também colega de profissão, Charles Sidarta Machado Domingos. Se esta dissertação aqui está, ele é um dos grandes responsáveis, pois me incentivou a tentar novamente a seleção de Mestrado quando já havia desistido de fazer pós-graduação. Também agradeço a meus colegas de trabalho na Escola Municipal Cinco de Maio, que até hoje não entendem como eu conseguia ler aqueles livros “enormes” na sala dos professores com aquela conversa toda.

Agradeço às minhas “madrinhas espirituais”, vulgo dindas, (Lélia e Cléia) por sempre pensarem em mim e me incentivarem, até mesmo rezando para dar tudo certo, mesmo sabendo de minha opinião sobre isso. Agradeço em especial a meus pais - Alda e Júlio - que sempre foram meus motivadores, buscando de alguma forma ou outra me ajudar,

aproveitando para pedir-lhes desculpa por nesse tempo haver estado afastado e não ter-lhes dado a merecida atenção. Agradeço, também, a meu irmão Juliano Pedroso, sua esposa Letícia Luziano, meu afilhado Lucas Luziano Pedroso e minha cunhada Cândida Treméa.

À Camila Treméa tenho tantas coisas a agradecer que não sei por onde começar: por me aturar em momentos de irritação e rebeldia, naqueles finais de semana em que se trabalha, trabalha e trabalha e, quando se percebe, aquelas 10 páginas do início viraram 8; ou, ainda, naqueles finais de semana inteiros fazendo uma única tabela ou gráfico. Agradeço por sua compreensão, por me obrigar a sair da frente do computador e comer alguma coisa, por me mandar dar uma volta, sentar em um bar e conversar sobre qualquer coisa, menos a dissertação. Enfim, agradeço por estar ao meu lado.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo compreender um plano de insurreição escrava, organizado na Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos em 1863, focando, principalmente, na questão da mobilidade espacial dos cativos pela localidade. Para chegarmos a esta compreensão, tornou-se necessário empreender uma análise mais detalhada de aspectos geográficos, sociais e econômicos dessa freguesia, da qual buscamos destacar sua posição geográfica, população, atividades econômicas e tipo de estrutura de posse escrava. Tais informações foram cruzadas com os dados presentes em inventários *post-mortem* de integrantes dos grupos familiares ligados aos senhores de alguns dos insurgentes. Essa comparação permitiu-nos entender a estrutura das propriedades senhoriais - atividades econômicas, tamanho da propriedade escrava e perfil dos escravos - nas quais os insurgentes viviam, bem como possibilitou-nos compreender fragmentos das redes de relações senhoriais com as quais os escravos estavam acostumados a lidar em seu cotidiano. A compreensão de tais questões permitiu-nos sugerir algumas possibilidades explicativas para a mobilidade espacial dos insurgentes pelas diversas propriedades senhoriais, que estavam diretamente relacionadas a dois pontos fundamentais: 1) as atividades desenvolvidas pelos escravos nas propriedades senhoriais e 2) as redes de relações familiares dos cativos de seus senhores.

Palavras-chave: escravidão, insurreição, estrutura de posse escrava, Aldeia dos Anjos.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand a slave insurrection plan organized in Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos (Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos Parish) in 1863, focusing on captives' space mobility in the parish. The understanding of this plan demanded a detailed analysis of geographical, social and economic aspects of that parish. Its geographic position, population, economic activities, and type of structure of slaves' position were thus emphasized. Information gathered was collated with data found in post-mortem inventories of members of family groups connected to the owners of some insurrectionaries. This comparison enabled to understand the structure of slave owner properties - their economic activities, size of slave property, and slaves' profile - where insurrectionaries used to live. The comparison also made it possible to understand fragments of slave owners' relationship networks with which slaves were used to deal in their everyday routine. Understanding these issues enabled to suggest some possible explanations for insurrectionaries' space mobility through slave owners' properties. Those possible explanations were directly related to two fundamental points: 1. Activities performed by slaves in slave owners' properties, and 2. Family relationship networks among captives and their owners.

Key words: slavery, insurrection, structure of slaves' position, Aldeia dos Anjos.

LISTA DE ABREVIATURAS

Sigla	Descrição
APERS	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
AHRS	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
FEE	Fundação de Economia e Estatística

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Divisão municipal em 1857, localidades próximas a Aldeia dos Anjos	33
Mapa 2 - Distâncias entre localidades no final do século XVIII	34
Mapa 3 – Divisão municipal em 1857, Municípios com população de “Pardos e Pretos” igual ou superior a 40% conforme o censo de 1872	55
Mapa 4 - Divisão municipal em 1857, distância Aldeia dos Anjos e Vacaria	147

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Senhores dos insurgentes e relações familiares com os inventariados dos grupos familiares	112
Quadro 2 – Senhores dos cativos arrolados como réus no processo crime	114
Quadro 3 – Posse de atafona dos inventariados dos grupos familiares	115
Quadro 4 – Quantidade de gado vacum inventariados dos grupos familiares	118
Quadro 5 – Tamanho escravarias dos inventariados dos grupos familiares	119
Quadro 6 – Filhos de João e Antônio Pahim de Andrade	144
Quadro 7 – Residência dos filhos de João e Antônio Pahim de Andrade	146
Quadro 8 – Inventários das famílias senhoriais dos escravos insurgentes	152
Quadro 9 – Alforrias passadas pelos senhores dos insurgentes	160
Quadro 10 - Cativos interrogados e líderes da tentativa insurrecional e seus senhores	169
Quadro 11 – “Procedência/cor” e nascimento dos réus no processo-crime	172
Quadro 12 – Idade e nascimento dos réus no processo-crime	181
Quadro 13 – Idade dos escravos alforriados dos senhores dos insurgentes	182
Quadro 14 – Profissão dos réus	190
Quadro 15 - Réus absolvidos e condenados no processo crime	212

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1 – Descendentes de Dona Brígida Maria de Oliveira Prates – Primeiro matrimônio	137
Diagrama 2 – Descendentes de Dona Brígida Maria de Oliveira Prates – Segundo matrimônio	137
Diagrama 3 – Descendentes Feliciano Inácia de Jesus e Francisco Antônio Maciel	139
Diagrama 4 – Descendentes Florência Antonia de Jesus e Tenente Coronel Felisbino Antonio Alves	143

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Alforrias por sexo Freguesia Aldeia dos Anjos, 1841-1870	49
Gráfico 2 – Alforrias por faixa etária, 1841-1870 (Mulheres)	50
Gráfico 3 – Alforrias por faixa etária, 1841-1870 (Homens)	50
Gráfico 4 – População por cor Província e Municípios, 1872	54
Gráfico 5 – População por cor Freguesias Porto Alegre, 1872	57
Gráfico 6 – (%) Composição rebanho por posse de atafona, décadas de 1840 e 1860	65
Gráfico 7 – (%) Composição rebanho por tamanho rebanho, décadas de 1840 e 1860	66
Gráfico 8 – (%) Senhores por Faixa Tamanho Escravaria, 1841-1870	79
Gráfico 9 – (%) Escravos por Faixa Tamanho Escravaria, 1841-1870	82
Gráfico 10 – (%) Senhores com e sem escravos por Faixa Tamanho Escravaria, 1841- 1870	84
Gráfico 11 – Preço em £ dos cativos entre 15 e 39 anos, 1841-1870	87
Gráfico 12 – Preço em £ dos cativos entre 15 e 39 anos, 1861-1880	88
Gráfico 13 – Preço em £ dos cativos entre 0 e 14 anos, 1845-1870	90
Gráfico 14 – Preço em £ dos cativos entre 0 e 14 anos, 1861-1880	90
Gráfico 15 – (%) Sexo cativos por Faixa Tamanho Escravaria, 1841-1870, “1 a 4” cativos	97
Gráfico 16 – (%) Sexo cativos por Faixa Tamanho Escravaria, 1841-1870, “5 a 9” cativos	97
Gráfico 17 – (%) Sexo cativos por Faixa Tamanho Escravaria, 1841-1870, “10 a 14” cativos	97
Gráfico 18 – (%) Sexo cativos por Faixa Tamanho Escravaria, 1841-1870, “15 a 19” cativos	97
Gráfico 19 – (%) Sexo cativos por Faixa Tamanho Escravaria, 1841-1870, “20 ou +” cativos	97
Gráfico 20 – (%) Faixa etária dos escravos por Faixa Tamanho Escravaria, 1841-1870, “1 a 4” cativos	105
Gráfico 21 – (%) Faixa etária dos escravos por Faixa Tamanho Escravaria, 1841-1870, “5 a 9” cativos	105
Gráfico 22 – (%) Faixa etária dos escravos por Faixa Tamanho Escravaria, 1841-1870, “10 a 14” cativos	105

Gráfico 23 – (%) Faixa etária dos escravos por Faixa Tamanho Escravaria, 1841-1870, “15 a 19” cativos	105
Gráfico 24 – (%) Faixa etária dos escravos por Faixa Tamanho Escravaria, 1841-1870, “20 ou +” cativos	105
Gráfico 25 – (%) Faixa etária por procedência, 1841-1870, africanos	106
Gráfico 26 – (%) Faixa etária por procedência, 1841-1870, crioulos	106
Gráfico 27 – Profissão escravos pelos inventários, 1841-1870, Tipo profissão	109
Gráfico 28 – Profissão escravos pelos inventários, 1841-1870, Roceiros por procedência e cor	109
Gráfico 29 – Profissão escravos pelos inventários, 1841-1870, Campeiro por procedência e cor	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População por condição municípios da Província, 1858	37
Tabela 2 – Municípios da Província por percentual escravo, 1858	39
Tabela 3 – População por condição Freguesias de Porto Alegre, 1858	40
Tabela 4 – População escrava por Freguesias de Porto Alegre, 1872	42
Tabela 5 – População por condição dos municípios da Província e das Freguesias de Porto Alegre, 1858/1872	44
Tabela 6 – (%) Alforrias por sexo Freguesia Aldeia dos Anjos, 1841-1870	48
Tabela 7 – (%) População por cor e condição da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, 1872	53
Tabela 8 – (%) População por cor de municípios e Freguesias, 1872	56
Tabela 9 – Inventários com e sem atafona, décadas de 1840 e 1860	61
Tabela 10 – (%) escravo na riqueza dos inventariados, décadas de 1840 e 1860	62
Tabela 11 – Qualidade dos animais por inventário, décadas de 1840 e 1860	63
Tabela 12 – (%) Concentração da fortuna dos médios e grandes estancieiros, décadas de 1840 e 1860	67
Tabela 13 – (%) Distribuição por faixa de fortuna em £ da riqueza em bens de raiz, animais e escravos, décadas de 1840 e 1860	71
Tabela 14 – Inventários com e sem escravos, 1841-1870	75
Tabela 15 – Inventários e escravos por faixa tamanho escravaria, Aldeia dos Anjos, 1841-1870	76
Tabela 16 – (%) Inventários e escravos por faixa tamanho escravaria, Aldeia dos Anjos, 1841-1850	77
Tabela 17 – (%) Inventários e escravos por Faixa Tamanho Escravaria, Aldeia dos Anjos, 1851-1860	80
Tabela 18 – (%) Inventários e escravos por Faixa Tamanho Escravaria, Aldeia dos Anjos, 1861-1870	81
Tabela 19 – (%) População municípios e Freguesias Porto Alegre por cor e sexo, 1872 ..	92
Tabela 20 – (%) População municípios e Freguesias Porto Alegre por cor, condição e sexo, 1872	92
Tabela 21 – (%) Sexo escravos, 1841-1870	94
Tabela 22 – Número médio de escravos por unidade produtiva, 1841-1870	95

Tabela 23 – (%) sexo escravos por faixa tamanho escravaria, 1841-1870	96
Tabela 24 – (%) Procedência cativos, 1841-1870	99
Tabela 25 – (%) Procedência por sexo cativos, 1841-1870	101
Tabela 26 – (%) Faixa Etária por sexo dos cativos, 1841-1870	102
Tabela 27 – (%) Faixa Etária por sexo dos cativos e por década, 1841-1870	103
Tabela 28 – Profissão escravos por sexo, 1872	107
Tabela 29 – (%) Distribuição da fortuna em £ dos bens de raiz, animais e escravos por famílias senhoriais	117
Tabela 30 – Sexo escravos por integrantes grupos familiares	121
Tabela 31 – Procedência/cor dos cativos por famílias senhoriais	124
Tabela 32 – (%) Faixa Etária dos cativos por famílias senhoriais	130
Tabela 33 – (%) Distribuição riqueza conforme o monte-mor de João, Antônio e Ana Pahim de Andrade	148

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
PARTE 1 - A FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA ALDEIA DOS ANJOS E SUA ESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL	32
1 FORMAÇÃO, GEOGRAFIA E DEMOGRAFIA DA ALDEIA DOS ANJOS	32
2 ESTRUTURA PRODUTIVA E RIQUEZA (DÉCADAS DE 1840 E 1860)	59
3 ESTRUTURA DE POSSE E PERFIL ESCRAVO (1841-1870)	73
PARTE 2 - ESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL DOS SENHORES DOS INSURGENTES E DE SEUS FAMILIARES	112
4 ECONOMIA, ESTRUTURA DE POSSE E PERFIL ESCRAVO DOS GRUPOS FAMILIARES	114
5 RELAÇÕES FAMILIARES SENHORIAIS	133
PARTE 3 - UM PLANO INSURRECIONAL ESCRAVO NA ALDEIA DOS ANJOS: “OS BRANCOS ERAM UNS PELOS OUTROS, POR ISSO OS NEGROS TAMBÉM DEVIAM FAZER O MESMO”	168
6 A MOBILIDADE ESCRAVA NA ORGANIZAÇÃO DE UM PLANO INSURRECIONAL	170
CONSIDERAÇÕES FINAIS	218
ANEXOS	223
FONTES	234
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	238

INTRODUÇÃO

Tudo parece ter começado em um domingo, mais precisamente em 24 de maio de 1863, quando parte da população da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos estava envolvida com os preparativos para a festividade do Divino Espírito Santo. Aparentemente ninguém desconfiava que, nesse momento, o “mulato” Nazário, de 28 anos, escravo de Francisco Antônio Maciel, aproveitando-se “do ajuntamento que a festa do Espírito Santo fez reunir [...]”¹ deu as primeiras providências para o aliciamento de um grupo de escravos. Conforme as autoridades, esta medida tinha por objetivo por em prática o “perverso intuito” de empreender um levante escravo, no qual os escravos pretendiam “brigar com os brancos para os brancos largarem os negros e ficarem forros”². Logo ao delinear seu plano, “o infeliz Nazário” teria escolhido como subchefe do planejamento, no distrito do Pinhal³, “[...] o também infeliz Alexandre, escravo de José Alves, enquanto aquele [Nazário] no Distrito d’Aldeia onde morava, inspecionava tudo, como chefe supremo, e dava as providências para a insurreição [...]”⁴.

As comemorações do Divino haviam acabado, mas Nazário e Alexandre, assim como Manoel Capitão (tido como subchefe do levante) e outros escravos, continuaram a percorrer, até agosto de 1863, as propriedades dos senhores da Freguesia da Aldeia dos Anjos. Os cativos foram passando informações sob o plano de escravo a escravo, ampliando cada vez mais o número de cativos com conhecimento do planejamento insurrecional, até que, conforme as autoridades, algum cativo que não aderiu ao plano insurrecional o delatou.

As autoridades (subdelegados e tenentes coronéis) e senhores da Aldeia dos Anjos passaram a interrogar seus escravos buscando averiguar a veracidade do suposto plano insurrecional. A notícia da repressão senhorial, assim como os métodos utilizados nos interrogatórios, se espalhou pela localidade, como relatou Adriano de nação, escravo de Joaquim Pereira Pinto, ao ser interrogado afirmando que ao chegar a venda do Capitão Luís Pedro na povoação, teria sido “intimidado” por este, que lhe teria dito que “os negros todos

¹ Mandado de citação de testemunhas do processo-crime de insurreição. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 2v. Todas as citações do processo foram atualizadas para o português atual.

² Interrogatório de Luís, escravo de José Antônio Alves, no dia 31 de agosto de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 14 f.

³ Distrito de Santa Cristina do Pinhal, localidade que se localiza no limiar entre os municípios de Porto Alegre, São Leopoldo e Santo Antônio da Patrulha.

⁴ Mandado de citação de testemunhas. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 2v.

sabiam desse levante e que ele também havia [de] ser amarrado”⁵, ameaça que teria levado Adriano a fugir da fazenda de seu senhor.

Mas não foi somente Adriano que fugiu, diversos escravos de diversos senhores também fugiram após a delação do plano e a posterior repressão senhorial. Entre estas fugas se destacou a de sete cativos - os supostos líderes Nazário e Alexandre, e os apontados como cúmplices Antônio, Luís, José, Manoel Rafael e Bento - que buscavam atravessar a fronteira para ficarem “forros”. Logo após a fuga inicia-se a perseguição aos cativos, empreendida pelo subdelegado José Martins Philermo que os encontrou cinco dias após a fuga, as margens do Rio dos Sinos. Foi nestas margens que ocorreu o confronto entre autoridades e cativos, que acabou com a morte dos dois supostos líderes do levante - Nazário e Alexandre - e a prisão do restante dos escravos.

Antes de continuarmos torna-se importante destacar algumas informações presentes no processo-crime: 1) temos vinte e seis cativos apontados como envolvidos no plano de levante, estes pertencentes a dezenove senhores da Aldeia dos Anjos. Destacamos também que o processo crime durou aproximadamente cinco meses (novembro de 1863 a abril de 1864), nos quais todos (26) escravos foram interrogados. Apesar disso, apenas doze foram arrolados como réus e julgados na cidade de Porto Alegre, os quais pertenciam a sete senhores da Aldeia dos Anjos, são eles: **Aniceto**, escravo de Januário Gomes Pahim; **Antônio, Bento e Manoel Capitão**, escravos de Francisco Antonio Maciel; **Claudino e Salvador**, de André Machado de Moraes Sarmiento; **Feliciano e Quinto**, de Antônio Pahim de Andrade; **José e Manoel Rafael**, de Innocente Ferreira Maciel; **Luís**, de José Antônio Alves e **Mateus**, de Manoel José de Barcelos. De certa forma, estes foram os escravos e senhores em que nos detivemos na maioria dos casos estudados neste trabalho.

Destacamos que a pesquisa deste caso não iniciou no mestrado, ela começou em 2004, quando da elaboração do trabalho de conclusão de Graduação, mais especificamente em uma das idas ao Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs). Ao buscar processos-crimes relacionados a momentos festivos, nos deparamos com o processo da tentativa de insurreição escrava da Aldeia dos Anjos. Nessa época, o enfoque do trabalho era a festa e as possibilidades de ruptura da ordem estabelecida proporcionada por esse momento, sendo a insurreição escrava tratada de forma indireta, já que não representava a totalidade do trabalho, mas apenas um de seus capítulos. Nesta dissertação, a ordem foi invertida: a festa tornou-se

⁵ Interrogatório de Adriano de nação, escravo de Joaquim Pereira Pinheiro, no dia 30 de agosto de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 24v e 25 f.

elemento menor da análise, enquanto a insurreição passou a representar o fator fundamental para a pesquisa aqui apresentada, seja direta ou indiretamente.

A escolha de um caso de insurreição para análise está diretamente relacionada à nossa percepção de que as rebeliões cativas são ações extremas no conflito entre “senhores e escravos”, ou como afirmou João José Reis, essa era a forma mais direta e “inequívoca” de resistência coletiva, pois ao conspirar uma revolta, o escravo raramente contava com um possível acordo. Mas, isso não significa que devemos considerar que todas as revoltas pretendiam destruir o regime escravista, ou conquistar a tão sonhada “liberdade”. Algumas dessas rebeliões buscavam conquistar ou reconquistar benefícios, ou mesmo buscar punir feitores e senhores cruéis; nesse sentido, buscavam reformular a escravidão, e não destruí-la⁶.

Entendemos que estes momentos são fundamentais para a investigação da estrutura escravista, pois permitem uma observação mais detalhada da vida dos cativos, ou assim como destacou Viotti da Costa, ao estudar a rebelião de Demerara em 1823:

A sublevação forçou todos a tomar partido e demonstrar seus comprometimentos. Revelou as noções e os sentimentos que criavam laços e identidades ou que lançavam uns contra os outros. Desnudou as motivações e racionalizações que os diferentes grupos usavam na interação social. Tornou pública a vida secreta dos escravos. Retirou a máscara de benevolência e expôs em sua nudez toda a brutalidade do poder dos senhores, tornando visível a crescente oposição destes ao governo britânico⁷.

As percepções sobre os escravos envolvidos em rebeliões foram variadas. Algumas os descreveram como um “escravo coisificado”, cuja “[...] revolta de que virtualmente poderiam ser capazes [...] manifestava-se apenas em atos individuais de desespero ou em planos frustrados de rebelião, logo contidos pela força das instituições senhoriais”⁸. Outros optaram por descrevê-los como “escravos rebeldes” que pretendiam modificar o sistema, ou como afirmava Moura “[...] na camada dos escravos que ainda não haviam perspectivado o problema, a luta da camada rebelde despertou elementos de intuição capazes de fazê-los entrar no rol dos que, através da *práxis* revolucionária, negavam o sistema vigente”⁹.

⁶ REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. *Revista USP*, n.28, ano1995-1996. p.21-22. Aqui podemos citar o exemplo da sublevação de escravos ocorrida no Rio de Janeiro, em 1872 e analisada por Chalhoub e que, pelas declarações dos escravos, parecia estar em jogo na “fuga coletiva”, não era “uma tentativa desses negros de escapar de sua condição de cativos, e sim a afirmação de que se negavam radicalmente a serem vendidos para o interior”. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 35.

⁷ COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue: A rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.13-14.

⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p.147.

⁹ MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988, p.274.

A partir da década de 1980 e 1990, alguns pesquisadores começam a preocupar-se com a forma como se estruturava a vida dos cativos - modo de trabalho, relações familiares, cumplicidades, práticas religiosas e negociações com os senhores - buscando, a partir de suas experiências, tratar o escravo como agente histórico, capaz de modificar sua condição de cativo¹⁰. Sendo assim, rebeliões, fugas e quilombos deixam de ser as únicas formas de resistência escrava, e surgem variadas possibilidades de enfrentamento, sendo que as estratégias de resistência:

[...] eram paulatinamente ampliadas e reinventadas. Em algumas ocasiões, as ações de enfrentamento significavam, por exemplo, obter maior controle sobre o tempo e o ritmo das tarefas diárias de trabalho, residir próximo aos seus familiares, visitar nos domingos de folgas suas esposas, filhos e companheiros em outras fazendas, ou mesmo cultivar suas roças e ter autonomia para vender seus produtos nas feiras locais¹¹.

A partir dessa perspectiva, surgem novos estudos sobre as insurreições escravas, que passam a valorizar as questões étnicas, religiosas e familiares nas análises empreendidas. Reis, em sua obra *Rebeliões Escravas no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*, dá início a uma nova percepção sobre os levantes escravos, ao considerar a rebelião ocorrida em Salvador como “fruto” da combinação entre experiências de classe, identidade étnica e religião dos cativos. O autor argumenta que as questões étnicas foram fundamentais para a realização do levante escravo de 1835, pois favoreceram o estabelecimento de relações sociais entre africanos libertos e cativos da Bahia. A identidade étnica seria “[...] um guia fundamental de organização e dinamismo social e político entre os africanos [...]”, identidades que não teriam sido simplesmente transferidas sem alteração para a Bahia, vários elementos seriam inventados ou reinventados, “[...] entre as quais um parentesco étnico ampliado e associado à noção de nação.”¹².

¹⁰ GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX*. Campinas: PPGH/UNICAMP, 1992. (Dissertação Mestrado), p.25.

¹¹ GOMES, Flávio dos Santos. *A Hidra e os Pântanos: Mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (Séculos. XVII-XIX)*. São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Polis, 2005, p.32. Conforme Gomes, os escravos “recriaram variadas estratégias de sobrevivência e de entendimento à política de dominação senhorial”. GOMES, *Histórias de quilombolas... (dissertação)*, op.cit., p.25.

¹² REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 310. Outro aspecto destacado, em seu estudo, relaciona-se ao contexto social da época, que, para Reis, foi o que realmente possibilitou a estes grupos étnicos se organizar e empreender tal plano, pois, o panorama econômico no início do século XIX, estava inserido em um período de crescimento econômico da produção canavieira, que foi seguido pelo “aumento nas importações de africanos, a intensificação do trabalho demandado dos escravos, as crises cíclicas de abastecimento, o clima de divisão entre os setores livres da população”. *Ibidem*, p.68.

Já para o caso do Rio de Janeiro, Gomes, ao analisar o caso da fuga e da insurreição dos escravos quilombolas na região de Vassouras (1838), destacou a importância da cultura e da comunidade escrava para a organização da fuga dos cativos, ou como o autor afirmou:

Cultura e comunidade forjadas e compartilhadas pelos escravos – a despeito da dura rotina de trabalho nas fazendas de café – configuravam-se como algo original para a vida deles, e, portanto, devem ter sido fundamentais na organização da revolta¹³.

Marcos Andrade, analisando o caso da revolta de Carrancas (1833), observou como as estratégias senhoriais para composição de suas escravarias - no caso as da família Junqueira - possibilitaram e incentivaram “[...] a formação de laços parentais entre os cativos [...]” de suas escravarias. Sendo que, em alguns casos, os proprietários teriam investido “[...] na reprodução natural da escravaria [...]”. Contudo, tais estratégias não teriam impedido os cativos desses plantéis de se rebelarem contra seus senhores, ou como o autor afirmou, “[...] essas estratégias não foram suficientes para garantir a ‘paz nas senzalas’”¹⁴.

No caso da região de Campinas, Xavier, ao analisar a história de vida de Tito de Camargo Andrade, destaca a importância do aspecto religioso na organização de levantes escravos, tanto no caso da insurreição de 1832, como na dos anos posteriores. Para a autora, a religião não deve ser pensada como um sistema independente dos africanos, mas como um universo religioso que “[...] implica não apenas levar em conta essa partilha entre diferentes referências trazidas da África, mas também o amálgama com referências trazidas da Europa pelos seus senhores ou que já existiam na vila”¹⁵. A partir dessa perspectiva, a autora afirma que nas revoltas de São Carlos:

A distância que separava o líder religioso do líder de revoltas era, para muitos, de apenas um passo. Significativamente em 1832, destacou-se a importância desse universo religioso na participação dos “cabeças” do movimento, tais como João e Diogo, sendo o primeiro barbeiro e o segundo chamado de “pai” pelos demais escravos, em função, provavelmente, do papel que desempenhara ao vender mezinhas para proteger os cativos na revolta¹⁶.

Estudos mais recentes têm procurado abranger questões relacionadas a aspectos pessoais dos cativos envolvidos nas insurreições, como é o caso de Pirola que, analisando o mesmo projeto de levante escravo (1832) estudado por Xavier, buscou construir uma biografia coletiva dos rebeldes. Nesse estudo, o autor procurou destacar o perfil dos escravos

¹³ GOMES, *Histórias de quilombolas...*, op.cit. p.145.

¹⁴ ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites Regionais e a Formação do Estado Imperial Brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p.299.

¹⁵ XAVIER, Regina Célia Lima. *Religiosidade e escravidão, século XIX: mestre Tito*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p.68.

¹⁶ *Ibidem*, p.106.

envolvidos na insurreição (procedência, tempo de residência na localidade, famílias, idade e profissão), destacando que os escravos participantes do levante seriam justamente parte da “[...] comunidade mais privilegiada das senzalas [...]”, afirmando que:

Até os cativos que conseguiram constituir família e ocupar importantes cargos nas fazendas (ou então no caso do João Barbeiro que conseguiu a alforria) não se desligaram dos demais parceiros de cativeiro. Mantiveram fortes contatos principalmente por meio das relações de parentesco. No momento de revolta coletiva, então, foram esses mesmos escravos que acabaram assumindo o papel de liderança, incorporando em seus projetos tanto a formação de extensas redes familiares, ocupação de cargos especializados e o envolvimento em revoltas coletivas na vila¹⁷.

Por sua vez, Motta, analisando a insurreição do Serro e Diamantina (1864), em Minas Gerais, destacou as variadas motivações do levante escravo, que passavam por questões como a “dureza do cativeiro” e, principalmente, pelo contexto político e social do início da segunda metade do século XIX¹⁸. Esse período teria se constituído em um momento conturbado da história do Império, no qual escravos de diversas regiões teriam se aproveitado para empreenderem levantes.

Santos, analisando uma rebelião escrava em Camamu (1691) na Bahia¹⁹, destaca questões como a “separação” entre escravos africanos e nacionais na região e a influência dos quilombos entre os escravos das fazendas de Camamu - “campo negro”²⁰. A autora ainda destaca, em seu trabalho, a importância de uma política senhorial que procurava beneficiar os escravos nacionais em detrimento dos africanos, assim como aponta que uma das questões que provavelmente teria desencadeado a rebelião de Camamu estaria relacionada à “brecha camponesa”, ou nas palavras da autora:

¹⁷ PIROLA, Ricardo Figueiredo. *A conspiração escrava de São Carlos, 1832: rebelião, etnicidade e família*. Campinas: PPGH/UNICAMP, 2005 (Dissertação de Mestrado), p.213-214.

¹⁸ Contexto que passava pela influência de notícias de guerras externas (Guerra Civil Americana e Guerra do Paraguai) e dos debates abolicionistas da década de 1860, assim como pela interação (econômica e social) entre quilombos e senzalas e pela repressão das autoridades a estas interações. MOTTA, Isaura Moura. *O ‘vulcão’ negro da Chapada: Rebelião escrava nos sertões diamantinos (Minas Gerais, 1864)*. Campinas: PPGH/UNICAMP, 2005. (Dissertação de Mestrado) p. 210.

¹⁹ Nesta rebelião escravos de um mocambo haviam partido para a vila, onde assaltaram algumas casas, destruíram roças, “mataram alguns brancos, sequestraram mulheres e crianças”. SANTOS, Lara de Melo dos. *Resistência indígena e escrava em Camamu no século XVII*. Salvador: PPGH/UFB, 2004. (Dissertação de Mestrado), p. 75.

²⁰ Expressão cunhada por Flávio Gomes que designaria uma “complexa rede social. Uma rede que podia envolver em determinadas regiões escravistas brasileiras inúmeros movimentos sociais e práticas socioeconômicas em torno de interesses diversos. O campo negro, construído lentamente, acabou por se tornar palco de luta e solidariedade entre os diversos personagens que vivenciavam os mundos da escravidão”. GOMES, Flávio dos Santos. *Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX*. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b, p. 278.

Acredito que a crise de 1691 pode ter criado precisamente uma tensão sobre o tamanho da "brecha mandiogueira", uma vez que os senhores podiam estar querendo aumentar níveis históricos de exploração e romper padrões também históricos de acesso à terra²¹.

Para o caso do Rio Grande do Sul, temos trabalhos que destacam alguns aspectos de insurreições na região, entre os quais podemos citar os estudos de Maestri, que destaca diversas insurreições - ou boatos de insurreições - na Província do Rio Grande do Sul. Mesmo sendo corrente em suas obras a presença de casos de insurreições, Maestri trata-os de forma narrativa e, em muitas vezes, apenas os cita, sem analisar detidamente nenhum dos casos²². Apesar disso, o autor sugere questões que possam ter influenciado na ocorrência desses levantes, entre o que ganha destaque o fator da "fronteira", que se tornará importante para a análise dos levantes nessa Província.

No catálogo de processo crime do APERS, temos relacionados oito casos de crime de insurreição, sendo que duas dessas ocorreram na primeira metade do século XIX (Porto Alegre, 1831 e Pelotas, 1835) e seis na segunda metade (Rio Pardo, 1859; Pelotas, 1863; Porto Alegre, 1863; Piratini, 1865; Taquari, 1865 e Alegrete, 1865). Nessas últimas, podemos encontrar - na própria descrição presente no catálogo - informações sobre a intenção de fuga dos envolvidos para o Estado Oriental²³. Moreira, ao observar alguns casos de insurreição na província, afirma que:

A fronteira sempre foi uma área carregada de simbolismo. Ainda no século XIX, ela pode ser considerada uma das mais importantes alternativas da resistência escrava... Podemos dizer que no imaginário do escravo gaúcho, encontravam-se ligadas as ideias de fronteira - liberdade²⁴.

Em outro trabalho, Moreira utiliza-se de alguns aspectos do plano de insurreição escrava da Aldeia dos Anjos de 1863 para explicar questões relacionadas à procedência e à cor dos cativos da região de Porto Alegre. Nessa mesma obra, o autor faz apontamentos sobre

²¹ SANTOS, *Resistência indígena e escrava em Camamu no século XVII...*, op.cit., p. 95.

²² Entre as obras do autor podemos destacar: *O escravo africano no Rio Grande do Sul*, 1979; *O escravo no Rio Grande do Sul: A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*, 1984; *O escravo gaúcho: resistência e trabalho*, 1993a; *O escravo africano no Rio Grande do Sul*, 1993b; *Deus é grande, o mato é maior! História, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no RS*, 2002; *Pampa negro: agitações, insubordinações e conspirações servis no Rio Grande do Sul, 1863-1868*, 2011.

²³ Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão: processos crime: o escravo como vítima ou réu*. Coordenação Bruno Stelmach Pessi e Graziela Souza e Silva – Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

²⁴ Moreira destaca ainda que no contexto belicoso da Guerra do Paraguai, escravos envolvidos no plano de insurreição na cidade de Porto Alegre em 1868, pareciam já ter até mesmo contactado prisioneiros Paraguaiois, que estavam trabalhando no Arsenal de Guerra, para se juntarem ao levante. MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009, p.20/30.

uma tentativa de insurreição escrava ocorrida no mesmo ano que a da Aldeia dos Anjos (1863), essa na região de Taquari, mais especificamente na fazenda Conceição, pertencente ao cirurgião Antônio José de Moraes. Moreira afirma que essa parecia não ser uma insurreição, mas sim “[...] uma disputa em termos da estruturação do poder nesta fazenda [...]”, que estaria ligada à questão da “[...] demissão do capataz João, por maus-tratos.”²⁵.

Em artigo recente, Moreira vem analisando mais detalhadamente esse caso de Taquari, apresentando questões novas quanto ao acontecimento, como a informação de que a propriedade onde ocorreu a “desordem” pertencia ao falecido Barão de Guaíba. O autor, analisando o inventário desse senhor, que morreu no ano anterior à “desordem”, destaca diversas questões ligadas a direitos costumeiros (como a posse da chave da senzala que ficava sob o cuidado de um “preto velho”, o porte de armas, a mobilidade, entre outras) dos cativos que pareciam estar sendo modificados nessa nova estratégia de dominação senhorial. Moreira, pensando nessa “insurreição”, busca investir na “[...] verticalização da investigação, procurando captar a constituição desta comunidade negra de senzala, a sua arquitetura relacional, através de documentos diversos, como fontes eclesiásticas, processos criminais, etc.”²⁶

A partir dessas novas perspectivas, buscamos, ao analisar o caso da tentativa insurrecional da Aldeia dos Anjos (1863), compreender como o contexto temporal e local possa ter influído na organização desses levantes escravos ocorridos nessa região. Destacamos, primeiramente, que o plano de levante por nós estudado se localiza na segunda metade do século XIX e deve ser considerado sob uma perspectiva diversa das insurreições do início deste século, pois a conjuntura posterior a 1850 apresenta questões singulares à das insurreições estudadas por Reis, Gomes, Andrade, Xavier e Pirola²⁷. Dentre estas, podemos destacar os novos debates com relação à mão de obra escrava (fim do tráfico atlântico de 1850 e lei do ventre livre), ao nacionalismo (questão Christie) e à fronteira (Guerra do Paraguai).

²⁵ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano, Porto Alegre 1858-1888*. Porto Alegre: EST, 2003, p.65.

²⁶ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Insurreição escrava, desordem e cotidiano: políticas senhoriais e comunidades negras em cativo (Taquari - RS - século XIX). In: *Anais do XI Encontro Estadual de História: História, Memória e Patrimônio, ANPUH/RS*, 2012, p. 875.

²⁷ João José Reis afirma que as rebeliões foram mais frequentes a partir da conjuntura do final do século XVIII, devido ao aumento populacional cativo, através do tráfico negreiro, e que no decorrer do século XIX, tivemos “os movimentos pela independência e revoltas regionais”, assim como “se difundiram ideologias liberais e mais tarde abolicionistas, processos que criaram um ambiente favorável à rebeldia escrava, quando não a envolveram diretamente”. REIS, *Quilombos e revoltas escravas no Brasil...*, op.cit., p.22.

Apesar de não haver muitas análises mais detalhadas sobre insurreições escravas no período posterior a 1850²⁸, é importante compreender que isso não significa que elas não ocorreram, até mesmo porque, como destacou Motta, ao analisar o caso de uma insurreição escrava em Diamantina, entre os anos de 1860 e 1864:

[...] o Ministério da Justiça do Império registrou a ocorrência de 63 insurreições escravas em todo o Brasil. Número subestimado, já que nele não se encontram inclusos diversos planos frustrados e fugas coletivas realizadas com sucesso após conflitos nas fazendas²⁹.

Considerando a observação de Motta, podemos, ainda, apontar - conforme levantamento dos processos-crime sobre insurreição escrava no Rio Grande do Sul - que, entre os anos de 1863 e 1865, encontramos cinco casos relacionados a rebeliões escravas: duas no ano de 1863: Pelotas e Porto Alegre (Aldeia dos Anjos) e três em 1865: Piratini, Taquari e Alegrete³⁰.

Pensando nas questões citadas acima, Gomes, ao analisar os temores da população da província fluminense quanto a possíveis planos de insurreições escravas, destaca como a preocupação com movimentos internos e externos poderiam estar influenciando a “escravaria” local, afirmando que “[...] se escravos podiam ter conhecimento de fatos que ocorriam em outros países, também faziam deles uma avaliação política própria. Ideias e experiências, além de compartilhadas, ganhavam conteúdos políticos na circulação atlântica.”. O autor destaca, ainda, que no período posterior às discussões sobre o fim do tráfico (1850) e da Questão Christie, no início da década de 1860, o chefe de polícia percorreu toda a Província, informando ao Ministro da Justiça que:

²⁸ Para a região de São Paulo (Campinas), ver Xavier, principalmente os capítulos 2 (O apelo dos batuques e a trama dos escravos) e 3 (Casamento, religiosidade e revoltas escravas). XAVIER, *Religiosidade e escravidão, século XIX...*, op.cit. Para a região do Rio de Janeiro, ver Gomes, capítulo 2 (As raízes do efêmero: a insurreição quilombola de Vassouras (1838)), principalmente os itens “A cor do medo: políticas, senhores e escravos” e “Dialogando com temores, poderes e domínios”. GOMES, *Histórias de quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX...*, op.cit. Para a região de Minas Gerais, ver MOTTA, *O ‘vulcão’ negro da Chapada...*, op.cit. Para o Rio Grande do Sul, ver Moreira, principalmente, o capítulo 1 (Morcegos, militares e paisanos: o reforço da organização policial). MOREIRA, *Entre o deboche e a rapina...*, op.cit. e MAESTRI, MAESTRI, Mário. Pampa negro: agitações, insubordinações e conspirações servis no Rio Grande do Sul, 1863-1868. *SAECULUM – REVISTA DE HISTÓRIA* [25]; João Pessoa, jul./ dez. 2011.

²⁹ MOTTA, *O ‘vulcão’ negro da Chapada...*, op.cit., p. 11.

³⁰ Aqui se torna necessário apontar que não foram analisados os boletins de ocorrências policiais, que certamente devam elevar esse número, pois Moreira apontou a existência de uma insurreição escrava em Taquari, 1863, na fazenda Conceição, do Cirurgião Antônio José de Moraes. MOREIRA, *Os cativos e os homens de bem...*, op.cit., p.65-67. Mário Maestri, em artigo recente, destacou diversos casos de insurreições escravas, ou planos de levantes, na Província de São Pedro entre os anos de 1863 e 1868, entre eles o caso da Aldeia dos Anjos e de Taquari. Apesar do autor, basicamente, utilizar-se das correspondências oficiais e de desconsiderar trabalhos que já analisaram alguns destes casos de insurreição, seu artigo serve como um importante levantamento sobre as insurreições escravas na década de 1860. MAESTRI, *Pampa negro...*, op.cit.

[...] não encontrara nenhum indício de manifestação "sediciosa" por parte dos escravos, porém que na freguesia do Carmo "fez correcionalmente castigar a três escravos por terem dito publicamente em conversação com outros parceiros, que os ingleses tratavam de libertar a escravatura do Brasil, e que esta os devia ajudar em terra". As autoridades temiam que os focos de insurreição chegassem aos quilombos³¹.

Já Xavier, pensando no caso de São Carlos (Campinas), destaca o temor dos senhores da região com relação às "leituras" que os escravos poderiam estar fazendo do debate entre Inglaterra e Brasil, relacionado ao fim do tráfico atlântico, apontando que, entre os anos de 1840 a 1860, "[...] houve uma exacerbação dessas questões [...]". A autora ainda afirma que os senhores acreditavam que esse debate, decididamente, poderiam ter motivado os cativos a empreenderem suas sublevações, apontando que, no ano de 1863 - com a "questão inglesa" - a relação teria sido mais direta, destacando que havia:

[...] segundo a avaliação de alguns senhores da localidade, a certeza de que, nas reuniões escravas, se falava tanto sobre levantes quanto sobre ingleses, pois era "fato que pensavam contar com a proteção deles ou ao menos havia fundado motivo para recear-se alguma manifestação hostil por parte dos escravos caso se desse o rompimento com a Inglaterra"³².

O "desentendimento" diplomático entre Inglaterra e Brasil, resultado da apreensão de navios brasileiros pela marinha britânica no próprio Rio de Janeiro, fez com que o Brasil rompesse relações, no início de 1863, com a Inglaterra. Essa divergência pode ter contribuído para a criação de um ambiente patriótico e de fortalecimento da identidade nacional. Tal sentimento foi descrito pelo Presidente da Província do Rio Grande do Sul em seu relatório de 1863, quando, ao escrever sobre o conflito entre Inglaterra e Brasil, diz:

Os sentimentos patrióticos, que se manifestarão no povo da capital do império, sem distinção de posições sociais, nem de opiniões políticas, tiveram feito estrondoso nesta heroica província, cujos habitantes unidos aos seus compatriotas pelo pensamento, não hesitarão um só instante em circundar o augusto trono de S.M. o imperador, sempre que se tratar do decoro e dignidade da Nação Brasileira. (Grifo nosso)³³

A preocupação senhorial com a percepção dos escravos sobre a questão inglesa também se verificou na Província do Rio Grande do Sul, com o caso de um suposto

³¹ GOMES, *Histórias de quilombolas...*, op.cit., p. 220.

³² XAVIER, *Religiosidade e escravidão, século XIX...*, op.cit., p. 86-87.

³³ Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1863, p.7. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>.

planejamento insurrecional de escravos e libertos ocorrida em Pelotas, no mesmo ano do levante da Aldeia dos Anjos, em 1863. Sendo assim, tais debates podem ter sido proferidos entre os senhores da região e, conseqüentemente, ter chegado aos ouvidos dos escravos, pois, como afirmava Eugene Genovese, “[...] escravos sempre viam e ouviam mais do que se esperava, ainda que seus senhores determinassem que houvesse o menos possível para se ver e se ouvir”³⁴.

Foi nessa conjuntura que os supostos líderes, Nazário e Alexandre, assim como outros escravos, passaram a pôr em prática o plano insurrecional, que teria como objetivo “obterem sua liberdade por meio da força”³⁵. Parece-nos que esse panorama da época, acrescido do período festivo (Festa do Divino) possivelmente tenha contribuído para o plano de levante escravo na região da Aldeia dos Anjos. Mas, para além dessas questões, consideramos que ocorreram modificações significativas nas relações senhores/escravos em seus aspectos sociais, econômicos e culturais, em decorrência da própria alteração que, possivelmente, estruturou-se com o fim do tráfico negreiro (1850). Mas, quais situações poderiam ter-se alterado?

Pensando na questão acima, Gomes, analisando o caso do Rio de Janeiro, sugere que na segunda metade do XIX, principalmente “[...] com o fim do tráfico negreiro em 1850, provavelmente os fazendeiros e lavradores da região não conseguiram renovar seus plantéis devido ao súbito aumento de preços dos escravos”³⁶. Já Mattos, também analisando o caso do Rio de Janeiro, aponta que:

[...] a extinção do tráfico atlântico de escravos e o encarecimento do preço do cativo, que lhe sucedeu, não apenas inviabilizaram a aquisição de novos cativos para muitos antigos senhores, como frequentemente os levaram a deles se desfazer no quadro de intensificação do tráfico interno que sucedeu ao tráfico atlântico³⁷.

Se nos fixarmos neste período compreendido entre o fim do tráfico negreiro, em 1850, até o momento da lei do ventre livre, em 1871, poderíamos afirmar que esse novo contexto

³⁴ GENOVESE, Eugene Dominick, *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília, DF: CNPq, 1988, p.44.

³⁵ Libelo crime acusatório. Processo Crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 78 v. Marcus Carvalho destaca que “Não que os cativos, a partir dessa conjuntura, entendessem a existência de “contradições” no sistema – não é assim tão simples. Mas eles com certeza percebiam que os brancos também brigavam entre si. Muitas das fissuras do sistema foram escancaradas naqueles momentos de perigo. A rotina era quebrada. Reinava aquilo que os contemporâneos letrados chamavam nos jornais de “anarquia”, “algazarras”, “distúrbios” e outros termos semelhantes. Os escravos aproveitavam-se das circunstâncias para avançarem suas lutas, em grupo ou individualmente.” CARVALHO, Marcus J. M. de. Rumores e rebeliões: estratégias de resistência escrava no Recife, 1817-1848. *Tempo*, Vol.3 - nº 6, Dezembro de 1998, p. 13.

³⁶ GOMES, *Quilombos do Rio de Janeiro...*, op.cit., p.269.

³⁷ MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.94.

interferiu nas motivações das insurreições escravas? A impossibilidade da entrada de novos cativos africanos, pelo fim do tráfico negreiro, e o aumento do tráfico interno de cativos pode ter contribuído para um acirramento das negociações entre senhores e cativos na Aldeia dos Anjos e em outras regiões da Província, tendo como consequência a estruturação de insurreições?

Entendemos que, com o fim do tráfico, não se permitia mais a inserção de novos africanos no país. É possível que isso tenha contribuído para o fortalecimento dos laços sociais dos diversos grupos étnicos, principalmente, no período da tentativa insurrecional década de 1860? Mattos, analisando o caso do Rio de Janeiro, defende que:

Imediatamente após o fim do tráfico, as instituições escravistas tenderam a se fortalecer, com o incremento do tráfico interno, que tornavam ainda mais precária a vida dos escravizados. Em médio prazo, porém, a propriedade escrava tendeu a se concentrar cada vez mais nas mãos dos maiores senhores, quebrando a cumplicidade da maioria da população livre, independente de sua cor, com a escravidão. Além disso, a nova circulação dos cativos pelo território brasileiro acabou por generalizar expectativas de direitos costumeiros dos escravos, antes vigentes apenas em contextos ou regiões específicos. As novidades políticas da década de 1860 ganham nova inteligibilidade se analisadas à luz dessas transformações³⁸.

Considerando o contexto do momento próximo ao levante da Aldeia dos Anjos (1863) e pensando a partir das questões apresentadas acima, consideramos as observações de Schwartz de que:

Certamente, a geografia, a demografia, as características étnicas, as estruturas de posse de escravos, as relações entre senhores e escravos, as realidades políticas na sociedade como um todo e a personalidade, tudo isso deve ser considerado na análise da resistência escrava³⁹.

A partir dessas colocações, buscamos compreender a amplitude do plano de insurreição escrava da Aldeia dos Anjos, destacando alguns fragmentos das redes de relações familiares e de afetividade dos escravos envolvidos nesse planejamento. Mas, para atingirmos esse objetivo, tornou-se necessário compreender questões mais estruturais ligadas a vários aspectos gerais dessa freguesia e de seus senhores, para, posteriormente, comparar as questões

³⁸ ABREU, Martha; VIANA, Larissa. Festas religiosas, cultura e política no império do Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial: Volume III – 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.21. ³⁸ Abreu e Viana nos apontam que após 1850, para o Rio de Janeiro, “[...] a posse de escravos antes tão disseminada e pulverizada no conjunto da população livre tornou-se mais rara, ao mesmo tempo em que o contingente de cativos “vivendo sobre si” ampliava-se nos meios urbanos, ensejando renovadas ondas de controle sobre as populações de africanos e crioulos que circulavam com relativa autonomia pelos variados espaços de uma sociedade escravista em transformação.

³⁹ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.381.

específicas relacionadas aos integrantes dos grupos familiares ligados aos senhores dos insurgentes. A ênfase dada aos senhores se relaciona, principalmente, à compreensão de que, como afirmou Genovese:

Para se compreender os escravos é preciso compreender melhor os senhores e outras pessoas que ajudaram a dar forma a uma complexa sociedade escravista. *Senhores e escravos moldaram-se reciprocamente e não podem ser discutidos ou analisados em separado.* (grifo nosso)⁴⁰

Sendo assim, somente após o contraponto entre o padrão econômico e social geral da Aldeia dos Anjos com o dos integrantes dos grupos familiares senhoriais é que foi possível apresentar algumas considerações da mobilidade espacial dos escravos. Em muitos dos casos, essas relações cativas estavam direta ou indiretamente relacionadas à de seus senhores, possibilitando ao plano de levante atingir a amplitude destacada pelas autoridades locais.

Destacamos, então, que parte considerável deste trabalho foi direcionada para a compreensão da Aldeia dos Anjos e de seus senhores, até mesmo por não haver quase nenhum trabalho que contemple questões mais gerais sobre tal região no século XIX. Ainda que grande parte deste trabalho se direcione à compreensão geral da Aldeia dos Anjos e dos senhores nela residentes, a insurreição foi o motivador dessas análises. Talvez, para compreendermos essa ênfase, seja necessário realizar alguns comentários sobre nossa trajetória acadêmica, antes de detalharmos a estruturação deste trabalho.

Ao ingressarmos no curso de mestrado, tínhamos dois questionamentos que direcionavam o trabalho, os quais se centravam em compreender: 1) o que teria levado cativos de pequenas escravarias a se rebelaram? e 2) como esses cativos, que aparentemente conviviam com poucos escravos, conseguiram organizar um plano insurrecional que se disseminou por grande parte da Freguesia da Aldeia dos Anjos e localidades vizinhas? Tais questionamentos estavam diretamente relacionados aos estudos de Bruna Sirtori, para o século XVIII, e Vinícius Oliveira, para o XIX, que destacavam a existência de uma estrutura de posse composta, essencialmente, por pequenas escravarias, bem como uma sociedade composta por pequenos proprietários com uma economia voltada basicamente para o mercado interno⁴¹.

⁴⁰ GENOVESE, Eugene Dominick. *Da rebelião à revolução: as revoltas de escravos negros nas Américas*. São Paulo: Global, 1983, p. 14.

⁴¹ SIRTORI, Bruna. *Entre a cruz, a espada, a senzala e a aldeia. Hierarquias sociais em uma área periférica do Antigo Regime. (1765-1784)*. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2008. (Dissertação de Mestrado). OLIVEIRA, Vinícius Pereira de. *Diálogos entre a pesquisa histórica e a memória quilombola: um estudo sobre a Comunidade de Manoel Barbosa/RS* In: *Prêmio Territórios Quilombolas 2ª Edição*. Brasília: MDA, 2007.

Com base na perspectiva de que os escravos insurgentes viviam em pequenas escravarias e desenvolviam atividades voltadas para o mercado interno, principalmente a agricultura, buscamos compreender quem eram esses escravos e com quem conviviam. Para tanto, passamos a pesquisar os registros de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, a partir dos quais percebemos que seus senhores não possuíam tão poucos escravos como pensávamos inicialmente, fato que nos levou a questionar quem eram seus senhores. Sendo assim, passamos a levantar informações - sobre estes nos inventários *post-mortem* - que nos ajudassem a compreender a estrutura na qual os escravos viviam.

Observando os inventários *post-mortem* dos senhores dos insurgentes, constatamos duas questões fundamentais para este trabalho: 1) estes senhores não eram pequenos proprietários como a maioria dos inventariados da Aldeia dos Anjos, assim como não se dedicavam exclusivamente à atividade agrícola como supúnhamos e 2) os senhores dos insurgentes pareciam possuir relações familiares bastante próximas entre si (pai, genro, filho...), ou seja, as propriedades pareciam interagir devido aos vínculos entre seus senhores, o que explicaria em parte a movimentação dos insurgentes por essas propriedades.

A partir dessas constatações, passamos a aprofundar o levantamento de informações sobre os senhores dos insurgentes, principalmente nos registros eclesiásticos (batismo, matrimônio e óbito). Esse levantamento permitiu-nos compreender as relações instituídas entre os senhores dos insurgentes, assim como demonstrou-nos uma complexa rede de relações entre os seus familiares. Em posse desses dados, foi possível localizar diversos inventários de seus parentes, o que nos permitiu estruturar uma base de dados para a compreensão da estrutura econômica e social da propriedade desses senhores e de seus familiares, principalmente as relacionadas à estrutura de posse escrava e da própria atividade econômica desenvolvida em cada uma dessas propriedades. Assim, passamos a compreender que os cativos envolvidos no levante possivelmente interagiam dentro de uma rede de relações senhoriais - que lhes permitiam uma maior mobilidade espacial pelas regiões nas quais seus senhores viviam e interagiam com seus familiares.

Sendo assim, destacamos novamente que, pela ausência de trabalhos mais estruturais sobre questões demográficas, econômicas e de estrutura de posse da Freguesia da Aldeia dos Anjos no século XIX, foi fundamental construirmos um pequeno panorama sobre essa localidade. Somente sob posse desses dados é que foi possível compreender, a partir da comparação com as informações levantadas dos senhores dos insurgentes e de seus familiares, a estrutura na qual os insurgentes viviam e que, provavelmente, contribuiu para a organização do plano de insurreição escrava de 1863. Sendo assim, dividimos o trabalho em seis capítulos,

distribuídos em três partes: a primeira, focando em aspectos gerais da Aldeia dos Anjos; a segunda, focada em questões mais específicas de grupos familiares senhoriais e, a última, centrada no próprio plano de insurreição da Aldeia dos Anjos⁴².

Os primeiros três capítulos compõem a primeira parte do trabalho e buscam apresentar questões mais gerais sobre a Freguesia da Aldeia dos Anjos. No primeiro capítulo, foi realizada uma breve apresentação da formação da região, seguida de alguns aspectos de sua geografia, principalmente destacando os caminhos terrestres e fluviais da localidade com regiões vizinhas (Porto Alegre, São Leopoldo, Viamão, entre outras). Esse capítulo é finalizado com uma análise da população escrava da Aldeia dos Anjos, comparando os dados presentes nos censos de 1858 e 1872, assim como os dados da matrícula de escravos de 1872/1873.

No segundo capítulo, buscamos, a partir da análise de inventários das décadas de 1840 e 1860, apresentar aspectos do tipo de produção predominante entre os inventariados da Aldeia dos Anjos. Destacando a importância da atividade agrícola na região e, principalmente, do fabrico de farinha de mandioca entre os inventariados analisados, sem deixar de considerar a presença da pecuária entre alguns poucos proprietários.

No terceiro capítulo da primeira parte, buscou-se, com a análise dos inventários entre 1841 e 1870, apresentar o padrão da estrutura de posse escrava da Aldeia dos Anjos, bem como demonstrar as alterações que se verificaram entre as três décadas analisadas, principalmente destacando a questão da concentração da posse escrava sob o domínio de alguns poucos senhores. Finalizou-se este capítulo apresentando o perfil dos escravos presentes nos inventários analisados, destacando a idade, a procedência, o sexo e a profissão dos cativos dessa localidade, sempre buscando verificar as alterações que foram se processando entre as décadas estudadas.

O quarto e o quinto capítulos compõem a segunda parte do trabalho e visam a enfatizar os dados presentes nos inventários relacionados aos integrantes dos grupos familiares ligados aos senhores dos insurgentes - aos que denominamos “Sarmiento/Prates”, “Pahim”, “Alves” e “Maciel”. No quarto capítulo, foram comparados os dados gerais da economia e da estrutura de posse escrava encontrados para a Aldeia dos Anjos, com os casos específicos relacionados aos grupos familiares. Tal comparação teve por objetivo demonstrar que os dados sobre os bens dos senhores dos escravos insurgentes e de seus familiares

⁴² A organização dos capítulos foi bastante influenciada pelos trabalhos de Marcos Ferreira de Andrade e Ricardo Figueiredo Pirola. ANDRADE, *Elites Regionais e a Formação do Estado Imperial Brasileiro...*, op.cit. PIROLA, *A conspiração escrava de São Carlos, 1832...*, op.cit.

destoavam do padrão encontrado para os inventariados da Aldeia dos Anjos, destacando que esses grupos familiares compunham parte da população mais abastada dos inventariados da região, os quais detinham grande quantidade de escravos, animais e bens de raiz.

No quinto capítulo da segunda parte, buscou-se descortinar fragmentos das redes de relações familiares dos inventariados desses grupos senhoriais analisados, demonstrando que os senhores de grande parte dos escravos insurgentes possuíam complexas redes de relações que se entrecruzavam. A partir dessas relações entre os senhores, buscou-se apresentar fragmentos das redes de relações familiares (matrimônio e filiação) dos escravos desses inventariados analisados, destacando posteriormente a influência da partilha de bens dos senhores, principalmente de suas escravarias, em um momento muito próximo ao levante.

No sexto e último capítulo deste trabalho (terceira parte), procurou-se dar destaque à organização do plano de levante escravo da Aldeia dos Anjos. Buscamos, principalmente, analisar as questões que possibilitariam a mobilidade espacial dos escravos envolvidos no plano de insurreição da localidade, tais como as relações familiares senhoriais. Finalizou-se o trabalho observando a repressão senhorial, a fuga e a posterior prisão de alguns dos envolvidos nesse plano insurrecional.

PARTE 1 - A FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA ALDEIA DOS ANJOS E SUA ESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL

Antes de analisarmos o plano de insurreição escrava de 1863, tema de nosso trabalho, torna-se necessário fazer algumas observações sobre a localidade na qual ocorreu esse fato, a Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos⁴³. Nestes apontamentos, buscaremos destacar algumas questões relacionadas à formação da localidade, às distâncias e aos caminhos para outras regiões da Província, constituição da população (cativa e livre), tipo de produção econômica e estrutura de posse escrava da região.

1 FORMAÇÃO, GEOGRAFIA E DEMOGRAFIA DA ALDEIA DOS ANJOS

A formação da Freguesia da Aldeia dos Anjos, ocorrida na segunda metade do século XVIII, estava relacionada à formação de um aldeamento indígena. Com o fim da Guerra Guaranítica, algumas famílias de índios guaranis (700), vindas dos Sete Povos e influenciadas por promessas de Gomes Freire de Andrade, passaram para o lado português. Esses índios foram aldeados no ano de 1759, em um terreno próximo às margens do rio Gravataí, na localidade então de Viamão, por ordem do mesmo Gomes Freire de Andrade. Somente em 1765 foi criada a Freguesia da Aldeia dos Anjos⁴⁴, sendo que, em 1809, determina-se que esta seja termo da vila de Porto Alegre, a qual se manteve até 1880, quando a antiga Freguesia foi elevada à categoria de vila, com o nome de Nossa Senhora dos Anjos de Gravataí⁴⁵.

Começaremos as observações sobre a Aldeia dos Anjos destacando algumas questões relacionadas especificamente a sua posição privilegiada e as possibilidades de caminhos (terrestres e fluviais) para sua comunicação com outras regiões importantes do seu entorno. A compreensão desse posicionamento geográfico da região nos ajudará a tornar mais

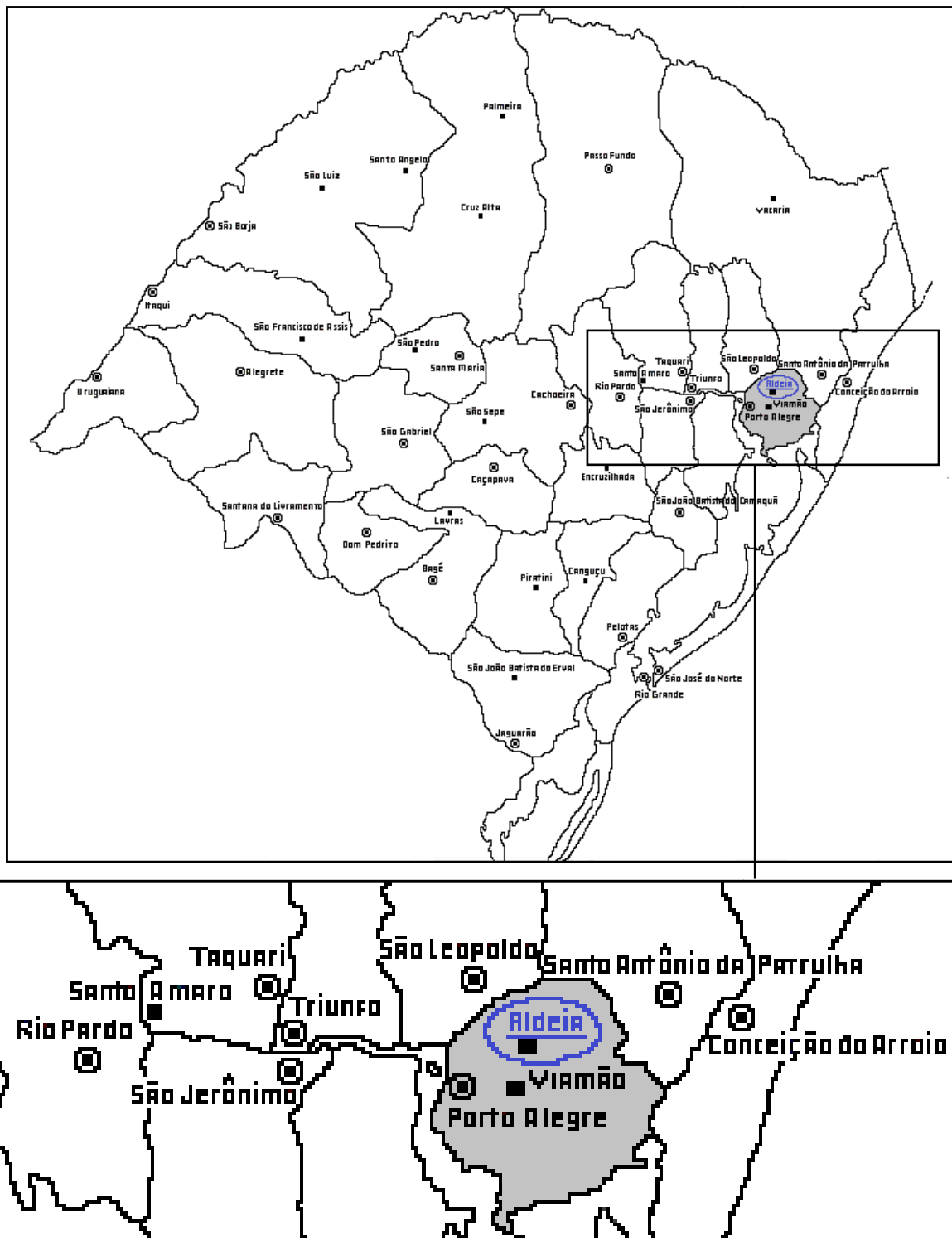
⁴³ A partir desse ponto, nos referiremos a este local somente por “Aldeia dos Anjos”.

⁴⁴ KUHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa - século XVIII*. Niterói: PPGH/UFF, 2006. (Tese Doutorado), p.113-114.

⁴⁵ FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João B.S. *História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1963, p.254. Hoje em dia, a Aldeia dos Anjos é popularmente conhecida como sendo o território que corresponde ao município de Gravataí, cidade que faz parte da chamada Grande Porto Alegre. Mas, o território da localidade era bem mais amplo do que a região de Gravataí no ano da insurreição (1863); constituía o que conhecemos como Gravataí e parte dos territórios que, atualmente, correspondem a Canoas, Cachoeirinha, Glorinha, Taquara e Sapucaia. Infelizmente, não foi possível reconstruir exatamente os limites geográficos da região.

compreensível a preocupação das autoridades da Freguesia quanto às ramificações do plano insurgente de 1863 ao final do trabalho.

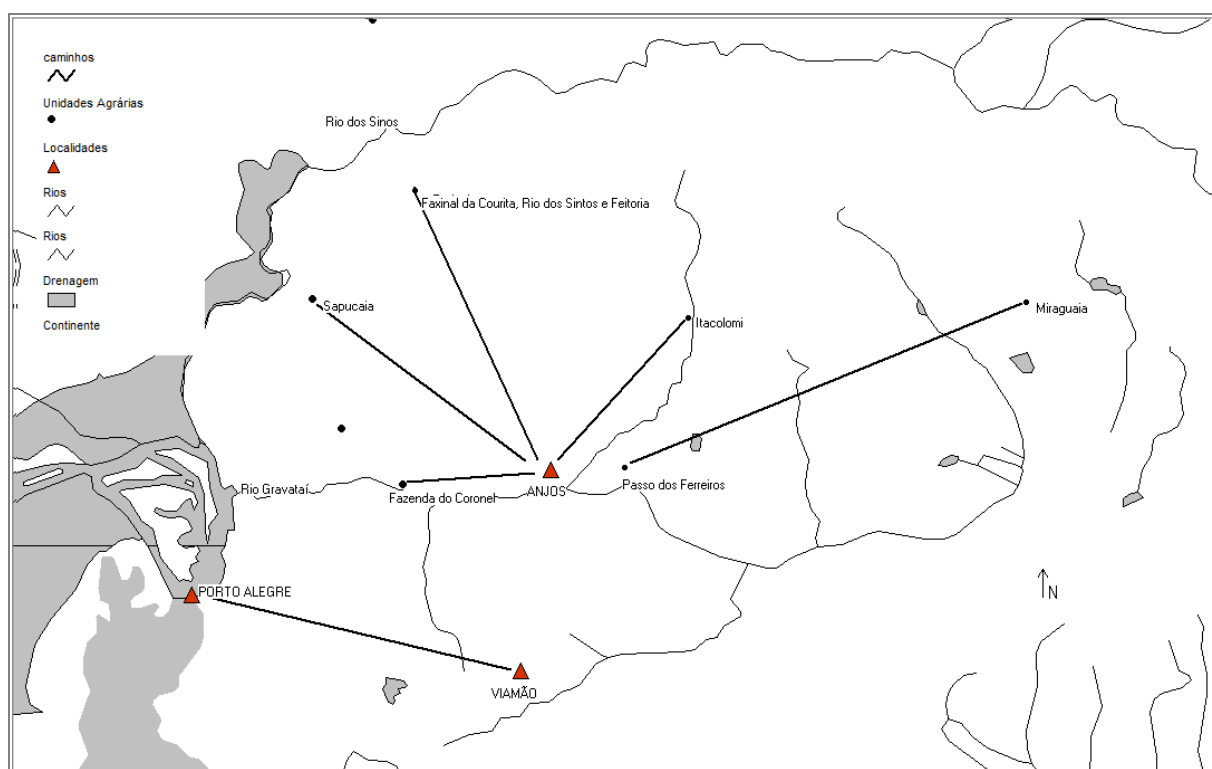
Mapa 1 – Divisão municipal em 1857, localidades próximas a Aldeia dos Anjos



Fonte: Adaptado de FELIZARDO, Júlia. (Org.) *Evolução administrativa do Rio Grande do Sul*. (Criação dos municípios). Porto Alegre: Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), Divisão de Geografia e Estatística, p.18. *Apud* FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

A posição privilegiada da Aldeia dos Anjos se destaca, inicialmente, por estar a aproximadamente 40 quilômetros da capital Porto Alegre, sendo que a ligação entre essas localidades se realizava por três vias terrestres: a estrada da Aldeia, a estrada do Chico Ilhéu e o caminho do Passo da Areia⁴⁶. Mas não era somente da capital que a Aldeia dos Anjos ficava próxima, a Freguesia ainda estava rodeada por outras localidades importantes da Província, tais como Santo Antônio da Patrulha, Viamão e São Leopoldo (Mapa 1). Com relação à ligação da Freguesia com Santo Antônio da Patrulha, destacamos a chamada estrada do Mundo Novo⁴⁷, caminho importante que também possibilitava a ligação entre a povoação da Aldeia dos Anjos e a região de Santa Cristina do Pinhal.

Mapa 2 – Localidades próximas a Aldeia dos Anjos no final do século XVIII



Fonte: SIRTORI, Bruna; GIL, Tiago Luís. A geografia do compadrio cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1771-1795. In: V Encontro Escravidão & Liberdade no Brasil Meridional, 2011. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br>>.

⁴⁶ Conforme Sérgio da Costa Franco, estas vias seriam atualmente a rua 24 de outubro, que corresponderia “basicamente ao traçado da estrada que se dirigia à Freguesia da Aldeia dos Anjos (Gravataí), e que era por isso conhecida como *Estrada da Aldeia*”, a avenida Benjamin Constant, que “não passava de um dos segmentos da estrada que se dirigia a Gravataí” e a avenida Assis Brasil, que era “um segmento da velha Estrada da Aldeia dos Anjos que desde o século XVIII ligou a vila de Porto Alegre à Freguesia de Aldeia dos Anjos de Gravataí”. FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 1992, p. 46, 69 e 434.

⁴⁷ Podemos verificar, pelos relatórios do presidente da província de São Pedro, que na década de 1850 houve significativos investimentos na melhoria de várias estradas durante esse período, entre elas a estrada do Novo Mundo.

Para além dos caminhos terrestres utilizados na ligação da Aldeia dos Anjos com as regiões vizinhas, havia ainda a possibilidade de comunicação por vias fluviais, que aparentemente se constituía em uma forma de comunicação bastante difundida entre as regiões da Província, principalmente por meio da navegação pelos rios Gravataí, Sinos (Mapa 2), Caí e Jacuí⁴⁸. O rio Gravataí era uma via utilizada tanto para condução de produtos agrícolas como manufatureiros entre as regiões de Santo Antônio da Patrulha e Freguesia da Aldeia dos Anjos, assim como de outras localidades próximas. Destaca-se que no “porto da Ponte da Cachoeira” eram exportados produtos agrícolas que iam até as costas da Serra de Sapucaia e do Itacolomi (Mapa 2)⁴⁹, assim, além de importante para o comércio, o rio Gravataí também poderia ser rota para chegar a Porto Alegre, uma vez que desaguava no delta do Jacuí, próximo à capital⁵⁰.

Os caminhos terrestres e fluviais sugerem que a Aldeia dos Anjos era uma localidade estratégica para transações comerciais, devido à posição privilegiada, destacando-se sua proximidade da sede provincial, a presença do rio Gravataí - porta de entrada e saída de mercadorias para negociações com as localidades ao entorno - e sua proximidade ao caminho da chamada estrada do Novo Mundo, que ligava Porto Alegre aos Campos de Cima da Serra.

Mas, compreender somente os caminhos não explica muito sobre a Freguesia da Aldeia dos Anjos. Deve-se entender quem eram as pessoas que por estes caminhos circulavam, principalmente os escravos, para nossa análise. Para isso, buscaremos destacar alguns dados sobre a população local, enfatizando a presença escrava nessa freguesia, destacando o quão significativo era o percentual dessa população na região. Além disso, buscaremos destacar as alterações que se processaram no quadro populacional apresentado nos censos de 1858 e 1872, bem como nos da matrícula de 1872/73.

Demografia da freguesia: alterações no quadro populacional (1858/1872)

⁴⁸ Saint-Hilaire *apud* ZANETTI, Valéria. *Calabouço urbano: escravos e libertos em Porto Alegre (1840-1860)*. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 52.

⁴⁹ Acreditamos ser importante atentarmos para o processo crime da tentativa insurrecional do Distrito da Aldeia dos Anjos, pois durante os interrogatórios estas duas regiões - Sapucaia e Itacolomy - foram muito citadas pelos escravos durante a comunicação entre os insurgentes e outros cativos.

⁵⁰ REINHEIMER, Dalva Neraci. *A navegação fluvial na República Velha gaúcha, iniciativa privada e setor público: ações e implicações dessa relação*. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2007. (Tese de Doutorado), p.35-36. Reinheimer destacou que um dos principais produtos transportado pelo rio Gravataí em direção a Serra era o sal, sendo que entre o último porto, da ponte da cachoeira, e Porto Alegre existia uma comunicação direta e importante desse ramo de comércio com os campos de São Francisco de Paula de Cima da Serra, principalmente pela criação de gado existente nesta região. *Ibidem*, p.57.

Nesta parte do trabalho, analisaremos a população da freguesia da Aldeia dos Anjos, destacando os dados presentes nos censos dos anos de 1858 e 1872. A escolha desses anos relaciona-se, principalmente, por serem os únicos censos, para o período próximo ao ano da insurreição (1863), que trazem discriminada a população dos distritos/freguesias da Província. A análise desses dados nos permitirá ter uma noção das alterações populacionais da Freguesia, principalmente as relacionadas à população cativa.

Apesar de os dados estatísticos do século XIX não serem exatos e, muitas vezes, apresentarem um quadro aproximado da composição da população da Freguesia da Aldeia dos Anjos⁵¹, acreditamos que esta análise nos permitira vislumbrar um quadro de mudança populacional na localidade, principalmente da população cativa. Estando cientes dos cuidados no uso dessa fonte, devemos ressaltar, ainda, que o censo de 1872 possibilitou uma análise mais detalhada da população da região, visto que apresenta um dado bastante importante para o estudo aqui proposto, e que não consta no censo de 1858: a cor dos recenseados, dado que permitirá apresentar o percentual da população não branca (pardos, pretos e caboclos) da localidade.

Para além das questões apresentadas, a utilização dos censos de 1858 e 1872 possibilitou a comparação dos dados analisados com estudos de outras regiões da Província, principalmente os apresentados por Scherer, para Rio Grande, e Araújo, para Cruz Alta⁵². Mas, antes dessa análise, gostaríamos de destacar algumas questões sobre os dados de 1858 que foram utilizados.

⁵¹ Paulo Moreira, já chamava a atenção para tomarmos cuidado com estes dados populacionais apresentados, pois as “estatísticas do período Imperial, principalmente as anteriores a 1872, apresentam dados duvidosos, principalmente quanto ao plantel de escravos”. MOREIRA, *Os cativos e os homens de bem...*, op. cit., p.29. Scherer também atenta para os cuidados com o uso dos dados presentes nos censos, indicando que os próprios contemporâneos do século XIX, já tinham dúvidas quanto estas estatísticas, apontando que na década de 1820 um “eminente charqueador” (Antônio José Gonçalves Chaves) afirmava que estes números não poderiam servir como dados exatos e nem mesmo como aproximados, pois acreditava que quase metade dessa população seria composta de escravos. Scherer concluirá afirmando que “aqueles dados não apresentavam exatidão, mas aproximações de como era formada a população livre e escrava de Rio Grande, a partir de diferentes olhares e objetivos de seus recenseadores (realizadores)”. SCHERER, Jovani de Souza. *Experiências de busca da liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX*. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2008. (Dissertação de Mestrado), p. 24.

⁵² SCHERER, Jovani de Souza. *Experiências de busca da liberdade...*, op. cit. e ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila da Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2008. (Dissertação de Mestrado). Os dados de 1858 foram retirados do quadro “População da Província no fim do ano de 1858, segundo o mapa tirado pelas listas de família” constante no material elaborado pela FEE (Fundação de Economia e Estatística), já os dados referentes ao ano de 1872 são do Censo do Império do mesmo ano. Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS 1303-1950*. Porto Alegre, 1981. Recenseamento do Império do Brasil, 1872, disponível no sítio do IBGE: <www.ibge.gov.br>.

Observações sobre os dados de 1858

Destacamos que, no material elaborado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), existem dois dados populacionais: a “População da Província no fim do ano de 1858, segundo o mapa tirado pelas listas de família” e o “Mapa estatístico da população da Província classificada por: idade, sexo, estado e condição com o resumo total de livres, libertos e escravos”, elaborado em 1859. Entre esses dois mapas, encontramos algumas variações no número da população dos municípios, sendo que a população total da Província modifica-se substancialmente entre os dois quadros. Existe uma diferença de 9.827 almas (Anexo 1), mas, como os dados por freguesias são bastante semelhantes e os de 1858 contêm números que não constam nos de 1859, optamos por seguir os dados do primeiro mapa (1858)⁵³.

Outra questão a ser destacada sobre os dados de 1858 relaciona-se ao fato de o somatório da população das Freguesias não estar de acordo com os totais apresentados. Consta um total de 285.444 habitantes - 71.911 escravos (25,2%) e 213.533 livres e libertos (74,8%). Contudo, ao somarmos a população das freguesias, encontramos o total de 292.572 almas, o que acabou por alterar a percentagem de escravos da região, passando os escravos a 26,1% da população (76.251), enquanto os livres e libertos constituíam 73,9% (216.321).

Tabela 1 – População por condição municípios da Província, 1858

Município	Livres e Libertos		Escravos		Total
	Nº	%	Nº	%	
Porto Alegre	22.426	71,8	8.804	28,2	31.230
Cruz Alta	22.465	84,8	4.019	15,2	26.484
Rio Grande	15.541	78,1	4.369	21,9	19.910
Total da Província	216.321	73,9	76.251	26,1	292.572

Fonte: Dados compilados do quadro “População da Província no fim do ano de 1858, segundo o mapa tirado pelas listas de família”. Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS 1303-1950*. Porto Alegre, 1981.

Obs.: O anexo 2 apresenta os mesmos dados para todos os municípios da Província, para os anos de 1858 e 1872.

Analisando os dados populacionais do censo de 1858, verificou-se que a população da Aldeia dos Anjos constituía-se por 5.387 habitantes, sendo 74,2% (3.996) pessoas livres ou libertas e 25,8% (1.391) escravos, percentual bastante próximo ao da Província neste mesmo

⁵³ Temos consciência que a presença de alguns dados populacionais poderia ser resultado de comparação com regiões vizinhas.

ano: 26,1% (76.251). Mesmo que a população escrava não fosse tão representativa quanto nas outras regiões do Brasil, ainda assim era um percentual bastante significativo se considerada a realidade dessa Província e, principalmente, se compararmos a realidade do próprio município de Porto Alegre, cuja população era composto por 27,5% de escravos.

Comparando o percentual da população escrava da Aldeia dos Anjos com outras localidades da Província, destaca-se que, por exemplo, na da Vila de Cruz Alta, conforme Araújo apontou, os escravos correspondiam a 15,16% (4.019) dos habitantes⁵⁴, percentual consideravelmente inferior ao encontrado para a Aldeia dos Anjos. Já para a região de Rio Grande, Scherer encontrou um percentual de cativos próximo ao da Aldeia, na qual os escravos representavam 21,98% (4.369) da população⁵⁵. Ou seja, a proporção de escravos da Aldeia dos Anjos era consideravelmente alta para os padrões existentes na Província.

Observando o percentual de cativos por município da Província, constata-se que Porto Alegre era apenas o décimo quinto município em percentual de escravos (Tabela 2), mas, ainda assim, era um percentual superior a regiões como Cruz Alta e Rio Grande. Mas se considerarmos o número total de cativos presentes em Porto Alegre, percebe-se que a população cativa na região era superior à de qualquer outro município. Sendo assim, podemos dizer que a Aldeia dos Anjos possuía um percentual de escravos (25,8%) e também um número de cativos significativo para o padrão da Província.

Com esses dados, constatamos que o número elevado de escravo estava diretamente relacionado à concentração populacional existente em Porto Alegre. Contudo, também devemos considerar que esse quadro populacional elevado estava localizado em um território consideravelmente menor que Cruz Alta, por exemplo, e aproximadamente do tamanho de Rio Grande (Mapa 1). Temos, então, que a questão consiste não somente no percentual de escravos do município, mas na concentração dessa população em um “pequeno” espaço geográfico. Sendo assim, buscaremos destacar em quais freguesias a maior parte da população escrava de Porto Alegre se concentrava.

⁵⁴ ARAÚJO, *Escravidão, fronteira e liberdade...*, op. cit., p.190.

⁵⁵ SCHERER, Jovani de Souza. *Experiências de busca da liberdade...*, op. cit., p.25.

Tabela 2 – Municípios da Província por percentual escravo, 1858

	Município	Escravos	%
1°	Taquari	5.701	44,1
2°	Jaguarão	5.056	38,9
3°	Dores	1.074	38,0
4°	Pelotas	4.788	37,1
5°	Piratini	3.154	36,3
6°	Encruzilhada	2.238	36,3
7°	São José do Norte	1.802	33,6
8°	Canguçu	2.453	33,0
9°	Cachoeira	1.728	32,8
10°	Bagé	4.016	32,5
11°	Sant'Anna	803	32,5
12°	Rio Pardo	2.181	31,0
13°	Caçapava	3.000	29,8
14°	Triunfo	2.834	29,7
15°	Porto Alegre	8.804	28,2
16°	São Gabriel	2.046	26,0
17°	Conceição do Arroio	2.065	23,8
18°	Alegrete	2.525	23,6
19°	Rio Grande	4.369	21,9
20°	Uruguaiana	1.873	21,7
21°	Passo Fundo	1.699	20,7
22°	Santo Antônio	2.999	20,1
23°	Santa Maria	966	18,9
24°	Itaqui	1.014	15,2
25°	Cruz Alta	4.019	15,2
26°	São Borja	1.240	13,2
27°	São Leopoldo	1.804	9,6

Fonte: Dados compilados do quadro “População da Província no fim do ano de 1858, segundo o mapa tirado pelas listas de família”, constantes no material da FEE.

Obs.: O anexo 3 apresenta os mesmos dados para todos os municípios da Província, para os anos de 1858 e 1872 (censos) e estimativa para 1872-1873 (matrícula de escravos).

Analisando as freguesias do município de Porto Alegre ⁵⁶, constatou-se que, percentualmente, a freguesia com maior concentração escrava era a de Pedras Brancas (Guaíba) com 40,5% (346), sendo seguida por Barra (Barra do Ribeiro) com 36% (387) e Viamão com 30,6% (1.569). Devemos levar em consideração que a população das primeiras localidades era bastante baixa, sendo respectivamente de 855 e 1.076 habitantes, o que não era o caso de Viamão (com seus 5.122 habitantes) que, junto com a Aldeia dos Anjos (5.387), eram as freguesias mais populosas do município, apenas atrás da zona urbana da capital Porto Alegre, com seus 18.538 habitantes⁵⁷.

Tabela 3 – População por condição Freguesias de Porto Alegre, 1858

Freguesia	Livres e Libertos		Escravos		Total
	Nº	%	Nº	%	
Zona Urbana	13.468	72,7	5.070	27,3	18.538
Aldeia dos Anjos	3.996	74,2	1.391	25,8	5.387
Viamão	3.553	69,4	1.569	30,6	5.122
Picada	211	83,7	41	16,3	252
Pedras Brancas	509	59,5	346	40,5	855
Barra	689	64,0	387	36,0	1.076
Total	22.426	71,8	8.804	28,2	31.230

Fonte: Dados compilados do quadro “População da Província no fim do ano de 1858, segundo o mapa tirado pelas listas de família”, constantes no material da FEE.

Os dados do censo de 1858 apontam que a Aldeia dos Anjos possuía um contingente consideravelmente alto de escravos (1.391) para o número de habitantes da região, bem como se encontrava rodeada por regiões com um número de escravos bastante elevado para o padrão da Província, como, por exemplo, a zona urbana de Porto Alegre, com 5.070 escravos,

⁵⁶ Conforme material da FEE (Fundação de Economia e Estatística) o município de Porto Alegre, no ano de 1860, era composto pela capital da Província (Porto Alegre) e mais seis freguesias: Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia (Gravataí), Pedras Brancas (Guaíba), Barra (Barra do Ribeiro), São Sebastião do Caí, Viamão e Santa Cristina do Pinhal. Fundação de Economia e Estatística. *Da Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS 1303-1950*. Porto Alegre, 1981, p.36. Mas pelos dados apresentados pelo mapa de 1858, a população de Santa Christina do Pinhal foi considerada como pertencente ao município de São Leopoldo e a população da localidade do Caí foi acrescida ao município de Triunfo. Já no período do censo imperial do ano de 1872, a cidade era composta por sete Freguesias: Nossa Senhora Madre de Deus, Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre, Nossa Senhora das Dores de Porto Alegre, Nossa Senhora do Belém, Nossa Senhora da Conceição de Viamão, Nossa Senhora dos Anjos d'Aldeia e Nossa Senhora do Livramento das Pedras Brancas (Guaíba), sendo as quatro primeiras as freguesias urbanas do município.

⁵⁷ Paulo Moreira apresentou um quadro comparativo da população escrava das freguesias urbanas de Porto Alegre para os anos de 1856, 1858, 1860 e 1872. MOREIRA, *Os cativos e os homens de bem...*, op. cit., p. 29.

e Viamão, com seus 1.569 escravos. Temos, então, concentrado nessas localidades, 83,01% (8.030) dos escravos do município de Porto Alegre.

Comparando com as regiões de Rio Grande e Cruz Alta, podemos apontar que somente a zona urbana de Porto Alegre e as freguesias de Viamão e Aldeia dos Anjos possuíam quase o dobro do total da população escrava dessas regiões. Assim, na visão senhorial, a eclosão de uma rebelião escrava na Aldeia dos Anjos poderia causar grandes problemas para a elite branca, pois, se a notícia do plano de levante chegasse a essas regiões - Porto Alegre e Viamão - corria-se o risco de o contingente escravo presente nessas localidades vir a se juntar às fileiras insurgentes, isso sem levarmos em consideração a possibilidade do ingresso da população de libertos que tiveram participação em outras rebeliões pelo Brasil⁵⁸.

Apesar de haver um número significativo de escravos na freguesia da Aldeia dos Anjos no ano de 1858, percebe-se, ao comparar estes dados com os do censo de 1872, ter ocorrido uma redução percentual dessa população, mesmo que o número total de escravos permaneça praticamente inalterado nos dois censos. Buscaremos demonstrar que, apesar de termos em muitos municípios um acréscimo no número de escravos, isso não significou um aumento percentual dessa população; pelo contrário, houve, sim, uma redução percentual em praticamente todos os municípios da Província, mesmo se considerarmos os dados apresentados pela matrícula de escravos (1872/1873).

Thiago Araújo, considerando a população escrava da Província, verificou que, entre os anos de 1858 e 1872, houve uma redução considerável no percentual dos cativos⁵⁹, visto que no primeiro período eram 26,1% (76.251) da população, passando a 15,6% (67.791) no ano de 1872, ou seja, houve uma redução de 10,5% (8.460) no percentual escravo na Província em 14 anos⁶⁰.

⁵⁸ Para Salvador ver Reis, *Rebelião escrava no Brasil...*, op. cit., para São Carlos ver XAVIER, *Religiosidade e escravidão, século XIX...*, op. cit.

⁵⁹ O autor analisou os anos de 1858, 1860, 1861, 1862, 1863 e 1872, sendo que as porcentagens apresentadas eram respectivamente de 25,20%, 24,59%, 22,54%, 20,44%, 19,71% e 15,59%. Os quadro elaborado por Araújo foi baseado em três fontes, 1) para o ano de 1858 foi utilizado o Quadro Estatístico e geográfico da província de São Pedro do Rio Grande do Sul pelo bacharel Antônio Eleutério Camargo, engenheiro da província - presidente Marcondes Homem de Mello - 1868. Códices, n. E-1 - 1803-1867, anexos ao E-1, Estatística, AHRs, 2) para os anos de 1860 até 1863 foi utilizado o Relatório apresentado pelo presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, de Espiridião Eloy de Barros Pimentel, na 1 sessão da 11 Legislatura da Assembleia Provincial, Porto Alegre, 1864, p. 46 e 3) para o ano de 1872 foi utilizado o Censo Geral do Brasil, 1872. ARAÚJO, *Escravidão, fronteira e liberdade...*, op. cit., p. 113.

⁶⁰ Os percentuais utilizados aqui foram os da tabela que elaboramos do censo de 1858. Estes dados divergem dos apresentados por Thiago Araújo que encontrou um percentual de 25,2% (71.911) de escravos. Divergência resultada da diferença, apontada anteriormente, da soma dos habitantes das Freguesias constatados no mapa populacional de 1858.

Em seu artigo recente, Thiago Araújo vem contrastando os dados do censo de 1872 com a matrícula especial de escravos de 1872-1873, verificando que entre esses documentos existe uma diferença substancial (15.579) no número de escravos da Província. Sendo assim, dos 67.791 cativos arrolados para o censo de 1872, teriam (pelos dados da matrícula de escravos) 83.370, ou seja, não haveria uma redução na quantidade de escravos entre 1858 e 1872, mas um acréscimo substancial no número de cativos na Província⁶¹. Cabe destacarmos algumas inconsistências nos dados presentes no censo de 1872.

Analisando mais detalhadamente as Freguesias do município de Porto Alegre, por meio dos dados presentes nos quadros da “População considerada em relação às idades” e no “Quadro geral da população da Paróquia”, constatou-se diferença substancial no número de cativos da região. Nesses dados, verificou-se que o somatório da população escrava se altera para todas as freguesias de Porto Alegre, mas que a população livre se mantém inalterada.

Tabela 4 – População escrava por Freguesias de Porto Alegre, 1872

Freguesias	Quadro 1		Quadro 2		Diferença
	Nº	%	Nº	%	Nº
Madre de Deus	1.348	16,3	1.630	19,0	282
Dores de Porto Alegre	708	15,5	669	14,7	-39
Belém	654	23,2	846	28,1	192
Rosário	1.883	15,8	2.275	18,5	392
Aldeia dos Anjos	1.161	19,8	1.628	25,8	467
Viamão	1.564	22,7	1.722	24,4	158
Pedras Brancas	837	23,0	821	22,7	-16
Total	8.155	18,5	9.591	21,1	1.436

Quadro 1 - “Quadro geral da população da Paróquia”. Censo Geral do Brasil, 1872.

Quadro 2 - “População considerada em relação às idades”. Censo Geral do Brasil, 1872.

O número de cativos do município de Porto Alegre teria um acréscimo de 1.436 cativos aos 8.155 apresentados no quadro geral do censo, ultrapassando até mesmo os dados constantes na matrícula de escravos, que apresentava uma população de 8.970 cativos para Porto Alegre. Destacamos ainda que o maior acréscimo de escravos se verificou justamente

⁶¹ ARAÚJO, Thiago Leitão de. Novos Dados sobre a Escravidão na Província de São Pedro. In: *V Encontro Escravidão & Liberdade no Brasil Meridional*, 2011. Disponível em: <<http://www.escravidaoliberdade.com.br>>

na Freguesia da Aldeia dos Anjos, que correspondia a 32,5% (467) do acréscimo de todo município de Porto Alegre⁶².

Infelizmente, seria necessária uma melhor análise sobre os dados apresentados nessa fonte para compreendermos as variações desses quadros, o que não acredito seja um equívoco de cálculo, mas sim uma alteração consciente dos dados, visto que a alteração só ocorre (pelo menos para as freguesias de Porto Alegre) para a população escrava e que, no caso da população livre, o quadro se mantém inalterado.

Voltando à questão do decréscimo percentual da população escrava, devemos destacar que acrescentamos à análise os dados da matrícula de 1872/1873. Contudo, por não constar nessa documentação a população de “livres e libertos”, foi considerada a população de livres do censo de 1872 para contrastar com os números do censo (1872). Para o caso específico da análise das freguesias de Porto Alegre, não foi possível utilizar os dados da matrícula, visto que consideramos os dados apresentados por Araújo, em cujo trabalho não constam os números por freguesias. Estamos conscientes de que o percentual de escravos será, provavelmente, superior aos dados apresentados⁶³.

Comparando os censos de 1858 e 1872, percebe-se que, em 14 anos, houve um acréscimo populacional de 8,7% (468) na Aldeia dos Anjos. Mas, ao considerar a condição dos habitantes, verificamos que houve um aumento de 17,5% (698) para a população livre e que, no caso dos escravos, houve um decréscimo populacional de 16,5% (230), ou seja, houve uma perda de escravos tanto em número quanto em percentual - dos 25,8% (1.391) em 1858, passam a 19,8% (1.161) em 1872⁶⁴.

⁶² Se considerarmos a soma da diferença de cativos entre os dois quadros das freguesias urbanas (Madre de Deus, Dores de Porto Alegre, Belém e Rosário) de Porto Alegre, haveria 827 cativos que correspondiam a 57,6% do acréscimo populacional escravo deste município.

⁶³ Thiago Araújo destacou que à maioria dos 8.970 cativos de Porto Alegre eram escravos rurais, estes constituíam 64% (5.741) desta população, enquanto os outros 36% (3.229) eram escravos urbanos ARAÚJO, *Novos Dados sobre a Escravidão na Província de São Pedro...*, op. cit., p.8.

⁶⁴ Se considerarmos o quadro de idades presentes no censo de 1872 (Tabela 4) teremos que a população da Aldeia dos Anjos não teria reduzido em 230 cativos, pelo contrário teria aumentado em 59 cativos, no entanto o percentual escravo teria se mantido inalterado 25,8%.

Tabela 5 – População por condição dos municípios da Província e das Freguesias de Porto Alegre, 1858/1872

Municípios	1858 ⁽¹⁾					1872 ⁽²⁾					Matrícula 1872-1873 ⁽³⁾		
	Livres e Libertos		Escravos		Total	Livres e Libertos		Escravos		Total	Escravos		Total
	Nº	%	Nº	%		Nº	%	Nº	%		Nº	%	
Porto Alegre	22.426	71,8	8.804	28,2	31.230	35.843	81,5	8.155	18,5	43.998	8.970	20,0	44.813
Cruz Alta	22.465	84,8	4.019	15,2	26.484	27.961	91,2	2.701	8,8	30.662	3.635	11,5	31.596
Rio Grande	15.541	78,1	4.369	21,9	19.910	16.747	79,5	4.315	20,5	21.062	5.417	24,4	22.164
Total Província	216.321	73,9	76.251	26,1	292.572	367.022	84,4	67.791	15,6	434.813	83.370	18,5	450.392
Freguesias de Porto Alegre													
Zona Urbana	13.468	72,7	5.070	27,3	18.538	23.025	83,4	4.593	16,6	27.618	----	----	----
Aldeia dos Anjos	3.996	74,2	1.391	25,8	5.387	4.694	80,2	1.161	19,8	5.855	----	----	----
Viamão	3.553	69,4	1.569	30,6	5.122	5.329	77,3	1.564	22,7	6.893	----	----	----
Picada	211	83,7	41	16,3	252	NC	NC	NC	NC	NC	----	----	----
Pedras Brancas	509	59,5	346	40,5	855	2.795	77,0	837	23,0	3.632	----	----	----
Barra	689	64,0	387	36,0	1.076	NC	NC	NC	NC	NC	----	----	----
Total	22.426	71,8	8.804	28,2	31.230	35.843	81,5	8.155	18,5	43.998	----	----	----

(1) **Quadro** - População da Província no fim do ano de 1858, segundo o mapa tirado pelas listas de família. Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS 1303-1950*. Porto Alegre, 1981, p.66.

(2) Censo Geral do Brasil, 1872.

(3) ARAÚJO, *Novos Dados sobre a Escravidão na Província de São Pedro...*, op. cit., p.6-7.

NC = não consta.

Obs.1: Para a percentagem da matrícula somei o número de livres do censo (1872) com os cativos da matrícula de 1872-73, para efeito de comparação.

Obs.2: O Anexo 2 relaciona todos os municípios da Província.

A redução da população escrava entre os dados dos censos (1858 e 1872), verificada na Aldeia dos Anjos, parece ter sido comum (em termos percentuais) à de outras regiões da Província⁶⁵. Mesmo considerando os números superiores de escravos presentes na matrícula de 1872/1873, ainda assim, há uma redução no percentual de cativos no quadro populacional geral da Província.

Estudando os motivos da insurreição na Aldeia dos Anjos em 1863, passamos a considerar, em um primeiro momento, que a aparente redução na população escrava, sugerida pelos dados constantes no censo de 1872, poderia estar relacionada à venda de cativos para o sudeste cafeeiro (tráfico interno). Tal fato poderia ter gerado, como consequência, uma desestruturação de redes familiares cativas da Aldeia dos Anjos, levando os escravos que viviam na localidade a se rebelarem contra a venda de seus familiares para outras regiões do Brasil. Sobre tal questão, os estudos de Zanetti, Araújo, Scherer e Scheffer⁶⁶ já relativizaram, ou mesmo, impossibilitaram tais conclusões. Zanetti apontou que o ano de 1862, em termos proporcionais, foi o período no qual a Província teve mais escravos, levando a questionar a perda de cativos para o sudeste, pelo menos até este período⁶⁷.

Scheffer, estudando o comércio de escravos do sul para a região de Campinas entre os anos de 1850 e 1880, argumenta que:

A década de 1860 aparece como um momento de aquecimento nesse mercado, com a ocorrência de muitas compras e vendas na Província. Somente na década de 1870, e principalmente na segunda metade dela, é que podemos observar um movimento mais robusto de venda (ou perda) de escravo para outras províncias brasileiras⁶⁸.

Araújo, pensando a região de Cruz Alta, argumenta que a participação de escravos na chamada “Guerra do Paraguai” (1864 a 1871) poderia ter contribuído mais para a diminuição da população escrava, entre os anos de 1858 e 1872, do que a própria venda

⁶⁵ Thiago Araújo, Jovani Scherer e Paulo Moreira, respectivamente, para os municípios de Cruz Alta e Rio Grande e as freguesias da zona urbana de Porto Alegre, apresentaram dados que destacam esta redução percentual. ARAÚJO, *Escravidão, fronteira e liberdade...*, op. cit., p.190. SCHERER, Jovani de Souza. *Experiências de busca da liberdade...*, op. cit., p. 28. MOREIRA, *Os cativos e os homens de bem...*, op. cit., p. 29.

⁶⁶ ZANETTI, *Calabouço Urbano...*, op. cit., ARAÚJO, *Novos Dados sobre a Escravidão na Província de São Pedro...*, op. cit., SCHERER, *Experiências de busca da liberdade...*, op. cit. e SCHEFFER, Rafael. *Comércio de escravos do sul para o sudeste, 1850-1888: Economias microrregionais, redes de negociantes e experiência cativa*. Campinas: PPGH/UNICAMP, 2012. (Tese de Doutorado)

⁶⁷ ZANETTI, *Calabouço Urbano...*, op. cit., p. 39-40.

⁶⁸ SCHEFFER, *Comércio de escravos do sul para o sudeste, 1850-1888...*, op. cit., p.211.

para o sudeste cafeeiro, como decorrência de uma crise nas charqueadas⁶⁹. Já Scherer, analisando os inventários de Rio Grande, e observando os apontamentos de Eduardo Silva sobre a queda da venda de escravos na Bahia para o sudeste durante a crise do algodão nos EUA (1862-1866), defende a hipótese de que, pelo menos até a retomada econômica da Bahia, principal fonte de cativos para o sudeste, é que pode ter ocorrido um crescimento da venda de cativos do sul para o sudeste⁷⁰.

Acreditamos que o apontamento de Araújo seja bastante elucidativo e reforce bastante a questão quanto à redução da população escrava na Província, principalmente quando afirma que:

[...] os dados sobre a população escrava provincial constante na matrícula põem um ponto final na discussão de crise econômica e venda de escravos na década de 1860. Entre 1863 e 1872-73, portanto, a população escrava provincial em vez de diminuir, aumentou. Esses dados, sem dúvida, são cruciais para se datar melhor o início da perda de escravos da província para o sudeste do Brasil - o que de fato ocorrera e em grandes proporções -, fenômeno que provavelmente teve um grande incremento na segunda metade da década de 1870. Por hora, basta ressaltar que já estamos bastante distantes de perspectivas que minimizavam a escravidão no extremo sul do Brasil⁷¹.

Concordamos com Araújo sobre a questão da crise econômica e da perda de escravos, assim como sobre o aumento no número de cativos entre 1858 e 1872, para praticamente todos os municípios da província, até mesmo por verificarmos que a presença escrava na Província de São Pedro era bastante significativa em relação a outras províncias do Império, visto que ocupava a sexta posição em percentual cativo (15,6%) e sétimo lugar em número total de cativos (67.791)⁷². Mas não se pode deixar de considerar que, apesar desse aumento no número total de cativos, o percentual desta população se reduziu, na

⁶⁹ ARAÚJO, *Escravidão, fronteira e liberdade...*, op. cit., p. 110. Conforme Araújo, entre os autores que seguiram a linha de pensamento de uma crise econômica charqueadora pode-se destacar Cardoso, Corsetti e Conrad. *Ibidem*, p.114-115. Com relação à importância dada ao período da Guerra do Paraguai, como uma possível explicação para a redução de escravos na década de 1860, o próprio Thiago Araújo já relativiza a questão, sem deixar de considerá-la um fator importante para compreensão da redução do número de escravos. ARAÚJO, Thiago Leitão de. A persistência da escravidão: população, economia e o tráfico interprovincial (província de São Pedro, segunda metade do século XIX). In: XAVIER, Regina Célia Lima (Org.). *Escravidão e Liberdade: Temas, Problemas e Perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012, p.256.

⁷⁰ SILVA apud SCHERER, *Experiências de busca da liberdade...*, op. cit., p. 44-45.

⁷¹ ARAÚJO, *Novos Dados sobre a Escravidão na Província de São Pedro...*, op. cit., p. 19.

⁷² Em percentual a Província do Rio Grande do Sul somente ficava atrás das Províncias do Rio de Janeiro (32,3), Espírito Santo (27,6), Maranhão (20,9), São Paulo (18,7) e Minas Gerais (18,2). Já em número total de escravos somente ficava atrás de Minas Gerais (370.459), Rio de Janeiro (341.576), Bahia (167.824), São Paulo (156.612), Pernambuco (87.561) e Maranhão (74.939). Dados retirados da tabela 10 do apêndice constante in: ALENCASTO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. Vol.2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.479.

maioria das localidades, havendo um aumento percentual somente em três municípios - Itaquí, Piratini e Rio Grande (Anexo 4).

Acreditamos, assim como propôs Jonas Vargas, pensando na questão do tráfico inter e intraprovincial para o município de Pelotas, que a redução do número de cativos estava mais relacionada ao número de alforrias e óbitos da região que propriamente à transferência de escravos para a região cafeeira de São Paulo⁷³. Assim como Vargas, buscaremos destacar que houve, na Aldeia dos Anjos, um aumento no número de alforrias no período próximo à insurreição de 1863.

Observações sobre as alforrias na Aldeia dos Anjos

A partir dos dados sobre as cartas de liberdade da região⁷⁴, destacamos nossa crença de que a redução percentual da população escrava na Aldeia dos Anjos possivelmente estava mais relacionada às “concessões” de liberdade do que a uma transferência para outras regiões da Província ou fora dela⁷⁵. Infelizmente, são poucas as cartas registradas no “Tabelionato Público, Judicial e de Notas de Porto Alegre: Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia”. Em 58 anos (1825 e 1883), houveram 222 registros de alforrias nas quais foram alforriados 240 cativos. Se pensarmos no período temporal entre os dois censos destacados anteriormente (1858 e 1872), verifica-se - neste momento - que temos 31,1% (69) do total de registros de cartas de alforrias. Se cruzarmos o número total de alforrias entre 1858 e 1872 (69) com o da redução da população escrava verificado entre os censos de 1858 e 1872 (230) podemos afirmar que pelo menos 30% (69) teriam se tornado liberto. Sendo assim, mesmo não sendo uma grande amostragem, esta poderia influir significativamente nos dados populacionais da Freguesia da Aldeia dos Anjos.

⁷³ VARGAS, Jonas. Das charqueadas para os cafezais? O comércio de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880. V *Encontro Escravidão e Liberdade*, p.15. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br>>

⁷⁴ O banco de dados criado foi elaborado conforme as informações retiradas do livro de Moreira e Tassoni. MOREIRA, Paulo; TASSONI, Tatiani. *Que com seu trabalho nos sustenta: as cartas de alforria de Porto Alegre (1748-1888)*. Porto Alegre: EST, 2007.

⁷⁵ Thiago Araújo e Jovani Scherer também destacam em seus trabalhos a importância das alforrias para as regiões por eles estudadas, respectivamente, Cruz Alta e Rio Grande. Ver ARAÚJO, *Escravidão, fronteira e liberdade...*, op. cit., principalmente o capítulo 3 - Nas fronteiras da escravidão e da liberdade: alforrias em um universo agropecuário. Jovani Scherer também trabalha com a questão das alforrias em sua dissertação, dando um enfoque maior ao período próximo a “Guerra dos Farrapos”, ver SCHERER, *Experiências de busca da liberdade...*, op. cit. principalmente o capítulo 2 - Documentos da liberdade: as alforrias de Rio Grande, século XIX.

Destacamos que para essa análise utilizamos um recorte temporal mais amplo, a fim de verificar as alterações que se processaram nas concessões de alforria da região. Como temos por parâmetro compreender o contexto próximo ao momento da insurreição (1863), optamos por analisar o período entre 1841 e 1870, para abranger um período anterior ao levante, e alguns anos após o planejamento insurrecional. Nesse recorte, foram analisados 58,6% (130) das 220 cartas de alforrias registradas no “Tabelionato Público, Judicial e de Notas de Porto Alegre: Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia”, nos quais foram alforriados 137 escravos.

Apesar de ser um número pequeno de dados, verifica-se que a maior parte das alforrias se concentrou entre as décadas de 1850 e 1860, período que concentra 75,2% das alforrias do período entre 1841 e 1870. Se considerássemos o total de escravos alforriados (240) entre 1825 e 1883, verificaríamos que, nessas duas décadas (1850 e 1860) foram registradas quase metade das cartas de alforria do “Tabelionato Público, Judicial e de Notas de Porto Alegre: Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia”, ou seja, 42,9% (103).

Observamos que o número de alforrias apresentado não deve ser considerado como absoluto, visto que, ao procurarmos alforrias de escravos dos senhores dos insurgentes, foram encontramos dez registros de escravos da localidade da Aldeia dos Anjos que não constavam no Tabelionato Público, Judicial e de Notas de Porto Alegre: Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia⁷⁶.

Tabela 6 – (%) Alforrias por sexo Freguesia Aldeia dos Anjos, 1841-1870

Períodos	Mulheres		Homens		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1841-1850	16	22,5	18	27,3	34	24,8
1851-1860	29	40,9	29	43,9	58	42,3
1861-1870	26	36,6	19	28,8	45	32,9
Total	71	100,00	66	100,00	137	100,00

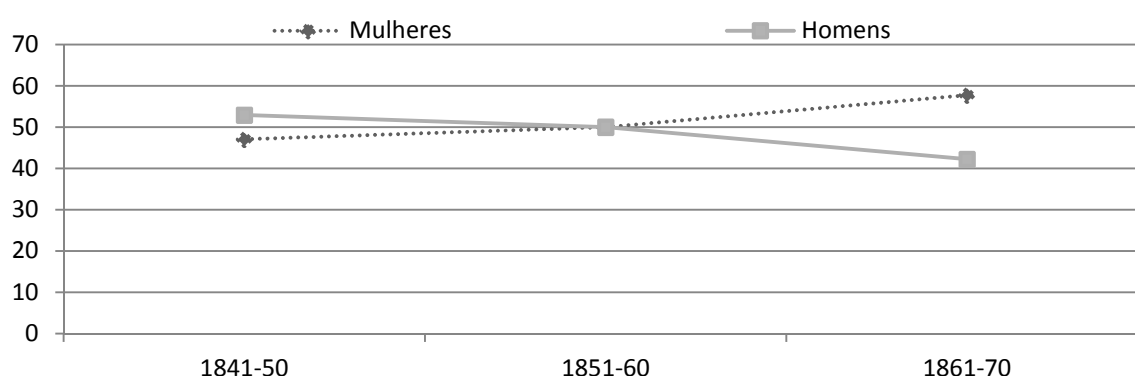
Fonte: Tabelionato Público, Judicial e de Notas de Porto Alegre: Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia. MOREIRA; TASSONI. *Que com seu trabalho nos sustenta...*, op. cit., p. 709-726.

⁷⁶ Dois registros de escravos de Innocente Ferreira Maciel, os dois de 1873, um registro Francisco Antonio Maciel (1853), um de Januário Gomes Pahim (1878), um de Antônio Pahim de Andrade (1867), dois de Antonio Dias Fialho Filho (1875 e 1887), um de Luciana Francisca Dutra (1857), um de Benedita Maria da Conceição (1862) e um de André Machado de Moraes Sarmiento. MOREIRA; TASSONI. *Que com seu trabalho nos sustenta...*, op. cit. Casos que serão analisados na segunda parte desse trabalho.

Acreditamos que o número de alforrias deva se elevar com uma análise mais detalhada dos registros de liberdade. Por essa razão, consideramos que as alforrias possam ser uma das explicações plausíveis para a redução no número e no percentual de escravos da Aldeia dos Anjos, entre 1858 e 1872, até mesmo porque - como verificou Paulo Moreira - em sua análise das cartas de alforria de Porto Alegre entre os anos de 1748 e 1888 - foram nas quatro últimas décadas (1850-1880) do regime escravista que se concentrou a maioria das “concessões” de liberdade⁷⁷.

A partir do levantamento de alforrias (1841-1870), constatou-se que foram nas décadas de 1850 e 1860 que se concentraram a maior parte das cartas de liberdade, com um percentual de 42,3% (58) no primeiro período e de 32,9% (45) no último. Observando as alforrias por sexo, verificou-se que houve uma maior quantidade de registros para mulheres, que representavam 51,8% (71) dessas alforrias, enquanto que os homens representaram 48,2% (66). Houve um equilíbrio no número de alforrias entre os sexos nas duas primeiras décadas (1840 e 1850), sendo que, na década de 1860, houve uma ampliação no percentual de cartas de alforria concedidas a escravas (57,8%).

Gráfico 1 – (%) Alforrias por sexo Freguesia Aldeia dos Anjos, 1841-1870



Fonte: Tabelionato Público, Judicial e de Notas de Porto Alegre: Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia. MOREIRA; TASSONI. *Que com seu trabalho nos sustenta...*, op. cit., p. 709-726.

Paulo Moreira, em levantamento do sexo dos alforriados entre os anos de 1858 e 1888, destacou que houve um predomínio de alforrias para mulheres (53,12%) em detrimento dos homens (46,88%), observando que essa diferença se manteve em todos os períodos analisados, “apenas ocorrendo alteração no período da Guerra do Paraguai”,

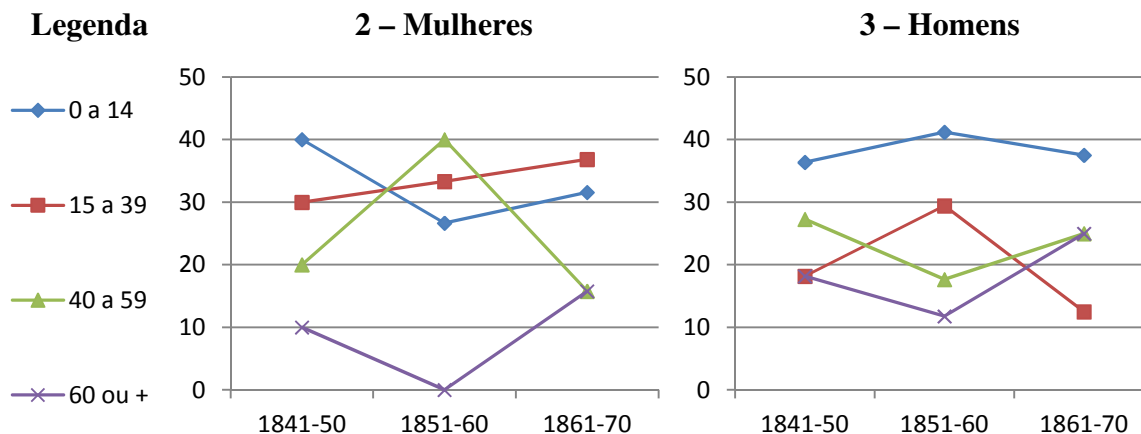
⁷⁷ Os períodos finais analisados por Moreira foram: 1849-1858, 909 (9,05%), 1859-1868, 1.376 (13,68%), 1869-1878, 1.866 (18,57%) e 1879-1888, 1.977 (19,67%). MOREIRA; TASSONI. *Que com seu trabalho nos sustenta...*, op. cit.

quando as alforrias dos homens (514) foram superiores às das mulheres (467)⁷⁸. Seguindo assim, uma tendência verificada em outras regiões do Brasil, o autor afirmará que:

Evidentemente, porém, o número de alforrias de mulheres não poderia ser muito superior ao dos homens, afinal sua liberdade correspondia a um prejuízo na reprodução natural do “plantel” escravo: ao libertar-se uma mulher, alforriava-se seu ventre – dali em diante as crias que tivesse não mais pertenceriam ao senhor. Sabendo disso, os senhores optavam por alforriar mulheres que já *haviam gerado filhos escravos e que não estavam mais em idade de reprodução*. (Grifo nosso)⁷⁹.

No caso da Aldeia dos Anjos, analisando os dados sobre as alforrias das mulheres da região, verificou-se que em 38% (27) dos registros não constava a idade da escrava. Focando a análise nos 62% (44) das cartas de alforrias percebe-se que 65,9% (29) destas se localizavam na faixa etária de “0 a 39” anos, sendo que, deste total, 18 delas tinham entre “0 e 20” anos; portanto, eram cativas bastante jovens. Infelizmente, por ser um número de registros pouco representativo, não é possível fazermos afirmações mais consistentes; mesmo assim, os dados parecem indicar uma preferência por alforrias de jovens escravas.

Gráficos – (%) Alforrias por faixa etária, 1841-1870



Fonte: Tabelionato Público, Judicial e de Notas de Porto Alegre: Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia. MOREIRA; TASSONI. *Que com seu trabalho nos sustenta...*, op. cit., p. 709-726.

O caso das alforrias dos homens é bastante semelhante ao das mulheres: 61,1% (22) dos escravos alforriados tinham entre “0 e 39” anos, sendo que a maior concentração de

⁷⁸ MOREIRA, *Os cativos e os homens de bem...*, op. cit., p. 193-194. Os períodos para análise utilizados por Moreira foram: 1858-1864, 1865-1870, 1871-1876, 1877-1882 e 1883-1888.

⁷⁹ MOREIRA; TASSONI. *Que com seu trabalho nos sustenta...*, op. cit., p.16.

cartas de alforria estava na faixa etária entre “0 e 14” anos, que representavam 38,9% (14) das alforrias, e que 9 dos 14 tinham entre “0 e 5” anos⁸⁰.

Analisando as alforrias por faixa etária, chamou-nos a atenção que entre os homens houve um predomínio de alforrias de escravos bastante jovens, entre “0 e 14” anos, durante todo o período analisado. Destacamos que na década de 1850 foi registrado o maior percentual de alforrias para escravos nas duas primeiras faixas etárias (“0 a 14” e “15 a 39” anos), sendo que os escravos com 40 anos ou mais tiveram, nessa década, o menor percentual de registros de alforria. Já na década de 1860, a situação se inverte, e há uma queda nas alforrias de escravos jovens entre “0 e 39” anos e um aumento naqueles com “40 anos ou mais”.

Pensando nas alforrias de escravos entre “0 e 14” anos, verificamos que das 14 cartas registradas entre 1841 e 1870, duas foram pagas, oito foram sob a condição de “servir até a morte de seu senhor” e quatro “sem qualquer condição”⁸¹. Paulo Moreira, pensando na questão das alforrias concedidas sem ônus ou condição para Porto Alegre (1748-1888), afirmará que estas:

[...] eram, na verdade, investimentos dos senhores no controle das famílias escravas. Libertavam-se partes da família escrava, mantendo os demais em rijo cativeiro. Pais, mães e filhos evitavam afastar-se demasiadamente das suas ex-casas-grandes e senzalas para não perderem o contato com seus familiares e parentes, tendo ainda que manter boas relações com os ex-senhores para que seus entes queridos não sofressem alguma vingança. Mesmo que a idade não seja um item tão presente como gostaríamos entre as cartas de alforria analisadas, 13% das cartas gratuitas (246) tratam de cativos entre 1 e 15 anos de idade: menos de 1 ano, 52; de 1 a 5, 108; de 6 a 10 anos, 59; de 11 a 15 anos, 27⁸².

Moreira vê, assim como Slenes, que todos os tipos de “concessões” de alforria - pagas, sob condições ou gratuitas - podiam fazer parte de uma “política de dominação senhorial”, que tinha por objetivo fazer com que o escravo se dedicasse mais e melhor às suas atividades. Pensando a partir das observações de Moreira, pode-se sugerir que a alforria de escravos entre “0 e 14” anos, na Aldeia dos Anjos, se enquadre nessa “política de dominação senhorial”.

Cabe destacar que, ainda que as concessões de cartas de alforria possam ser consideradas parte de uma “política de dominação senhorial”, acreditamos que a ampliação

⁸⁰ Cabe destacar que o número de cartas de alforria dos homens que não constava idade era superior ao das escravas, representavam 45,5% (30) da totalidade (66).

⁸¹ Duas “sem qualquer condição” e duas “sem ônus ou condição”.

⁸² MOREIRA; TASSONI. *Que com seu trabalho nos sustenta...*, op. cit., p.29.

no número de alforrias possa também ser observado como consequência da luta dos escravos por sua “liberdade”⁸³. Assim, mesmo que os senhores as concedessem, não necessariamente seria por sua vontade, constatação que vai ao encontro das afirmações de Karasch quando analisa as cartas de alforria do Rio de Janeiro:

[...] os escravos cariocas entravam para a categoria dos livres não porque senhores “benevolentes” concediam gentilmente a liberdade, mas porque eles a *compravam*. Os cativos aproveitavam as numerosas oportunidades de uma economia urbana dinâmica para ganhar dinheiro e pagar o preço de uma carta de alforria⁸⁴.

Os dados sobre as alforrias da Aldeia dos Anjos possibilitam constatar que houve um aumento no número de alforrias nas décadas de 1850 e 1860 se comparadas à primeira década (1840), assim como permitem verificar que parece haver ocorrido uma ampliação da alforria de mulheres na década final (1860). Para finalizar este primeiro capítulo, gostaríamos de destacar alguns dados quanto à cor da população presente no censo de 1872, tanto de livres como de cativos.

A “cor” da população da Aldeia dos Anjos

Buscamos destacar que, tanto na Aldeia como em outras regiões da Província, havia uma população não branca (pretos e pardos) bastante significativa. Observando o percentual dessa população conjuntamente, sejam livres ou escravos, percebe-se que compunham quase 50% da população de alguns municípios, e até mesmo ultrapassavam essa percentagem quando analisados por Freguesias, como veremos no caso da Aldeia dos Anjos. Nessa Freguesia, os percentuais da população por “cor” estava assim apresentado: 40,4% (2.365) de brancos, 22,2% (1.297) de pardos, 29,3% (1.717) de pretos e 8,1% (476) de caboclos. Esses dados indicam como a população de “pretos” e “pardos” era significativa na localidade, visto que, juntos, correspondiam a 51,5% da população da

⁸³ Cabe destacar que a liberdade poderia adquirir diversos significados para o escravo, Chalhoub aponta que “A liberdade pode ter representado para os escravos, em primeiro lugar, a esperança de autonomia de movimento e de maior segurança na constituição as relações afetivas. Não a liberdade de ir e vir de acordo com a oferta de empregos e o valor dos salários, porém a possibilidade de escolher a quem servir ou de escolher não servir a ninguém.” CHALHOUB, *Visões da liberdade...*, op.cit., p.98.

⁸⁴ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 440.

freguesia. Se ainda somarmos a estes a população de caboclos, teremos uma população “não branca” de 59,6%.

Tabela 7 – (%) População por cor e condição da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, 1872

Cor*	Livres		Escravos		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Branços	2.365	50,4	0	0,0	2.365	40,4
Pardos	779	16,6	518	44,6	1.297	22,2
Pretos	1.074	22,9	643	55,4	1.717	29,3
Caboclos	476	10,1	0	0,0	476	8,1
Total	4.694	100,0	1.153	100,0	5.829	100,0

Fonte: Censo Geral do Brasil, 1872.

Obs.: Nos anexos 5 e 6, constam os dados sobre cor da população para todos os municípios da província.

* A palavra “cor” foi acrescida em todas as tabelas referentes ao censo de 1872, em substituição a palavra “raça”, termo original utilizado no recenseamento imperial. Optamos por substituí-la devido à discussão existente com relação a sua utilização e visto não pretendermos discuti-lo neste trabalho.

Ao analisarmos essa população “de cor” por sua condição (escravo ou livre), verificamos que dos 1.297 pardos presentes na Aldeia dos Anjos, 39,9% (518) deles eram escravos e que 60,1% (779) - ou seja, a maioria - era formada por livres. No caso da população de “pretos”, também verificamos o mesmo caso: dos 1.717 habitantes “pretos”, 37,4% (643) eram compostos por escravos e 62,6% (1.074) - também a maioria - eram livres.

Os dados sobre a “cor” dos habitantes indicam que a população de “pretos” e “pardos”, além de ser maioria (mais da metade da população) da Aldeia dos Anjos era, em sua maioria, formada por livres ou libertos. Sendo assim, a localidade, além de ter um percentual escravo alto para os padrões apresentados para a Província, possuía uma população composta, em sua maioria, por pessoas não brancas.

Observando a população de pardos e pretos (livres e escravos) em outras freguesias de Porto Alegre e outros municípios da Província, constatamos que o percentual destes não era insignificante, pelo contrário, representavam, por exemplo, 34,7% (150.729) da população da Província. Pensando no caso dos municípios, percebemos que Cruz Alta e Rio Grande apresentavam um percentual bastante próximo ao apresentado para a Província: 32,1% (9.839) e 37,6% (7.927), respectivamente.

Scherer, ao analisar a cor da população livre de Rio Grande, utilizando a mesma fonte, apontou que parte substancial desse grupo era composta de pardos e pretos, que representariam, respectivamente, 9,96% e 11,46%, ou seja, seriam 21,42% da população livre. Já Thiago Araújo, também utilizando o mesmo censo para analisar a região de Cruz Alta, destacou que a representatividade da população de “não brancos” era significativa, chegando a 44% dos habitantes da localidade. Os pretos e pardos (libertos ou escravos) corresponderiam a 32% da população de Cruz Alta, destacando que esses dados variaram conforme a freguesia do município. O autor afirma que o quadro apresentado aproxima o Rio Grande do Sul:

[...] de outras províncias brasileiras e mesmo de outras localidades nas Américas, negando mais uma vez uma suposta peculiaridade sulina, onde a escravidão teria sido insignificante e a população de ascendência africana não teria tido um peso demográfico importante⁸⁵.

Considerando o percentual de “pretos e pardos” dos municípios da Província de São Pedro, temos que somente sete dos 27 municípios tinham um percentual igual ou superior a 40% de pardos e pretos – Encruzilhada 43,2% (3.647), Porto Alegre 43,1% (18.965), Bagé 43% (9.359), Jaguarão 41,9% (5.772), Piratini 41,4% (2.692), Canguçu 40,7% (4.481) e Pelotas 40% (8.507). Todas estas localidades eram as que possuíam maior número de escravos e se observarmos no mapa da província (Mapa 3), perceberemos que todos municípios, com exceção de Porto Alegre, se localizavam na metade sul da província, talvez o percentual elevado de “pardos e pretos” possa ter sido consequência da posição geográfica, visto estarem próximos a Lagoa dos Patos, o que poderia ter facilitado o acesso a mão de obra escrava vinda de outras partes do império brasileiro elevando assim a população de cor destas localidades.

⁸⁵ ARAÚJO, *Escravidão, fronteira e liberdade...*, op. cit., p. 190-191.

Mapa 3 – Divisão municipal em 1857, Municípios com população de “Pardos e Pretos” igual ou superior a 40% conforme o censo de 1872



Fonte: Adaptado de FELIZARDO, Júlia. (Org.) *Evolução administrativa do Rio Grande do Sul*. (Criação dos municípios). Porto Alegre: Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), Divisão de Geografia e Estatística, p.18. Apud FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

O percentual elevado da população de pardos e pretos de Porto Alegre, talvez possibilite afirmar que existia uma população não branca que poderia, sim, preocupar os “brancos” com suas possíveis ações nessa região. Talvez com o receio de uma “onda negra” que ameaçasse suas vidas, ou mesmo com a possibilidade de uma insurreição escrava como a planejada na Aldeia dos Anjos em 1863. Devemos levar em consideração também que havia distinções entre pardos e pretos que iam além da condição social de livres e escravos, assim como sugere Silvia Lara, ao analisar o caso do Rio de Janeiro colonial, ao afirmar que:

As designações de “negro”, “cabra”, “pardo” e até mesmo a de “crioulo”, embora não digam nada a respeito da condição social das pessoas assim nomeadas, mas sim de sua origem ou cor da pele, indicam a existência de outros níveis de diferenciação social que, para aqueles homens e mulheres coloniais, não eram subsumidos pelas distinções entre livres forros e escravos. (grifo nosso)⁸⁶

Tabela 8 – (%) População por cor de municípios e Freguesias, 1872

Município	Branços		Pardos		Pretos		Caboclos		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Porto Alegre	22.933	52,1	9.003	20,5	9.962	22,6	2.100	4,8	43.998
Cruz Alta	17.173	56,0	6.395	20,9	3.444	11,2	3.650	11,9	30.662
Rio Grande	12.829	60,9	2.971	14,1	4.956	23,5	306	1,5	21.062
Total Província	258.367	59,4	71.257	16,4	79.472	18,3	25.717	5,9	434.813
Freguesias Porto Alegre									
Zona Urbana	15.733	57,0	5.272	19,1	5.789	20,9	824	3,0	27.618
Aldeia dos Anjos	2.365	40,4	1.297	22,2	1.717	29,3	476	8,1	5.855
Viamão	3.015	43,7	1.659	24,1	1.670	24,2	549	8,0	6.893
Pedras Brancas	1.820	50,1	775	21,3	786	21,7	251	6,9	3.632
Total	22.933	52,1	9.003	20,5	9.962	22,6	2.100	4,8	43.998

Fonte: Censo Geral do Brasil, 1872.

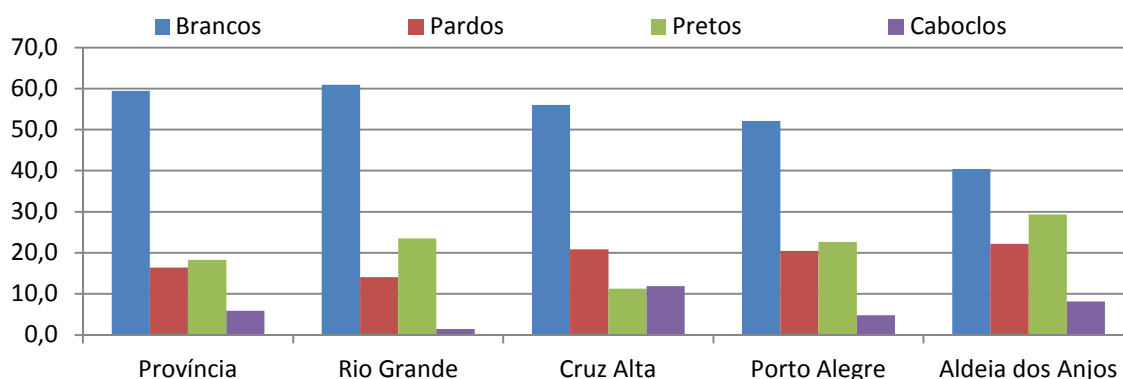
Obs.: O anexo 6 apresenta os mesmos dados para todos os municípios da província.

Mesmo assim, não poderemos deixar de considerar a constituição dos habitantes das Freguesias de Porto Alegre, nas quais se percebe que: a Aldeia dos Anjos constituiu-se na localidade em que o percentual de pretos e pardos era o mais elevado do município, 51,5% (3.014), sendo seguida por Viamão, com um percentual de 48,3% (3.329); Pedras Brancas,

⁸⁶ LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.350. Hebe Mattos, analisando o caso do Rio de Janeiro do período imperial, procura demonstrar que a noção de cor, que provinha da época colonial, não estaria ligada a cor da pele, ou mesmo a mestiçagem, “... mas buscava definir lugares sociais, nos quais etnia e condição estavam indissociavelmente ligadas. Desta perspectiva, a cor inexistente, antes de significar apenas branqueamento, era um signo de cidadania na sociedade imperial, para a qual apenas a liberdade era pré-condição”. (Grifo nosso). MATTOS, *Das cores do silêncio...*, op. cit., p.98-99. Mary Karasch, ao analisar as distinções entre as designações de cor para o Rio de Janeiro, considerará origem e cor conjuntamente, afirmando que o termo designativo de cor, mais utilizado para designar o escravo brasileiro seria o “crioulo”, enquanto “negro” e “preto” serviriam, principalmente, para os escravos africanos, sendo em alguns casos usados para os cativos brasileiros. Os termos “negro” e “preto” pareciam carregar, conforme a autora, significados distintos, o primeiro aparentemente seria sinônimo de escravo, ou mesmo de escravo africano, já o segundo poderia ser um termo mais neutro para o primeiro termo, sendo usado principalmente em “casos em que a nacionalidade ou o status legal de uma pessoa negra era desconhecido”. KARASCH, *A vida dos escravos...*, op. it., p.37.

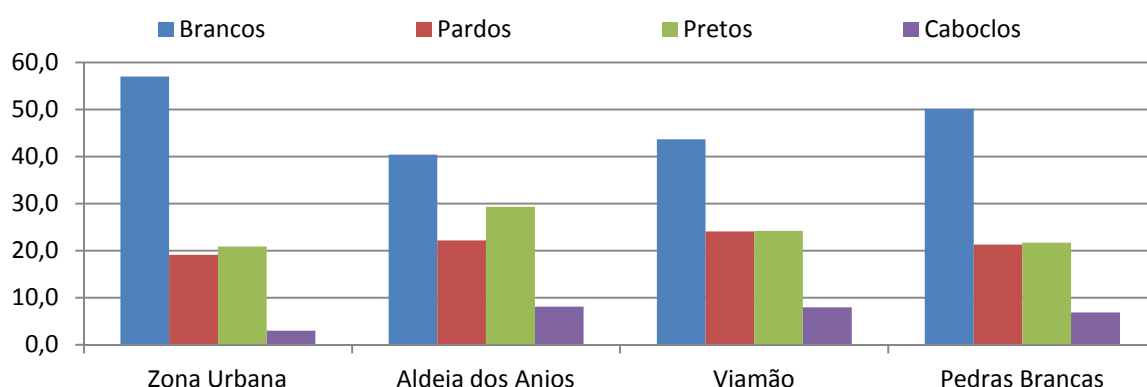
com 43% (1.561) e, por último, a Zona Urbana de Porto Alegre, com 40% (11.061)⁸⁷. É possível afirmar, também, que nas Freguesias da Aldeia dos Anjos e de Viamão existia uma população branca minoritária, que correspondia, respectivamente, a 40,4% (2.365) e 43,7% (3.015) da população das localidades.

Gráfico 4 – (%) População por cor Província e Municípios, 1872



Fonte: Censo Geral do Brasil, 1872.

Gráfico 5 – (%) População por cor Freguesias Porto Alegre, 1872



Fonte: Censo Geral do Brasil, 1872.

Temos, então, que a população não branca (pretos e pardos) presente na Província era bastante representativa, sendo - em algumas freguesias (Aldeia dos Anjos e Viamão) do município de Porto Alegre - predominante sobre a população branca da localidade. No caso da Aldeia dos Anjos, podemos apontar que o percentual de 51,5% de pardos e pretos se aproximava do de algumas províncias do Império, como Pará (50,1%), Rio Grande do

⁸⁷ A Freguesia de Belém, que faz parte da zona urbana de Porto Alegre, era a única que possuía um número elevado de pardos e pretos, das 2.824 almas relacionadas, somente 864 (30,6%) eram brancos, o restante se dividia em 719 (25,5%) pardos, 910 (32,2%) pretos e 331 (11,7%) caboclos. As outras três Freguesias urbanas de Porto Alegre tinham mais de 50% de sua população composta por pessoas brancas.

Norte (51,5%), Ceará (55,4%), Rio de Janeiro (56,1), Mato Grosso (56,7%), Minas Gerais (57,6%) e Paraíba (59%), ultrapassando até mesmo a Província de São Paulo (43%)⁸⁸.

No segundo capítulo, tendo uma maior compreensão sobre alguns aspectos da Aldeia dos Anjos, buscaremos apresentar um quadro dos principais tipos de atividades produtivas desenvolvidas nessa localidade (agricultura, pecuária e fabrico de farinha de mandioca). Destacaremos também as diferenças na distribuição da riqueza dos bens produtivos dos proprietários da região.

⁸⁸ Dados retirados da tabela 5 do apêndice constante in: ALENCASTO, (org.). *História da vida privada no Brasil...*, op.cit., p.474.

2 ESTRUTURA PRODUTIVA E RIQUEZA (DÉCADAS DE 1840 E 1860)

Este capítulo busca apresentar um panorama do tipo de produtos existentes na Freguesia, destacando a importância das atafonas⁸⁹ para a produção de farinha de mandioca e da atividade agrícola (mandioca e milho), bem como destacar a presença de animais e de alguns poucos médios estancieiros na região. Por meio da compreensão da produção da Aldeia dos Anjos, poderemos apontar as atividades nas quais os cativos da localidade trabalhavam, assim como sugerir que estes desempenhavam uma variada gama de atividades nas fazendas senhoriais, principalmente os escravos insurgentes.

Localizamos no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS) 198 inventários da Aldeia dos Anjos entre os anos de 1841 e 1870. Essa documentação estava dividida em cinco subfundos da Comarca de Porto Alegre, localidade Porto Alegre⁹⁰. Para a análise deste capítulo, optou-se por utilizar uma amostragem dessa totalidade, sendo assim, selecionamos todos os inventários da primeira década (1840) e da última (1860). Essa seleção apresentou 109 inventários *post-mortem* de moradores da Freguesia da Aldeia dos Anjos, sendo 57 na década de 1840 e 52 na de 1860. Desse total, optamos por trabalhar somente com os inventários nos quais foram relacionados escravos, o que nos levou a excluir da pesquisa 20 inventários, ficando para base de análise 89 - 47 para a primeira década e 42 para a última. Os 89 inventários representam 44,9% da totalidade de inventários relacionados no período entre os anos de 1841 e 1870 e 54,6% dos inventários com escravos do mesmo período, percentuais consideráveis para a análise aqui proposta.

Optamos por este recorte temporal (década de 1840 e 1860) para que pudéssemos destacar não somente o tipo de produção presente na Freguesia da Aldeia dos Anjos, mas, principalmente, para dar destaque algumas modificações que se perceberam, entre as duas décadas (1840 e 1860), na distribuição da riqueza em bens produtivos (bens de raiz, escravos e animais) dos inventariados da região.

⁸⁹ Moinho manual *ou* movido por bestas. FIGUEIREDO, Cândido de. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 1913, p.211.

⁹⁰ Subfundos: I Vara Civil e Crime, II Vara Civil e Crime, Provedoria, I Vara da Família e Sucessão e II Vara da Família e Sucessão. Infelizmente os inventários não estavam divididos por Freguesias, sendo assim, foi necessário analisar todos os inventários do período entre 1841 e 1870 do fundo 004: Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, para localizar os dos moradores da Aldeia dos Anjos.

Atafonas, “pecuária” e agricultura: A dinâmica da produção nas fazendas da Aldeia dos Anjos

Para analisarmos as atividades produtivas existentes na Aldeia dos Anjos durante o século XIX, iniciaremos nosso estudo citando as observações constantes no “Relatório do Presidente da Província do ano de 1854”, em que o Presidente destacou o cultivo e a produção em grande quantidade de milho, feijão e mandioca na Província, sendo que era considerável a fabricação de farinha de mandioca nas regiões da Aldeia dos Anjos e de Viamão⁹¹.

Com relação ao fabrico de farinha de mandioca, destacamos que, conforme Oliveira, a produção desse produto foi uma das principais atividades da Aldeia dos Anjos, pelo menos até o primeiro quartel do século XX. Nessa localidade, possuir atafona era elemento fundamental para a transformação do gênero em farinha, o que também permitia ao seu dono a obtenção de considerável lucro que poderia ser, em parte, investido em escravos⁹². Oliveira destacou a importância das atafonas para a Aldeia dos Anjos ao analisar os inventários *post-mortem* da região entre o período de 1867 e 1888. Nesse estudo, o autor constatou que a produção de farinha de mandioca era uma atividade comum entre os senhores da localidade, verificando que 43,7% (14) dos inventariados possuíam atafona e que, apesar de não ser a maioria, estes detinham 54,7% (87) dos escravos⁹³.

Analisando os 89 inventários dos moradores da Aldeia dos Anjos nas décadas de 1840 e 1860, encontramos dados muito próximos aos apresentados por Oliveira. Do total de inventários trabalhados temos que 49,4% (44) eram possuidores de atafona, mas o que chama a atenção é o percentual de concentração escrava sob o julgo desses inventariados, que correspondia a 64,8% (400) dos cativos; percentual superior ao apresentado por Oliveira. Tais dados permitem destacar, em primeiro lugar, que a presença de atafonas na região foi bastante difundida e, em segundo, que foi significativa a presença da mão de obra cativa na região, principalmente sob o domínio dos proprietários de atafonas.

⁹¹ Relatório de João Lins Vieira Cansação de Sinimbu em 2 out. 1854, p.46-47. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul>.

⁹² OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. Diálogos entre a pesquisa histórica e a memória quilombola: um estudo sobre a Comunidade de Manoel Barbosa/RS In: *Prêmio Territórios Quilombolas 2ª Edição*. Brasília: MDA, 2007, p.158.

⁹³ Destacamos que Oliveira pesquisou no “fundo Gravataí” - antiga divisão de fundos existente no APERS - o recorte feito pelo autor abarcou todos os inventários presentes nesse fundo (32), mas este não abrange todos os moradores da Freguesia da Aldeia dos Anjos, pois muitos inventários foram encontrados no fundo 004: Comarca Porto Alegre.

Tabela 9 – Inventários com e sem atafona, décadas de 1840 e 1860

	Atafona	Inventários		Escravos nos inventários	
		Nº	%	Nº	%
1841-50	Com	20	42,6	194	56,9
	Sem	27	57,4	147	43,1
	Total	47	100,0	341	100,0
1861-70	Com	24	57,1	206	74,6
	Sem	18	42,9	70	25,4
	Total	42	100,0	276	100,0
Total amostra	Com	44	49,4	400	64,8
	Sem	45	50,6	217	35,2
	Total	89	100,0	617	100,0

Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004: Comarca Porto Alegre, décadas de 1840 e 1860, APERS.

Analisando as décadas separadamente, observa-se que na última (1860) houve um aumento percentual dos inventariados com atafona, visto que na década de 1840 eram 42,6% (20), passando a 57,1% (24) na década de 1860. Ou seja, parece ter ocorrido uma ampliação no acesso à atafona nesse momento. A concentração escrava também se amplia, pois, na primeira década esses 42,6% detinham 56,9% (194) dos escravos, passando para 74,6% (206) na última década.

Focando especificamente na média escrava da região, Oliveira encontrou, entre 1867 e 1888, uma média de 6,2 cativos por senhores com atafona e quatro para senhores sem atafona. Em nossa amostragem (décadas de 1840 e 1860), encontramos números semelhantes - respectivamente 9,3 e 4,8 cativos - o que consiste em dados que indicam a importância da mão de obra escrava nas propriedades com atafonas, pelo menos na segunda metade do século XIX. Observando a média escrava por décadas, percebe-se uma redução tanto nas propriedades com atafona como nas sem atafona. Nas primeiras, a média escrava de 9,7 na década de 1840 passa a 8,6 no último período; já no caso das propriedades sem atafona, a queda foi maior, de uma média de 5,4, passou a 3,9. Talvez essa redução se relacione à afirmação do Presidente da Província em 1854, quando argumentou que com a introdução de fornos rodantes movidos a bois e água houve uma

diminuição na utilização de braços no serviço, facilitando, assim, o processo de torrefação desse produto⁹⁴.

Tabela 10 – (%) escravo na riqueza dos inventariados, décadas de 1840 e 1860

	Inventários		Escravos	
	Atafona	Números	% na riqueza	Número médio
1841-50	Com	20	41,2	9,7
	Sem	27	47,7	5,4
	Total	47	43,8	7,3
1861-70	Com	24	22,2	8,6
	Sem	18	21,7	3,9
	Total	42	22,1	6,6
Total amostra	Com	44	26,9	9,3
	Sem	45	30,1	4,8
	Total	89	28,1	6,9

Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004: Comarca Porto Alegre, décadas de 1840/1860, APERS.

NI = número inventário; %RE = % riqueza em escravos e ME = média escrava.

Observando a média percentual da riqueza em escravos, dos inventariados da Aldeia dos Anjos, percebe-se que o valor total em cativos correspondia a 28,1% da riqueza dos proprietários. Analisando separadamente os inventariados com atafona, constata-se que sua riqueza em escravos era menor (26,9%) do que os que não possuíam atafona (30,1%); ou seja, estes últimos proprietários concentravam grande parte de sua riqueza em escravos, o que não era o caso dos proprietários de atafona, que tinham grande parte de sua riqueza em bens de raiz e animais.

Estudando o percentual da riqueza em escravos por décadas, percebe-se uma queda significativa entre as décadas de 1840 para 1860. No primeiro momento, os escravos representavam 43,8% da riqueza dos inventariados; já na década de 1860, esse percentual se reduz a quase metade (22,1%), indicando que estaria ocorrendo uma reorganização na distribuição da riqueza dos inventariados desses dois períodos, como veremos mais adiante ao analisarmos os bens produtivos desses proprietários.

⁹⁴ Relatório de João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu em 2 out. 1854, p.46-47. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul>.

Pela análise dos inventários, foi perceptível que o fabrico de farinha de mandioca, na Aldeia dos Anjos, constituiu-se como uma atividade rendosa para os inventariados da localidade, permitindo a estes acumular certo capital, que, pelos dados apresentados, foi investido em cativos, assim como em animais, como veremos a partir deste momento.

Ao avaliarmos os bens dos inventariados, percebemos que foi comum a descrição de animais nesses documentos. Temos que apenas 21,3% (19) dos inventários não tiveram relacionados entre seus bens algum tipo de animal, ou seja, 78,7% (70) dos inventariados os possuíam. Do total dos inventários que continham animais, 70% (49) - com até 100 animais - detinham 9,6% (1.038) do rebanho total relacionado nos inventários analisados; já os 90,4% (9.744) do rebanho restante estava sob a posse dos 30% (21) dos demais inventariados - com mais de 100 animais -, ou seja, havia uma concentração de animais sob a posse de uma pequena parcela da população, para reforçar esta percepção, buscaremos detalhar que tipos de animais compunham os rebanhos destes inventários.

Tabela 11 – Qualidade dos animais por inventário, décadas de 1840 e 1860

Qualidade rebanho	Com atafona			Sem atafona			Total			
	Número	%		Número	%		Número	%		
		Número	Valor		Número	Valor		Número	Valor	
1841-1850	Ovinos	370	16,6	2,6	218	21,1	2,5	588	18,0	2,5
	Equinos	610	27,3	21,7	196	18,9	17,7	806	24,7	20,2
	Muare	33	1,5	0,5	1	0,1	0,2	34	1,0	0,4
	<i>Gado Vacum</i>	1.220	54,6	75,2	620	59,9	79,6	1.840	56,3	76,9
	Total	2.233	100,0	100,0	1.035	100,0	100,0	3.268	100,0	100,0
1861-1870	Ovinos	210	2,9	0,5	0	0,0	0,0	210	2,8	0,5
	Equinos	1.074	14,8	8,9	74	27,2	18,5	1.148	15,3	9,3
	Muare	171	2,4	3,3	16	5,9	7,6	187	2,5	3,5
	<i>Gado Vacum</i>	5.787	79,9	87,3	182	66,9	73,9	5.969	79,4	86,7
	Total	7.242	100,0	100,0	272	100,0	100,0	7.514	100,0	100,0
Total amostra	Ovinos	580	6,1	0,9	218	16,7	1,8	798	7,4	1,1
	Equinos	1.684	17,8	11,2	270	20,7	17,9	1.954	18,1	11,8
	Muare	204	2,2	2,8	17	1,3	2,2	221	2,0	2,8
	<i>Gado Vacum</i>	7.007	74,0	85,1	802	61,4	78,1	7.809	72,4	84,3
	Total	9.475	100,0	100,0	1.307	100,0	100,0	10.782	100,0	100,0

Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004: Comarca Porto Alegre, décadas de 1840/1860, APERS.

Analisando os animais que compunham o rebanho dos senhores moradores na Aldeia dos Anjos, no período da amostragem (décadas de 1840 e 1860), encontramos ovinos, equinos, muares e *gado vacum*⁹⁵, sendo que a predominância deste último foi bastante superior (72,4%) à dos demais animais, seguida pelos equinos (18,1%), ovinos (7,4%) e, por último, pelos muares (2%).

A posse de *gado vacum* parecia ser disseminada pela região, pois dos 70 inventariados que possuíam algum tipo de animal, apenas seis não possuíam *gado vacum*; mas, apesar da disseminação de animais na região, temos que o valor do rebanho em relação ao monte mor não era muito significativo, visto que a média do valor em gado representava apenas 6,1% da riqueza dos inventariados - sendo de 8,4% para proprietários com atafona e de 2,3% para os sem atafona.

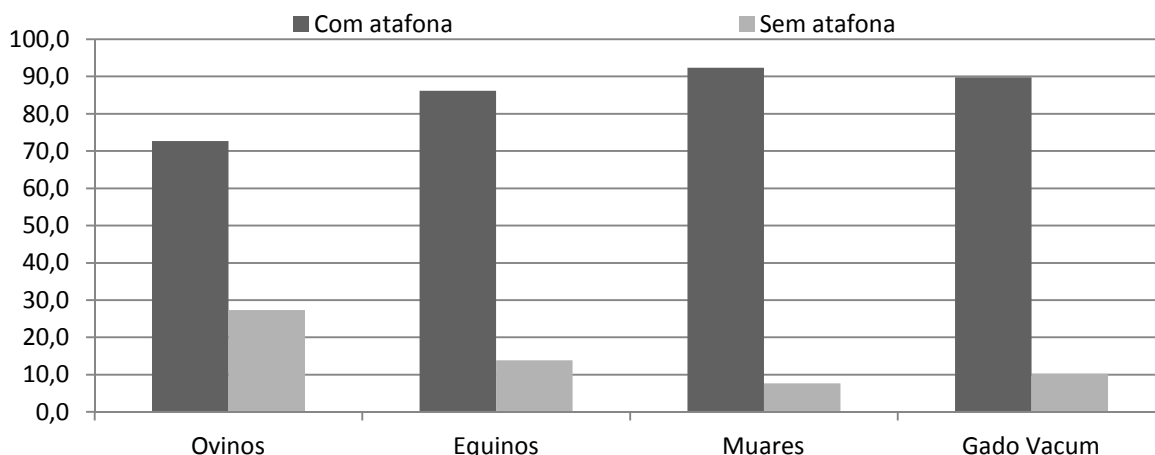
A representatividade de equinos entre os animais dos senhores sem atafona era percentualmente superior aos que a possuíam, tanto em quantidade como em valor do rebanho total, sendo que, entre os detentores de atafona, os equinos representavam 17,8% do total do rebanho e 11,2% do seu valor. Já para os senhores sem atafona, esse percentual era, respectivamente, de 20,7% e 17,9%.

Tendo por base os dados analisados da amostragem, a posse de animais não demonstrava que o inventariado possuía uma posição destacada nas atividades econômicas da região; parecia, na maior parte das vezes, estar relacionada a atividades cotidianas das fazendas. Acreditamos que provavelmente os inventariados se dedicavam a atividade agrícola, visto que, ao avaliarmos os animais relacionados nos inventários da amostragem, foi significativa a presença de bois atafoneiros e carreiros entre o rebanho de *gado vacum*, e como destacou Osório, para final do século XVIII e início do XIX, os “bois mansos, utilizados como animais de tração para carretas, atafonas e arados, são um dos indicativos da prática de agricultura e estavam presentes em 87% das estâncias”⁹⁶.

⁹⁵ Utilizamos a mesma definição, usada por Helen Osório, para *gado vacum*, ou seja, “gado, reses, touros, novilhos, bois e vacas”. OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007, p. 105. Foram encontrados também suínos e aves, mas optamos por não acrescentarmos estes a análise por haverem sido relacionados em alguns poucos inventários e em pouca quantidade.

⁹⁶ OSÓRIO, *O império português no sul da América...*, op. cit., p.162.

Gráfico 6 – (%) Composição rebanho por posse de atafona, décadas de 1840 e 1860



Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004: Comarca Porto Alegre, décadas de 1840/1860, APERS.

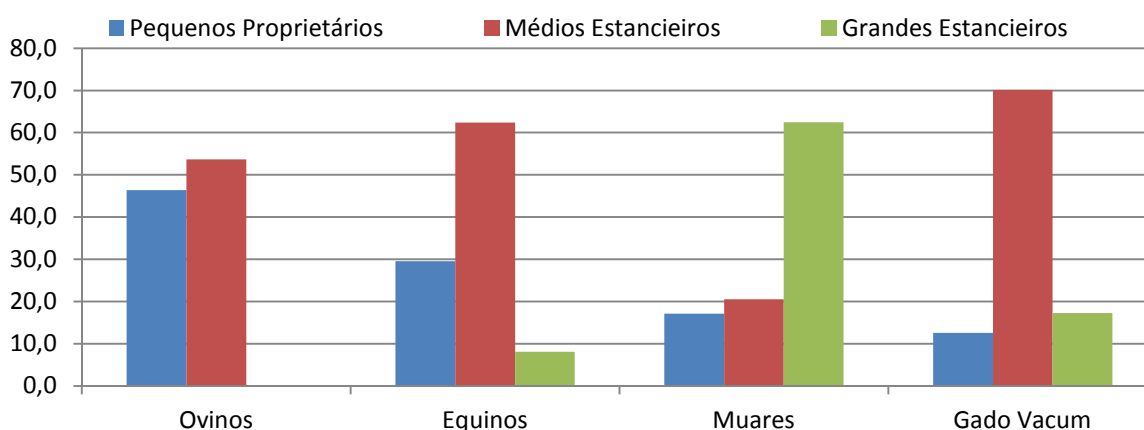
Avaliando os dados dos proprietários detentores de atafona e dos que não a possuíam, percebe-se que, do total de inventariados com animais (70), 50,7% detinham atafona e 49,3% não as possuíam. Destaca-se que a maioria dos animais relacionados nos inventários se encontrava em posse dos proprietários de atafona, detendo 87,9% (9.475) do rebanho, enquanto os sem atafona possuíam apenas 12,1% (1.307) dos animais.

A posse de muales e ovinos era bastante baixa entre os inventariados da Aldeia dos Anjos. Temos que apenas 17,1% (12) dos inventariados com animais possuíam muales e 11,4% (8) possuíam ovinos. A posse desses muales e ovinos se verificou principalmente no caso de senhores com atafona; sendo constatado somente um caso de senhor sem atafona que possuía essas qualidades de animais. Do total de ovinos (798) e muales (221) arrolados nos inventários, temos que 72,7% (580) do primeiro e 92,3% (204) do último estavam sob a posse de senhores com atafona, ficando, respectivamente, 27,3% (218) e 7,7% (17) com os proprietários que não possuíam atafona.

Os dados levantados indicam que parte considerável dos possuidores de atafona, da amostragem, retinha a maior parte do rebanho das regiões, para todas as qualidades de animais. A análise dos inventários sugere que parte considerável dos inventários da amostragem da Aldeia dos Anjos conciliavam as atividades de atafona com a pecuária. Os dados também possibilitam afirmar que a posse de atafona era indicativo de poder econômico nesta localidade, permitindo a estes a acumulação de capital para ser investida em escravos, animais e “bens de raiz”, assim como havia apontado Vinícius Oliveira.

Buscando compreender um pouco melhor a questão dos animais, analisaremos a qualidade do rebanho a partir do número de animais presentes nos inventários dos pequenos proprietários, médios e grandes estancieiros. Para analisarmos esses casos, seguimos a divisão por quantidade de animais utilizada por Osório, considerando pequenos proprietários os inventariados com até 100 cabeças de *gado vacum*, médios estancieiros com 101 a 1.000 e grandes com mais de 1.000⁹⁷. Nessa divisão, foram excluídos seis inventários que não possuíam nenhuma cabeça de *gado vacum*, ficando para análise 64, que possuíam 10.711 animais entre *gado vacum*, equinos, muares e ovinos.

Gráfico 7 – (%) Composição rebanho por tamanho rebanho, décadas de 1840 e 1860



Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004: Comarca Porto Alegre, décadas de 1840/1860, APERS.

Considerando os inventários com animais (64) pela divisão pequenos proprietários e médios e grandes estancieiros, nota-se que os primeiros representavam 73,4% (47) dos senhores e detinham 18,2% (1.949) do rebanho local, presente na amostragem dos inventários, enquanto os grandes e médios estancieiros correspondiam a 26,6% (17) e possuíam 81,8% (8.762) dos animais. Se compararmos o número de animais com a subdivisão anterior de senhores “com e sem atafona”, veremos que há uma disparidade maior na concentração desses animais, em que 87,9% (9.475) do rebanho estavam em posse de 50,7% dos senhores, enquanto que 12,1% (1.307) dos animais estavam sob a posse dos outros 49,3% senhores dos inventariados.

A concentração de animais em posse de alguns poucos inventariados sugere a predominância de atividades agrícolas para os pequenos proprietários. Como bem apontou

⁹⁷ OSORIO, *O império português no sul da América...*, op.cit., p.169.

Osório ao analisar os pequenos produtores com até 100 cabeças de gado durante o final do século XVIII e início do XIX, esses produtores constituíam “o setor mais pobre dos produtores rurais quando comparados aos médios e grandes estancieiros, fosse com relação ao patrimônio bruto total, fosse ao número de escravos”⁹⁸.

Tabela 12 – (%) Concentração da fortuna dos médios e grandes estancieiros, décadas de 1840 e 1860

	Inventariado	Bens de raiz	Gado vacum	Equinos	Muare	Ovino	Cativo	Fortuna
1841-1850	Antonio Vieira Soares	58,0	8,5	2,0	0,1	0,6	22,1	91,3
	Inácia Joaquina de Jesus	30,3	18,2	1,8	0,0	0,2	35,7	86,2
	Manoel Jose Alves	37,6	10,2	1,3	0,0	0,0	40,6	89,7
	Maria Joaquina da Conceição	37,1	11,9	1,6	0,1	0,0	20,3	71,0
1861-1870	José Joaquim Machado	46,9	12,5	0,7	0,7	0,0	33,0	93,8
	Francisco Antônio de Jesus	50,2	8,0	2,5	0,0	0,0	37,0	97,7
	Catarina Rosa de Oliveira	44,2	2,9	0,5	0,0	0,0	44,9	92,6
	Florência Antônia de Jesus	64,3	7,9	0,9	0,6	0,1	23,3	97,0
	Ana Joaquina de Andrade	80,9	5,2	2,0	0,5	0,0	10,4	99,0
	Felicidade Maria de Jesus	24,7	36,7	4,0	0,0	0,0	29,3	94,7
	Jose Teixeira Nunes	79,0	3,2	0,5	0,0	0,2	16,0	99,0
	Joaquina da Silveira Peixoto	80,2	14,8	1,2	0,0	0,0	0,6	96,9
	Jose Inácio Soares	54,3	6,9	0,5	0,0	0,4	5,0	67,2
	Joaquim Antônio de Jesus	64,2	11,4	2,1	0,1	0,0	20,5	98,2
Dona Ana Pahim de Andrade	60,9	28,5	1,6	3,7	0,0	2,8	97,5	
Antônio de Vargas e Andrades	59,4	7,8	1,2	0,0	0,0	13,5	81,9	
Francisco Gomes Ferreira Soares	46,2	8,7	0,3	0,1	0,0	22,0	77,2	

Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004: Comarca Porto Alegre, décadas de 1840/1860, APERS.

Obs.1: Para os bens de raiz foram considerados tanto os terrenos urbanos como os rurais. Destacamos que na maior parte dos inventários a presença de terrenos urbanos foi pequena.

Obs.2: Foram desconsiderados na análise as dívidas ativas, dinheiro, ouro, prata, “móveis e utensílio”, entre outros.

Para compreendermos melhor as atividades econômicas destes inventariados, buscou-se pesquisar em quais bens se concentravam suas fortunas. Para analisar esta

⁹⁸ OSÓRIO, *O império português no sul da América...*, op. cit., p.169.

concentração nos focamos nos três bens que foram, na grande maioria dos casos, os predominantes na fortuna dos inventariados, quais sejam, “bens de raiz”, cativos e animais.

Analisando especificamente os médios e grandes estancieiros, percebe-se, primeiramente que ocorreu uma ampliação no percentual e número de médios estancieiros – 11,8% (4) na década de 1840 para 40% (12) na de 1860 - assim como, o surgimento de um grande estancieiro na década de 1860 entre os inventariados da Aldeia dos Anjos. Em segundo lugar, percebe-se, ao considerar suas riquezas, que concentravam a maior parte de seus recursos em bens de raiz e escravos ao invés de *gado vacum*. Considerando a riqueza em cativos e *gado vacum*, verifica-se que a diferença percentual era bastante díspar, sendo que, na década de 1840, a riqueza em cativos sempre foi superior à em *gado vacum*, na maioria dos casos ultrapassando o dobro do valor deste último.

Na década de 1860, ainda há um predomínio da riqueza em escravos, mas, em três casos, a riqueza em *gado vacum* foi superior à em cativos, sendo destes o único caso de grande estancieiro o de Dona Ana Pahim de Andrade, com suas 1.350 reses de *gado vacum*. Podemos afirmar que na maioria dos casos dos médios estancieiros, sua riqueza em escravos quase sempre foi bastante superior a em animais, ou seja, aparentemente temos que até o final da década de 1860, a posse de escravos representava parte considerável da fortuna dos proprietários da localidade.

Antes de prosseguirmos com a questão da posse escrava, devemos analisar outro dado que chamou-nos a atenção na concentração da riqueza dos senhores, os *bens de raiz*, visto que somente em quatro casos esses não foram o maior valor dos bens avaliados. Temos, ainda, que na década de 1840 os “bens de raiz” quase sempre se constituíam como a maior parte da fortuna dos senhores, e também destacamos que, na década de 1860, além de continuarem sendo a principal posse dos inventariados, passaram a representar mais de 50% da riqueza destes senhores. Sendo assim, nos cabe fazer algumas considerações sobre a valorização da terra na Província após 1850.

Breves apontamentos sobre a questão da terra após 1850

Como encontramos um elevado valor em terras nos inventários dos médios e grandes estancieiros analisados, acreditamos ser necessário fazer alguns comentários sobre essa questão. Antes, cabe destacar que a elite econômica da Freguesia da Aldeia dos Anjos

era “pobre” se comparada, por exemplo, a elite econômica apresentada por Luís Farinatti para o município de Alegrete. Em sua pesquisa o autor encontrou 16 fortunas superiores a 10.000 libras, entre 1831-1870 – sendo três na década de 1830, três na de 1840, seis na de 1850 e quatro na de 1860⁹⁹. Já para o caso da Aldeia dos Anjos nas décadas de 1840 e 1860 encontramos somente uma fortuna superior a 10.000 libras, podemos ainda destacar que no primeiro período estudado não houve nenhum inventariado com uma fortuna superior a 5.000 libras, já na década de 1860 verificou-se somente uma fortuna superior a 10.000 libras e três inventariados com uma fortuna entre 5.001 e 10.000 libras.

A mudança nas fortunas dos inventariados da Aldeia dos Anjos se assemelha a encontrada por Graciela Garcia para Alegrete nas décadas de 1830 e 1870, quando a autora verificou um aumento no percentual de produtores que conseguiam acumular uma fortuna superior a 10.000 libras, assim como constatou o surgimento de uma nova faixa de fortuna com produtores que conseguiam acumular patrimônios superiores a 20.000 libras esterlinas. Garcia destaca também que a sociedade de 1870 era mais complexa que a de 1830 (grandes rebanhos e grandes escravarias) e que havia uma maior “diversificação de investimentos por parte dos produtores”¹⁰⁰, sendo a terra um de seus bens mais valiosos, como veremos.

Começamos as observações sobre a questão da terra através do trabalho de Luana Teixeira que, estudando Santo Francisco de Paula de Cima da Serra entre 1850 e 1871, destacou que os inventariados que pesquisou concentravam sua riqueza em três categorias: bens de raiz, escravos e animais. Juntas, essas três categorias compreendiam 95,6% da riqueza dos inventariados, sendo que “a propriedade da terra ainda será a parte mais representativa da riqueza dos inventários de São Francisco”. A autora, ao discutir com a bibliografia, aponta que outras regiões (Lages/SC e Sertão de Pernambuco) também apresentavam sua riqueza concentrada nessas três categorias, mas destaca que nas regiões sulinas os bens de raiz tiveram maior importância, enquanto que, no nordeste, foram os escravos¹⁰¹.

⁹⁹ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil*. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2007. (Tese de Doutorado), p.52-61.

¹⁰⁰ GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2005. (Dissertação de Mestrado), p.32-34.

¹⁰¹ TEIXEIRA, Luana. *Muito mais que senhores e escravos. Relações de trabalho, conflitos e mobilidade social em um distrito agropecuário do sul do Império do Brasil (São Francisco de Paula de Cima da Serra, RS, 1850-1871)*. Florianópolis: PPGH/UFSC, 2008. (Dissertação de Mestrado), p.50-53.

Jonas Vargas, analisando a concentração de riqueza no patrimônio dos inventariados de Pelotas entre 1850 e 1890, destacou que, no período analisado, houve uma acumulação de riqueza (terras, escravos, dinheiro e *gado vacum*) nas mãos de poucas pessoas. Na tabela do “perfil do patrimônio dos inventariados”, apresentada pelo autor, percebe-se que os bens imóveis (rurais e urbanos) representavam a maior parte de sua riqueza - sempre superior a 50% - sendo que os escravos atingiam a maior porcentagem no patrimônio dos inventariados entre 1860/65, mas, ainda assim, representavam apenas 20,5% de suas riquezas. Vargas destaca que novas pesquisas apontam para a ocorrência de valorização no preço das terras após 1850 com a “Lei de Terras”, que refletiu “na composição das fortunas dos inventários”¹⁰². Analisando os inventários *post-mortem* de Alegrete e pensando especificamente nessa questão da valorização da terra após 1850, Gabriela Garcia afirma que:

No intervalo de tempo entre as décadas de 1830 e 1870, a relação entre bens de raiz e animais praticamente se inverte: a participação dos bens de raiz mais que duplica enquanto que a dos animais se reduz a menos da metade. Já a mão de obra escrava, apesar de se manter como terceiro principal investimento entre os bens de produção, também perde em participação no montante do patrimônio produtivo, assim como os animais¹⁰³.

Na Aldeia dos Anjos há uma singularidade com relação aos escravos, visto que estes, pelo menos entre as décadas de 1840 e 1860, estavam entre os dois principais bens dos inventariados, como veremos adiante. Mas, pensando sob essa perspectiva da terra, torna-se mais compreensível o caso dos médios estancieiros da Aldeia dos Anjos. Se acrescentarmos a esse aumento do preço das terras o aumento do valor do cativo após esse mesmo ano (1850), considerando a lei do fim do tráfico negreiro de 1850 (como veremos ao final do terceiro capítulo), compreende-se que a maior parte da riqueza desses médios estancieiros estava concentrada em bens de raiz e cativos. Apesar de haver uma quantidade considerável de animais, esse patrimônio era pouco representativo em termos de riqueza, pois somente em oito, dos 20 médios e grandes estancieiros destacados, o valor em *gado vacum* ultrapassou 10% de suas riquezas.

¹⁰² VARGAS, Jonas Moreira. De charque, couros e escravos: A concentração de riqueza, terras e mão de obra em Pelotas (1850-1890). *Saeculum – Revista de História*. n.º 26. João Pessoa, jan./jun. 2012, p.82. Sobre a questão da valorização do preço das terras, após a Lei de Terras de 1850, ver GARCIA, *O domínio da terra...*, op.cit.

¹⁰³ GARCIA, *O domínio da terra...*, op. cit., p.24-25.

Com relação à questão da posse de terras, pode-se verificar que os bens de raiz se constituíam, na maior parte, da fortuna dos inventariados com uma riqueza superior a 1.000 libras esterlinas na década de 1840. Na década de 1860, apesar do patrimônio dos inventariados com uma fortuna de até 500 libras continuar a se concentrar em escravos, os com mais de 500 libras passam a concentrar a maior parte de sua riqueza em bens de raiz. Como nossa amostragem optou por abordar as décadas de 1840 e 1860, período bastante próximo às leis de 1850 (Lei de Terras e Lei Euzébio de Queiroz), possivelmente apresentará algumas transformações na estrutura da riqueza dos inventariados devido a essas leis, tornando mais compreensível o fato de que os mais abastados da região tivessem um equilíbrio na riqueza entre bens de raiz e escravos, enquanto os inventariados mais pobres tinham sua riqueza concentrada em cativos.

Tabela 13 – (%) Distribuição por faixa de fortuna em £ da riqueza em bens de raiz, animais e escravos, décadas de 1840 e 1860

	Inventários			Bens de Raiz		Animais		Escravos	
	Fortuna em £	Número	Monte mor	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1841-1850	0 a 200	7	674,37	150,97	22,4	52,41	7,8	339,62	50,4
	201 a 500	17	5.872,63	2.481,74	42,3	275,18	4,7	3.328,52	56,7
	501 a 1.000	15	10.604,83	4.810,67	45,4	203,22	1,9	5.541,82	52,3
	1.001 a 2.000	5	7.576,78	2.892,89	38,2	851,26	11,2	2.678,49	35,4
	2.001 a 5.000	3	8.616,32	4.380,33	50,8	587,29	6,8	2.726,93	31,6
	5.001 a 10.000	0	0,00	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
	10.001 a 20.000	0	0,00	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Total 1841-50	47	33.344,93	14.716,60	44,1	1.969,36	5,9	14.615,38	43,8	
1861-1870	0 a 200	2	321,21	25,21	7,8	8,87	2,8	283,96	88,4
	201 a 500	8	2.763,27	1.180,21	42,7	115,80	4,2	1.188,06	43,0
	501 a 1.000	12	8.860,85	4.215,16	47,6	545,74	6,2	3.941,28	44,5
	1.001 a 2.000	6	7.789,99	4.731,94	60,7	875,78	11,2	2.240,48	28,8
	2.001 a 5.000	10	29.599,57	18.906,19	63,9	2.728,35	9,2	5.099,55	17,2
	5.001 a 10.000	3	20.446,61	10.590,33	51,8	1.517,75	7,4	6.059,36	29,6
	10.001 a 20.000	1	17.440,65	8.366,95	48,0	41,03	0,2	436,33	2,5
Total 1861-70	42	87.222,15	48.015,99	55,1	5.833,32	6,7	19.249,02	22,1	
Total amostra	89	120.567,08	62.732,59	52,0	7.802,68	6,5	33.864,40	28,1	

Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004: Comarca Porto Alegre, décadas de 1840/1860, APERS.

Os dados dessa amostragem parecem dialogar com a constatação de Garcia quando afirma, pensando a partir da lei de terras de 1850, que “se na década de 1830 a terra era um bem razoavelmente acessível, agora as possibilidades de se ter acesso a ela tornaram-se muito mais restritas”¹⁰⁴. No caso da Aldeia dos Anjos, percebe-se que os bens de raiz sofrem um aumento percentual na fortuna principalmente dos inventariados com montemor superior a 1.000 libras, percentual que se mantém semelhante para os inventariados entre 201 a 1.000 libras e se reduz para os com até 200 libras.

Apesar dessas variações nos dados da amostragem, podemos apontar que na Aldeia dos Anjos a terra tinha significativa importância nas duas décadas estudadas, tornando-se mais valorizada no último período. Temos, então, que na década do levante escravo de 1863 esse tipo de patrimônio ocupava lugar de destaque na riqueza dos senhores mais abastados da região, levando-nos a concordar com Teixeira quando aponta “ser relevante a relativa importância da terra no total dos bens no sul do Brasil”¹⁰⁵.

Enquanto os bens de raiz ampliavam sua presença na riqueza presente nos inventários, os escravos, que compunham parte significativa da fortuna dos senhores na década de 1840, perdiam espaço na riqueza dos inventariados na década de 1860 nos inventários com fortuna superior a 200 libras. Buscando compreender essa perda de espaço, analisaremos as alterações que se verificam na estrutura da posse escrava da Aldeia dos Anjos e no perfil escravo da região (idade, sexo, procedência e profissão) no próximo capítulo.

¹⁰⁴ GARCIA, *O domínio da terra...*, op. cit., p.24-25.

¹⁰⁵ TEIXEIRA, *Muito mais que senhores e escravos...*, op. cit., p.54.

3 ESTRUTURA DE POSSE E PERFIL ESCRAVO (1841-1870)

Esse tópico prima por compreender algumas questões relacionadas às modificações na estrutura de posse escrava na Aldeia dos Anjos após o fim do tráfico negreiro (1850). Optamos, assim, por trabalhar com um recorte temporal que abrangesse três momentos: um que iniciasse a partir da década que antecedeu a lei do fim do tráfico (1840) e dois que fossem posteriores à lei (1850 e 1860). Conforme destacamos no segundo capítulo, o levantamento realizado no APERS localizou 198 inventários *post-mortem* de moradores da Freguesia da Aldeia dos Anjos entre os anos de 1841 e 1870, e será com base nessa totalidade que trabalharemos neste capítulo.

Nessa análise, optamos por utilizar uma divisão em três faixas tamanho escravaria: pequenas escravarias com “1 a 9” cativos, médias com “10 a 19” e grandes com “20 ou mais”¹⁰⁶. Para uma análise mais detalhada das pequenas e médias escravarias (“1 a 9” e “10 a 19” cativos), optamos por dividi-las em quatro: para as pequenas, trabalhamos com as faixas de “1 a 4” e “5 a 9” cativos; já para as médias, com as faixas de “10 a 14” e “15 a 19”¹⁰⁷. Esse detalhamento ajudará a compreender melhor as modificações que se perceberam com o tempo nessas pequenas e médias escravarias.

Antes de analisarmos os inventários, torna-se importante destacar algumas questões metodológicas quanto ao seu uso histórico. Osório, ao pensar sobre a forma de análise dos “grupos domésticos”, afirma que as principais fontes para esse tipo de estudo seriam:

[...] censos e listas nominativas que discriminem os habitantes livres e escravos de cada unidade produtiva. Infelizmente, não dispomos desse tipo de fonte para o Rio Grande. Dessa forma, como apreender e determinar qual o tipo de força de trabalho predominante nessas unidades produtivas? *Os inventários post-mortem fornecem-nos uma série de dados que nos permitem aproximarmo-nos da questão. Recordemos, no entanto, que uma das distorções, ou limite, dessa fonte é a sobre-representação dos setores mais ricos da população.* (Grifo nosso)¹⁰⁸

Apesar de os documentos privilegiarem uma restrita população, acreditamos que ao compreendermos melhor este segmento, também teremos uma melhor visão do ambiente

¹⁰⁶ Procuramos seguir o mesmo padrão utilizado por Scherer e Araújo, até mesmo para podermos comparar os dados apresentados para a Aldeia dos Anjos. Na tabela as escravarias com mais de 20 escravos, foram descritas como “20-32”, pois a maior escravaria encontrada para a região, no período analisado, foi de 32 escravos. SCHERER, *Experiências de busca da liberdade...*, op. cit. e ARAÚJO, *Escravidão, fronteira e liberdade...*, op. cit.

¹⁰⁷ Em todas as tabelas acrescentamos o valor total da pequena (1 a 9) e média escravaria (10 a 19), deixando destacados os números e porcentagens referentes a esse detalhamento.

¹⁰⁸ OSÓRIO, *O império português no sul da América...*, op. cit. p.175.

no qual os escravos viviam. Sempre tomando o cuidado em relativizar os dados encontrados nesse tipo de documentação, visto que, como destacou Osório, representavam parte da população que tinha acesso a algum tipo de propriedade e não a sua população como um todo.

Muitos com pouco e poucos com muito: A concentração da posse escrava após 1850

A importância do trabalho escravo na Aldeia dos Anjos não é uma questão do século XIX, pois, já no século XVIII é perceptível sua disseminação na localidade. Ao estudarem o padrão de posse de Porto Alegre, Viamão e Aldeia dos Anjos, por meio dos registros de batismo e dos róis de confessados, para o período de 1771 a 1784, Sirtori e Gil destacaram que, na documentação de 1789 da Aldeia dos Anjos, 36,5% (66) dos fogos da região possuíam escravos. Os autores apontam que as grandes escravarias detinham 39,1% (151) dos escravos e que a média de escravos por senhor na Aldeia dos Anjos em 1789 era de 5,1. Sirtori e Gil ainda destacam que, no final do século XVIII, havia uma predominância de proprietários com pequenas escravarias, pois esses senhores representavam 86,3% dos que concentravam sob seu domínio 60,9% dos escravos, período em que os proprietários de médias escravarias correspondiam a 13,6% dos senhores e detinham 39,1% dos cativos¹⁰⁹.

Os dados de Sirtori e Gil demonstram como, já no final do XVIII, era disseminado o trabalho escravo na região da Aldeia dos Anjos. A partir dos inventários, buscaremos demonstrar essa mesma disseminação da mão de obra escrava e, principalmente, que entre os anos de 1841 e 1870 houve um aumento no número de inventariados sem escravos e que, nesse período, ocorreu uma concentração de cativos nas mãos de alguns poucos senhores da localidade.

¹⁰⁹ SIRTORI, Bruna; GIL, Tiago. A geografia do compadrio cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1771-1795. In: *V Encontro Escravidão & Liberdade no Brasil Meridional*, 2011. Disponível em: <<http://www.escravidaoliberdade.com.br>>, p. 4-10. Os autores utilizaram para estrutura de posse as faixas de “1 a 4”, “5 a 9” e “10 ou mais” escravos, sendo que consideraram grandes escravarias as que se constituíam por mais de dez cativos. A maior escravaria encontrada por Sirtori e Gil para a Aldeia neste período seria composta por dezesseis cativos. No caso do século XIX (1841-1870), que analisamos, a maior escravaria da região era constituída por trinta e dois cativos.

Tabela 14 – Inventários com e sem escravos, 1841-1870

Período	Com escravos		Sem escravos		Total
	Nº	%	Nº	%	
1841-50	48	84,2	9	15,8	57
1851-60	73	82,0	16	18,0	89
1861-70	42	80,8	10	19,2	52
Total	163	82,3	35	17,7	198

Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1841-1870, Provedoria, I e II Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família e Sucessão, APERS.

A primeira questão a se destacar da análise dos inventários relaciona-se à presença cativa nessa documentação, pois, mesmo constatando que houve um aumento percentual na participação de inventariados sem escravos na Aldeia dos Anjos - 2,2% na década de 1850 e 1,2% na de 1860 - a presença de cativos nos inventários foi sempre superior a 80% em todas as três décadas estudadas (1840, 50 e 60). Não deixemos de considerar que esse tipo de fonte apresenta informações da população mais “abastada” da região, sendo assim, podemos afirmar que o percentual da população sem escravos da região deveria ser mais elevado do que a apresentada por nossa análise; mas isso não diminui a importância dos dados apresentados. O aumento percentual de inventariados sem escravos pode indicar que se os senhores com alguns bens poderiam estar tendo dificuldades no acesso à mão de obra cativa, possivelmente a população menos abastada estaria tendo mais dificuldades para adquiri-la.

Observando o período total (1841-1870), constatou-se que os inventariados com pequenas escravarias correspondiam a 72,4% dos proprietários com cativos, mas apesar de corresponderem à maioria dos inventariados, possuíam somente 40% dos escravos arrolados. Analisando separadamente os inventários com pequenas escravarias com 1 a 4 escravos percebemos que estes correspondiam a 45,4% dos senhores e possuíam 14,6% dos cativos, enquanto os com 5 a 9 escravos, que eram 27% dos inventariados, detinham 25,4%.

Tabela 15 – Inventários e escravos por faixa tamanho escravaria, Aldeia dos Anjos, 1841-1870

Escravaria	Inventários			Escravos	
	Número	% Total	% Com escravo	Número	%
0	35	17,7	---	---	---
1-4	74	37,4	45,4	163	14,6
5-9	44	22,2	27,0	284	25,4
Subtotal 1-9	118	59,6	72,4	447	40,0
10-14	28	14,1	17,2	321	28,7
15-19	8	4,0	4,9	130	11,6
Subtotal 10-19	36	18,2	22,1	451	40,3
20-32	9	4,5	5,5	220	19,7
Total	198	100,0	100,0	1.118	100,0

Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1841-1870, Provedoria, I e II Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família e Sucessão, APERS.

Percebe-se pelos dados dos inventários que a maior parte dos cativos (40,3%) encontrava-se em posse dos proprietários de médias escravarias, estes correspondiam a 22,1% dos inventariados. Observando a subdivisão (“10 a 14” e “15 a 19” escravos) percebeu-se que a maioria dos cativos (28,7%) vivia em escravarias com “10 a 14” cativos, sendo que somente 11,6% estavam nas com “15 a 19”. Já nas propriedades com grandes escravarias, que correspondiam a 5,5% dos inventariados, temos 19,7% dos escravos relacionados nos inventários.

Este quadro parece manter-se igual ao apresentado por Helen Osório para o século XVIII, quando observou que, no Rio Grande, haveria um predomínio de escravarias com “até 4 escravos (52%); na verdade 78% dos proprietários detinham no máximo nove escravos, o que para o restante da América portuguesa os classificaria como pequenos proprietários de escravos”¹¹⁰, Scherer e Araújo, também encontraram uma predominância

¹¹⁰ OSÓRIO, Helen. Fronteira, escravidão e pecuária: rio grande do sul no período colonial. *Anais [recurso eletrônico] / 2. Jornadas de História Regional Comparada, 1. Jornadas de Economia Regional Comparada*: organizadores: Luiz Roberto Targa, Ronaldo Herrlein Jr., Marli Marlene Mertz - Porto Alegre: PUCRS, 2005a, p. 4. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br>>.

dessa Faixa Tamanho Escravaria em suas análises, respectivamente para Rio Grande e Cruz Alta¹¹¹.

Os dados analisados sugerem haver uma predominância de pequenas e médias escravarias na Aldeia dos Anjos, sendo pequena a participação das grandes. Como nossa intenção consiste na compreensão das alterações na estrutura das escravarias com o fim do tráfico negreiro (1850), analisaremos os dados por década tornando mais perceptível as modificações que se processaram com o passar dos anos.

Tabela 16 – (%) Inventários e escravos por faixa tamanho escravaria, Aldeia dos Anjos, 1841-1850

Escravaria	Inventários			Escravos	
	Número	% Total	% Com escravos	Número	%
0	9	15,8	---	---	---
1-4	17	29,8	35,4	40	11,5
5-9	16	28,1	33,3	100	28,7
Subtotal 1-9	33	57,9	68,7	140	40,2
10-14	9	15,8	18,8	103	29,6
15-19	4	7,0	8,3	65	18,7
Subtotal 10-19	13	22,8	27,1	168	48,3
20-32	2	3,5	4,2	40	11,5
Total	57	100,0	100,0	348	100,0

Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1841-1870, Provedoria, I e II Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família e Sucessão, APERS.

Observando os dados da década de 1840, percebe-se uma predominância de proprietários de pequenas escravarias na Aldeia dos Anjos, mas comparando-os ao total do período analisado (1841-1870), verificou-se que a participação desses proprietários era de 68,7%, ou seja, 3,7% menor do que o período como um todo. Dividindo essa Faixa Tamanho Escravaria entre senhores de “1 a 4” escravos e “5 a 9”, verificou-se que houve

¹¹¹ Scherer, analisando os inventários de Rio Grande para os anos entre 1825 e 1865 encontrará 50,28% dos inventariados com 1 a 4 cativos. SCHERER, *Experiências de busca da liberdade*, op. cit., p. 39. Araújo analisando os anos entre 1834 e 1879, cabe destacar que o autor analisou os dados por período: 1834-1849, 1850-1859, 1860-1869 e 1870-1879, encontrou quase sempre uma representatividade desses inventariados superior a 50%, sendo que no período entre 1860 e 1869 essa faixa tamanho escravaria se reduziu para 36,50%, voltando ao patamar dos 50% no último período. ARAÚJO, *Escravidão, fronteira e liberdade...*, op. cit., p.69-86.

um equilíbrio entre essas faixas, respectivamente 35,4% e 33,3%, fato que não se perceberá no período total analisado: respectivamente 45,4% e 27%. Como veremos durante a análise, com o passar das décadas os senhores proprietários de “5 a 9” escravos foram perdendo espaço na sociedade da Aldeia dos Anjos.

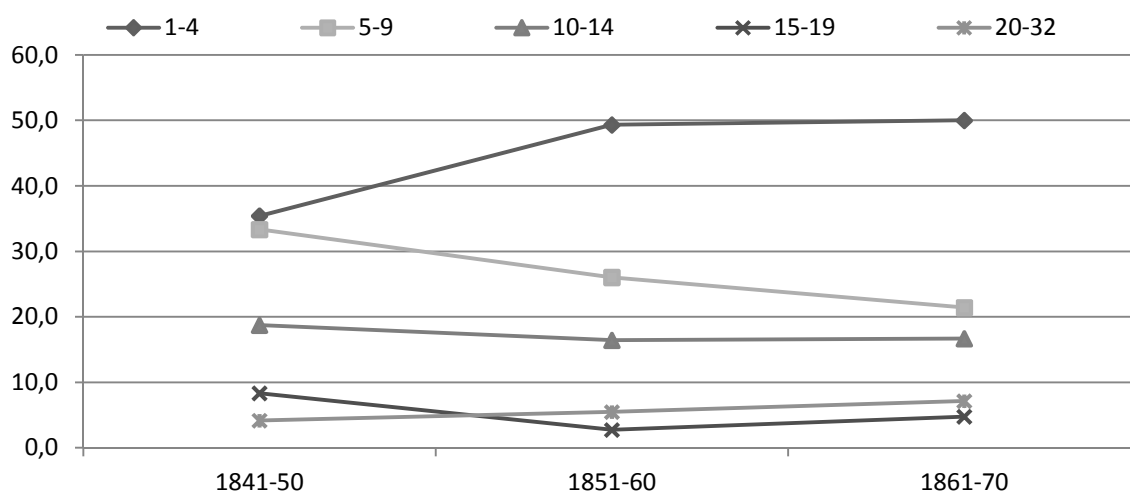
No caso dos inventariados detentores de médias escravarias (“10 a 19” cativos), percebeu-se que estes tinham sob seu domínio 48,3% (168) dos escravos, representando apenas 27,1% dos inventariados. Já para o caso das grandes escravarias, observou-se que 11,5% (40) dos escravos estavam sob a posse de apenas 4,2% (2) dos senhores inventariados. Temos, então, que as escravarias predominantes nos inventários levantados eram as pequenas (68,7%), mas que, apesar disso, a maioria dos escravos relacionados nessa documentação se concentrava nas médias.

Ao observarmos separadamente as médias escravarias, constatou-se que os inventariados com “10 a 14” escravos (15,8%) representavam mais que o dobro dos com “15 a 19” (7%), mas apesar de ser maioria dos inventariados, o número de escravos não era tão superior, enquanto os primeiros detinham 28,6% (103) dos escravos, os últimos possuíam 17,1% (65). Como afirmamos, é perceptível que a presença de senhores com até nove cativos era predominante na Aldeia dos Anjos, mas possuir mais que esta quantidade não era para qualquer habitante da localidade.

Os dados analisados corroboram com a opção de Sirtori e Gil, para a Aldeia dos Anjos do século XVIII, de considerarem senhores com mais de nove cativos como grandes escravistas na região, mas apesar de concordarmos com a perspectiva dos autores, ainda trabalharemos com a faixa etária de “20 ou mais” escravos para os grandes proprietários, para facilitar a comparação com estudos de outras regiões da Província.

O quadro apresentado na década de 1840 sofrerá algumas alterações durante a de 1850, quando ocorrerá um aumento considerável na participação de inventariados com pequenas escravarias. Estes que na década de 1840 eram 68,7% dos inventariados com 40,2% da mão de obra cativa sob sua posse, passam na década de 1850 a representar 75,3% detendo 42% dos cativos presentes nos inventários. Apesar do aumento de 6,6% na participação dos senhores com pequenas escravarias, o percentual de escravos sob seu domínio cresceu apenas 1,8%.

Gráfico 8 – (%) Inventariados por faixa tamanho escravaria, 1841-1870



Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1841-1870, Provedoria, I e II Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família e Sucessão, APERS.

Analisando os senhores com pequenas escravarias (“1 a 9” cativos) separadamente, constata-se que 49,3% (36) destes possuíam entre “1 e 4” escravos e apenas 26% possuíam entre “5 e 9”. Apesar desse predomínio do primeiro, observa-se que a primeira faixa, mesmo sendo quase o dobro da segunda, detinha apenas 15,5% (76) dos escravos, enquanto a segunda possuía 26,5% (130). Observa-se, assim, que na década de 1850 houve um crescimento na representatividade dos senhores com pequenas escravarias para aqueles com “1 a 4” escravos, quando ocorreu um aumento percentual de 13,9%; já no caso daqueles com “5 a 9” cativos, houve uma redução de 7,3%.

Nessa mesma década de 1850, houve uma redução na participação de proprietários com médias escravarias, que antes representavam 27,1% dos inventariados concentrando em suas mãos 48,3% dos escravos, passando a 19,2% dos proprietários e possuindo 35,2% dos cativos. Houve, então, uma queda percentual tanto na representatividade desses inventariados como na de seus escravos, permitindo-nos perceber uma redução na participação dos senhores com “5 a 9” e “10 a 19” cativos. Nessa última Faixa Tamanho Escravaria, notamos que a maior redução se verificou no percentual de proprietários com “15 a 19” cativos, que eram 7% detendo 18,7% dos escravos na década de 1840, passando a 2,7% com apenas 6,7% dos cativos na década de 1850.

Tabela 17 – (%) Inventários e escravos por Faixa Tamanho Escravaria, Aldeia dos Anjos, 1851-1860

Escravaria	Inventários			Escravos	
	Número	% total	% com escravos	Número	%
0	16	18,0	---	---	---
1-4	36	40,4	49,3	76	15,5
5-9	19	21,3	26,0	130	26,5
Subtotal 1-9	55	61,8	75,3	206	42,0
10-14	12	13,5	16,4	140	28,5
15-19	2	2,2	2,7	33	6,7
Subtotal 10-19	14	15,7	19,2	173	35,2
20-32	4	4,5	5,5	112	22,8
Total	89	100,0	100,0	491	100,0

Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1841-1870, Provedoria, I e II Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família e Sucessão, APERS.

Assim como os inventariados com “1 a 4” cativos, os proprietários com grandes escravarias aumentaram sua participação entre os inventariados durante a década de 1850. Esses proprietários, que anteriormente representavam 4,2% dos inventariados, com 11,5% dos escravos, passam a ser 5,5% dos inventariados, concentrando sob seu domínio 22,8% dos cativos; ou seja, apesar de sua participação ter aumentado apenas 1,3%, o percentual de escravos nessa Faixa Tamanho Escravaria praticamente dobra, tendo um aumento de 11,3%. Tais dados denotam que após 1850 parece que se tornou mais difícil manter uma escravaria com mais de quatro cativos, contribuindo, assim, para o crescimento das grandes escravarias, ou seja, somente a população mais abastada da região conseguiria manter um número elevado de cativos.

Ao avançarmos a análise para a década de 1860, verificamos que ocorreu uma redução percentual na participação dos proprietários com pequenas escravarias, que nesse período representavam 71,4% dos inventariados, assim como uma redução no número de escravos que se concentravam nessa faixa, passando a ser de 36,2%. A maior redução continuou a ocorrer entre os senhores com “5 a 9” escravos que eram 26% e passam a 21,4%, enquanto os proprietários de “1 a 4” escravos aumentam sua participação de 49,3% para 50%.

Tabela 18 – (%) Inventários e escravos por Faixa Tamanho Escravaria, Aldeia dos Anjos, 1861-1870

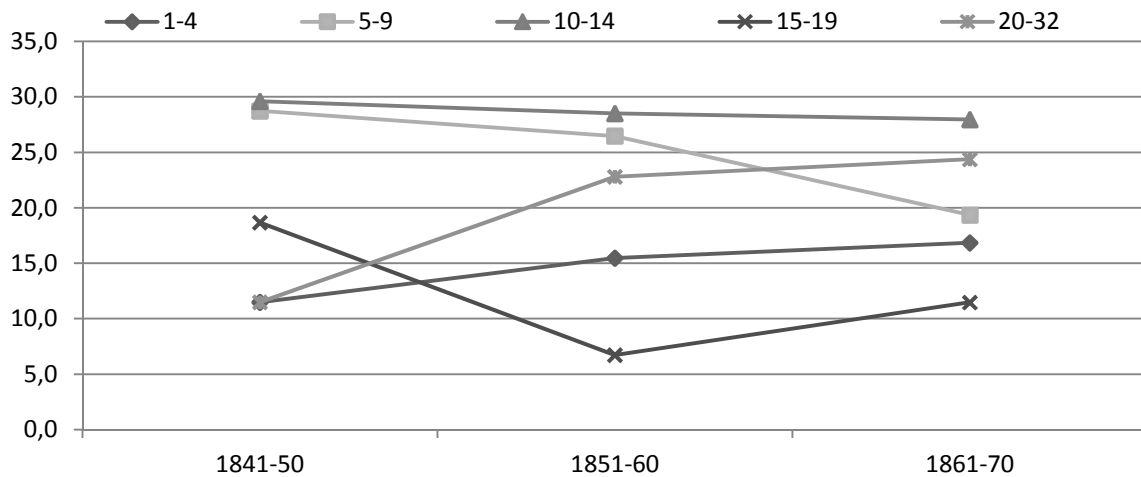
Escravaria	Inventários			Escravos	
	Número	% total	% com escravos	Número	%
0	10	19,2	---	---	---
1-4	21	40,4	50,0	47	16,8
5-9	9	17,3	21,4	54	19,4
Subtotal 1-9	30	57,7	71,4	101	36,2
10-14	7	13,5	16,7	78	28,0
15-19	2	3,8	4,8	32	11,5
Subtotal 10-19	9	17,3	21,4	110	39,4
20-32	3	5,8	7,1	68	24,4
Total	52	100,0	100,0	279	100,0

Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1841-1870, Provedoria, I e II Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família e Sucessão, APERS.

Os proprietários de médias escravarias recuperaram um pouco de sua representatividade entre os inventariados, passando de 19,2% a 21,4%, assim como sua posse de cativos que, de 35,2% sobe para 39,4%. Tal crescimento se verificou tanto na subdivisão das médias escravarias em “10 a 14” quanto em “15 a 19” cativos, mas, apesar de os primeiros aumentarem sua representatividade entre os senhores, de 16,4% para 16,7%, o percentual de escravos com esses inventariados reduz de 28,5% para 28%, enquanto os inventariados com “15 a 19” cativos quase dobram o percentual de escravos sob seu domínio, de 6,7% a 11,5%.

Apesar da recuperação dos proprietários com médias escravarias, os dados indicam que os inventariados com “5 a 14” cativos estavam reduzindo percentualmente sua representatividade na Aldeia dos Anjos. Um fator que talvez possa explicar essa redução se relaciona ao aumento do preço dos cativos - conforme veremos ao final deste capítulo - o que possivelmente dificultou a reposição de escravos a proprietários menos abastados.

Gráfico 9 – (%) Escravos por Faixa Tamanho Escravaria, 1841-1870



Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1841-1870, Provedoria, I e II Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família e Sucessão, APERS.

Junto à redução dos inventários com “5 a 9” e “10 a 14” cativos, temos um aumento percentual dos proprietários de grandes escravarias, principalmente na década de 1850. Nesse período, enquanto ocorre uma queda de 13,1% no percentual de cativos nas médias escravarias, temos um aumento de 11,3% dos escravos presentes nas grandes, sendo que, neste último caso, o percentual continua a crescer na década de 1860 quando chega a 7,2% dos senhores, concentrando 24,4% dos escravos relacionados nos inventários.

Percebemos que o aumento no percentual das pequenas escravarias na década de 1850 foi seguido de uma queda no último período estudado, enquanto as médias seguiram o caminho inverso, tendo uma queda percentual na sua participação durante a década de 1850 e um crescimento na de 1860. No caso dos proprietários de grandes escravarias, o percentual sempre se ampliou, tanto com relação ao percentual de proprietários, quanto ao de escravos concentrados em suas propriedades.

Com esses aumentos e reduções, percebe-se que, na década de 1860, houve um equilíbrio na distribuição dos escravos por Faixa Tamanho Escravaria, pois se concentravam nas pequenas escravarias 36,2% dos cativos, nas médias 39,4% e nas grandes 24,4%. Se compararmos os dados da década de 1860 com os da década de 1840, nota-se o significativo desequilíbrio, pois havia 40,2% dos escravos residindo em pequenas escravarias, 48,3% em médias e somente 11,5% em grandes. Os dados demonstram que houve um desequilíbrio no número de escravos por senhores, visto que poucos acabaram concentrando a maior parte da mão de obra escrava sob seu domínio.

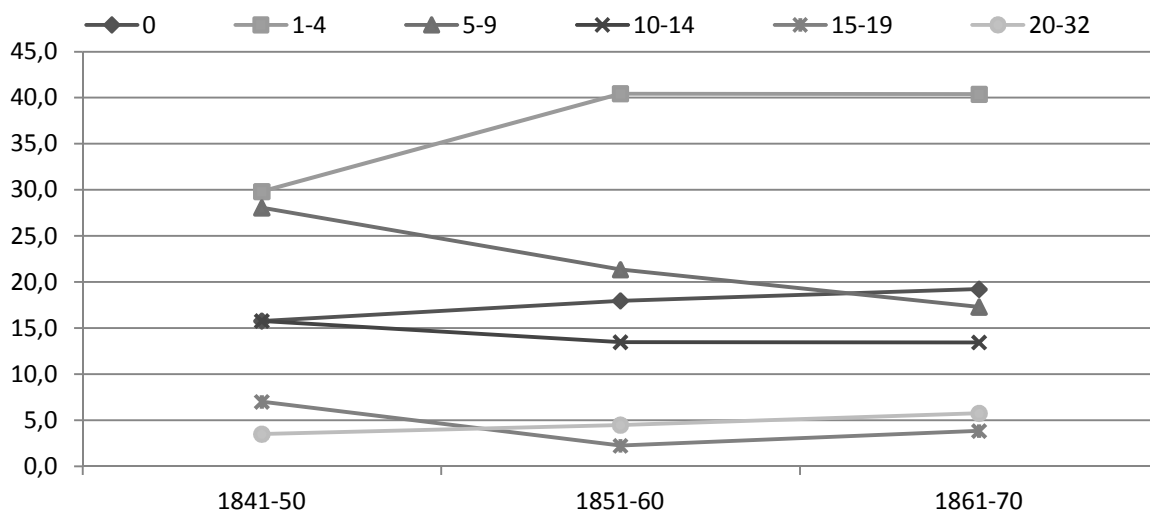
Reforçando a questão da concentração da mão de obra escrava com alguns poucos proprietários, devemos lembrar que, juntamente com essas mudanças, houve um aumento no percentual de inventários sem escravos. Considerando 1) o aumento percentual dos inventários com “1 a 4” cativos e dos grandes com “20 ou mais” e 2) a queda percentual dos proprietários de médias escravarias e pequenas com “5 a 9” escravos, sugerimos que estava ocorrendo um crescimento de proprietários de escravarias com “1 a 4” cativos, não pelo acesso à mão de obra escrava pelos proprietários menos abastados, mas, possivelmente, pelas dificuldades geradas pelo fim do tráfico e pelo posterior aumento dos preços dos escravos.

Essas dificuldades teriam impossibilitado inventariados, que antigamente poderiam possuir mais de 4 cativos e conseguir constituir uma escravaria com 5 ou mais escravos. Também temos que destacar que o aumento dos proprietários de grandes escravarias poderia estar relacionado ao fato de esses senhores serem os que possuíam melhores possibilidades para adquirir escravos de outros senhores menos abastados da região. Mais ao final do capítulo, sugeriremos, ainda, ao analisar a idade dos escravos, que a partir de 1850 teríamos como estratégia senhorial para ampliação das escravarias o incentivo à reprodução endógena nas propriedades senhoriais.

Com relação a concentração escrava nas mãos de inventariados com grandes escravarias a partir da década de 1850, deve-se considerar que essa concentração não significou um aumento na média de escravos que na realidade se reduziu constantemente no período estudado, como veremos adiante¹¹². Relembrando alguns dados, podemos afirmar que houve um aumento na participação de senhores sem escravos entre as décadas de 1840 e 1860. Juntamente com essa alteração, teremos um aumento considerável na participação de proprietários de grandes escravarias. Contudo, mais importante do que o crescimento percentual desses inventariados foi a ampliação, ocorrida na década de 1850, da concentração de escravos com estes últimos - na década de 40 eram 4,2% de senhores detendo 11,5% dos cativos, passando, na década seguinte, a 5,5% senhores detendo 22,8% dos escravos. Finalizamos essas considerações destacando a redução no percentual de escravos sob a posse dos inventariados com pequenas escravarias com “5 a 9” e médias com “10 a 14” cativos em todas as décadas.

¹¹² Scherer, analisando a região de Rio Grande, e Araújo, a região de Cruz Alta, destacaram essa concentração escrava nas mãos de grandes proprietários durante as décadas de 1850 e 1860. Ver SCHERER, *Experiências de busca da liberdade...*, op. cit., p.35-44 e ARAÚJO, *Escravidão, fronteira e liberdade...*, op. cit., p.69-86.

Gráfico 10 – (%) Inventariados com e sem escravos por Faixa Tamanho Escravaria, 1841-1870



Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1841-1870, Provedoria, I e II Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família e Sucessão, APERS.

Buscaremos neste ponto relacionar os dados acima com os de Oliveira, que, ao analisar os inventários de Gravataí (Aldeia dos Anjos) entre os anos de 1867 e 1888 (48 inventários), apontará que 66,7% (32) dos inventariados possuíam escravos, enquanto que 33,3% (16) não tiveram cativos relacionados entre seus bens. O autor destaca que 59,4% (19) dos inventariados possuíam entre “1 e 5” escravos, 31,2% (10) tinham entre “6 e 10”, enquanto que apenas 9,4% (3) possuíam entre “11 e 15”, dados que levam Oliveira a afirmar que predominavam na região da Aldeia dos Anjos as pequenas escravarias¹¹³.

Analisando os dados apresentados para os anos de 1841 a 1870, conjuntamente com os apresentados por Oliveira, talvez seja possível sugerir que após 1870 teria ocorrido uma redução do número de senhores possuidores de escravos. Conforme Oliveira destacou, para os anos entre 1867 e 1888, os proprietários de escravos representariam 66,7% dos senhores da região; já para o período de 1841 a 1870, por nós analisado, sua representatividade era mais significativa, chegando a 82,3% dos inventários sob análise.

¹¹³ OLIVEIRA, *Diálogos entre a pesquisa histórica e a memória quilombola...*, op. cit., p. 155-156. Os 48 inventários analisados por Oliveira, correspondem a todos os inventários (1867-188) do antigo fundo Gravataí do APERS, que não foram contemplados em nossa pesquisa do ano de 1841 a 1870. O autor não encontrou nenhum inventário com mais de quinze cativos no período estudado. Destacamos que os dados de Oliveira devem ser relativizados, pois desconsideramos inventários da Aldeia dos Anjos que se encontram no fundo 004 da Comarca de Porto Alegre, APERS.

Voltamos a afirmar, então, que os dados parecem destacar como a posse escrava tinha significativa importância na Aldeia dos Anjos, visto que grande parte dos inventariados entre os anos de 1841 e 1870 possuíam escravos - sendo em todas as décadas sempre superior a 80% dos proprietários presentes nos inventários. Para além dessa questão, destacamos que possuir mais de nove escravos não era comum na região (como apontamos anteriormente), mas um privilégio de alguns poucos proprietários.

Analisando essas alterações na estrutura de posse escrava, devemos, ainda, considerar em quais aspectos percebemos as maiores mudanças na composição dessas escravarias. Para tanto, buscaremos avaliar como essas alterações se percebem com relação ao sexo, à idade e à procedência dos cativos, não antes de fazermos algumas considerações sobre as alterações no preço dos cativos na Aldeia dos Anjos.

As alterações no preço do cativo serão analisadas, considerando a sugestão de Flávio Gomes, ao estudar o caso do Rio de Janeiro, de que a concentração escrava possivelmente estaria relacionada ao fim do tráfico negreiro em 1850, pois “provavelmente os fazendeiros e lavradores da região não conseguiram renovar seus plantéis devido ao súbito aumento de preços dos escravos”¹¹⁴. Hebe Mattos também dará destaque ao fim do tráfico negreiro de 1850 quando, ao analisar o caso do Rio de Janeiro, sugere que:

[...] a extinção do tráfico atlântico de escravos e o encarecimento do preço do cativo, que lhe sucedeu, não apenas inviabilizaram a aquisição de novos cativos para muitos antigos senhores, como frequentemente os levaram a deles se desfazer no quadro de intensificação do tráfico interno que sucedeu ao tráfico atlântico¹¹⁵.

Pensando nos apontamentos de Flávio Gomes e Hebe Mattos com relação ao aumento do preço do cativo após o fim do tráfico em 1850, o que podemos sugerir sobre essa questão para o caso da Província do Rio Grande do Sul?

Jonas Vargas, analisando a região de Pelotas entre os anos de 1850 e 1885, indicou que houve um substancial aumento no valor do cativo do ano de 1850 para 1865, período no qual o preço dos escravos entre “15 e 40” anos quase triplicou. O aumento do preço dos cativos teria surgido, conforme Vargas, principalmente pela “diminuição da oferta desta mercadoria e da corrida de comerciantes para adquirir cativos e revendê-los aos grandes centros agroexportadores do sudeste”. O autor segue argumentando que a elevação do

¹¹⁴ REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.269.

¹¹⁵ MATTOS, *Das cores do silêncio...*, op. cit., p.94.

preço do cativo na década de 1860 teria tornado menos acessível sua compra, pelo menos para os pequenos proprietários de Pelotas. Ao cruzar os dados da alta do preço com os da diminuição dos inventários com escravos, o autor percebeu que foi justamente entre as décadas de 1860 e 1870 que a percentagem desses inventários começou a baixar¹¹⁶.

Analisando o caso da Aldeia dos Anjos, acreditamos que possivelmente o aumento do preço do cativo também possa ter, assim como em Pelotas, acentuado a concentração da posse escrava na localidade. Mas, em que proporção se deu esse aumento?

Algumas observações sobre o preço dos cativos na Aldeia dos Anjos

Iniciamos essas observações afirmando nossa consciência de que a análise do preço dos cativos a partir dos inventários não é a mais exata, mas que, apesar disso, tais dados podem nos apresentar as possíveis variações no valor do escravo em determinados momentos, que é a questão que nos interessa nessas observações. Buscaremos aqui contrastar os preços dos escravos constantes nos inventários, com os preços presentes nos livros de compra e venda, verificando se os valores e as variações, principalmente, aproximam-se entre as duas fontes¹¹⁷.

Considerando a comparação entre as duas fontes, destacamos que os inventários nos possibilitaram verificar um período mais longo de análise, de 1841 a 1870, enquanto os registros de compra e venda da Aldeia dos Anjos não nos permitiram uma comparação direta com a totalidade do período dos inventários. Apesar da pequena quantidade de registros de compra e venda antes de 1861¹¹⁸, foi possível comparar o período final da análise dos inventários, visto que os registros que mensuramos localizavam-se principalmente entre os anos de 1861 a 1880.

Destacamos inicialmente que os dados sobre o preço dos cativos presentes nos inventários foram analisados em intervalos de cinco em cinco anos, as exceções foram o ano de 1841 (marco inicial) e o ano de 1856 que foi utilizado, visto não haver inventário de

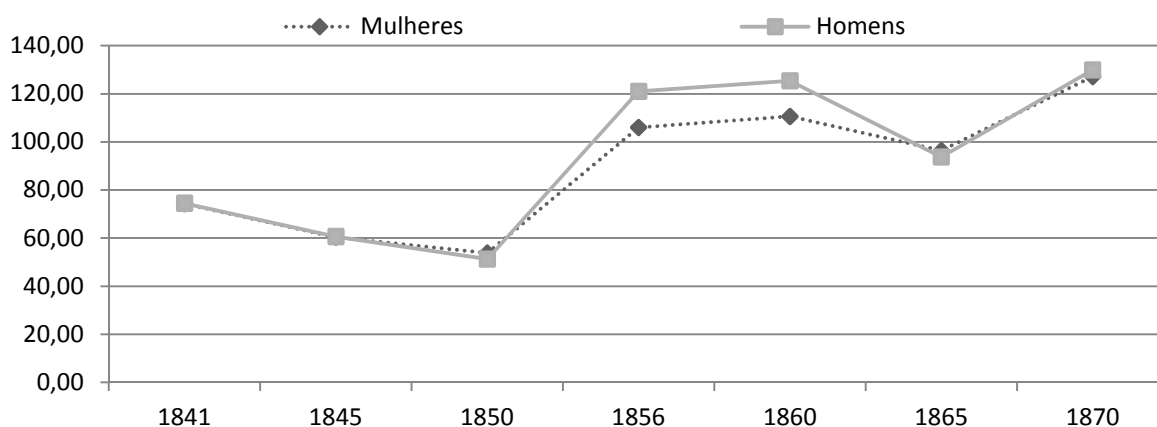
¹¹⁶ VARGAS, *Das charqueadas para os cafezais?...*, op. cit., p. 5-8. O autor destacou também que nos dez primeiros anos (1850-1860) havia certo equilíbrio entre o preço de homens e mulheres, mas após 1860 o valor dos homens se distancia significativamente do das mulheres.

¹¹⁷ Agradecemos ao professor Doutor Carlos Lima (UFPR) por ceder-nos sua tabela para conversão em libras esterlinas.

¹¹⁸ Somente seis registros: três de 1833, um de 1836, um de 1857 e um de 1859.

moradores da Aldeia dos Anjos para o ano de 1855¹¹⁹. Nessa análise, percebe-se que na faixa etária entre “15 e 39” anos houve um decréscimo no valor do cativo entre as décadas de 1840 e 1850, sendo que no ano de 1850 a média do preço atingiu o valor mais baixo (52,43£) de todo período estudado. Observando a máxima do preço dos cativos de todos os anos analisados (1841, 45, 50, 56, 60, 65 e 70), constata-se que foi nesse mesmo ano (1850) que o cativo melhor avaliado teve seu preço fixado em 71,75£, ou seja, a máxima mais baixa do período analisado; sendo que a mais elevada foi de 161,25£, registrado no ano de 1860 (Anexo 10).

Gráfico 11 – Preço médio em £ dos cativos entre 15 e 39 anos, 1841-1870



Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1841-1870, Provedoria, I e II Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família e Sucessão, APERS.

Observando o gráfico, percebe-se que a média do preço dos cativos mais que duplica, entre 1850 e 1856, quando sobe de 52,43£ para 112,67£, continuando a subir em 1860, quando atinge 117,42£, ocorrendo uma queda no ano de 1865 (95,49£) e um novo aumento, o mais alto de todo o período, em 1870, quando a média do preço dos cativos atinge 129,14£.

Interessante que, assim como no estudo de Jonas Vargas para Pelotas (1850-1885), o preço do cativo sofre um aumento entre os anos de 1850 e 1860. Mas, enquanto em Pelotas continua havendo um crescimento até o ano de 1865, quando o preço atinge seu auge, na Aldeia dos Anjos, nesse mesmo ano, ocorre uma súbita queda do preço do cativo. Já para o ano de 1870 começa a cair o valor do cativo em Pelotas, mantendo-se equilibrado

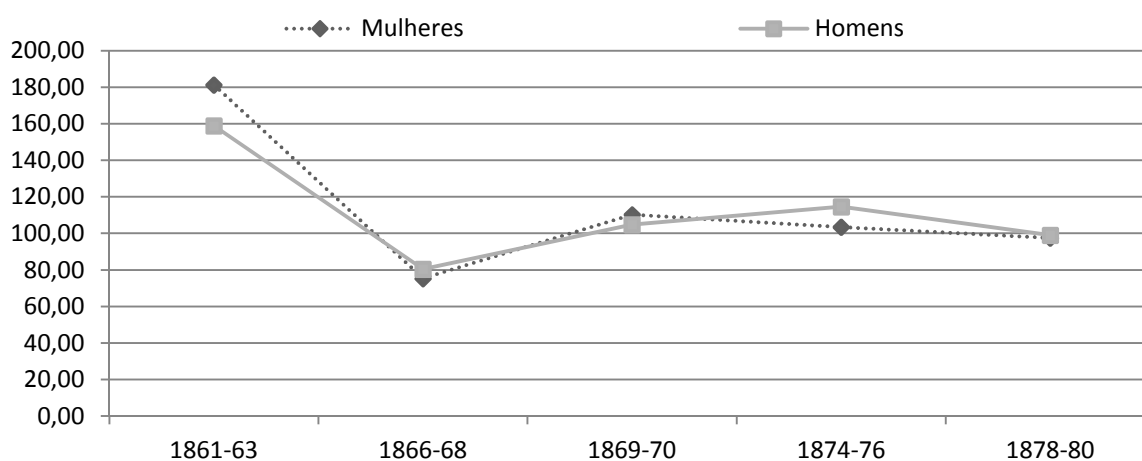
¹¹⁹ O anexo 10 apresenta, para todos os anos, o número de escravos, preço mínimo, máximo e médio dos escravos, separado por sexo e faixa etária.

em 1875, mas segue em queda nos anos de 1880 e 1885. No caso da Aldeia dos Anjos, uma vez que avaliamos somente até 1870, podemos apontar que diferentemente de Pelotas, após a queda do valor do cativo em 1865, encontramos uma elevação em 1870, quando a média do preço do cativo atinge seu valor mais elevado.

Como estranhamos essa queda, buscamos verificar, no banco de dados dos escravos relacionados nos inventários, se nos anos entre 1863 e 1868 também encontraríamos um preço médio semelhante. Constatamos que o valor médio para o ano de 1863 foi de 123,19£, caindo bruscamente para 89,00£ em 1864, ficando em 95,49£ no ano de 1865, caindo para 89,83£ em 1866, continuando a cair em 1867, quando atinge 73,50£, e chegando a 65,05£ em 1868.

Observamos que o período em que houve uma redução no preço do cativo coincide com o período da Guerra do Paraguai, o que pode ter influenciado no preço médio dos cativos, mas não compreendemos porque essa variação não se percebe, por exemplo, em Pelotas. Talvez fosse necessária uma análise mais detalhada, principalmente do município de Porto Alegre, para verificar se houve uma variação do preço do cativo entre esse município e outros da província.

Gráfico 12 – Preço médio em £ dos cativos entre 15 e 39 anos, 1861-1880



Fonte: Livros Notariais de Transmissões e Notas, Fundo Porto Alegre, subfundo Freguesia Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia e Freguesia Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia 2º e 3º Distritos, APERS.

Buscando contrastar esses dados sobre a queda em 1865, utilizaremos os dados presentes nos livros de compra e venda de cativos, para o período entre 1861 e 1880¹²⁰.

¹²⁰ Os dados sobre o preço dos cativos nos registros de compra e venda foram extraídos do livro elaborado pelo APERS, não foi realizada pesquisa *in loco* destes documentos. Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão*:

Antes de analisarmos os dados de compra e venda de escravos, cabe destacar que, como nem sempre conseguimos registros para o mesmo ano, optamos por trabalhar com um conjunto de anos ao invés de somente um, como o caso dos inventários. Esse conjunto de anos se reteve a três e, quando possível, reduziu-se a dois. Entre os anos de 1861 e 1880, encontramos 177 registros de compra e venda, nos quais consta a comercialização de 194 cativos, e destes, temos que 86,6% (168) dos cativos transacionados entre 1861 e 1880 tinham entre “0 e 39” anos, sendo que a minoria destes (51) tinha entre “0 e 14” anos, e a maioria (117), entre “15 e 39” anos¹²¹.

A partir dos dados dos livros de compra e venda, também encontramos um decréscimo na média de preço dos cativos no período subsequente a 1865, sendo que o valor mais elevado localizava-se no período de 1861-63, ocorrendo uma queda substancial nos anos de 1866-68. Seguindo os dados dos livros de compra e venda, percebemos que após esse período houve aumentos para os anos de 1869-70 e 1874-76, voltando a cair em 1878-80. Nessas fontes, não se perceberam variações muito elevadas entre o preço médio dos cativos por sexo. No caso dos inventários, tanto homens como mulheres possuem médias muito similares, somente havendo um desequilíbrio entre os anos de 1856 e 1860, quando o valor dos homens foi superior: em 1856, 105,99£ para mulheres e 121,03£ para homens e, respectivamente, 110,57£ e 125,42£ em 1860.

Interessante que o equilíbrio entre os sexos, verificado na faixa etária entre “15 e 39” anos, tanto na análise dos inventários quanto dos livros de compra e venda, não se verifica (pelo menos para a análise dos inventários) na faixa etária entre “0 e 14 anos”. Se observarmos esse mesmo período (1841-1870) para os escravos mais novos (0 a 14 anos), percebemos que, após o ano de 1856 até 1870, ocorreu um aumento no valor das mulheres em detrimento dos homens, talvez como uma estratégia senhorial para ampliação de suas escravarias pela reprodução endógena, em virtude da “impossibilidade” de aquisição de novos escravos africanos após 1850.

compra e venda de escravos: acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul / Coordenação Jovani de Souza Scherer e Márcia Medeiros da Rocha. – Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010. 2 v.

¹²¹ Dos cento e sessenta e oito registros, optamos por não utilizar doze registros, nos quais foram transacionados vinte e sete cativos, pois nestes não foi registrado o valor individual dos escravos.

Gráfico 13 – Preço médio em £ dos cativos entre 0 e 14 anos, 1845-1870



Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1841-1870, Provedoria, I e II Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família e Sucessão, APERS.

Obs.: O gráfico inicia no ano de 1845, pois não houve escravos nesta faixa etária avaliado em 1841.

A partir do livro de compra e venda, verificamos que, no período entre 1861-63 e 1878-80, o preço das mulheres foi superior no primeiro período, igualando-se em 1866-68, mantendo-se inferior ao preço dos homens entre 1869-70 e 1874-76 e voltando a igualar-se em 1878-80. Apesar de a variação ser menor e dos registros serem poucos, mesmo assim, o preço médio para as escravas parece demonstrar que, para o caso da Aldeia dos Anjos, realmente ocorreu uma relativa valorização das mulheres, na faixa etária entre “0 e 14” anos, no período entre 1861-63 e 1866-68.

Gráfico 14 – Preço médio em £ dos cativos entre 0 e 14 anos, 1861-1880



Fonte: Livros Notariais de Transmissões e Notas, Fundo Porto Alegre, subfundo Freguesia Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia e Freguesia Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia 2º e 3º Distritos, APERS.

Fica aparente a ocorrência de uma valorização dos escravos logo após o fim do tráfico negreiro de 1850 e, dessa forma, entendemos que essa valorização possivelmente tenha dificultado o acesso à compra de escravos por pessoas com menor poder aquisitivo. Uma das consequências dessa valorização consistiu na maior concentração escrava nas mãos de alguns poucos senhores, conseqüentemente aumentando o número de senhores que não possuíam escravos, assim como explica a redução percentual de inventários com “5 a 9” e “10 a 14” cativos. Esses dados sobre a posse e o preço dos escravos, na Aldeia dos Anjos, sugerem que o sistema escravista pareceu manter-se fortalecido, pelo menos até final da década de 1860.

Após esse breve apontamento sobre o preço dos cativos, buscaremos compreender mais detalhadamente a composição das escravarias da Aldeia dos Anjos entre os anos de 1841 e 1870. Essa análise visa, principalmente, avaliar as alterações no perfil do cativo, nas três décadas propostas, relativas a sexo, procedência, idade e profissão dos escravos.

Sexo dos cativos

Apresentaremos, inicialmente, alguns dados populacionais do censo de 1872 sobre o sexo da população da Província de forma geral, sem considerar sua condição (livre ou escravo). Havia um relativo equilíbrio da população por sexo, visto que 47,9% (208.309) eram de mulheres e 52,1% (226.504) homens, já para o município de Porto Alegre, tem-se um maior equilíbrio, com 49,3% (21.701) dos habitantes formados por mulheres e 50,7% (22.297) por homens.

Se observarmos o sexo por condição da população da Província, percebemos que, tanto para a população livre quanto para a escrava, havia um predomínio de homens. No caso da população livre, os homens correspondiam a 52% (191.022) e as mulheres a 48% (176.000). Para a população escrava, mantém-se essa proporção, sendo de 47,4% (32.105) para mulheres e de 52,6% para homens. Thiago Araújo, verificando os registros de matrícula de escravos que apresentam um número bastante superior ao do censo de 1872, demonstra uma variação na percentagem do sexo dos cativos em que os homens

comporiam 52,8% (44.051) da população da Província, enquanto as mulheres, 47,2% (39.319)¹²².

Para o caso de Porto Alegre, observa-se que temos dois quadros distintos e inversos: enquanto para a população livre os homens eram maioria - 48,8% mulheres (17.478) e 51,2% homens (18.365) - para a população escrava verifica-se que as mulheres eram maioria - 51,8% mulheres (4.223) e 48,2% homens (3.932). Mas, pelos dados apresentados por Araújo, essa predominância de escravas em detrimento dos homens não seria correta e, a partir da lista de matrícula de 1872-73, teríamos 52,3% (4.692) da população composta por homens e 47,7% (4.278) por mulheres.

Thiago Araújo, analisando a questão do sexo dos cativos para os municípios da Província, a partir das listas de matrículas, destacou que “em pelo menos quatorze a razão de masculinidade ou é negativa ou é muito semelhante ao número de mulheres, o que poderia indicar uma sub-representação das escravas nem tão grande assim”. Observando especificamente a região de Cruz Alta, o autor destaca que:

[...] o índice de masculinidade também se apresentava alto, com 119,4 homens para cada 100 mulheres na matrícula, e 126 no censo. Contudo, ao pesquisar os inventários *post-mortem* para a década de 1870 em Cruz Alta encontrei um índice de masculinidade bem abaixo do indicado pelos dois levantamentos (102,7)¹²³.

Pensando no caso da Aldeia dos Anjos, pelo censo de 1872 teríamos uma população composta por 2.945 homens (50,3%) e 2.910 mulheres (49,7%), sendo que, analisando essa população por sua condição, percebe-se um equilíbrio entre a população livre, na qual os homens seriam 49,5% (2.323) e as mulheres 50,5% (2.371) da população. Mas, ao observarmos a população cativa da Aldeia, verificamos que existia um desequilíbrio, no qual o índice de masculinidade é superior. Teríamos, então, uma população escrava composta principalmente por homens (622) que representavam 53,6% da população, enquanto as mulheres, 46,4% (539), ou seja, haveria, conforme os dados do censo, quase 100 (83) escravos homens a mais que as mulheres na localidade no ano de 1872. Se considerarmos a afirmação de Araújo de que as mulheres poderiam estar sub-representadas nas fontes, esse percentual masculino possivelmente não seria tão superior ao das mulheres.

¹²² Araújo, *Novos Dados sobre a Escravidão*, op. cit., p.3.

¹²³ *Ibidem*, p.7-8.

Tabela 19 – (%) População municípios e Freguesias Porto Alegre por cor e sexo, 1872

Município	Branços				Pardos				Pretos				Caboclos				Total geral				População	
	Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Porto Alegre	10.881	47,4	12.052	52,6	4.570	50,8	4.433	49,2	5.108	51,3	4.854	48,7	1.142	54,4	958	45,6	21.701	49,3	22.297	50,7	43.998	
Cruz Alta	8.203	47,8	8.970	52,2	3.181	49,7	3.214	50,3	1.519	44,1	1.925	55,9	1.656	45,4	1.994	54,6	14.559	47,5	16.103	52,5	30.662	
Rio Grande	5.589	43,6	7.240	56,4	1.510	50,8	1.461	49,2	2.213	44,7	2.743	55,3	159	52,0	147	48,0	9.471	45,0	11.591	55,0	21.062	
Total Província	122.273	47,3	136.094	52,7	35.210	49,4	36.047	50,6	37.722	47,5	41.750	52,5	13.104	51,0	12.613	49,0	208.309	47,9	226.504	52,1	434.813	
Freguesias Porto Alegre																						
Zona Urbana	7.308	46,5	8.425	53,5	2.690	51,0	2.582	49,0	3.013	52,0	2.776	48,0	408	49,5	416	50,5	13.419	48,6	14.199	51,4	27.618	
Aldeia dos Anjos	1.089	46,0	1.276	54,0	678	52,3	619	47,7	867	50,5	850	49,5	276	58,0	200	42,0	2.910	49,7	2.945	50,3	5.855	
Viamão	1.531	50,8	1.484	49,2	839	50,6	820	49,4	699	41,9	971	58,1	360	65,6	189	34,4	3.429	49,7	3.464	50,3	6.893	
Pedras Brancas	953	52,4	867	47,6	363	46,8	412	53,2	325	41,3	461	58,7	98	39,0	153	61,0	1.739	47,9	1.893	52,1	3.632	
Total	10.881	47,4	12.052	52,6	4.570	50,8	4.433	49,2	4.904	49,2	5.058	50,8	1.142	54,4	958	45,6	21.497	48,9	22.501	51,1	43.998	

Fonte: Censo Geral do Brasil, 1872.

Obs.: O anexo VII apresenta os mesmos dados para todos os municípios da província.

Tabela 20 – (%) População municípios e Freguesias Porto Alegre por cor, condição e sexo, 1872

Município	Branços				Pardos				Pretos				Caboclos				População total								
	Livres				Livres				Escravos				Escravos					Livres							
	Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens			Mulheres		Homens					
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		Nº	%	Nº	%				
Porto Alegre	10.881	47,4	12.052	52,6	3.048	50,4	2.998	49,6	1.522	51,5	1.435	48,5	2.407	50,5	2.357	49,5	2.701	52,0	2.497	48,0	1.142	54,4	958	45,6	43.998
Cruz Alta	8.203	47,8	8.970	52,2	2.741	50,1	2.726	49,9	440	47,4	488	52,6	764	45,7	907	54,3	755	42,6	1.018	57,4	1.656	45,4	1.994	54,6	30.662
Rio Grande	5.589	43,6	7.240	56,4	880	52,4	798	47,6	630	48,7	663	51,3	883	45,7	1.051	54,3	1.330	44,0	1.692	56,0	159	52,0	147	48,0	21.062
Total Província	122.273	47,3	136.094	52,7	24.179	49,7	24.487	68,9	11.031	48,8	11.560	24,7	16.444	48,0	17.828	45,6	21.278	47,1	23.922	38,8	13.104	51,0	12.613	49,0	434.813
Freguesias Porto Alegre																									
Zona Urbana	7.308	46,5	8.425	53,5	1.760	48,0	1.904	52,0	930	57,8	678	42,2	1.505	53,7	1.299	46,3	1.508	50,5	1.477	49,5	408	49,5	416	50,5	27.618
Aldeia dos Anjos	1.089	46,0	1.276	54,0	455	58,4	324	41,6	223	43,1	295	56,9	551	51,3	523	48,7	316	49,1	327	50,9	276	58,0	200	42,0	5.855
Viamão	1.531	50,8	1.484	49,2	612	52,6	551	47,4	227	45,8	269	54,2	236	39,2	366	60,8	463	43,4	605	56,6	360	65,6	189	34,4	6.893
Pedras Brancas	953	52,4	867	47,6	221	50,2	219	49,8	142	42,4	193	57,6	115	40,5	169	59,5	210	41,8	292	58,2	98	39,0	153	61,0	3.632
Total	10.881	47,4	12.052	79,8	3.048	50,4	2.998	49,6	1.522	51,5	1.435	48,5	2.407	50,5	2.357	49,5	2.497	48,0	2.701	52,0	1.142	54,4	958	45,6	43.998

Fonte: Censo Geral do Brasil, 1872.

Obs.: O anexo VIII apresenta os mesmos dados para todos os municípios da província. O anexo IX apresenta, para comparação, os dados por condição e sexo da população dos municípios da Província para o ano de 1859, conforme o: “Mapa estatístico da população da província classificada por idades, sexos, estados e condições com o resumo total de livres, libertos e escravos”. FEE, 1981, p.69

Para compreender melhor a questão do sexo do cativo na localidade da Aldeia dos Anjos, procuramos analisar os inventários *post-mortem* entre o período de 1841 e 1870. Tal recorte temporal pretende possibilitar a verificação de como a questão do sexo se modificou entre as décadas de 1840 e 1860, permitindo que contrastemos essas informações com os dados do censo de 1872. Na análise desses inventários, procuraremos demonstrar que, para o caso da Aldeia dos Anjos, houve um predomínio de escravos homens nessa localidade.

Inicialmente, notamos que houve um desequilíbrio no sexo dos escravos presentes nos inventários da Aldeia dos Anjos. Observando o período como um todo (1841-1870), verificou-se que 60% (671) dos escravos relacionados eram homens, enquanto as mulheres representavam apenas 39,8% (445). Observando os dados por década, percebeu-se que com o passar dos anos esse desequilíbrio se reduziu, na década de 1840 os homens representavam 62,4% (217) dos escravos presentes nos inventários, enquanto as mulheres eram apenas 37,6% (131), já na década seguinte (1850), houve uma redução do percentual masculino que, apesar de ainda ser a maioria, agora representava 60,3% (297) dos escravos, enquanto as mulheres tiveram um aumento percentual de 1,9%, chegando a 39,5% (193).

Tabela 21 – (%) Sexo escravos, 1841-1870

Sexo	1841-1850		1851-1860		1861-1870		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Mulheres	131	37,6	193	39,5	120	43,0	444	39,7
Homens	217	62,4	297	60,3	158	56,6	672	60,1
Indefinidos	0	0,0	1	0,2	1	0,4	2	0,2
Total	348	100,0	491	100,0	279	100,0	1.118	100,0

Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1841-1870, Provedoria, I e II Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família e Sucessão, APERS.

Na última década (1860) continua a se reduzir o percentual de escravos homens: dos 62,4% da década de 1840, passam a 56,6% (158) na de 1860, enquanto as mulheres de 37,6% (131) passam a 43% (120). Esse quadro se aproxima dos dados apresentados pelo censo de 1872, no qual a população seria composta por 50,3% de homens e 49,7% de mulheres. A diminuição percentual da população masculina pode ser percebida na análise da média escrava por senhor da Aldeia dos Anjos, pela qual teríamos 5,6 escravos para cada senhor inventariado, número que consideramos significativo pelos padrões de escravarias encontrados na Aldeia dos Anjos.

Tabela 22 – Número médio de escravos por unidade produtiva, 1841-1870

Sexo	1841-50	1851-60	1861-70	Média Geral
Mulheres	2,3	2,2	2,3	2,2
Homens	3,8	3,3	3,0	3,4
Total	6,1	5,5	5,3	5,6

Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1841-1870, Provedoria, I e II Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família e Sucessão, APERS.

Observa-se que as alterações que se processaram são melhores compreendidas quando analisadas separadamente pelo sexo do cativo, pois encontramos uma média de 3,4 escravos homens por senhor e 2,2 para mulheres, isso para o período geral de 1841 a 1870. Verificando cada década separadamente, torna-se perceptível um processo de redução gradual na média do número de escravos por senhores: 6,1 na década de 1840, 5,5 em 1850 e 5,3 em 1860.

Mas, verificamos que esse decréscimo ocorreu, principalmente, para escravos de sexo masculino, sendo que para as mulheres essa média permaneceu, praticamente, inalterada. Várias podem ser as explicações para essa redução na média escrava dos homens, como a venda de cativos para outras regiões da província ou fora dela, a concessão de alforrias¹²⁴, ou ainda, no caso da década de 1860, a chamada “Guerra do Paraguai” (1864-1870), quando muitos senhores “concederam” liberdade a escravos em troca de substituírem senhores ou seus filhos no exército¹²⁵.

Analisando o sexo dos cativos por faixa tamanho escravaria, podemos verificar que a maioria dos escravos - tanto homens como mulheres - estava estabelecida em pequenas e médias escravarias, havendo uma pequena predominância de mulheres (42,1%) em médias e

¹²⁴ Infelizmente os dados referentes às alforrias foram poucos, como apontamos no primeiro capítulo, mas considerando estes dados verifica-se que houve uma inversão na predominância do sexo destas “concessões”, visto que na década de 1840 os homens predominaram nesta documentação, o que não ira se constatar na de 1860 quando as mulheres foram maioria.

¹²⁵ Com relação à substituição de senhores por escravos, ver MOREIRA, *Os cativos e os homens de bem...*, op. cit., p.221-239, principalmente os itens 3.2.1.2 “As comissões de notáveis e as libertações por conta do Governo Imperial” e 3.2.13. “Os substitutos”. Encontramos para o ano de 1862 o caso do pardo Francisco Antonio, escravo da Sra. Benedita Maria da Conceição (preta), que conseguiu sua liberdade quando o senhor “Inocente Francisco Maciel” pagou 532.000 réis pela liberdade desse escravo, sob a condição que este o substitui-se no exército, sendo que pagará também ao escravo a quantia de 68.000 réis. MOREIRA; TASSONI. *Que com seu trabalho nos sustenta...*, op. cit., p.279. Não sabemos se este poderia ser o filho de Francisco Antonio Maciel, Innocente Ferreira Maciel, que teve escravos envolvidos na insurreição escrava de 1863, mas não seria improvável que possa ter ocorrido um erro no registro de seu nome, visto que posteriormente veremos que esse senhor teve em outros documentos seu nome registrado como “Inocente Francisco Maciel”.

homens (40,6%) em pequenas escravarias¹²⁶. Constatamos, então, que houve um aparente equilíbrio, não em número total, mas em percentual, na distribuição dos escravos por sexo nas faixas tamanho escravaria, ou seja, podiam não ser numericamente iguais, mas estavam proporcionalmente distribuídos na escravaria da região.

Tabela 23 – (%) sexo escravos por faixa tamanho escravaria, 1841-1870

Escravaria	Total		Mulheres		Homens		Indefinido	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1-4	163	14,6	56	12,6	107	15,9	0	0,0
5-9	284	25,4	118	26,6	166	24,7	0	0,0
Subtotal 1-9	447	40,0	174	39,2	273	40,6	0	0,0
10-14	321	28,7	135	30,4	185	27,5	1	50,0
15-19	130	11,6	52	11,7	78	11,6	0	0,0
Subtotal 10-19	451	40,3	187	42,1	263	39,1	1	0,0
20-32	220	19,7	83	18,7	136	20,2	1	50,0
Total	1.118	100,0	444	100,0	672	100,0	1	100,0

Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1841-1870, Provedoria, I e II Vara Cível e Crime e I e II Vara de Família e Sucessão, APERS.

Observando a distribuição de escravos por Faixa Tamanho Escravaria, percebe-se que sempre houve uma predominância do sexo masculino entre os anos de 1841 e 1870. Na faixa entre “1 e 4” escravos as mulheres representavam 34,4% (56) e os homens 65,6% (107), nos plantéis com “5 a 9”, as primeiras eram 41,9% (119) enquanto os últimos eram 58,1% (165)¹²⁷. Nos inventários com “10 a 14” cativos, as mulheres representavam 42,1% da escravaria, enquanto os homens eram 57,6%. Já nos inventários com “15 a 19”, as mulheres correspondiam a 40% da escravaria e os homens a 60%¹²⁸ e, no caso das grandes escravarias, o percentual de mulheres cai para 37,7% (83) enquanto o dos homens sobe para 61,8% (136).

Com base nos dados presentes nos inventários, constata-se que houve, na Aldeia dos Anjos, um maior equilíbrio entre o sexo dos cativos nas escravarias com “5 a 14” cativos,

¹²⁶ Nos inventários com apenas um escravo, verificou-se que estes sempre eram do sexo masculino, pelo menos nas décadas de 1840 e 1850, já na década de 1860 encontramos sete inventários com um cativo, sendo que três destes escravos eram homens e quatro mulheres, destas somente uma estava sob o julgo de senhor, todas as outras estavam sob o domínio de senhoras.

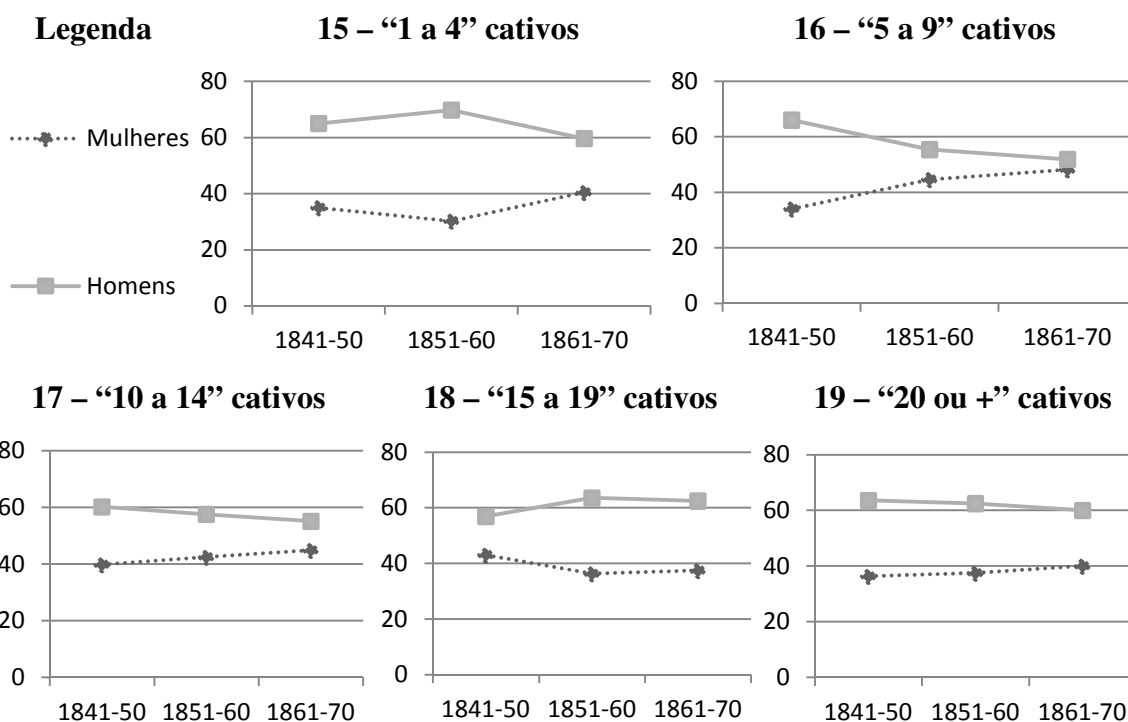
¹²⁷ Se pensarmos estas duas faixas juntas (pequenos plantéis: 1 a 9 cativos) teremos 39,15% (175) de mulheres e 60,85% (272) de homens.

¹²⁸ Se pensarmos estas duas faixas juntas (médios plantéis: 10 a 19 cativos) teremos 41,5% (187) de mulheres e 58,3% (263) de homens.

enquanto nas com “1 a 4” e nas com “15 ou mais” a predominância de escravos do sexo masculino foi bastante superior ao das mulheres, ou seja, quanto maior a escravaria na Aldeia dos Anjos, maior o número de escravos homens.

No período entre 1841 e 1850, verifica-se que os escravos de ambos os sexos estavam estabelecidos principalmente entre as pequenas e médias escravarias, sendo que um dado nos chama a atenção: mais da metade das mulheres cativas, 52,7% (69), viviam em médias escravarias. Foi nessa faixa que se verificou a presença de um maior equilíbrio entre o número de mulheres e homens, que representavam, respectivamente, 41,1% (69) e 58,9% (99), talvez facilitando à constituição de relações familiares nessas escravarias. Podemos ainda destacar que há um equilíbrio proporcional no percentual entre os sexos nas grandes escravarias, mas numericamente os homens eram quase o dobro das mulheres.

Gráficos – Distribuição de cativos por sexo e tamanho das posses, 1841-1870



Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1841-1870, Provedoria, I e II Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família e Sucessão, APERS.

Obs.: O anexo 11 apresenta a tabela com os números e percentagens utilizados para a elaboração dos gráficos.

Comparando os dados da década de 1840 com os de 1850, verificamos uma modificação na concentração de escravos de ambos os sexos, que antes eram encontrados nas médias escravarias. Na década de 1850, passam a ser maioria nas pequenas, sendo 42,3% (82)

de mulheres e 41,9% (124) de homens. Observando essa escravaria pela subdivisão “5 a 9” cativos, percebemos que a maioria das mulheres e dos homens das pequenas escravarias estava concentrada nessa subdivisão (“5 a 9”), respectivamente 30,4% (59) e 24% (71).

Como apontamos anteriormente, a disparidade na média de escravos por sexo, constatada na década de 1840, foi se reduzindo com o passar dos anos, atingindo certo equilíbrio no último período estudado, mas, é perceptível que durante a década de 1860 houve uma redução significativa no percentual de cativos que compunham as pequenas escravarias (“1 a 9”) - 37,5% (45) de mulheres e 35,4% (56) de homens. Com o passar do tempo, como podemos observar no gráfico, a diferença entre os escravos homens e mulheres em pequenas escravarias (“1 a 4” e “5 a 9” cativos) se reduziram consideravelmente na década de 1860, em comparação com o que foi durante 1840.

Essa redução estava acompanhada de uma maior participação dos proprietários de grandes escravarias que concentravam 24,4% (68) dos escravos em suas propriedades. Se juntarmos a esses os proprietários de médias escravarias, teremos 63,8% (178) dos cativos residindo em propriedades com “10 ou mais” cativos, talvez contribuindo para uma maior interação entre esses e, possivelmente, fortalecendo seus laços de companheirismo, ou mesmo, facilitando a constituição de famílias escravas nessas maiores escravarias¹²⁹. A única exceção foi a Faixa Tamanho Escravaria com “15 a 19” cativos, que teve um aumento do índice de masculinidade: na década de 1840 as mulheres representavam 43,1% dos escravos, já no último período (1860) elas eram 37,5%.

Podemos afirmar que houve uma predominância de escravos homens na Aldeia dos Anjos, sendo que, com o tempo, o índice de masculinidade começou a reduzir, passando a haver um maior equilíbrio entre o sexo dos cativos da região. Uma questão que talvez nos ajude a compreender essa modificação pode estar relacionada à cessação do ingresso de cativos africanos devido ao fim do tráfico negreiro. Para compreendermos melhor essa possibilidade, analisaremos a procedência dos cativos na Aldeia dos Anjos.

Procedência cativa

¹²⁹ Robert Slenes aponta que, para a região de Campinas do século XIX, ser “exatamente nessas unidades médias e grandes que os escravos normalmente conseguiam casar-se com mais frequência e formar famílias conjugais relativamente estáveis”. SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperança e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p.80.

Infelizmente, dos 1.118 escravos constantes nos inventários levantados entre os anos de 1841 e 1870, somente foi relacionada a procedência (crioulo ou africano) de 61,6% dos cativos (688). Nos 38,7% (433) restantes não constou a procedência dos cativos e, desse total de escravos, temos que para 194 constaram somente a cor e para 235 não constaram nenhum dos dois (procedência ou cor)¹³⁰. Sendo assim, para esta parte do trabalho utilizaremos somente os 61,3% (685) dos escravos constantes no banco de dados, buscando uma maior precisão na análise sobre a procedência dos cativos da Aldeia dos Anjos.

Tabela 24 – (%) Procedência cativos, 1841-1870

Procedência	1841-1850		1851-1860		1861-1870		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Africanos	95	45,9	105	34,8	41	22,9	241	35,0
Crioulos	112	54,1	197	65,2	138	77,1	447	65,0
Total	207	100,0	303	100,0	177	100,0	688	100,0

Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1841-1870, Provedoria, I e II Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família e Sucessão, APERS.

Obs.: Os africanos aparecem descritos da seguinte forma e quantidade:

- Africanos: 27
- Nação africana: 5
- Nação: 130
- Da costa: 41
- *África Ocidental*: 9 (1 mina, 1 nação Mina e 7 Nagô)
- *Centro-Oeste Africano*: 19
- *Congo Norte*: 16 (1 Cabinda, 1 nação Congo, 10 Congo e 4 Monjolo)
- *Angola*: 3 (*Norte de Angola*: 1 Cassange e *Sul de Angola*: 2 Benguela)
- *África Oriental*: 5 (4 Moçambique e 1 nação Moçambique).

Seguimos para a elaboração das regiões as definições de KARASCH, *A vida dos escravos...*, op. cit., p.45-66.

Ao observarmos a diferença entre a origem dos escravos, percebemos que, durante a década de 1840, houve um equilíbrio entre o percentual de africanos - 45,9% (95) - e de crioulos - 54,1% (112). Já os dados do período seguinte indicam um aumento do número dos últimos, aparentemente desfazendo o equilíbrio existente entre esses dois grupos. Dessa forma, teremos uma alteração no percentual relacionado à origem dos escravos da Aldeia dos

¹³⁰ Houve a particularidade de um escravo descrito como crioulo/nação. Uma questão interessante a ser destacada é o fato de que, geralmente, quando constava a procedência do cativo (crioulo ou africano), não aparecia a cor, e o contrário também se verificou. Houve apenas dezesseis casos nos quais constavam cor e procedência junto: oito africanos (quatro descritos como nação preto, dois como nação africana preta, um como africano preto e um como da costa preto) e oito crioulos (um descrito como crioulo negro, três como crioulos pardos e quatro como crioulos pretos).

Anjos, passando os africanos a representarem 34,8% (105) da população, enquanto os crioulos serão, naquele momento, 65,2% (197)¹³¹.

Durante o último período analisado, é perceptível a continuação de um processo de crioulização na região, onde a população africana se reduzirá a apenas 22,9% (41) da população, enquanto os crioulos passarão a ser 77,1% (138). Acreditávamos que a percentagem de crioulos fosse mais elevada, visto que, conforme os dados do censo de 1872, 87,2% (1.012) dos escravos da Aldeia dos Anjos eram brasileiros e apenas 12,8% (149) eram africanos. Talvez essa redução possa ser explicada pelo fim do tráfico negreiro, mas, também temos que levar em consideração que esses dados poderiam ser manipulados pelos senhores para mascarar algum escravo africano que possa ter ingressado no país após o fim do tráfico negreiro em 1850. Ainda assim, tais dados podem nos ajudar a pensar uma mudança no perfil da escravaria da região.

Observando a procedência cativa pelo sexo, percebemos que no caso das escravas houve uma predominância de crioulas em detrimento das africanas, e que estas últimas tiveram sua maior representatividade na década de 1840 quando eram 27,8% (20), caindo para 16,8% (21) na década de 1850 e continuando a decrescer no último período, quando atingiram 14,9% (11) das escravas presentes nos inventários. Para os homens, encontramos uma singularidade: em 1840, os africanos eram maioria, correspondendo a 55,6% (75) dos escravos presentes nos inventários e sendo ultrapassados pelos crioulos na década de 1850, mas ainda sendo uma parcela considerável dos escravos da região, ou seja, 47,5% (84) - despencando no último período, quando passam a representar 28,6% (30) dos escravos arrolados nos inventários.

Os dados demonstram que, após 1850, teremos uma redução no número de africanos da região, tanto para mulheres como para homens, mas será nesse último caso que se processara a maior modificação. Esses escravos africanos (homens) eram maioria pelos inventários da década de 1840 e continuavam a ser parcela fundamental dos escravos na década de 1850. Contudo, na década de 1860 não possuíam uma representatividade tão alta como nas décadas anteriores, e possivelmente essa fosse uma consequência direta do fim do tráfico negreiro (1850). Mas, os dados também indicam que o investimento em escravos africanos pelos senhores da Aldeia dos Anjos, se concentrou em homens, em detrimento das mulheres.

¹³¹ Destacamos que após 1850 os senhores tendiam a não declarar os escravos recém-egressos como africanos.

Tabela 25 – (%) Procedência por sexo cativos, 1841-1870

	Mulheres					Homens					Total
	Africano	%	Crioulo	%	Total	Africano	%	Crioulo	%	Total	
1841-50	20	27,8	52	72,2	72	75	55,6	60	44,4	135	207
1851-60	21	16,8	104	83,2	125	84	47,5	93	52,5	177	302
1861-70	11	14,9	63	85,1	74	30	28,6	75	71,4	105	179
Total	52	19,2	219	80,8	271	189	45,3	228	54,7	417	688

Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1841-1870, Provedoria, I e II Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família e Sucessão, APERS.

Sendo assim, destacamos que, pelos dados da análise dos inventários da Aldeia dos Anjos (1841-1870), é perceptível a redução percentual significativa do número de africanos da região entre as décadas de 1840 e 1860. Essa questão demonstra que o aparente equilíbrio entre os escravos africanos e crioulos do sexo masculino, na primeira década, deixa de existir nas décadas seguintes, quando os crioulos passam a ser numericamente superiores aos africanos. Talvez um dado que ajude a refletirmos sobre a questão seja a idade dos cativos arrolados nos inventários; para isso, buscaremos correlacionar a idade com o sexo e a procedência dos cativos da Aldeia dos Anjos.

Idade dos escravos

Com relação aos dados, destacamos, primeiramente, que dos 1.118 escravos relacionados nos inventários entre 1841 e 1870, somente para 5,9% (66) não constava a idade e que, para os 94,1% (1.052) restantes, havia essa informação. Assim, utilizamos para essa parte do trabalho somente os 1.052 registros em que consta a idade dos cativos. Antes de analisarmos propriamente a questão da idade, é importante destacar os cuidados que devem ser tomados no uso histórico desses dados.

Scherer, analisando a idade dos cativos para o município de Rio Grande, destacou que essa era a informação dos escravos que mais consta nos inventários, afirmando, assim, que a idade era de extrema importância para os herdeiros, pois permitia aos senhores terem uma melhor noção sobre a capacidade dos cativos para execução de determinadas tarefas e, além

disso, permitia aos herdeiros, que tivessem interesse em vendê-los, conseguir estipular seu preço de mercado¹³².

Considerando essas precauções quanto ao uso da idade dos escravos na análise dessa variável, procuramos relacioná-la com a origem e o sexo dos cativos, buscando compreender melhor as possíveis mudanças que se processaram na população escrava da região daquele período. Pensando na idade de forma geral no período total analisado, percebe-se que os escravos estavam inseridos da faixa etária entre “0 e 39” anos, observando que a maioria dos cativos estava em sua idade mais produtiva, entre os “15 e 39” anos, havendo uma predominância de crioulos, sendo que a segunda maior faixa etária em número de escravos era de “0 a 14” anos, na qual não encontramos relacionado nenhum africano.

Tabela 26 – (%) Faixa Etária por sexo dos cativos, 1841-1870

Faixa Etária	Mulheres		Homens		Indefinido		Total		Procedência		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Africano	Crioulo	Não consta
0 a 14	175	42,1	201	31,7	2	100,0	378	36,0	0	203	175
15 a 39	170	40,9	211	33,3	0	0,0	381	36,2	54	185	142
40 a 59	48	11,5	150	23,7	0	0,0	198	18,8	113	35	50
60 ou +	23	5,5	72	11,3	0	0,0	95	9,0	58	13	24
Total	416	100,0	634	100,0	2	100,0	1.052	100,0	225	436	391

Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1841-1870, Provedoria, I e II Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família e Sucessão, APERS.

Houve, durante todo o período, uma predominância de africanos nas faixas etárias com mais de 39 anos, demonstrando um envelhecimento da população africana da região. Nas faixas etárias nas quais os africanos foram maioria, houve sempre um predomínio de homens¹³³, que chegava a ser de mais de três homens para cada mulher. Já nas faixas nas quais os crioulos foram maioria, houve um maior equilíbrio entre os sexos, sendo que, para os escravos entre “0 a 14” anos, os homens eram 53,2% (201) e as mulheres 46,3% (175), uma

¹³² Scherer destaca que devido à importância dessa informação, havia a possibilidade de herdeiros manipularem os dados de seus escravos, principalmente após o fim do tráfico em 1850, visto que estes teriam interesse em mascarar informações sobre possíveis escravos africanos com idades baixas, que poderiam ter chegado ao Brasil após 1850. SCHERER, *Experiências de busca da liberdade...*, op. cit., p. 47.

¹³³ Na faixa com 60 anos ou mais, os homens eram 75,79% e mulheres 24,21% e entre os 40 a 50 anos, os primeiros eram 75,76% e as segundas eram 24,24%.

diferença que se manterá também para a faixa entre “15 e 39” anos, quando os escravos representavam 55,4% (211) e as escravas 44,6% (170)¹³⁴.

Ao compararmos a década de 1840 com a de 1850, percebemos um aumento percentual de escravas entre a faixa etária de “0 e 39” anos, enquanto os escravos homens tiveram um aumento na faixa etária entre “0 e 14” e uma redução percentual entre “15 e 39” anos. Nessa última faixa, notamos a predominância dos homens que eram de 1,4 para cada mulher na primeira década, reduzindo para 1,1 na década seguinte e voltando a ser de 1,4 no último período.

Tabela 27 – (%) Faixa Etária por sexo dos cativos e por década, 1841-1870

1841-1850											
Faixa etária	Mulheres		Homens		Indefinido		Total		Procedência		
	Nº	%	Nº	%	Nº	Nº	%	Nº	Africano	Crioulo	Não consta
0 a 14	46	37,7	55	27,6	--	--	101	31,5	0	<u>45</u>	56
15 a 39	48	39,3	68	34,2	--	--	116	36,1	23	<u>51</u>	42
40 a 59	20	16,4	47	23,6	--	--	67	20,9	<u>43</u>	6	18
60 ou +	8	6,6	29	14,6	--	--	37	11,5	<u>18</u>	6	13
Total	122	100,0	199	100,0	--	--	321	100,0	84	108	129
1851-1860											
0 a 14	75	41,0	97	33,6	1	100,0	173	36,6	0	<u>95</u>	77
15 a 39	82	44,8	89	30,8	0	0,0	171	36,1	24	<u>80</u>	67
40 a 59	17	9,3	71	24,5	0	0,0	88	18,6	<u>53</u>	14	21
60 ou +	9	4,9	32	11,1	0	0,0	41	8,7	<u>26</u>	6	9
Total	183	100,0	289	100,0	1	100,0	473	100,0	103	195	174
1861-1870											
0 a 14	54	48,7	49	33,6	1	100,0	104	40,3	0	<u>62</u>	42
15 a 39	40	36,0	54	37,0	0	0,0	94	36,4	7	<u>55</u>	32
40 a 59	11	9,9	32	21,9	0	0,0	43	16,7	<u>17</u>	15	11
60 ou +	6	5,4	11	7,5	0	0,0	17	6,6	<u>14</u>	1	2
Total	111	100,0	146	100,0	1	100,0	258	100,0	38	133	87

Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1841-1870, Provedoria, I e II Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família e Sucessão, APERS.

¹³⁴ Scherer também encontrou dados parecidos para a região de Rio Grande entre os anos de 1825 e 1865. SCHERER, *Experiências de busca da liberdade...*, op. cit., p.48-49.

A proporção entre africanos e crioulos por idade permanece similar à predominância de crioulos na faixa entre “0 e 39” anos e de africanos nas duas últimas. Notamos, porém, que nas faixas etárias nas quais os africanos foram maioria, a diferença entre homens e mulheres se ampliou, visto que na década de 1840, para a faixa etária entre “40 e 59” anos, existiam 2,4 escravos para cada escrava e, entre 1851 e 1860, chegou a ser de 4,2 homens para cada mulher, voltando a reduzir para 2,9 na última década.

O percentual da faixa etária entre “0 e 14” anos continuará a crescer durante a década de 1860. Observamos, porém, que no caso dos homens não houve crescimento nem se verificou a redução. Notamos, todavia, que o número de mulheres foi superior ao dos homens. A predominância masculina nessa faixa etária de 1,2 homens para cada mulher sofreu um leve crescimento na década seguinte (para 1,3) e inverte no último período para 1,1 mulheres para cada homem.

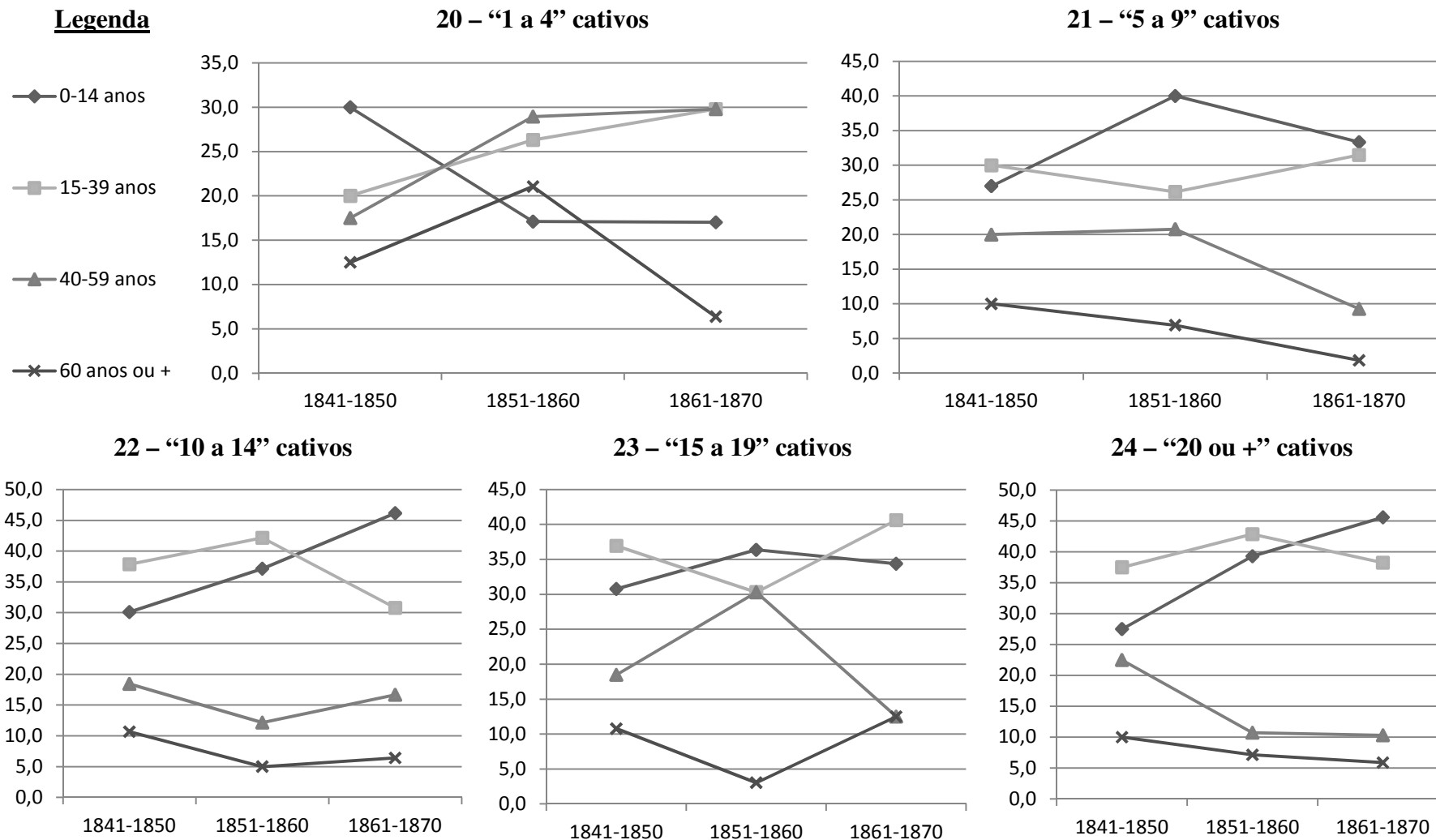
O crescimento verificado na faixa etária entre “0 e 14” anos sugere um aumento da reprodução endógena, ou mesmo, como já apontamos, indique um aumento nas vendas de cativos, principalmente do sexo masculino, para outras regiões da província e fora dela, o que consequentemente ampliaria o percentual de escravos menores de 15 anos. Não podemos esquecer que, como sugerimos no primeiro capítulo, houve um aumento na “concessão” de alforrias nesse período, o que provavelmente contribuiria para explicar a redução no número de escravos com mais de 40 anos¹³⁵, aumentando, consequentemente, a representatividade dos escravos mais novos, visto que não havia mais como substituí-los após 1850¹³⁶.

Observando os gráficos das faixas etárias dos escravos por Faixa Tamanho Escravaria, constata-se um aumento percentual de cativos entre “0 e 14” anos, principalmente em escravarias com mais de nove escravos. O aumento percentual desta faixa etária, em propriedades com médias e grandes escravarias, pode ser uma consequência da concentração cativa que se processou durante as décadas de 1850 e 1860. Pois, se considerarmos que quanto maior o número de escravos na propriedade, maior seria a possibilidade de estabelecimento de relações familiares entre os cativos da escravaria, seja pela união por meio da Igreja ou da relação sem os sacramentos, teríamos uma maior possibilidade de reprodução endógena nessas propriedades.

¹³⁵ No primeiro capítulo apontamos que foi na década de 1860 que o percentual de alforrias de cativos nas faixas etárias entre 40 e 59 anos e com 60 ou mais, foi mais altos, ambos com 25%.

¹³⁶ Thiago Araújo, relacionando os dados da idade, procedência e sexo dos cativos no início da segunda metade do oitocentos a vila da Cruz Alta, sugerirá que a região “apresentava condições mais favoráveis à reprodução endógena dos escravos, pois havia um maior equilíbrio entre os sexos dos cativos”. ARAÚJO, *Escravidão, fronteira e liberdade...*, op. cit., p.76.

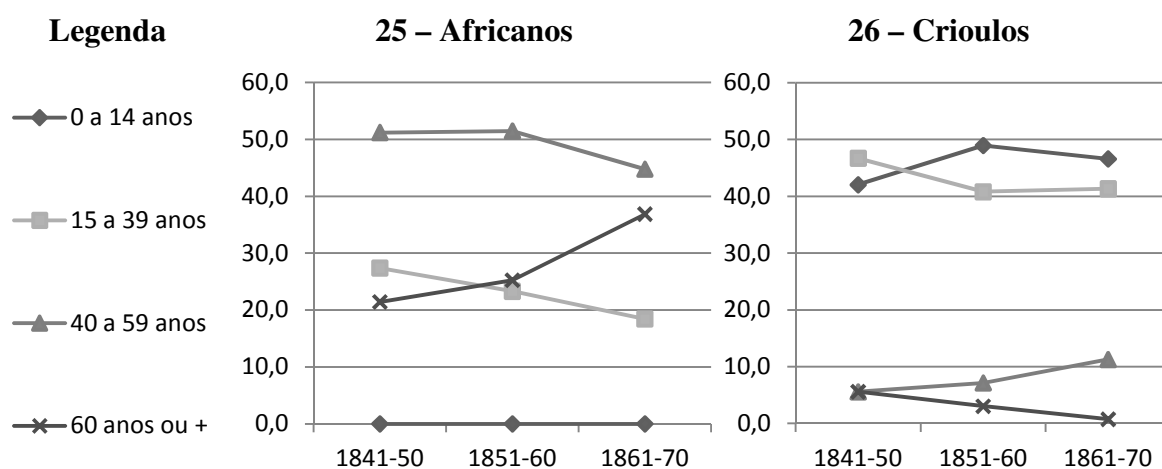
Gráficos – (%) Faixa etária dos escravos por Faixa Tamanho Escravidão, 1841-1870



Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1841-1870, Provedoria, I e II Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família e Sucessão, APERS.

Uma questão a ser destacada relaciona-se à faixa etária dos “40 a 59” anos, na qual houve uma constante predominância de africanos durante todas as décadas analisadas, notando ser a diferença entre crioulo e africano sempre superior ao dobro nas duas primeiras décadas. Mas, no caso do último período, apesar de se manter a predominância de africanos, a diferença entre o número de crioulos (15) e africanos (17) tornou-se praticamente nula, alteração que pode ser explicada pela cessação do tráfico negreiro em 1850 e pelo envelhecimento dessa população.

Gráficos – (%) Faixa etária por procedência, 1841-1870



Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1841-1870, Provedoria, I e II Vara Cível e Crime, I

Pelos gráficos da faixa etária dos escravos por procedência, verificou-se que a predominância de africanos sempre esteve na faixa etária dos “40 a 59” anos, sendo que no caso dos crioulos a predominância variou entre as faixas etárias de “0 a 14” e “15 a 39” anos. Apesar de a maioria dos africanos terem entre “40 e 59” anos, a representatividade desses escravos reduziu-se de 51,2% em 1840, para 44,7% em 1860 - o que também ocorreu com a faixa entre “15 e 39” anos, que passou de 27,4% na primeira década para 18,4% na última. Enquanto essas duas faixas etárias estavam se reduzindo, a dos africanos com “60 anos ou mais” seguia aumentando: de 21,4% passam a representar 36,8% dos cativos africanos. Podemos afirmar que, entre as décadas de 1840 e 1860, temos um processo de envelhecimento da população escrava africana, seguida por um aumento percentual dos escravos crioulos jovens (“0 a 14” anos). Antes de finalizarmos este capítulo, gostaríamos de fazer alguns apontamentos quanto à profissão dos cativos da Aldeia dos Anjos.

Profissão dos escravos

Começamos esta análise destacando as profissões presentes no censo de 1872 para a Aldeia dos Anjos. Nessa fonte, as profissões mais relacionadas, tanto para escravos como para livres da região, foram as de serviço doméstico - desempenhado por 17,8% (1.040) da população - e lavrador - desempenhado por 19,4% (1.138). Comparando essas duas profissões por condição da população, percebemos que 47,6% (495) dos serviços domésticos eram escravos, enquanto que apenas 24,2% (275) dos lavradores eram cativos.

Mesmo considerando somente os escravos, ainda se manterá a predominância da atividade doméstica, na qual 42,6% (495) dos escravos trabalhavam, e somente 23,7% (275) se dedicavam ao ofício de lavrador. Observando a profissão dos cativos a partir da variável sexo, constata-se que a maioria dos escravos homens 40,2% (250) eram lavradores, enquanto somente 4,6% (25) das mulheres desempenhavam esse trabalho. Já a maioria das mulheres trabalhava no serviço doméstico 70,5% (380), um tipo de trabalho que também foi bastante significativo para homens, sendo a segunda profissão mais desempenhada pelos escravos do sexo masculino, 18,5% (115).

Tabela 28 – Profissão escravos por sexo, 1872

Profissões	Mulheres		Homens		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Costureiras	9	1,7	0	0,0	9	0,8
Em madeiras	0	0,0	4	0,6	4	0,3
De edificações	0	0,0	8	1,3	8	0,7
Lavradores	25	4,6	250	40,2	275	23,7
Criados e Jornaleiros	0	0,0	65	10,5	65	5,6
Serviço Doméstico	380	70,5	115	18,5	495	42,6
Sem Profissão	125	23,2	180	28,9	305	26,3
Total	539	100,0	622	100,0	1.161	100,0

Fonte: Censo Geral do Brasil, 1872.

Na análise dos inventários *post-mortem* (1841 a 1870) destacamos não ter sido comum a descrição do ofício dos escravos nessa fonte. Dos 1.118 escravos constantes nessa

documentação, uma minoria (55 cativos) tivera sua profissão descrita¹³⁷, mesmo assim, acreditamos ser possível fazer algumas considerações e comparações com os dados do censo de 1872. Nesses poucos registros, foram descritas 11 tipos de profissões¹³⁸, sendo as mais representativas as de roceiro e campeiro, a primeira representando 36,4% (20) das profissões relacionadas e, a última, 29,1% (16).

Pensando a partir da relação entre profissão e procedência/cor, podemos verificar que dos 55 registros nos quais constava o ofício do cativo, temos que 8 (14,5%) eram africanos, 17 (30,9%) crioulos, 10 (18,2%) “pardos” e 20 (36,4%) para os quais não constavam cor ou procedência¹³⁹. Considerando as profissões que mais foram relacionadas, temos que dos 20 roceiros cinco eram crioulos, dois africanos e cinco pardos, sendo que oito não tiveram sua procedência ou cor descrita. Já para o caso dos campeiros, temos nove crioulos, um pardo¹⁴⁰ e seis para os que não constavam procedência ou cor.

Comparando os ofícios de roceiro e campeiro, a partir dos inventários, constata-se que para o primeiro encontramos tanto escravos nacionais (crioulos e pardos) como africanos, talvez indicando uma atividade mais comum. Já no caso dos campeiros, verificamos que houve um predomínio de escravos nacionais (crioulos e pardos) e, mesmo que considerássemos africanos todos os cativos que não tiveram procedência ou cor descrita, o que acreditamos ser pouco provável, estes representariam 37,5% dos campeiros.

¹³⁷ A maior parte dos inventários descrevia a profissão de somente alguns de seus escravos, geralmente um deles, há apenas dois casos nos quais foram descritos o ofício de todos os cativos da escravaria avaliada.

¹³⁸ Campeiro, carpinteiro, costureira, cozinheiro, falquejador, ferreiro, lombilheiro, pedreiro, roceiro, sapateiro e serviços domésticos.

¹³⁹ **Dos oito africanos temos:**

- Seis homens (um sapateiro, um carpinteiro, dois roceiros, um pedreiro e um pedreiro e ferreiro).
- Duas mulheres (uma cozinheira e uma teceira e cozinheira).

Dos dezessete crioulos, temos:

- Uma mulher (roceira).
- Dezesesseis homens (quatro roceiros, cinco campeiros, dois “campeiro, roceiro, serrador”, um “campeiro inferior”, um “campeiro” e “todos serviços”, um “falquejador e serrador”, um “oficial de carpinteiro” e um “ferreiro e remendão”).

Dos dez “pardos”, temos:

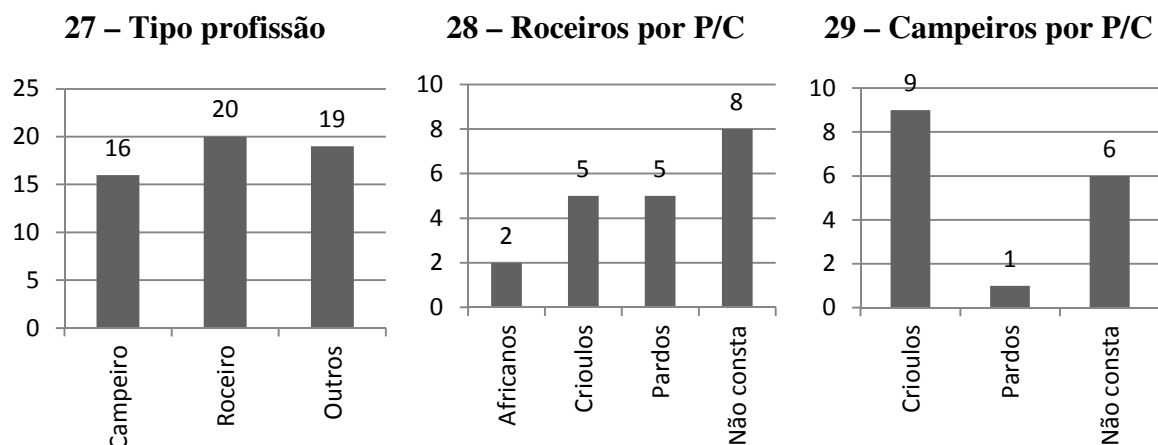
- Quatro mulheres (duas roceiras e uma “costureira, rendeira e engomadeira”).
- Sete homens (três roceiros, um pedreiro, um falquejador, um lombilheiro e um “campeiro, princípio de carpinteiro, hábil para todo o serviço”).

Dos vinte que não constavam procedência nem cor, temos:

- Duas mulheres (uma roceira e uma dos “serviços domésticos”).
- Dezoito homens (seis campeiros, um carpinteiro, um ferreiro, um pedreiro, sete roceiros e dois sapateiros).

¹⁴⁰ Este era Aniceto [Ângelo da Fonseca], padrinho do réu Aniceto, que se alforriou e agregou a seu nome o sobrenome de seu falecido senhor, José Ângelo da Fonseca.

Gráficos – Profissão escravos pelos inventários, 1841-1870



Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1841-1870, Provedoria, I e II Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família e Sucessão, APERS.

P/C = procedência e cor.

Esses dados, mesmo que em pequena proporção, sugerem que, aparentemente, a atividade de campeiro era reservada a escravos nacionais (crioulos e pardos). Não estamos afirmando com isso que não existiam campeiros africanos, mas sim que a preferência possivelmente fosse dada a cativos nacionais, principalmente aos nascidos na região, pelo menos na região da Aldeia dos Anjos. A escolha, possivelmente, estivesse relacionada ao maior conhecimento geográfico da região que o cativo nascido na localidade possuiria. Pensando nessa questão, devemos considerar os apontamentos de Reis ao analisar as diferenças na divisão do trabalho dos africanos para a região da Bahia, quando afirmou que:

[...] não havia diferenças fundamentais entre os grupos étnicos ou linguísticos africanos quanto a suas posições na divisão do trabalho escravo... Havia diferenças, isto sim, entre escravos africanos em geral e *escravos brasileiros*. *Estes últimos predominavam nos serviços domésticos e ocupações mais especializadas, um resultado, aliás normal do processo de socialização e treinamento dos escravos crioulos e pardos*, que nada tinha a ver com qualquer superioridade étnico-cultural ou racial, mas com seu abrasileiramento. (grifo nosso)¹⁴¹

Se considerarmos as profissões a partir do censo de 1872 e desse pequeno número de profissões relacionado nos inventários, acreditamos que será possível afirmar que os ofícios mais comuns para os escravos homens na Aldeia dos Anjos foram os de “roceiro/lavrador”,

¹⁴¹ REIS, *Rebelião escrava no Brasil...*, op. cit., p. 330-331. Interessante que no caso dos escravos relacionados nos inventários dos moradores da Aldeia dos Anjos (1841-1870), a maioria dos africanos relacionados trabalhava em serviços domésticos ou especializados (sapateiro, carpinteiro, pedreiro, ferreiro, cozinheira e teceira), sendo que apenas dois foram descritos com o ofício de roceiro.

serviço doméstico e campeiro. Mas, conforme o censo e, em menor escala, os inventários, a principal atividade desempenhada pelos escravos foi a de “roceiro/lavrador”.

A atividade de “roceiro/lavrador” se enquadraria com o tipo de estrutura produtiva descrita no capítulo anterior, na qual a atividade com agricultura e fabrico de farinha de mandioca desempenhariam papel principal na Aldeia dos Anjos. Mas, não podemos deixar de destacar a existência de uma atividade pecuária, ainda que fosse para uma pequena parcela da população da região. Pensando nessa pequena parcela é que buscaremos, na segunda parte deste trabalho, relacionar esses dados gerais da freguesia com alguns casos específicos relacionados a grupos familiares ligados diretamente aos senhores de alguns dos cativos envolvidos na insurreição escrava de 1863. Com essa comparação, buscaremos demonstrar como esses senhores (as) estavam inseridos entre a população mais “abastada” da localidade.

Considerações finais

Esta primeira parte do trabalho permitiu-nos apresentar um quadro geral da Aldeia dos Anjos, na qual foi possível destacar a localização privilegiada da região e de uma população escrava percentualmente significativa para o padrão encontrado em outras localidades da Província de São Pedro. Mas, principalmente, possibilitou-nos compreender um padrão produtivo voltado para a agricultura (milho, feijão e mandioca) e para o fabrico de farinha de mandioca, sendo que, em alguns casos, havia uma atividade pecuária significativa, destacando-se alguns poucos médios e grandes estancieiros. Observou-se, ainda, que grande parte da riqueza dos inventariados da Aldeia dos Anjos, nas décadas de 1840 e 1860, se concentrava principalmente em bens de raiz, escravos e animais, sendo o primeiro predominante sobre os outros bens avaliados.

Para além das atividades produtivas da Aldeia dos Anjos e da riqueza dos inventariados, foi possível compreender mais detalhadamente a estrutura de posse escrava da região, na qual constatamos a predominância de pequenas escravarias (“1 a 9” cativos). Entre as décadas de 1840 a 1860, verificou-se um crescimento percentual de inventariados com grandes escravarias (“20 ou mais” cativos), denotando, talvez, a concentração dessa população sob o domínio de alguns poucos senhores. Cabe ressaltar que a presença escrava manteve-se fortemente presente na sociedade da Aldeia dos Anjos pelo menos até final da década de 1860.

Percebemos, também, que com o passar das décadas, modificações se processaram no perfil dos cativos presentes nos inventários entre as décadas de 1840 e 1860, relacionadas à questão do sexo, da procedência e da idade dos cativos. Com relação ao sexo dos cativos, visualizamos um processo de inversão no percentual entre homens e mulheres se encaminhando para um aparente equilíbrio. Esse equilíbrio foi seguido por um desequilíbrio crescente entre africanos e crioulos, visto que o percentual dos primeiros reduz-se constantemente entre a década de 1840 e 1860. Com relação à idade dos cativos, notou-se um crescimento percentual de escravos jovens, principalmente, entre “0 e 14” anos. Acreditamos que as questões apresentadas possam sugerir a ocorrência de um aumento da reprodução endógena escrava da Aldeia dos Anjos.

Considerando essas modificações no perfil escravo da Aldeia dos Anjos, assim como as características econômicas dos inventariados dessa região, buscaremos - na segunda parte deste trabalho - correlacionar esses dados aos de alguns casos específicos de senhores de alguns dos escravos arrolados como réus no processo crime da insurreição da Aldeia dos Anjos (1863), assim como os de alguns de seus parentes.

PARTE 2 - ESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL DOS SENHORES DOS INSURGENTES E DE SEUS FAMILIARES

Destacamos, primeiramente, que 19 senhores tiveram escravos (26) interrogados como suspeitos de participação no plano de insurreição da Aldeia dos Anjos, sendo que somente sete senhores tiveram seus escravos (12) arrolados como réus no processo crime¹⁴². Buscamos analisar somente os senhores dos cativos arrolados como réus, sendo que os senhores Januário Gomes Pahim e Manoel José de Barcelos não foram acrescentados na análise - o primeiro, por não encontrarmos muitas informações sobre seu grupo familiar, e o segundo, por não localizarmos seu inventário ou qualquer outra informação sobre seus familiares.

Quadro 1 – Senhores dos insurgentes e relações familiares com os inventariados dos grupos familiares

	Senhor	Inventariado do grupo familiar	Ano Inventário	Relação familiar
Prates/Sarmento	André Machado de Moraes Sarmento	Escolástica Rosa Joaquina	1849	Sogra
		Maria Luciana de Oliveira Prates	1850	Enteada
		Dona Brígida Maria de Oliveira Prates	1858	1ª esposa
		Leonor Inácia de Moraes	1860	Filha
		José Joaquim Machado	1861	Genro
		Catarina Rosa de Oliveira	1863	Cunhada / Sogra
		Catarina Cândida de Oliveira Prates	1866	Enteada
		Felicidade Maria de Oliveira Prates	1878	Enteada
		André Machado de Moraes Sarmento	1880	----
Maciel	Francisco Antônio Maciel	Feliciania Inácia de Jesus	1852	1ª esposa
		Antonio Ferreira Maciel	1853	Pai
		Francisco Antônio Maciel	1868	----
Pahim	Antônio Pahim de Andrade	João Pahim de Andrade	1859	Irmão
		Ana Joaquina de Andrade	1864	Cunhada
		Dona Ana Pahim de Andrade	1868	Filha
		Antônio Pahim de Andrade	1872	----
Alves	José Antonio Alves	Manoel José Alves	1847	Avô
		Florência Antônia de Jesus	1863	Mãe
		João Antônio Alves	1870	Irmão
		Felisbino Antônio Alves	1877	Pai

Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004: Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1841-1872 e Comarca Viamão, localidade Gravataí, 1880, APERS.

¹⁴² O quadro 12 da terceira parte deste trabalho apresenta os nomes dos 19 senhores e de seus respectivos escravos, assim como destaca quais foram interrogados e os que foram réus no processo crime.

Esta parte do trabalho visa relacionar os dados gerais da Aldeia dos Anjos, com alguns inventariados específicos da região. Assim, foram selecionados para a análise 20 inventariados. Todos estes possuíam relações familiares bastante próximas (sogra, mãe, pai, filho (a), genro, cunhada, irmão e enteada) com os senhores de alguns dos escravos insurgentes - André Machado de Moraes Sarmiento, Francisco Antonio Maciel, Antônio Pahim de Andrade e José Antônio Alves, grupos familiares que foram nomeados como “Prates/Sarmiento”, “Maciel”, “Pahim” e “Alves”. Da análise desses inventariados, busca-se compreender mais detalhadamente a estrutura econômica e de posse escrava na qual parte dos insurgentes vivia.

4 ECONOMIA, ESTRUTURA DE POSSE E PERFIL ESCRAVO DOS GRUPOS FAMILIARES

Observamos, na primeira parte deste trabalho, que na Aldeia dos Anjos existia uma economia voltada, principalmente, para a agricultura e o fabrico de farinha de mandioca, havendo, ainda, a presença de *gado vacum* (mas em pequena proporção) e existindo alguns casos de médios e grandes estancieiros. Neste tópico, buscamos demonstrar quais atividades produtivas os senhores dos insurgentes se dedicavam, assim como apresentar a distribuição de riqueza dos inventariados da região por alguns tipos de bens (bens de raiz, escravos e animais).

Inicialmente, destacamos que, dos sete senhores que tiveram escravos arrolados como réus no processo crime da insurreição, apenas três possuíam atafona em suas propriedades: André Machado de Moraes Sarmiento, Francisco Antônio Maciel e Antônio Pahim de Andrade¹⁴³. Nos inventários destes senhores, encontraram-se, além de atafonas, outros tipos de produção aliada ao fabrico de farinha de mandioca, tais como a criação de gado e a agricultura.

Quadro 2 – Senhores dos cativos arrolados como réus no processo crime

Senhores	Ano Inventário	Atafona
Tenente Coronel André Machado de Moraes Sarmiento	1880	Sim
Antonio Pahim de Andrade	1872	Sim
Francisco Antonio Maciel	1868	Sim
Innocente Ferreira Maciel	1893	Não Consta
Januário Gomes Pahim	1907	Não Consta
Jose Antonio Alves	1917	Não Consta
Manoel José de Barcellos	Não Localizado	----

Fonte: Processo-Crime, Sumário Júri, maço 35, processo 1060 e inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004: Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1841-1872, Comarca Viamão, localidade Gravataí, 1880 e Comarca Porto Alegre, localidade Gravataí, 1893-1917, APERS.

Observando os inventários de Antônio Pahim de Andrade (1872) e Francisco Antônio Maciel (1868), verificou-se que ambos possuíam, além de atafona, moinho de debulhar milho. A presença desse tipo de moinho nos ajudará, na última parte do trabalho, a compreender os

¹⁴³ Entre os bens dos senhores Innocente Ferreira Maciel (1893) e Januário Gomes Pahim (1907) foram relacionados apenas alguns bens de raiz, móveis e uns poucos semoventes (reses de gado), já no inventário do senhor José Antonio Alves (1917) não constava a relação de bens.

relatos de seus escravos, durante o processo crime (1863), sobre o manejo e transporte de milho. Podemos observar, também, que Francisco Antônio Maciel possuía roças de feijão e mandioca e, com relação a André Machado de Moraes Sarmiento (1880), encontramos apenas uma atafona, uma pequena lavoura de algodoeiro e algumas poucas cabeças de gado¹⁴⁴.

Quadro 3 – Posse de atafona dos inventariados dos grupos familiares

	Inventariado	Ano Inventário	Atafona
Sarmiento/Prates	Escolástica Rosa Joaquina	1849	Sim
	Maria Luciana de Oliveira Prates	1850	Não
	Dona Brígida Maria de Oliveira Prates	1858	Sim
	Leonor Ignacia de Moraes	1860	Não
	Jose Joaquim Machado	1861	Sim
	Catarina Rosa de Oliveira	1863	Sim
	Catarina Cândida de Oliveira Prates	1866	Sim
	Felicidade Maria de Oliveira Prates	1878	Sim
	Tenente Coronel André Machado de Moraes Sarmiento	1880	Sim
Maciel	Feliciano Inácia de Jesus	1852	Sim
	Antonio Ferreira Maciel	1853	Sim
	Francisco Antônio Maciel	1868	Sim
Pahim	João Pahim de Andrade	1859	Sim
	Ana Joaquina de Andrade	1864	Sim
	Dona Ana Pahim de Andrade	1868	Sim
	Antônio Pahim de Andrade	1872	Sim
Alves	Manoel Jose Alves	1847	Sim
	Florência Antônia de Jesus	1863	Sim
	João Antonio Alves	1870	Sim
	Tenente Coronel Felisbino Antonio Alves	1877	Sim

Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004: Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1841-1872 e Comarca Viamão, localidade Gravataí, 1880, APERS.

Para analisar melhor essa estrutura produtiva, foram relacionados os dados presentes nos inventários dos senhores dos réus no processo de insurreição, com os inventários de alguns de seus familiares. Ao compararmos estes dados buscou-se compreender como era a

¹⁴⁴ Os dados destes três senhores parecem indicar que em suas propriedades os cativos deveriam lidar com variadas atividades em seu cotidiano, como na plantação e colheita de mandioca e no fabrico da farinha, assim como em alguns dos casos, lidar com o gado.

estrutura econômica dos grupos familiares senhoriais e como estes se diferenciavam do quadro geral apresentado para a localidade da Aldeia dos Anjos.

Começamos a comparação relembrando que o fabrico de farinha de mandioca era uma das atividades econômicas mais importantes da Aldeia dos Anjos, isso para parte considerável dos inventariados da amostra (1840/1860) da primeira parte do trabalho. Ao analisarmos os inventários dos integrantes dos grupos familiares¹⁴⁵, percebemos que somente 10% (2) dos inventariados não possuíam atafonas em suas propriedades, sendo assim, podemos afirmar que a maioria desses inventariados estava inserida na parcela da população detentora de atafona. Se considerarmos a primeira parte do trabalho, percebemos que os detentores de atafona representavam 47,2% (42) da totalidade de inventários (89) das décadas de 1840 e 1860 e detinham grande parte dos escravos e animais relacionados no período analisado (décadas de 1840 e 1860). Pelos dados observados nos grupos familiares, acreditamos que, provavelmente, esses senhores deveriam concentrar sob seu domínio grande parte dos escravos e animais da região, assim como apontamos para os detentores de atafona para as décadas de 1840 e 1860.

Pensando nessas concentrações (escravos e animais), podemos destacar que a posse de grande quantidade de animais não era comum à maior parte da população da Aldeia dos Anjos, sendo menos comum ainda a posse de *gado vacum*. Para as décadas de 1840 e 1860, verifica-se que os médios e grandes estancieiros correspondiam a 26,7% (16) dos inventariados dessa região, mas, analisando os 20 inventariados dos grupos familiares senhoriais, percebeu-se que 55% (11) destes eram médios (9) ou grandes estancieiros (2), indicando que parte significativa desses proprietários provavelmente compunha o seletivo grupo de estancieiros moradores da localidade.

¹⁴⁵ A utilização do termo “grupo familiar” visa, simplesmente, destacar as ramificações existentes entre pessoas com relações familiares próximas umas das outras - como mãe, pai, filhos, netos, sogros, genros, entre outros. Consideramos que estas relações estavam organizadas e focadas em uma pessoa, no caso aqui proposto, os integrantes mais velhos que tiveram escravos envolvidos no plano de levante escravo de 1863, na Aldeia dos Anjos – André Machado de Moraes Sarmiento (e sua primeira esposa, Brígida Maria de Oliveira Prates), Francisco Antonio Maciel, Antonio Pahim de Andrade e Felisbino Antonio Alves (pai de José Antonio Alves).

Tabela 29 – (%) Distribuição da fortuna em £ dos bens de raiz, animais e escravos por famílias senhoriais

	Inventariado	Ano	Bens de Raiz		Animais		Escravos	
			£	%	£	%	£	%
Prates e Sarmento	Escolástica	1849	532,13	51,1	1,08	0,1	461,18	44,2
	Maria Luciana	1850	357,79	41,8	29,54	9,4	125,56	39,9
	Brígida	1858	2.530,98	41,8	566,32	9,4	2.411,88	39,9
	Leonor	1860	304,55	24,3	109,65	8,8	763,25	60,9
	José	1861	1.094,38	46,9	324,91	13,9	768,19	33,0
	Catarina	1863	3.292,90	51,3	219,86	3,4	2.886,60	44,9
	Catarina	1866	811,71	63,0	26,42	2,1	436,61	33,9
	Felicidade	1878	897,87	60,7	155,05	10,5	377,85	25,5
	André	1880	2.162,14	78,9	54,20	2,0	496,17	18,1
Maciel	Feliciana	1852	727,24	41,7	33,00	1,9	964,71	55,3
	Antonio	1853	1.273,00	57,8	74,34	3,4	764,75	34,7
	Francisco	1868	1.092,43	53,1	53,98	2,6	474,58	23,1
Pahim	João	1859	809,87	55,8	243,41	16,8	394,67	27,2
	Ana	1864	1.430,45	80,9	135,84	7,7	183,56	10,4
	Ana	1868	1.691,93	60,9	938,40	33,8	77,92	2,8
	Antônio	1872	4.102,76	67,6	1.105,85	18,2	486,00	8,0
Alves	Manoel	1847	511,15	37,6	156,25	11,5	552,08	40,6
	Florência	1863	4.515,20	64,3	661,41	9,4	1.633,13	23,3
	João	1870	494,19	96,4	6,69	1,3	9,42	1,8
	Felisbino	1877	2.910,60	68,6	478,67	11,3	581,88	13,7

Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004: Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1841-1872 e Comarca Viamão, localidade Gravataí, 1880, APERS.

Verificamos que os bens de raiz ocupavam posição de destaque nas fortunas dos inventariados, visto que somente em seis casos representavam menos de 50% dos bens relacionados. No caso dos escravos, observou-se que quase sempre se constituíam na segunda maior riqueza dos inventariados, tendo ficado em terceiro lugar somente em dois casos - Antônio Pahim de Andrade (1872) e Dona Ana Pahim de Andrade - sendo que o valor em cativos somente ultrapassou 50% da riqueza dos senhores em dois casos - Leonor Ignacia de Moraes (1860) e Felicidade Inácia de Jesus (1852). Interessante é o fato de que os dois casos

nos quais os escravos ficaram em terceiro lugar na riqueza dos senhores relacionavam-se exatamente aos dois casos de grandes estancieiros elencados nessa amostragem.

Quadro 4 – Quantidade de *gado vacum* inventariados dos grupos familiares

	Inventariado	Ano	<i>Gado Vacum</i>
Sarmento/Prates	Escolástica Rosa Joaquina	1849	1
	Maria Luciana de Oliveira Prates	1850	24
	Dona Brígida Maria de Oliveira Prates	1858	239
	Leonor Ignacia de Moraes	1860	64
	Jose Joaquim Machado	1861	245
	Catarina Rosa de Oliveira	1863	258
	Catarina Cândida de Oliveira Prates	1866	11
	Felicidade Maria de Oliveira Prates	1878	119
	André Machado de Moraes Sarmento	1880	16
Maciel	Feliciano Inácia de Jesus	1852	21
	Antonio Ferreira Maciel	1853	56
	Francisco Antônio Maciel	1868	0
Pahim	João Pahim de Andrade	1859	218
	Ana Joaquina de Andrade	1864	111
	Dona Ana Pahim de Andrade	1868	1.350
	Antônio Pahim de Andrade	1872	1.082
Alves	Manoel Jose Alves	1847	143
	Florência Antônia de Jesus	1863	705
	João Antônio Alves	1870	4
	Felisbino Antônio Alves	1877	286

Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004: Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1841-1872 e Comarca Viamão, localidade Gravataí, 1880, APERS.

Já os animais constituíam, geralmente, o terceiro maior bem dos senhores, havendo somente as duas exceções já destacadas - Antônio Pahim de Andrade e sua filha Dona Ana Pahim de Andrade. Apesar de a maioria dos inventariados serem médios e grandes estancieiros, o valor em animais geralmente foi inferior a 10% de sua riqueza, sendo que somente em um caso esse bem ultrapassa 20% da riqueza do senhor - Dona Ana Pahim de Andrade.

Quadro 5 – Tamanho escravarias dos inventariados dos grupos familiares

	Inventariado	Ano Inventário	Escravaria
Sarmento/Prates	Escolástica Rosa Joaquina	1849	17
	Maria Luciana de Oliveira Prates	1850	4
	Dona Brígida Maria de Oliveira Prates	1858	29
	Leonor Inácia de Moraes	1860	6
	Jose Joaquim Machado	1861	10
	Catarina Rosa de Oliveira	1863	28
	Catarina Cândida de Oliveira Prates	1866	12
	Felicidade Maria de Oliveira Prates	1878	10
	André Machado de Moraes Sarmento	1880	8
Maciel	Feliciana Inácia de Jesus	1852	18
	Antonio Ferreira Maciel	1853	14
	Francisco Antônio Maciel	1868	16
Pahim	João Pahim de Andrade	1859	10
	Ana Joaquina de Andrade	1864	3
	Dona Ana Pahim de Andrade	1868	1
	Antônio Pahim de Andrade	1872	14
Alves	Manoel Jose Alves	1847	12
	Florência Antônia de Jesus	1863	20
	João Antônio Alves	1870	1
	Felisbino Antônio Alves	1877	9

Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004: Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1841-1872 e Comarca Viamão, localidade Gravataí, 1880, APERS.

Pensando mais especificamente na questão escrava, considerando que após 1850 teríamos dois tipos de concentração de riqueza (escravos e “terras”), e tendo em conta os familiares dos senhores dos insurgentes, buscamos afirmar que esses inventariados eram donos das maiores escravarias da Aldeia dos Anjos. Dos 20 inventários analisados, catorze possuíam médias e grandes escravarias, o que para o contexto da Aldeia dos Anjos não era algo comum, conforme apontamos na análise da estrutura de posse escrava da região.

Analisando os 20 integrantes dos grupos familiares, percebemos que somente sete possuíam escravaria com menos de dez cativos (três dos “Sarmento/Prates”, dois dos “Pahim” e dois dos “Alves”), todos os outros integrantes possuíam médias (10) ou grandes escravarias (3). Colocando os dados das escravarias dos grupos familiares em percentuais, temos que 35%

(7) dos inventariados possuíam pequenas, 50% (10) médias e 15% (3) grandes escravarias. Comparando esses percentuais aos dos anos entre 1841 e 1870, analisados na primeira parte deste trabalho - 72,4% (118) dos inventários com pequenas escravarias, 22,1% (36) com médias e 5,5% (9) com grandes - podemos afirmar que os inventariados dos grupos familiares analisados eram parte dos poucos senhores com um elevado número de escravos da região.

Temos, então, que os dados dos inventários, dos senhores dos insurgentes e de seus familiares, sugerem que, esses concentravam grande parte dos bens de raiz, animais e escravos da Aldeia dos Anjos, ou seja, não constituíam parte dos inventariados mais pobres da localidade, pelo contrário, estavam entre os mais “abastados”. Constata-se então que a tentativa insurrecional de 1863 ocorreu nas médias propriedades da Freguesia da Aldeia dos Anjos, justamente nas quais havia maior concentração de escravos nesta localidade. Buscando compreender mais detalhadamente a mão de obra cativa nestas propriedades, analisaremos o perfil (sexo, procedência, idade) dos cativos presentes nas escravarias dos integrantes desses grupos familiares.

Sexo dos cativos

Observando a questão da predominância de homens nas escravarias dos integrantes dos grupos familiares, percebe-se que o índice de masculinidade era bastante elevado: dos 20 casos analisados, temos que 11 tinham um índice igual ou superior a 150,0 e três tinham uma média próxima à indicada (“140,0”, “133,3” e “128,6”).

Comparando esse índice com o período entre 1841 e 1870, observa-se que na década de 1840, quando o índice de masculinidade foi de 165,6 temos na escravaria de Escolástica Rosa Joaquina (1849) um índice de 183,3 homens; já nas de Manoel José Alves (1847) e Maria Luciana de Oliveira Prates (1850), verifica-se um índice inferior ao da década de 1840, sendo que no caso da última o índice foi de 33,3 homens para cada cem mulheres.

Pensando na década de 1850, quando o índice de masculinidade a partir dos inventários foi de 152,6 (1851-1860), teremos três casos - Dona Brígida Maria de Oliveira Prates (1858), João Pahim de Andrade (1859) e Feliciano Inácia de Jesus (1852) - com índices superiores a este, respectivamente: 190; 400 e 157,1. Temos apenas dois casos com um índice inferior - o de Antônio Ferreira Maciel (1853), com 133,3 e o de Leonor Ignacia Moraes (1860), com 50 homens para cada cem mulheres.

Tabela 30 – Sexo escravos por integrantes grupos familiares

Inventariado	Ano	Total			%		Índice de Masculinidade	
		Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens		
Prates e Sarmento	Escolástica	1849	6	11	17	35,3	64,7	183,3
	Maria	1850	3	1	4	75,0	25,0	33,3
	Brígida	1858	10	19	29	34,5	65,5	190,0
	Leonor	1860	4	2	6	66,7	33,3	50,0
	José	1861	3	7	10	30,0	70,0	233,3
	Catarina	1863	10	17	27	37,0	63,0	170,0
	Catarina	1866	8	4	12	66,7	33,3	50,0
	Felicidade	1868	4	6	10	40,0	60,0	150,0
	André	1880	1	7	8	12,5	87,5	700,0
	Total		49	74	123	39,8	60,2	151,0
Maciel	Feliciano	1852	7	11	18	38,9	61,1	157,1
	Antônio	1853	6	8	14	42,9	57,1	133,3
	Francisco	1868	7	9	16	43,8	56,2	128,6
	Total		20	28	48	41,7	58,3	140,0
Pahim	João	1859	2	8	10	20,0	80,0	400,0
	Ana	1864	1	2	3	33,3	66,7	200,0
	Ana	1868	1	0	1	100,0	0,0	0,0
	Antônio	1872	5	9	14	35,7	64,3	180,0
	Total		9	19	28	32,1	67,9	211,1
Alves	Manoel	1847	5	7	12	41,7	58,3	140,0
	Florência	1863	10	10	20	50,0	50,0	100,0
	João	1870	1	0	1	100,0	0,0	0,0
	Felisbino	1877	3	6	9	33,3	66,7	200,0
	Total		19	23	42	45,2	54,8	121,1
Total Amostra			97	144	241	40,2	59,8	148,5

Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004: Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1841-1872 e Comarca Viamão, localidade Gravataí, 1880, APERS.

Já para a década de 1860, quando o índice era de 131,7 homens por mulheres, encontramos nas escravarias de José Joaquim Machado (1861), Catarina Rosa de Oliveira (1863), Felicidade Maria de Oliveira Prates (1868) e Ana Joaquina de Andrade (1864), um índice superior à média, respectivamente, “233,3”, “170”, “150” e “200”. No caso de Francisco Antônio Maciel (1868) o índice foi de 128,6, já Florência Antônia Alves (1863) apresentava um equilíbrio dos sexos, havendo um homem para cada mulher. Há também o

caso de Catarina Cândida de Oliveira Prates (1866) no qual o índice de masculinidade foi de 50 homens para cada cem mulheres, e de Dona Ana Pahim de Andrade (1868) e João Antônio Alves (1870), no qual não havia nenhum escravo homem.

Se considerarmos o índice de masculinidade encontrado pelo censo de 1872 (101,2) para a Aldeia dos Anjos, podemos apontar que Antônio Pahim de Andrade (1872), Felisbino Antônio Alves (1877) e André Machado de Moraes Sarmiento (1880) possuíam um índice superior ao do censo de 1872, sendo respectivamente de 180; 200 e 700. Para o caso de André Machado, podemos apresentar uma variação desse índice, visto que em seu inventário consta o registro de seus escravos realizado em 1872. Por esse registro, André Machado possuía uma escravaria de 15 cativos, sendo nove homens e seis mulheres, o que modificaria substancialmente o índice de masculinidade para 150; ainda assim seria superior ao do censo de 1872.

Fica evidente que nas escravarias desses senhores predominavam os escravos homens, em detrimento das mulheres, sendo que os primeiros representavam 60,9% (134) das escravarias, enquanto apenas 39,1% (86) eram mulheres, o que nos faz ter um índice de masculinidade de 148,5 para esses inventariados. Para compreendermos mais detalhadamente a predominância masculina nessas escravarias, analisaremos dados relacionados à idade e à procedência/cor dos escravos. Começaremos analisando esta última.

Procedência e cor dos cativos

Para sabermos mais dessa questão, buscaremos verificar como a africanidade aparecia nos grupos familiares que analisamos anteriormente. Devido a presença constante da cor nas avaliações de bens dos inventários, optamos por deixar em evidência, nos estudos de caso, a variável “cor”, visto que os próprios avaliadores diferenciaram nas escravarias a procedência e a cor dos cativos, sendo comum a ocorrência de escravarias com “africanos”, “crioulos”, “pardos/mulatos”¹⁴⁶, “cabras” e, em alguns casos, “pretos”.

¹⁴⁶ Agregamos em uma mesma coluna de análise “mulatos” e “pardos”, pois em alguns casos os cativos descritos como mulatos em uma documentação, eram descritos como pardos em outra. No caso dos inventários destacamos que em nenhum dos 20 inventários analisados houve o caso de aparecer na avaliação de bens de um mesmo inventário a distinção entre “pardos” e “mulatos”, temos sim que em alguns inventários os cativos foram descritos como mulatos e em outros como pardo. Devido a análise das fontes que utilizamos, concordamos com Gabriel Aládrén quando afirma que “o designativo ‘mulato’ era, no Rio Grande de São Pedro, intercambiável com o designativo ‘pardo’”. O primeiro teria uso mais generalizado no cotidiano, enquanto o segundo teria esse caráter ‘oficial’”. ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do Sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 125.

Nessas famílias, percebemos que, dos 238 escravos relacionados entre os 20 inventariados, 55,4% (134) tiveram sua procedência apontada e os 44,6% (108) restantes não possuíam essa informação; 99 tiveram relacionados sua “cor” (pardo/mulato, cabra ou preto) e em apenas oito casos não constava procedência ou cor¹⁴⁷.

Primeiramente, destacamos que no grupo familiar “Alves” o número de africanos foi pequeno, apenas cinco, destes, três estavam sob a posse de Manoel José Alves (1847) e os outros dois estavam divididos entre Florência Alves (1863) e João Antônio Alves (1870), já Felisbino Antônio Alves (1877) não possuía nenhum. Mas o menor número de africanos se encontrava no grupo familiar “Sarmiento e Prates” (13) - neste grupo os africanos foram, aparentemente, preteridos na maioria dos casos. Em quatro inventários a quantidade de africanos estava mais equilibrada dentro das escravarias - Maria Luciana de Oliveira (1850) um africano entre seus quatro escravos, Leonor Ignacia de Moraes (1860) um entre seis, José Joaquim Machado (1861) dois entre dez e Catarina Rosa de Oliveira (1863) quatro entre 28 cativos. Nesse grupo familiar, houve a predominância de escravos crioulos na composição das escravarias desse grupo familiar; ou seja, aparentemente os africanos foram preteridos entre os integrantes dos “Sarmiento/Prates”¹⁴⁸.

Ainda observando os “Sarmiento/Prates”, percebe-se que os africanos eram todos homens, sendo que a maioria (8) tinha mais de 60 anos, talvez indicando que esse grupo familiar não tinha como estratégia principal a aquisição de escravos africanos. Sugerimos isso, pois, pelos registros de batismos entre 1832 e 1850, não foram localizados registros de batismo de africanos para esses senhores, somente encontramos o batismo do africano Joaquim, escravo de Antônio Martins de Ávila (esposo de Catarina Rosa de Oliveira). Sendo assim, acreditamos que esses dados apontam não ter sido comum a compra de africanos pelos inventariados do grupo familiar “Sarmiento/Prates”.

¹⁴⁷ Infelizmente para o caso dos inventários dos grupos familiares, temos somente dois inventários anteriores ao fim do tráfico negreiro (1850) - Manoel José Alves (1847) e Escolástica Rosa Joaquina (1849) e um no mesmo ano - Maria Luciana de Oliveira Prates (1850). Há também dois realizados em período muito próximo a 1850 - Feliciano Inácia de Jesus (1852) e Antonio Ferreira Maciel (1853) - sendo assim não foi possível verificar, com maior precisão, o índice de africanidade, nestes grupos familiares, anterior a 1850. Se observarmos os cinco casos citados acima, temos que as escravarias destes inventariados eram em sua maioria compostas por crioulos, 52,3% (34), vindo seguido pelos africanos, 23,1% (15), pardos/mulatos, 12,3% (8) e cabras, 3,1% (2), sendo que para 9,2% (6) dos escravos não constava procedência ou cor.

¹⁴⁸ Nas duas maiores escravarias desse grupo familiar - Brígida Maria de Oliveira Prates (1858) e Catarina Rosa de Oliveira (1863) - o número de africanos foi baixo, respectivamente, dois e quatro.

Tabela 31 – Procedência/cor dos cativos por famílias senhoriais

	Inventariado	Ano	Africanos		Crioulos		Pardos/mulatos		Cabras		Pretos		Não consta		Total
			Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Prates e Sarmento	Escolástica	1849	2	11,8	8	47,1	4	23,5	0	0,0	0	0,0	3	17,6	17
	Maria Luciana	1850	1	25,0	3	75,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4
	Brígida	1858	2	6,9	11	37,9	13	44,8	2	6,9	0	0,0	1	3,4	29
	Leonor	1860	1	16,7	1	16,7	4	66,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	6
	José	1861	2	20,0	4	40,0	4	40,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	10
	Catarina	1863	4	14,3	11	39,3	12	42,9	0	0,0	0	0,0	1	3,6	28
	Catarina	1866	0	0,0	1	8,3	11	91,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	12
	Felicidade	1878	1	10,0	3	30,0	5	50,0	1	10,0	0	0,0	0	0,0	10
	André	1880	0	0,0	3	37,5	5	62,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	8
	Total		13	10,5	45	36,3	58	46,8	3	2,4	0	0,0	5	4,0	124
Maciel	Feliciano	1852	6	33,3	10	55,6	2	11,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	18
	Antonio	1853	3	21,4	10	71,4	1	7,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	14
	Francisco	1868	4	25,0	10	62,5	2	12,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	16
	Total		13	27,1	30	62,5	5	10,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	48
Pahim	João	1859	4	40,0	6	60,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	10
	Ana	1864	2	66,7	1	33,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3
	Ana	1868	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1
	Antônio	1872	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	21,4	11	78,6	0	0,0	14
	Total		6	21,4	7	25,0	1	3,6	3	10,7	11	39,3	0	0,0	28
Alves	Manoel	1847	3	25,0	3	25,0	1	8,3	2	16,7	0	0,0	3	25,0	12
	Florência	1863	1	5,0	12	60,0	6	30,0	1	5,0	0	0,0	0	0,0	20
	João	1870	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1
	Felisbino	1877	0	0,0	0	0,0	3	33,3	0	0,0	6	66,7	0	0,0	9
	Total		5	11,9	15	35,7	10	23,8	3	7,1	6	14,3	3	7,1	42
Total		37	15,3	97	40,1	74	30,6	9	3,7	17	7,0	8	3,3	242	

Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004: Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1841-1872 e Comarca Viamão, localidade Gravataí, 1880, APERS.

Antes de passarmos para os outros grupos familiares, analisaremos o caso de André Machado de Moraes Sarmiento que, em 1880, não possuía nenhum escravo africano. Destacamos que entre os oito escravos desse senhor, três foram descritos como crioulos, e os outros cinco como pardos. Mas ao considerarmos os dados da matrícula de escravos (1872) de André Machado de Moraes Sarmiento, assim como fizemos para o sexo de seus cativos anteriormente, percebemos que já nesse ano o senhor não possuía nenhum escravo africano. Na relação de matrícula, seus cativos foram descritos da seguinte forma: quatro crioulos, oito pardos e três cabras¹⁴⁹. O baixo índice de africanidade, encontrado nos grupos familiares “Prates/Sarmiento” e “Alves”, não se constatará no caso dos “Maciel” e “Pahim”.

Foi no grupo familiar “Maciel” que encontramos o maior percentual de africanos, 27,1% (13), e na escravaria de Feliciano Inácia de Jesus (1852) o número de africanos chegou a seis entre 18 cativos. Já na escravaria de seu sogro (Antônio Ferreira Maciel), os africanos eram três entre 14 escravos e na de seu esposo (Francisco Antônio Maciel), eram quatro entre 16 cativos. O grupo familiar Pahim terá o segundo maior percentual de africanidade - 21,4% (6), sendo que é nesse grupo que se encontrou um maior equilíbrio entre africanos e escravos nacionais entre todos os grupos familiares analisados - João Pahim de Andrade (1859) com quatro africanos entre seus 10 cativos e Ana Joaquina de Andrade (1864) com dois cativos entre seus três cativos, índice elevado se comparado com os outros casos analisados.

O caso de Antônio Pahim de Andrade é um pouco mais complicado de se trabalhar, visto que seus escravos (14) foram descritos como “pretos” (11) ou “cabras” (3). Pelo processo crime, podemos destacar que Feliciano era crioulo de Pernambuco, já pelo inventário de Antônio Pahim, podemos destacar que três dos escravos - Manoel, Patrício e Tomásia - eram filhos de Feliciano, ou seja, eram escravos nacionais. No mesmo documento, temos dois escravos - Inácio e Manoel - descritos como naturais dessa Província, ou seja, não se tratavam de africanos, eram todos nascidos no Brasil. Podemos, então, afirmar que Antônio Pahim de Andrade tinha uma escravaria composta por, pelo menos, seis cativos nacionais, que representariam 42,9% de seus escravos e, se acrescentarmos os três “cabras”, pelo menos 64,3% eram escravos nacionais e, provavelmente, os outros cinco também não eram africanos.

¹⁴⁹ Talvez esta distinção entre crioulos, pardos e cabras fosse um indicativo de diferenciação social dentro da própria escravaria deste senhor. Lembramos que a designação da cor do escravo poderia apresentar outros níveis de divisão social para além de livres, forros e escravos, como abordamos ao final do primeiro capítulo deste trabalho. Ver LARA, *Campos da Violência...*, op.cit., MATTOS, *Das cores do silêncio...*, op.cit. e KARASCH, *A vida dos escravos...*, op.cit. No caso do Rio Grande de São Pedro, ver Gabriel Aladrén, que analisando as alforrias em Porto Alegre (1800-1835), reflete sobre a designação de cor dos alforriados. ALADRÉN, *Alforria e inserção social...*, op.cit., p.109-174.

Observando a escravaria com maior número de africanos entre as analisadas, verifica-se que essa não era a de João Pahim de Andrade, mas sim de Feliciano Inácia de Jesus (1852) com seus seis escravos africanos. Se pensarmos no caso do planejamento insurrecional de 1863, encontraremos um percentual de africanidade não muito alto: dos 12 réus, somente quatro seriam africanos, ou seja, 33,3%. Contudo, se considerarmos a realidade da região, esse número será significativo, equiparando-se ao percentual encontrado na escravaria de senhora Feliciano Inácia de Jesus (1858). Analisando detalhadamente esses escravos, veremos que, dos quatro africanos envolvidos na insurreição de 1863, três pertenciam a integrantes do grupo familiar “Maciel” do qual Feliciano Inácia de Jesus fazia parte - Francisco e Inocente Maciel - e somente um pertencia a um dos integrantes da família “Alves” - José Antônio Alves. Reis e Silva destacam que:

Nos lugares e ocasiões em que os crioulos adotaram opções radicais, eles em geral conviviam com uma reduzida população de escravos nascidos na África... Tudo indica que a presença de muitos africanos inibia politicamente os crioulos e os persuadia a comprometerem-se com as classes livres ou senhoriais¹⁵⁰.

Mas a divisão entre africanos e crioulos, constatada na Bahia, parece não ter sido fator de separação em momentos de revolta coletiva em outras localidades brasileiras. Gomes destaca que, em Vassouras, houve a participação tanto de africanos (11), como de crioulos (5)¹⁵¹, uma interação que também se percebe no caso de São Carlos, Campinas (três crioulos entre os 32 envolvidos na insurreição). Conforme Xavier percebe nas correspondências trocadas entre as “autoridades municipais, senhores e demais habitantes”, não houve uma preocupação específica com relação à diversidade étnica ou a procedência dos indivíduos¹⁵². Andrade, sobre a revolta de Carrancas, destaca que:

A diversidade étnica e o número expressivo de crioulos em certas propriedades dos Junqueira também não representaram um impedimento para que os escravos se tornassem “parceiros” e a experiência do cativo juntamente com a expectativa da liberdade parecem ter sido os elementos que contribuíram para a associação dos cativos¹⁵³.

Apesar de os dados apresentados se relacionarem às revoltas da década de 1830, o caso do plano de insurreição da Aldeia dos Anjos (1863) parece seguir o mesmo padrão de

¹⁵⁰ REIS, João José e Silva, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.103.

¹⁵¹ GOMES, *Histórias de quilombolas...*, op. cit., p.184.

¹⁵² XAVIER, *Religiosidade e escravidão, século XIX...*, op. cit., p.54.

¹⁵³ ANDRADE, *Elites Regionais e a Formação do Estado Imperial Brasileiro...*, op. cit., p.303.

interação (crioulos e africanos) verificado em Carrancas, Vassouras e São Carlos. Devemos considerar ainda que na década de 1860 o índice de africanidade era bastante inferior a da década de 1830, considerando a análise dos inventários entre 1841 até 1870, podemos destacar, que para o caso da Aldeia dos Anjos o percentual de africanos era de 45,9% (95) na década de 1840, passando a 22,7% (41) na de 1860. Sendo assim, podemos afirmar que houve um número considerável de crioulos que buscou conquistar sua liberdade, que eram, segundo relatos e correspondências, seus organizadores - como apontou o escravo Bento ao relatar que havia tomado conhecimento do levante:

[...] por ouvir uma consulta de [...] Nazário e Alexandre, dizendo Nazário que *um preto da cidade* cujo nome não declarou lhe tinha encarregado de juntar os escravos para se reunirem em um rincão do passo grande em domingo e pedirem a liberdade que esse *preto da cidade segundo ouviu dizer era crioulo*. (grifo nosso)¹⁵⁴

É interessante que, ao final do processo crime da insurreição de Aldeia dos Anjos, temos que somente quatro dos 12 réus foram considerados culpados, sendo que dos oito escravos nacionais somente um (Bento) foi considerado culpado do crime. Já entre os quatro africanos arrolados como réus, três foram considerados culpados (Antônio, Natural do Congo, escravo de Francisco Antônio Maciel; José, Nação Nagô, escravo de Inocente Maciel; Luís, Moçambique, escravo de José Antônio Alves). O outro africano era Manoel Capitão, apontado como subchefe do planejamento insurrecional, que morreu na prisão antes do final do processo crime¹⁵⁵.

Temos então que, na tentativa de insurreição da Aldeia dos Anjos, o envolvimento de africanos pode ter sido mais significativo na organização do levante, mas, também podemos considerar que essas condenações possam estar relacionadas a um “medo branco” de uma população (africana) que tantas vezes liderou e participou de revoltas contra os brancos Brasil afora. Também não podemos deixar de considerar que, apesar do envolvimento e da posterior condenação de todos os africanos envolvidos, o plano de insurreição foi organizado,

¹⁵⁴ Interrogatório de Bento, escravo de Francisco Antônio Maciel, no dia 11 de setembro de 1863. Processo Crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 26f. Leila Algranti, pensando nesta interação entre campo e cidade, afirma que “As revoltas de escravos na zona rural cafeeira paulista também foram mais frequentes do que nos núcleos urbanos. *Esses revoltosos mantinham contato com os escravos urbanos e com os libertos, muitas vezes os cabeças do movimento, devido à maior mobilidade de ação e de contato com negros de várias fazendas que frequentavam as cidades*” (Grifo nosso). ALGRANTI, Leila M. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822*. Petrópolis, Vozes, 1988, p.152-153.

¹⁵⁵ Conforme certidão do carcereiro, Manoel Joaquim de Freitas, “Certifico que da caderneta das entradas e saídas dos presos nesta cadeia consta que no dia vinte seis de setembro do corrente ano faleceu nesta Cadeia na respectiva enfermaria (enfermidade diarreia) o preto Manoel conhecido por Manoel Capitão, escravo de Francisco Maciel Ferreira”. Libelo crime acusatório, Processo Crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 74 f.

aparentemente, pelos escravos crioulos da região. Essa questão se torna mais compreensível se considerarmos os apontamentos de Reis quando, ao se questionar sobre a participação de crioulos nos levantes, afirmará que:

Se os escravos nascidos na África parecem ter sido o principal agente impulsor dos levantes escravos brasileiros, os crioulos não eram passivos. Além de fugirem e formarem quilombos, os crioulos (negros nascidos no Brasil) possivelmente se fizeram mais presentes do que os africanos em movimentos feitos por outros setores sociais, como os motins antilusos na Bahia, em Pernambuco, Sergipe, Rio de Janeiro, Maranhão, entre 1817 e 1831, na Balaiada, Farrapos, etc... *Com o declínio da população escrava africana depois do fim do tráfico, em 1850, eles responderam pela formação de quilombos e promoção de revoltas, especialmente nos últimos anos da escravidão. Mas antes disso há exemplos de levantes de plantéis predominantemente crioulos.* (Grifo nosso)¹⁵⁶.

Relacionando essa questão com os dados da análise dos inventários da Aldeia dos Anjos (1841-1870), é perceptível que houve uma redução percentual significativa do número de africanos da região entre as décadas de 1840 e 1860. Sendo assim, o aparente equilíbrio que havia entre os escravos africanos e crioulos do sexo masculino, na primeira década, deixa de existir nas décadas seguintes, quando os crioulos passam a ser numericamente superiores aos africanos. Considerando a observação de Reis e Silva de que a presença de muitos escravos africanos “inibia politicamente os crioulos”, podemos sugerir que o envolvimento de grande número de escravos nacionais, mesmo aqueles não considerados culpados no planejamento do levante de 1863, possa estar relacionado à questão de que, na década de 1850, os crioulos passam a ser maioria dos escravos presentes nos inventários da Aldeia dos Anjos, chegando (na década de 1860) a representar mais de 70% dos escravos da região e 87,2% da população escrava em 1872, conforme o censo deste ano.

Essa modificação na procedência dos cativos da Aldeia dos Anjos pode ter gerado uma maior pressão sobre os escravos nacionais, visto que, praticamente, não havia muitos escravos africanos jovens para trabalhar nas fazendas senhoriais, levando os proprietários da região a voltarem sua atenção aos escravos nacionais de sua escravaria, que passaram a ser a base da mão de obra no período posterior a 1850. Esse fato poderia ter gerado insatisfação desses escravos que passaram a ser fundamentais para as atividades desenvolvidas nas fazendas da região, principalmente os escravos crioulos em idade produtiva. Considerando essa questão, procuraremos relacionar a procedência do cativo com a faixa etária, buscando, assim, demonstrar as modificações que se verificam na idade dos escravos da Aldeia dos Anjos nas décadas de 1840 e 1860.

¹⁵⁶ REIS, *Quilombos e revoltas escravas no Brasil...*, op. cit., p.22-23.

Idade dos cativos

Considerando a questão da idade dos cativos para as escravarias dos grupos familiares analisados, pode-se destacar que, de forma geral, estas eram compostas por escravos jovens, entre “0 e 39” anos. O percentual dessas faixas (“0 a 14” e “15 a 39” anos) sempre foi superior a 75% da totalidade de escravos dos grupos familiares¹⁵⁷. Considerando essas duas faixas etárias, temos que na maioria dos inventários (13) houve uma predominância de escravos entre “15 e 39” anos, sendo que somente em cinco inventários houve uma predominância de escravos entre “0 e 14” anos - Catarina Rosa de Oliveira, Catarina Cândida de Oliveira Prates, Antônio Ferreira Maciel, Florência Antônia de Jesus e Felisbino Antônio Alves.

No inventário de Catarina Rosa de Oliveira (1863), dos seus treze escravos entre “0 e 14” anos, pelo menos 12 eram filhos de escravas de sua escravaria - seis da escrava Maria, cinco de Perpetua e um de Felícia. Destacamos, ainda, que dos 28 escravos que essa senhora possuía, mais da metade eram filhos dessas três escravas e, mais, da escrava Narcisa. A escrava Eva, filha de Feliciana, já era, no mínimo, a terceira geração de sua família nessa escravaria, pois sua mãe era filha de Narcisa, que já não constava nessa escravaria (não sabemos se faleceu ou conseguiu sua alforria). O que queremos destacar aqui é que a reprodução endógena parece ter sido uma das responsáveis pelo elevado número de escravos dessa senhora, já que sua escravaria era a quarta maior encontrada na Aldeia dos Anjos.

¹⁵⁷ Pensando por inventariado, encontramos os menores percentuais de escravos jovens (“0 a 39” anos) no de Escolástica Rosa Joaquina (1849) 58,8% (10), Ana Joaquina de Andrade (1864) 33,3% (1) e João Antonio Alves que não tinha nenhum escravo nesta faixa etária.

Tabela 32 – (%) Faixa Etária dos cativos por famílias senhoriais

	Inventariado	Ano	0 a 14		15 a 39		40 a 59		60 ou +		Não consta		Total
			Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	
Prates e Sarmento	Escolástica	1849	4	23,5	6	35,3	1	5,9	4	23,5	2	11,8	17
	Maria Luciana	1850	2	50,0	2	50,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4
	Brígida	1858	7	24,1	14	48,3	3	10,3	5	17,2	0	0,0	29
	Leonor	1860	2	33,3	3	50,0	1	16,7	0	0,0	0	0,0	6
	José	1861	3	30,0	5	50,0	1	10,0	1	10,0	0	0,0	10
	Catarina	1863	13	46,4	12	42,9	0	0,0	3	10,7	0	0,0	28
	Catarina	1866	9	75,0	1	8,3	2	16,7	0	0,0	0	0,0	12
	Felicidade	1878	1	10,0	7	70,0	0	0,0	2	20,0	0	0,0	10
	André	1880	1	12,5	4	50,0	2	25,0	1	12,5	0	0,0	8
	Total		42	33,9	54	43,5	10	8,1	16	12,9	2	1,6	124
Maciel	Feliciano	1852	6	33,3	7	38,9	5	27,8	0	0,0	0	0,0	18
	Antonio	1853	7	50,0	6	42,9	0	0,0	1	7,1	0	0,0	14
	Francisco	1868	5	31,3	6	37,5	1	6,3	4	25,0	0	0,0	16
	Total		18	37,5	19	39,6	6	12,5	5	10,4	0	0,0	48
Pahim	João	1859	3	30,0	6	60,0	1	10,0	0	0,0	0	0,0	10
	Ana	1864	0	0,0	1	33,3	2	66,7	0	0,0	0	0,0	3
	Ana	1868	0	0,0	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1
	Antônio	1872	4	28,6	6	42,9	3	21,4	1	7,1	0	0,0	14
	Total		7	25,0	14	50,0	6	21,4	1	3,6	0	0,0	28
Alves	Manoel	1847	4	33,3	6	50,0	1	8,3	0	0,0	1	8,3	12
	Florência	1863	10	50,0	7	35,0	3	15,0	0	0,0	0	0,0	20
	João	1870	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0	1
	Felisbino	1877	4	44,4	2	22,2	2	22,2	1	11,1	0	0,0	9
	Total		18	42,9	15	35,7	6	14,3	1	2,4	2	4,8	42
Total		85	35,1	102	42,1	28	11,6	23	9,5	4	1,7	242	

Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004: Comarca Porto Alegre, 1841-1872 e Comarca Viamão, localidade Gravataí, 1880, APERS.

Mas a reprodução endógena não ocorreu somente no caso de Catarina Rosa de Oliveira. Também se verificou o mesmo no caso na escravaria de Florência de Jesus (1863), que possuía 50% (10) de sua escravaria composta por cativos de “0 a 14” anos, sendo que todos os dez escravos menores de 15 anos eram, conforme os registros de batismo, filhos de suas escravas, Margarida (5), Joana (4) e Antônia (1)¹⁵⁸. Cabe destacar que das nove grandes escravarias encontradas entre 1841 e 1870 três eram desses grupos familiares que estamos analisando, o que nos possibilita afirmar que Florência e Catarina Rosa de Oliveira (1863) ampliaram suas escravarias internamente, ou seja, a partir da reprodução endógena.

O outro caso de grande escravaria foi o de Brígida Maria de Oliveira Prates (1858) com seus 29 cativos, em que temos que pelo menos 13 eram filhos de escravos de sua escravaria; a grande diferença é que essa possuía três casais de escravos, unidos pelo “sagrado matrimônio”. Temos que dois desses casais eram formados por filhos da escrava Páscoa, que tinha quatro filhos nessa escravaria, sendo que um deles, o escravo Claudino, foi réu no processo crime da insurreição de 1863. Pelos dados apresentados para esses grupos familiares, parece-nos que, como estratégia para aumentarem suas escravarias, esses senhores talvez tenham permitido - ou até mesmo incentivado - o estabelecimento de relações conjugais entre os escravos dentro de suas escravarias, fato que explicaria o aumento da faixa etária de cativos de “0 a 14” anos nas décadas finais do período analisado¹⁵⁹.

¹⁵⁸ Os filhos (as) de Margarida eram Luciano, Luiz, Mariana, Marcolina e Narcisa, os filhos (as) de Joana eram João, André, Augusto e Felisberta e a filha de Antônia era Clara. Livro 9A, Batismos 1832, Abr-1866, Mar. Disponível em: <<www.familysearch.org>>. Filhos (as) de Margarida fls. 85f, 106f, 116f-v, 142f e 217 f-v, filhos (as) de Joana fls. 118f, 147f-v, 157v e 217f e filha de Antônia fl.109v.

¹⁵⁹ Cacilda Machado, analisando a região de São José dos Pinhais, entre o final do XVIII e início do XIX, contra-argumentara a percepção de Florentino e Góes, de que a constituição da família escrava serviria como um instrumento de estabilização social, afirmando que “a manutenção do *status* senhorial em boa medida dependia da vontade escrava”. A autora ainda destaca que “é preciso recuperar outro aspecto da lógica escravista: para aqueles com poucos recursos para adquirir escravos no mercado, a reprodução endógena do plantel era crucial. Dito de outro modo, seja qual fosse o tipo de união levada a efeito por suas cativas, delas resultariam rebentos também de sua propriedade. Já das uniões conjugais efetivadas pelos escravos do sexo masculino, caso não houvesse controle, poderiam resultar rebentos livres (se o cativo se unisse a uma mulher livre) ou cativos, porém de propriedade de outros (se o escravo se unisse a uma cativa de outro plantel). Desta maneira, para aproveitar todo o potencial reprodutivo de sua escravaria, seria mais interessante a esses pequenos proprietários, a união (sacramento ou não) de seus escravos com cativas de seu próprio plantel (ou do plantel de um filho ou genro), e a união das escravas restantes com homens livres ou com cativos de outras escravarias. Isto é, caso tivessem o efetivo controle sobre as uniões conjugais de suas propriedades, o padrão dessas uniões matrimoniais deveria se caracterizar por um índice maior de exogamia feminina”. MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, p.105.

Até este ponto do trabalho, buscamos apresentar alguns dados referentes ao tamanho das escravarias da região e, principalmente, as modificações que foram se verificando nelas. Tal levantamento teve por objetivo compreender alguns aspectos sobre o tamanho das escravarias nas quais a população cativa da região viviam, principalmente os escravos insurgentes. Pela relação dos grupos familiares analisados, verificou-se que os senhores que tiveram escravos envolvidos no levante de 1863 possuíam médias escravarias¹⁶⁰, sendo assim, os insurgentes faziam parte das maiores escravarias da Aldeia dos Anjos, visto que possuir médias e grandes escravarias na região era privilégio de alguns poucos senhores. Conforme o levantamento dos inventários entre os anos de 1841 e 1870, apenas 27,6% (45) dos inventariados possuíam mais de nove cativos em suas propriedades, ou seja, os senhores dos insurgentes eram parte dos “poucos senhores” com “muitos escravos” da Aldeia dos Anjos e os escravos que participaram do levante eram parte dos “muitos escravos” em posse de “poucos senhores”.

Mas a questão vai além dos escravos insurgentes fazerem parte das maiores escravarias da Aldeia dos Anjos e de seus senhores estarem entre os inventariados mais ricos dessa localidade. Analisando os inventários *post-mortem* e os registros eclesiásticos (batismos, casamentos e óbitos), observou-se que grande parte dos senhores dos grupos familiares analisados estabeleceram relações sociais e familiares entre si. Sendo assim, para finalizar esta segunda parte do trabalho, buscaremos demonstrar como se configuraram essas teias de relações familiares, assim como demonstrar como estas influíram diretamente nas relações sociais e familiares dos próprios cativos de suas escravarias, principalmente dos insurgentes.

¹⁶⁰ Antonio Pahim de Andrade (1872) possuía catorze cativos, André Machado de Moraes Sarmiento (1880) oito, mas pela lista de matrícula de escravos, este senhor teria quinze escravos em 1872, e Francisco Antonio Maciel (1868) teria dezesseis.

5 RELAÇÕES FAMILIARES SENHORIAIS

Este capítulo pretende relacionar informações presentes em inventários *post-mortem*, registros eclesiásticos e o processo crime da insurreição, principalmente para chegar às relações sociais e familiares dos escravos. Para tanto, precisamos compreender primeiramente as relações dos grupos familiares senhoriais destacados anteriormente, pois estas nos ajudaram a chegar às relações dos escravos insurgentes.

Iniciaremos analisando as relações sociais estabelecidas entre as famílias “Prates”, “Sarmiento”, “Maciel” e “Pahim”, buscando a partir delas demonstrar que esses senhores fortaleciam suas redes sociais e econômicas, o que tornava possível que se mantivessem inseridos em setores do poder local. A família Prates será usada aqui como um fio condutor para a compreensão dos fragmentos de redes de parentesco estabelecidas entre as famílias “Prates/Sarmiento”, “Maciel” e “Alves” - relações matrimoniais entre primos, sobrinhos, genros e filhos - procurando demonstrar como essas relações se estruturaram como uma estratégia para manter a riqueza desses senhores dentro das redes familiares estabelecidas. No caso da família “Pahim”, procuramos destacar, principalmente, a forma como esta se disseminou pela região ao entorno da Aldeia dos Anjos, utilizando essa distribuição como estratégia para facilitar suas relações econômicas, perfazendo o caminho desde a Aldeia dos Anjos até a região de Vacaria.

Compreendendo essas redes de relações senhoriais, procuramos traçar paralelos, principalmente com as relações dos escravos insurgentes. Nos diversos interrogatórios e acareamentos realizados durante o processo crime, os escravos relataram por onde andaram e com quem falaram. Em posse dessas informações, foi-nos possível cruzá-las com outras para compreender as redes de relações senhoriais e entre alguns escravos. Essas relações tornaram mais compreensíveis as incertezas por quais os escravos insurgentes estavam passando em um período muito próximo ao do levante, que se relaciona diretamente aos inventários dos grupos familiares que foram analisados no segundo e no terceiro capítulo, qual seja: o momento da partilha dos bens dos senhores, que poderiam representar rupturas ou afastamentos das relações estabelecidas em determinada(s) escravaria(s).

Resquícios do período colonial: O início da relação das famílias Sarmiento e Prates

Os Prates eram uma família de origem portuguesa, sendo que o primeiro integrante a chegar ao Brasil foi João Rodrigues Prates (c.1694-1766) e sua história parece estar diretamente ligada à criação da vila de Laguna. João Prates está entre os primeiros povoadores dessa localidade e, em 1724, encontrava-se “bem enraizado na povoação”, tendo adquirido *status* local ao se tornar capitão-mor. Conforme Gutierrez, no início do século XVIII alguns tropeiros vieram em direção ao sul e:

Atendendo a ordens do governador de São Paulo, o capitão-mor de Laguna, Brito Peixoto, deu a seu genro bastardo, João de Magalhães, a chefia da expedição que estabeleceu as primeiras invernadas e currais, que se localizaram no Estreito. Em 1732, Magalhães mudou-se para os campos de Viamão. Ao mesmo tempo, povoadores lagunenses e paulistas instalaram-se cerca dos rios Gravataí e dos Sinos. (grifo nosso)¹⁶¹

Ao que parece, entre esses lagunenses encontraremos o Capitão mor Prates, que a partir de 1730 ocupou algumas terras em Viamão¹⁶² na Província do Rio Grande de São Pedro, mas que somente em 1737 receberá sua sesmaria na região. Esse senhor, como destacará Fábio Kuhn, “era um potentado que não faria má figura em nenhum lugar do Brasil setecentista” - possuía 57 escravos, alguns em Laguna e outros na estância dos Pinhais (Continente de Viamão), nesta última, o padre Francisco Rodrigues Xavier Prates, seu filho mais velho, administrava a criação de gado¹⁶³.

O capitão Prates era casado com Isabel Gonçalves Ribeiro, com quem teve oito filhos (cinco mulheres e três homens), sendo que três de suas filhas, Brígida Caetana Prates, Catarina Rodrigues Xavier Prates e Francisca Xavier Prates tiveram relações com a Aldeia dos Anjos: a primeira, apesar de haver permanecido em Laguna, teria uma afilhada nessa região, e as outras viriam para a localidade que posteriormente seria denominada de freguesia da Aldeia dos Anjos¹⁶⁴. Buscaremos centrar as observações sobre a família Prates na afilhada de Brígida Caetana Prates e neta de Catarina Rodrigues Xavier Prates, chamada Dona Brígida Maria de Oliveira Prates.

¹⁶¹ GUTIERREZ, Ester. *Negros, charqueadores e olarias: Um estudo sobre o espaço pelotense*. 2ª ed. - Pelotas: Ed. Universidade/UFPEL, 2001, p.29.

¹⁶² Nesse período a localidade que posteriormente será a freguesia da Aldeia dos Anjos fazia parte da região de Viamão.

¹⁶³ KUHN, *Gente da fronteira...*, op. cit., p. 193-195.

¹⁶⁴ Para maior compreensão das redes familiares da família Prates, ver Fábio Kuhn. *Ibidem*, p. 193-207.

Brígida Maria de Oliveira Prates era filha de Escolástica Rosa Joaquina e José Carvalho de Oliveira¹⁶⁵, batizada com o mesmo nome de sua madrinha, Brígida Caetana Prates. Apesar de o pai de Brígida de Oliveira Prates já não possuir o sobrenome Prates, esta voltará a agregá-lo por meio de seu primeiro casamento com Luciano de Souza Prates. Ao analisar a família Prates, Fábio Kuhn apontará que em Laguna, em 1821, faleceu Brígida Caetana Prates a qual, por não possuir descendentes de seu casamento, deixou sua herança à afilhada, Brígida Maria de Oliveira Prates, por esta ter ficado viúva de Luciano de Souza Prates. O autor destacará o parentesco deste, que era filho de Manuel de Souza Gomes, cunhado de Brígida Caetana Prates (Laguna), argumentando que haveria ocorrido uma “circulação da riqueza dentro dos círculos familiares”¹⁶⁶. E será nesse círculo que André Machado de Moraes Sarmento ingressará ao casar-se com Dona Brígida Maria de Oliveira Prates.

Após o falecimento do primeiro marido Brígida Maria de Oliveira Prates, Luciano de Souza Prates, esta se casará com André Machado de Moraes Sarmento, integrante de uma família de origem portuguesa, assim como Brígida. Dessa união, houve seis filhos. André Machado de Moraes Sarmento nasceu no ano de 1796¹⁶⁷, era filho do português Capitão-mor Antônio José Machado de Moraes Sarmento e de Leonor Inácia de Souza¹⁶⁸.

André Machado de Moraes Sarmento parecia ser um homem importante na Aldeia dos Anjos, sendo um dos tenentes coronéis da região. Analisando seu inventário, percebemos que seus filhos também tinham certo destaque na localidade, sendo descritos

¹⁶⁵ Brígida Maria de Oliveira Prates foi batizada em vinte e quatro de junho de 1798, seus avós maternos eram Antônio da Terra e Catarina Josefa da Conceição (ambos portugueses da Ilha do Fayal) e paternos Manoel Carvalho de Oliveira e Catarina Xavier Prates. Esta última irmã do primeiro inspetor da Feitoria do Linho Cânhamo e filha do capitão-mor Prates. Brígida teve como padrinhos Manuel Gonçalves Leite de Barros e sua mulher Brígida Caetana Xavier Prates de Laguna, mas estes não compareceram ao batizado e, conforme o registro de batismo, foi apresentada uma “procuração destes”. A data do nascimento estava ilegível, documento em mau estado. Livro de Batismos 1783, Maio-1805, Out, folha 38f e v. Disponível em: <www.familysearch.org>.

¹⁶⁶ KUHN, *Gente da fronteira...*, op. cit., p. 201.

¹⁶⁷ Não encontramos o registro de batismo, mas sim o registro de óbito de André Machado de Moraes Sarmento, em 11 de janeiro de 1880, “de idade oitenta e três anos, casado com Maria de Deos Martins, moléstia pneumonia” Livro 3, Óbito 1878, Jul-1904, Mar, fl.15 f. Disponível em: <www.familysearch.org>. Apontamos o ano de seu nascimento por constar no inventário que ele tinha 83 anos na data de seu falecimento em 1880.

¹⁶⁸ A informação sobre os pais de André Machado de Moraes Sarmento foram retiradas do site www.rootsweb.ancestry.com. Para confirmar essa informação é possível conferir o registro do segundo casamento de André Machado no qual consta o nome de seus pais. Livro 3, Matrimônios 1860, Jul-1868, Maio, capa verso. Disponível em: <www.familysearch.org>. O pai de André Machado de Moraes Sarmento foi inspetor da “Real Feitoria do Linho Cânhamo de Cangoçú”, em 1788. MENZ, Maximiliano M. Os escravos da feitoria do Linho Cânhamo: trabalho, conflito e negociação. *Afro-Ásia*, 32 (2005), 139-158, p. 144-147.

como capitães, alferes e tenentes¹⁶⁹. Podemos imaginar o status de André Machado de Moraes Sarmiento na região quando lhe foi incumbida a tarefa de fiscalizar a construção da estrada do “Novo Mundo”, e principalmente quando o presidente da província afirma que não era partidário do sistema das arrematações e, contudo:

[...] adotando-o quando me falta um administrador honesto e inteligente a quem confie a direção das obras, nesta *tive a fortuna de encontrar o cidadão André Machado de Moraes Sarmiento prestimoso e honrado fazendeiro da vizinhança que, pelo desejo de ser útil ao país, aceitou o trabalhoso encargo de fiscalizá-la.* (grifo nosso)¹⁷⁰

André Machado de Moraes Sarmiento ficará controlando essa obra por um bom tempo, pelo menos até o ano de 1859, quando não encontraremos mais referência desse senhor nos relatórios do presidente da Província. Possivelmente esse *status* surgiu, ou pelo menos se ampliou, com sua união com Brígida Maria de Oliveira Prates. Talvez essas relações, que estavam se estabelecendo entre Prates e Sarmiento, possam ter vindo a fortalecer econômica e socialmente essas duas famílias.

Não temos como afirmar, mas é possível que André Machado de Moraes Sarmiento tenha procurado ingressar nesse “círculo familiar”, e manter-se nele, com o intuito de adquirir ou ampliar suas possibilidades de ação econômica e de poder dentro daquela sociedade. Este senhor se manterá no círculo da família Prates, mesmo após o falecimento de Brígida Maria de Oliveira Prates até que, em 30 de julho de 1860, se casará em segundas núpcias com sua sobrinha Maria de Deos Martins, de 31 anos¹⁷¹, filha de sua antiga cunhada Catarina Rosa de Oliveira. Com ela permaneceu casado até sua morte, em 11 de janeiro de 1880, sendo que dessa união houve três filhos. Sendo assim, os dados indicam, assim como apontou Fábio Kuhn para o século XVIII e início do XIX, que esses grupos familiares procuraram manter a riqueza dentro do círculo familiar.

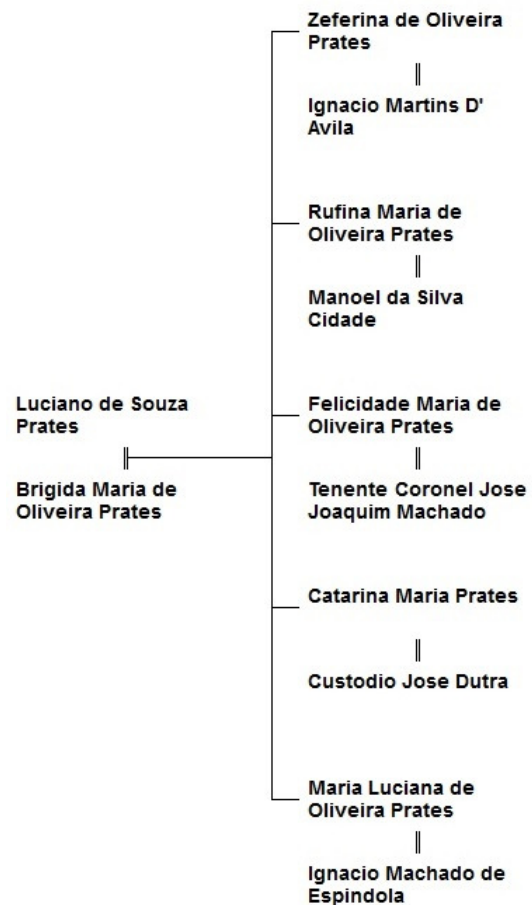
¹⁶⁹ Capitão José Antônio Machado, Alferes Antônio de Machado Sarmiento, Alferes Manoel Machado de Moraes Sarmiento e Tenente João Machado de Moraes Sarmiento.

¹⁷⁰ Relatório do presidente da província de 1853, p. 37. Disponíveis no sítio do *Center for Research Libraries*: <<http://www.crl.edu>>.

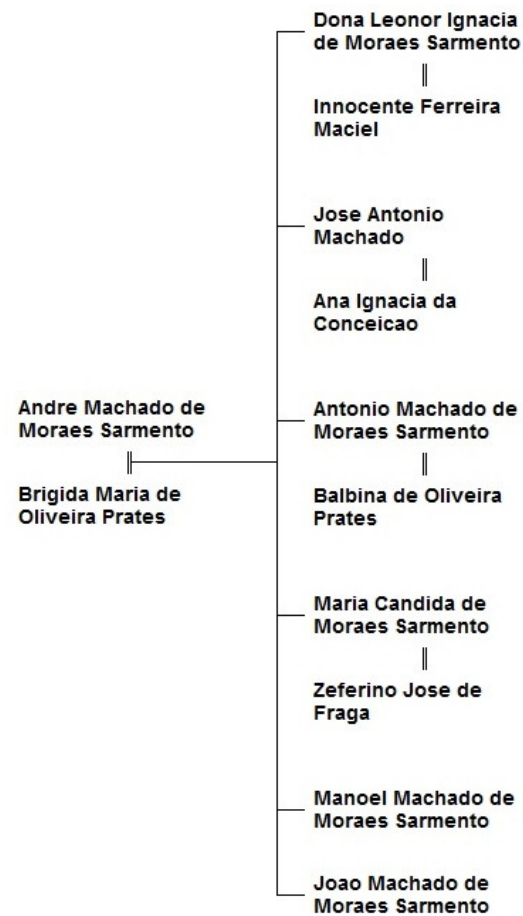
¹⁷¹ Livro 3, Matrimônios 1860, Jul-1868, Maio, capa verso. Disponível em: <www.familysearch.org>.

Diagramas – Descendentes de Dona Brígida Maria de Oliveira Prates

1 – Primeiro matrimônio



2 – Segundo matrimônio



Fonte: Inventário Dona Brígida Maria de Oliveira Prates, fundo 004: Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, II Vara de Família e Sucessão, ano 1858, processo 193, APERS.

Esse círculo possivelmente se estendia aos filhos e netos de Dona Brígida Maria de Oliveira Prates. Sua neta Balbina Cândida de Oliveira Prates - filha de Zeferina Maria de Oliveira Prates - se casará com o tio Antônio Machado de Moraes Sarmento, meio irmão de sua mãe. Marcos Andrade destacará, ao analisar as relações dos “Junqueira” na região da comarca do Rio das Mortes em Minas Gerais, que na segunda geração dessa família é possível:

[...] verificar a importância dos casamentos endogâmicos e as escolhas matrimoniais fora da parentela como estratégias para evitar o fracionamento do patrimônio e/ou até mesmo para promover sua ampliação, na medida em que as alianças matrimoniais fora da parentela eram devidamente calculadas e arranjadas¹⁷².

Afora essas redes de relações construídas por meio dos casamentos endogâmicos, também percebemos que as relações familiares se ampliaram para além dos “Prates” e “Sarmento”. Foram se integrando a essa rede familiar outros grupos senhoriais, entre eles o da família “Maciel” - que iremos analisar a partir deste momento.

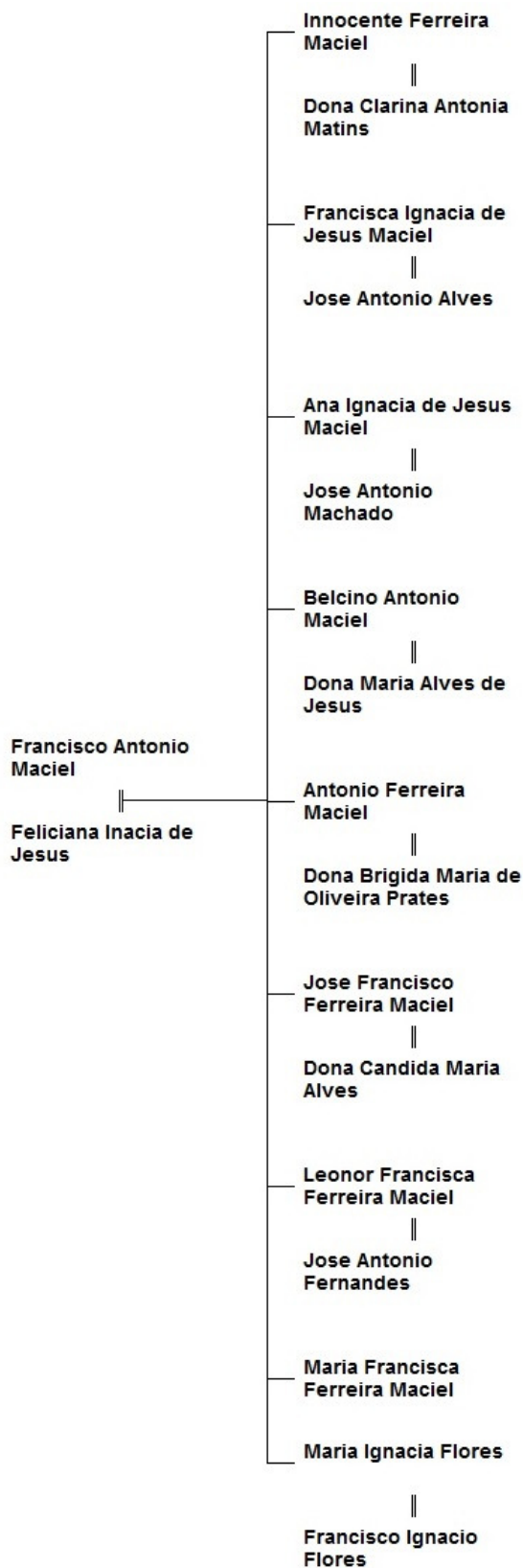
Relações entre as famílias “Maciel” e “Sarmento/Prates”

Para a compreensão das relações familiares dos “Maciel”, seguiremos, principalmente, os descendentes de Francisco Antônio Maciel. Esse senhor era um dos oito filhos de Antônio Ferreira Maciel e Angélica Maria da Conceição¹⁷³, ambos naturais da Capela de Viamão. Francisco Antônio Maciel foi casado com Feliciano Inácia de Jesus, com quem teve nove filhos. Após a morte desta, em 19 de outubro de 1851, casou-se em segundas núpcias com Inácia Antônia de Jesus, de cujo matrimônio não houve filhos. Entre seus filhos, encontramos Innocente Ferreira Maciel, senhor que teve, assim como o pai, escravos envolvidos no levante de 1863. É a partir desse filho que começaremos a observar as relações que foram se estabelecendo com a família “Sarmento/Prates”.

¹⁷² ANDRADE. *Elites Regionais e a Formação do Estado Imperial Brasileiro...*, op. cit., p. 211.

¹⁷³ 1) Francisco Antonio Maciel, 2) Geraldo Antonio Maciel (casado com Clara Ignacia de Jesus), 3) Antonio Ferreira Maciel (casado com Ignacia Maria), 4) Francisca Maria da Conceição (casada com Antonio [?] Braga), 5) Narcisa Maria da Conceição (viúva), 6) Flora Maria da Conceição (casada com Moisés de Ávila), 7) Ignacia Maria da Conceição (casada com Gaspar da Paz Leão) e 8) Maria Angélica da Conceição (“falecida e casada que foi com Francisco Luís de quem ficou um filho hoje casado [...] Candido Francisco Luís”). Inventário Antonio Ferreira Maciel, fundo 004: Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, I Vara Civil Crime, ano 1853, processo 235, APERS.

Diagrama 3 – Descendentes de Feliciano Inácia de Jesus e Francisco Antonio Maciel



Fonte: Inventário Francisco Antonio Maciel, fundo 004: Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, I Vara Civil Crime, ano 1868, processo 351, APERS.

Innocente Ferreira Maciel nasceu na Freguesia da Aldeia dos Anjos em 24 de maio de 1828¹⁷⁴. Com quase 22 anos, em 18 de maio de 1850, casou-se com Leonor Ignácia de Moraes Sarmiento¹⁷⁵, filha de André Machado de Moraes Sarmiento e Dona Brígida Maria de Oliveira Prates, na época com 27 anos¹⁷⁶. Quase quatro anos após, em 29 de janeiro de 1854, os pais do casal ainda uniram pelo matrimônio mais um de seus filhos, José Antônio Machado, filho de Sarmiento, e Anna Inácia de Jesus, filha de Maciel¹⁷⁷.

O estabelecimento de laços familiares entre “Maciel” e “Sarmiento/Prates” pode ser evidenciado no caso de Innocente Ferreira Maciel. Esse senhor estava casado com Leonor Inácia de Moraes Sarmiento há nove anos, nos quais foram gerados três filhos, sendo que estavam à espera do quarto. Sua esposa aparentemente entrou em trabalho de parto, mas acabou não resistindo, após dar à luz a seu filho João, vindo a falecer “de parto” em 15 de setembro de 1859, deixando Innocente Ferreira Maciel com seus quatro filhos por criar¹⁷⁸. Mas Innocente não ficaria sozinho por muito tempo e, em menos de um ano, em 23 de junho de 1860, se casa em segundas núpcias com Clarinda Antônia Martins¹⁷⁹, prima de sua primeira esposa e filha de Antônio Martins D’Ávila e Catarina Rosa de Oliveira. Observa-se que sua nova sogra era a irmã de sua antiga sogra, Dona Brígida Maria de Oliveira Prates.

Os dados acima expostos possivelmente indiquem que as relações estariam se estabelecendo não pela ramificação da família “Sarmiento”, mas sim pela “Prates”. Procurando reforçar essas relações, daremos outro exemplo, agora relacionado ao irmão de Innocente Ferreira Maciel, que irá constituir um vínculo familiar, dessa vez não com a família Sarmiento (pelo menos não diretamente), mas com os “Prates”. Antônio Ferreira Maciel Neto se casará, em 10 de outubro de 1861, com Dona Brígida Maria de Oliveira

¹⁷⁴ Avôs paternos: Antônio Ferreira Maciel e Ângela Maria da Conceição, naturais da freguesia de Viamão e maternos Francisco Jose da Rosa e Ana Ignacia de Jesus, naturais da freguesia da Aldeia, seus padrinhos foram [Constino] José Rodrigues, solteiro, e Ana Ignacia de Jesus, viúva. Livro de Batismos 1823, Out-1832, Fev, fl. 122v. Disponível em: <www.familysearch.org>

¹⁷⁵ No registro de casamento consta Innocente “Antônio” Maciel; acreditamos ter-se processado um erro em função do nome do seu pai, Francisco Antônio Maciel, no inventário de Dona Leonor de 1860, o nome consta como Antônio Ferreira Maciel. Livro 2, Matrimônios 1841, Jan-1869, Fev, fl. 69 f. Disponível em: <www.familysearch.org>.

¹⁷⁶ Nascida em 01 de outubro de 1823. Livro de Batismos 1823, Out-1832, Fev, fl. 1v. Disponível em: <www.familysearch.org>

¹⁷⁷ Livro 2, Matrimônios 1841, Jan-1869, Fev, fl. 89 f e v. Disponível em: <www.familysearch.org>.

¹⁷⁸ No óbito de Leonor consta que esta tinha trinta anos na época, procurei nos registros de batismo para verificar se havia outro, além do encontrado no ano de 1823, mas não encontramos, acreditamos se tratar de um erro no registro do pároco. Livro de óbitos 1833, Jan-1878, Jun, fl. 158 v. Disponível em: <www.familysearch.org>. O inventário dessa senhora foi realizado um ano após seu falecimento em 1860.

¹⁷⁹ Livro 2, Matrimônios 1841, Jan-1860, Fev, fl. 147 f. Disponível em: <www.familysearch.org>.

Prates¹⁸⁰, cujo nome já sugere a relação com a esposa de André Machado de Moraes Sarmiento. E, realmente, trata-se de sua neta, filha de Ignácio Machado de Espindola e Maria Luciana de Oliveira Prates¹⁸¹.

Podemos, ainda, verificar nos inventários de Catarina Rosa de Oliveira, sogra de Innocente Ferreira Maciel, não ter sido somente esse a estabelecer relações com a família Prates, pois, mais dois integrantes dos “Maciel” contraíram matrimônio com filhas da inventariada: Antônio Ferreira Maciel, irmão de Francisco Antônio Maciel, casado com Leonida Martins de Ávila e Vicente Ferreira Maciel, com Francisca Martins de Ávila.

Faz-se importante destacar que em menos de seis anos os “Prates” sofreram três perdas familiares: Dona Brígida Maria de Oliveira Prates, em 1858, sua filha Leonor Ignácia de Moraes Sarmiento, em 1860, e Catarina Rosa de Oliveira, em 1863. Em todos esses inventários teremos envolvidos Innocente Ferreira Maciel: no primeiro, como genro; no segundo, como viúvo e no último, novamente como genro - só que agora casado com a prima de sua falecida esposa. Devemos destacar que durante essas “perdas” familiares foi momentaneamente desestruturado esse “círculo familiar”, que “rapidamente” foi-se reestabelecendo e tecendo, assim, novas relações dentro da mesma rede.

Para reforçar e finalizar essa questão das relações familiares, podemos, ainda, destacar que nesse inventário de Catarina Rosa de Oliveira ainda consta o antigo sogro de Innocente Ferreira Maciel, André Machado de Moraes Sarmiento, que até 1858 era cunhado de Catarina Rosa de Oliveira e, no momento do inventário, era seu genro - esposo de sua filha¹⁸². Na relação de herdeiros dessa senhora, encontra-se, ainda, seu filho Ignácio José Martins, casado com Maria Luciana de Oliveira Prates, filha de Ignácio Martins D’Ávila e Zeferina Cândida D’Oliveira Prates (filha de Brígida Maria de Oliveira Prates e Luciano de Souza Prates). Percebe-se a existência de um “círculo familiar” que, possivelmente, teve como estratégia manter a riqueza em família - “Sarmiento/Prates” e “Maciel”. Além desses fragmentos das redes de relações entre tais famílias, destacaremos algumas informações sobre a família “Alves” e suas relações com o grupo familiar “Maciel”.

¹⁸⁰ Há um equívoco no registro do nome do pai de Antônio Ferreira Maciel Neto, ao invés de Francisco Antônio Maciel, consta Antônio Ferreira Maciel (seu avô), mas o nome da mãe, Feliciano Ignácia de Jesus, confirmará se tratar do primeiro. Livro 3, Matrimônios 1860, Jul-1868, Maio, fl. 9 f. Disponível em: <www.familysearch.org>.

¹⁸¹ Filha do primeiro casamento de Dona Brígida.

¹⁸² Interessante que tanto André Machado, como Innocente Maciel iram se casar no mesmo ano de 1860, com filhas de Catarina, o primeiro casou-se em 30 de julho e o outro em 23 de junho, ao que parece às relações entre estes senhores não se desfez, até mesmo por o último ser pai dos netos de André Machado.

Breves observações sobre as relações familiares dos “Maciel” e dos “Alves”

Buscaremos relacionar a família “Alves” nessa rede de relações, principalmente por meio de um de seus integrantes, José Antônio Alves, um dos senhores que possuiu escravos envolvidos no levante de 1863 - o cativo Luís - e um dos líderes do levante - o escravo Alexandre.

José Antônio Alves era um dos 11 filhos do Tenente Coronel Felisbino Antônio Alves e de Florência Antônia de Jesus, tendo nascido em primeiro de fevereiro de 1828, na Aldeia dos Anjos¹⁸³. No dia de seu aniversário de 26 anos, em primeiro de fevereiro de 1854, casa-se com Francisca Ignácia de Jesus, filha de Francisco Antônio Maciel e Feliciano Ignácia de Jesus¹⁸⁴. Tal relação demonstra a existência de laços familiares entre os “Alves” e os “Maciel”, ou seja, temos uma relação bastante próxima estabelecida entre os senhores dos dois líderes dos escravos insurgentes - Alexandre, escravo de José Antônio Alves (genro) e Nazário, escravo de Francisco Antônio Maciel (sogro).

Acreditamos que as relações familiares entre “Alves” e “Maciel” eram bastante sólidas e que não se restringiam, somente, ao casamento de José Antônio Alves. Duas de suas irmãs - Maria Antônia Alves e Cândida Antônia Alves - também se casaram com os filhos de Francisco Antônio Maciel, respectivamente Belcino Antônio Maciel e José Francisco Maciel. Infelizmente, não conseguimos recolher mais informações sobre este grupo familiar (“Alves”), mas acreditamos que essas informações são suficientes para demonstrar as relações familiares existentes entre os senhores dos escravos insurgentes.

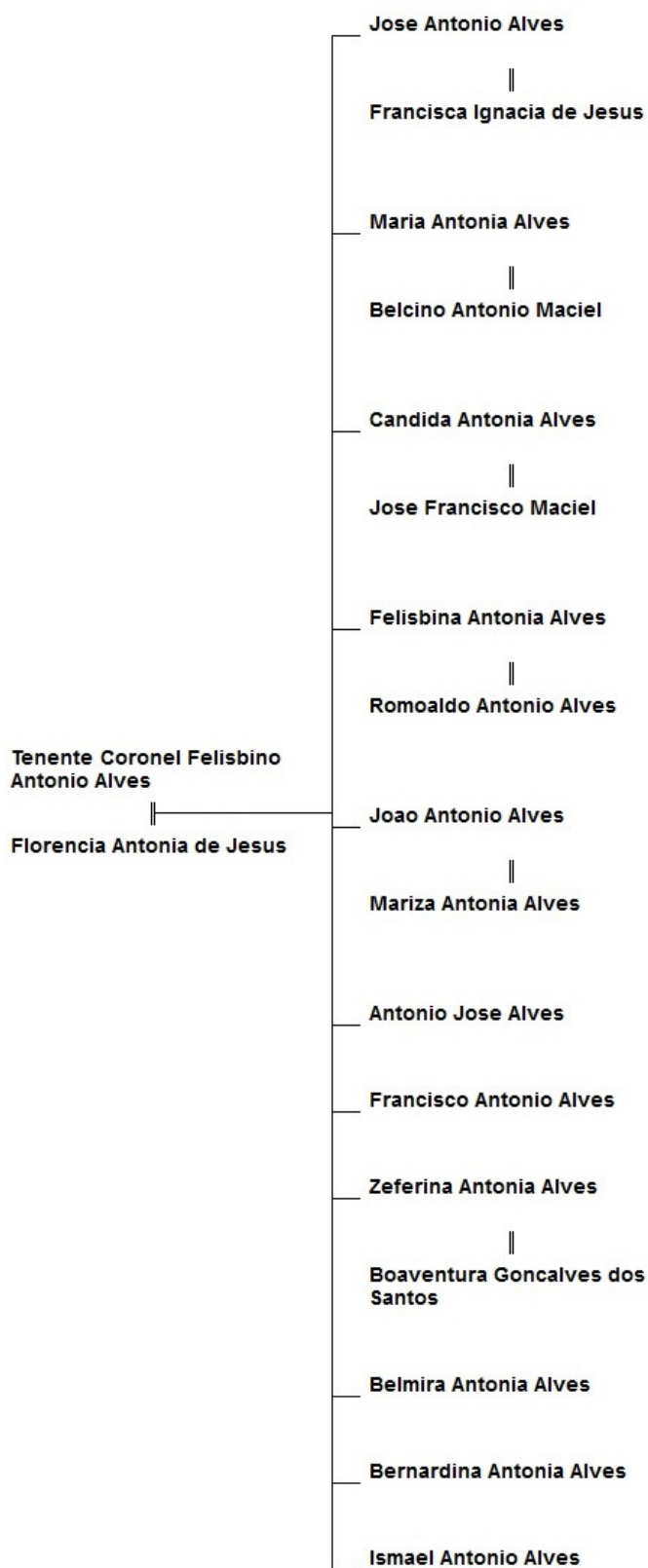
Os casos dos integrantes dos grupos familiares “Maciel”, “Alves” e “Prates/Sarmento”, expostos anteriormente, demonstram fragmentos de uma complexa rede de relações presente na Aldeia dos Anjos. Nessa localidade, os “Prates” pareciam manter uma importante posição de poder e *status*, na qual integrantes da família “Maciel” se inseriram a partir de diversos matrimônios. Esses laços familiares se ampliaram e agregaram integrantes do grupo familiar “Alves” a partir dos casamentos de integrantes da família “Alves” com integrantes da “Maciel”. Mas não foram somente os “Prates” que se disseminaram pela localidade; a família Pahim parece também ter mantido uma importante rede de relações familiares e, aparentemente, econômicas entre si.

¹⁸³ Seus avós paternos eram “Manoel José Alves, natural da Ilha de Santa Catarina, e Bernarda Gonçalves, natural desta Freguesia da Aldeia, e maternos de Antonio Francisco Rodrigues, natural da Ilha do faial e Florinda Ignacia, natural de Porto Alegre, foram padrinhos os avos maternos.” Livro de Batismos 1823, Out-1832, Fev, fl. 114v. Disponível em: <www.familysearch.org>.

¹⁸⁴ Livro - Matrimônios 1841, Jan-1869, Fev, fl. 89v. Disponível em: <www.familysearch.org>.

Diagrama 4 – Descendentes Florência Antônia de Jesus e Tenente Coronel Felisbino

Antonio Alves



Fonte: Inventário de Florinda Antônia de Jesus, fundo 004: Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, I Vara Civil Crime, ano 1863, processo 1888, APERS.

Amplitude geográfica das relações senhoriais: O caso da família Pahim

Antes de analisar a família Pahim, é importante destacar que existem quatro senhores com sobrenome Pahim que tiveram seus escravos relacionados como réus, ou pelo menos interrogados, no processo crime: Antônio Pahim de Andrade, Francisco Pahim (filho de João Pahim de Andrade), Joaquim Honorato Pahim e Januário Gomes Pahim. Primeiramente, destacamos se tratar de distintas famílias “Pahim”:

- Descendentes do português Simão Pahim de Arruda: Antônio Pahim de Andrade e Francisco Pahim;
- Descendentes de Joaquim Pahim Coelho de Souza: Joaquim Honorato Pahim e Januário Gomes Pahim.

Nesta parte do trabalho, focaremos somente nas relações familiares (filhos e netos) de Simão Pahim de Arruda, considerando, principalmente, o já citado Antônio Pahim de Andrade e seu irmão João Pahim de Andrade (pai de Francisco Pahim), uma vez que serão os seus filhos que ajudarão a compreender fragmentos das redes de relações do grupo familiar “Pahim”.

Quadro 6 – Filhos de João e Antônio Pahim de Andrade

Inventariado	Filho (a)
João Pahim de Andrade	Prudência Maria de Andrade
	Alberto Pahim de Andrade
	Francisco Pahim de Andrade
	Romão Pahim de Andrade
	Maria Rita de Andrade
	Felisberto Pahim de Andrade
Antônio Pahim de Andrade	Claudina Pahim de Andrade
	Máximo Pahim de Andrade
	Elisa Pahim de Andrade
	João Pahim de Andrade
	Dona Maria Antônia Pahim de Andrade
	Ana Pahim de Andrade

Fonte: Inventários de João Pahim de Andrade, ano 1859, processo 339 e de Antônio Pahim de Andrade e sua mulher Maria Antônia de Jesus, ano 1872, processo 2019. APERS. Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, I Vara de Família e Sucessão.

Primeiramente, destacamos que os irmãos “Pahim” eram filhos de Simão Pahim de Arruda e de Rosa Maria [Andrade]¹⁸⁵, sendo ambos naturais da Freguesia da Aldeia dos Anjos¹⁸⁶. João Pahim de Andrade era casado com Ana Joaquina de Jesus, com quem teve seis filhos; já Antônio Pahim de Andrade era casado com Maria Antônia de Jesus¹⁸⁷, com quem teve seis filhos. Analisando os inventários desses irmãos, percebemos algumas relações endogâmicas ente seus filhos: Romão Pahim de Andrade e Francisco Pahim de Andrade se casaram, respectivamente, com Maria Antônia Pahim de Andrade e Ana Pahim de Andrade¹⁸⁸.

Haverá também o casamento entre Prudência Maria de Andrade (filha de João Pahim de Andrade) e Narciso Pahim de Andrade (filho de Marcelino Pahim de Andrade, e outro dos irmãos de João Pahim de Andrade). A existência dessas relações endogâmicas entre os integrantes do grupo familiar Pahim, possivelmente, denotam uma estratégia para manter a riqueza desse grupo dentro do “círculo familiar”, assim como a apresentada entre os “Sarmento/Prates”, “Maciel” e “Alves”.

Provavelmente, as relações endogâmicas entre os “Pahim” não somente serviram para manter a riqueza dentro do grupo familiar, mas também podiam servir como estratégia para fortalecer o poder do grupo familiar na (s) localidade (s). Destacamos a questão do poder local, pois Antônio e João Pahim de Andrade eram moradores da Aldeia dos Anjos, mas ambos possuíam ligações com outra localidade da Província, Vacaria. Sendo assim, buscaremos fazer alguns apontamentos das relações da família Pahim nesta localidade.

¹⁸⁵ Simão Pahim de Arruda português natural de São Sebastião, Ilha Terceira, e Rosa Maria [Andrade] natural da freguesia da Conceição da Lagoa da Ilha de Santa Catarina.

¹⁸⁶ Antônio Pahim de Andrade nascido em dezoito de fevereiro de 1787. Livro 2 - Batismos 1784, Maio-1796, Maio, fls. 19 v e 20 f. Disponível em: <www.familysearch.org>. Esse senhor faleceu, conforme seu registro de óbito de 22 de agosto de 1869, de morte natural com 84 anos mais ou menos. Livro - Óbitos 1833, Jan-1878, Jun, fl. 215v. Disponível em: <www.familysearch.org>. João Pahim de Andrade nascido em vinte e quatro de setembro de 1789. Livro 2 - Batismos 1784, Maio-1796, Maio, fl. 48 f e v. Disponível em: <www.familysearch.org>. Antonio e João Pahim de Andrade tinham mais três irmãos: Maria Joaquina da Conceição, Ana Joaquina Pahim de Andrade e Marcelino Pahim de Andrade. Estas informações foram consultadas no site de genealogia: www.rootsweb.ancestry.com.

¹⁸⁷ Casaram-se em 3 de julho de 1808, conforme registro Maria Antônia de Jesus era filha legítima de Antônio Correa de Vargas e Laureana Rosa de Jesus. Livro 1 - Matrimônios 1777, Nov-1811, Jan, fls. 234 v e 235 f. Disponível em: <www.familysearch.org>. Conforme registro de óbito de 27 de julho de 1872, Maria Antônia de Jesus faleceu de moléstia interior com 100 anos de idade mais ou menos. Livro - Óbitos 1833, Jan-1878, Jun, fl. 239v. Disponível em: <www.familysearch.org>.

¹⁸⁸ Livro - Matrimônios 1841, Jan-1869, Fev, fl. 123f e v. Disponível em: <www.familysearch.org>. As testemunhas do casamento de Francisco Antonio Pahim e Ana Pahim de Andrade foram Antônio Dias Fialho Filho e Manoel Fialho de Vargas, o último era cunhado do noivo e o primeiro era possivelmente irmão de Manoel Fialho, além de ser um dos senhores que teve escravos interrogados durante a insurreição na Aldeia dos Anjos em 1863. Livro 3, Matrimônios 1860, Jul-1868, Maio, fl. 3 v. Disponível em: <www.familysearch.org>.

Quadro 7 – Residência dos filhos de João e Antônio Pahim de Andrade

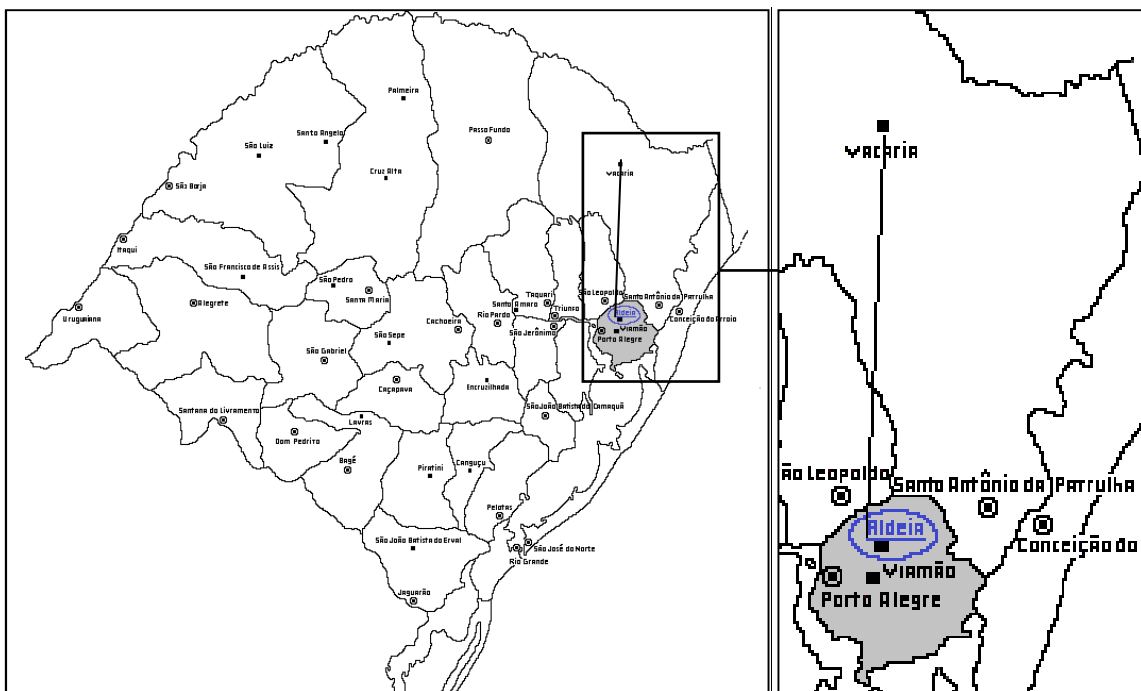
	Herdeiros	Esposo (a)	Moradia
João Pahim de Andrade	Prudência Maria de Andrade	Narciso Pahim de Andrade	Vacaria
	Alberto Pahim de Andrade	Alexandrina Pacheco de Andrade	Não consta
	Francisco Pahim de Andrade	Solteiro	Vacaria
	Romão Pahim de Andrade	Dona Maria Antônia de Andrade	Vacaria
	Maria Rita de Andrade	Manoel Fialho de Vargas Filho	Aldeia
	Felisberto Pahim de Andrade	Solteiro	Não consta
Antônio Pahim de Andrade	Claudina Pahim de Andrade	Solteira	Aldeia
	Máximo Pahim de Andrade	Viúvo	Vacaria
	Elisa Pahim de Andrade	Romão Francisco Rodrigues	Aldeia
	João Pahim de Andrade	Dona Maria Francisca Soares	Vacaria
	Dona Maria Antônia Pahim de Andrade	Romão Pahim de Andrade	Vacaria
	Ana Pahim de Andrade	Francisco Pahim de Andrade	Aldeia

Fonte: Inventários de João Pahim de Andrade, ano 1859, processo 339 e de Antônio Pahim de Andrade e sua mulher Maria Antônia de Jesus, ano 1872, processo 2019. APERS. Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, I Vara de Família e Sucessão.

Mariluce Ferreira, ao analisar as “tramas do poder” em Vacaria, nos apontará alguns indícios da importância da família Pahim nessa região, visto que em tal localidade os “Pahim” ocupavam cargos importantes (Vereador, Subdelegado e Tenente da Guarda Municipal), assim como estavam envolvidos em disputas políticas e de terra¹⁸⁹. Ao observar os inventários de João Pahim de Andrade (1859) e de Antônio Pahim de Andrade (1872), verificamos logo no início que pelo menos metade de seus filhos não residiam na Aldeia dos Anjos e sim em Vacaria.

¹⁸⁹ O genro de João Pahim de Andrade, Narciso, por exemplo, compôs a câmara municipal de Vacaria como vereador, além de ser subdelegado da região no ano de 1852. Máximo Pahim de Andrade, filho de Antônio Pahim, era Tenente da Guarda Nacional e em 1870 e também foi subdelegado de Vacaria. Ainda pode-se destacar que este senhor esteve envolvido em disputas políticas na região, na qual acabou sendo apontado, em uma investigação, como um dos desafetos do juiz Holanda Cavalcanti, que havia sido morto a tiros em uma emboscada e atribuíam o crime a algum desafeto. A autora também descreverá um caso no qual teremos Francisco Pahim de Andrade e Firmino Pahim de Andrade envolvidos em disputas de terras com o Major Theodoro de Souza Duarte em Vacaria no ano de 1877. FERREIRA, *Tramas de poder...*, op. cit., p. 60-61, 87, 130-131. A autora havia sugerido que Máximo e Narciso poderiam ser irmãos, mas na realidade eram primos.

Mapa 4 – Divisão municipal em 1857, localização Aldeia dos Anjos e Vacaria



Fonte: Adaptado de FELIZARDO, Júlia. (Org.) Evolução administrativa do Rio Grande do Sul. (Criação dos municípios). Porto Alegre: Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), Divisão de Geografia e Estatística. p.18. Apud FÉLIX, Loiva Otero. Coronelismo, borgismo e cooptação política. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

Estamos sugerindo que esses senhores teceram relações familiares que permitiram expandir sua área de influência social e, principalmente, econômica, abrangendo uma área que iria desde a freguesia dos Anjos até a região de Vacaria, o que representava uma distância de aproximadamente 240 quilômetros. Essa interação seria fundamental para a manutenção de sua riqueza, pois, apesar de João Pahim de Andrade e de Antônio Pahim de Andrade residirem na Aldeia dos Anjos, a maior parte de sua riqueza parecia estar localizada nos “campos de criar” em Vacaria, como observaremos. Acreditamos que as relações familiares destes membros da família Pahim facilitavam as interações econômicas (principalmente a pecuária) entre as regiões da Aldeia dos Anjos e de Vacaria.

Para reforçarmos essa percepção, trabalharemos com as avaliações de bens, constantes no inventário, de João Pahim de Andrade, Dona Ana Pahim de Andrade e Antônio Pahim de Andrade¹⁹⁰. Nessa documentação, constatamos grande quantidade de bens, principalmente *gado vacum*, no município de Vacaria. O inventário de João Pahim de

¹⁹⁰ O monte-mor de João Pahim de Andrade era de 1.450.61£, já Antônio Pahim de Andrade teve seu monte-mor bastante superior ao de seu irmão, chegando a 6.069,56£, cabe ressaltar que este inventário corresponde aos bens do casal (Antonio Pahim e sua esposa), o que possivelmente explicaria a grande diferença entre o monte-mor de João e Antônio Pahim. O monte-mor de Dona Ana Pahim de Andrade era 2.778,22£.

Andrade, apesar de não relacionar seus relacionados por localidade, sugere a existência de bens na região, principalmente por possuir uma “fazenda de *campo de criar* no Distrito da Vacaria” (grifo nosso)¹⁹¹. A presença de propriedade específica para criação sugere que, provavelmente, grande parte dos animais que possuía, principalmente, o *gado vacum* e os muares, ou talvez até mesmo todos, deveriam estar localizados nessa região. No entanto, destacamos que esse senhor residia na Aldeia dos Anjos, sendo assim, sugerimos que possivelmente sua propriedade era administrada por seus filhos que lá residiam, o que também será possível sugerir no caso das propriedades de seu irmão Antônio Pahim de Andrade.

Tabela 33 – (%) Distribuição riqueza conforme o monte-mor de João, Antônio e Ana Pahim de Andrade

Inventariados	Bens de Raiz	Ovinos	Equinos	Muares	<i>Gado Vacum</i>	Cativos	Total sobre a fortuna
João	55,8	0,3	2,9	1,5	12,0	27,2	99,8
Antonio (Vacaria)	33,9	0,0	1,0	1,8	13,7	3,7	53,9
Antonio (Aldeia)	33,7	0,0	0,0	0,0	1,8	4,3	39,9
Total Antônio	67,6	0,0	1,0	1,8	15,5	8,0	93,8
Dona Ana (Vacaria)	31,2	0,0	1,6	3,7	26,9	0,0	63,4
Dona Ana (Aldeia)	29,7	0,0	0,0	0,0	1,5	2,8	34,0
Total Dona Ana	60,9	0,0	1,6	3,7	28,4	2,8	97,4

Fonte: Inventários de João Pahim de Andrade, ano 1859, processo 339, Antônio Pahim de Andrade e sua mulher Maria Antônia de Jesus, ano 1872, processo 2019, I Vara de Família e Sucessão e Ana Pahim de Andrade, ano 1868, processo 362, II Vara de Família e Sucessão. APERS. Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre.

Os inventários de Antônio Pahim de Andrade e de sua filha Dona Ana Pahim de Andrade permitem perceber melhor essa interação entre Vacaria e Aldeia dos Anjos, pois os bens desses inventariados foram descritos por região. Esse fato nos possibilitará verificar que, apesar de residirem na Aldeia dos Anjos, a maior parte de sua riqueza se localizava na região de Vacaria - o primeiro tinha 53,9% de sua fortuna nessa localidade e, a segunda, 63,4%. Destacamos, ainda, que ambos eram grandes estancieiros com mais de mil cabeças de *gado vacum* - Antônio Pahim de Andrade com 1.082 e Ana Pahim de Andrade com 1.350.

¹⁹¹ Inventário de João Pahim de Andrade. Fundo 004: Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, II Vara de Família e Sucessão, ano 1859, processo 339, APERS.

João Pahim de Andrade possuía uma particularidade, sua criação de ovinos, que representavam 0,3% de sua riqueza (50 ovelhas) e 13,6% do número total de seus animais e apenas 1,7% de seu valor. Se compararmos com a análise das décadas de 1840 a 1860, verificamos que a criação de ovinos não era muito representativa na região da Aldeia. Dos 70 inventários levantados, somente 11,4% (8) dos inventariados possuíam esse tipo de criação. Esses números aproximam-se do sugerido por Osório para o Rio Grande do Sul do século XVIII, quando afirma ser de pequena importância esse tipo de criação, servindo basicamente como atividade complementar, principalmente para médios e grandes criadores, não sendo usual entre pequenos produtores¹⁹².

Uma questão interessante presente nos inventários de João Pahim de Andrade, Antônio Pahim de Andrade e Dona Ana Pahim de Andrade, é a significativa quantidade de equinos e muares. Este último talvez indique o desenvolvimento de atividade tropeira entre esses inventariados, o que não seria pouco provável visto se tratar de terras localizadas próximas ao caminho que levava ao centro do país. Devemos também considerar que houve um significativo investimento na melhoria de estradas na década de 1850, entre elas a estrada do “Novo Mundo” que passava por Santa Cristina do Pinhal e Vacaria, antes de ultrapassar os limites da província de São Pedro, o que não significa dizer que as estradas eram de fácil acesso. Como nos destaca Teixeira, as vias terrestres entre São Francisco de Paula de Cima da Serra e Porto Alegre, durante a década de 1850 e 1860, foram motivos de constantes solicitações das autoridades locais ao presidente da província, para melhorar suas condições para o trânsito¹⁹³.

Conforme Luana Teixeira, ao analisar as ligações entre as regiões de Vacaria e São Francisco de Paula de Cima da Serra, haveria na primeira localidade uma interação econômica ligada diretamente ao envio de mulas na rota entre estas regiões¹⁹⁴. Ao referir-se à questão do tropeirismo, Machado afirmará que “muitas famílias se espalharam estrategicamente por várias localidades, a fim de contar com pontos de apoio, pouso, descanso e retaguarda para a complexa atividade do tropeirismo”¹⁹⁵. Acreditamos que essas estratégias possam ter sido utilizadas pelos “Pahim” nessa região, facilitando, assim, a comunicação entre a Aldeia dos Anjos e Vacaria. Teixeira, utilizando-se dessa percepção de Machado, sugeriu o mesmo para o grupo familiar “Velho”, destacando serem grandes

¹⁹² OSÓRIO, *O império português no sul da América...*, op. cit. p. 120.

¹⁹³ TEIXEIRA, *Muito mais que senhores e escravos...*, op. cit., p. 35.

¹⁹⁴ *Ibidem*, p. 34.

¹⁹⁵ MACHADO *apud* TEIXEIRA, *Muito mais que senhores e escravos...*, op. cit., p. 34.

proprietários, com troncos familiares estabelecidos nas regiões de São Francisco de Paulo, Vacaria e Lages.

Andrade, ao estudar a trajetória dos filhos e netos do casal fundador da família Junqueira, sugeriu que “os caminhos para o enriquecimento e a consolidação do nome da família estiveram, quase sempre, na combinação das atividades agropastoris e comerciais e na ocupação de cargos administrativos, civis, eclesiásticos e políticos”¹⁹⁶. Pensando como Andrade, acreditamos que os dados apresentados permitem afirmar serem estes senhores indivíduos de significativa importância na região de Vacaria, mesmo que estabelecidos na Aldeia dos Anjos, assim como indicam que suas relações sociais e econômicas estavam inseridas em redes familiares que facilitavam seu processo de acúmulo de riqueza e obtenção de poder local, principalmente de Vacaria.

Podemos afirmar, então, que as famílias senhoriais da maioria dos escravos envolvidos no plano de levante de 1863 estavam inseridas entre os grupos mais proeminentes da Aldeia dos Anjos. Tais redes de relações demonstram que esses senhores possuíam ligações sociais muito próximas uns com os outros. Contudo, a questão que nos interessa dessas relações sociais e familiares senhoriais consiste em demonstrar como influenciavam nas relações dos próprios escravos.

Ao final do segundo capítulo, destacamos que, nas maiores escravarias dos grupos familiares analisados, havia grande parte de cativos que poderiam ser frutos da reprodução endógena naquelas escravarias. Nesta parte do trabalho, destacaremos como parte considerável dos insurgentes era fruto da reprodução endógena nas escravarias. Sendo assim, devemos apontar duas questões: 1) que esta reprodução parecia fazer parte de uma estratégia senhorial para ampliação de suas escravarias, principalmente após 1850 e 2) que tal estratégia possivelmente contribuiu para o estabelecimento de redes de relações sociais e familiares entre os cativos, como veremos mais detalhadamente na última parte deste trabalho.

Entendendo que os escravos tinham suas redes de relações, buscaremos destacar que, entre as décadas de 1850 e 1860, teremos um momento singular para os grupos familiares analisados nesta parte do trabalho, que pode ter gerado preocupação nos cativos desses senhores. Nessas duas décadas, ocorreram muitos falecimentos, principalmente entre os anos de 1850 e 1863, sendo que algumas das maiores escravarias dos inventários levantados da região estavam sendo reestruturadas. Ou seja, muitos escravos poderiam

¹⁹⁶ ANDRADE, *Elites Regionais e a Formação do Estado Imperial Brasileiro...*, op. cit., p. 211.

estar sendo separados ou afastados, de suas relações estabelecidas em função da divisão de bens entre os herdeiros já que, como vimos no caso da família senhorial “Pahim”, alguns dos filhos de seus senhores não residiam na Aldeia dos Anjos, mas em outras regiões mais afastadas como Vacaria. Segundo Chalhoub:

[...] a situação do testamento, e posterior inventário, apresenta sempre um potencial de tensão e conflito: os herdeiros defendem seus interesses, e frequentemente se desentendem, no processo de partilha dos bens; os agregados e dependentes em geral vivem a incerteza da permanência de arranjos passados; e os escravos, via de regra o elo mais frágil, enfrentam o risco de ver suas famílias e comunidades divididas entre os herdeiros ou bruscamente destruídas por transações de compra e venda¹⁹⁷.

Mas não seria somente o receio quanto ao seu destino, talvez a troca de senhor fosse sua maior preocupação, pois representava o ingresso em uma nova forma de domínio senhorial que exigiria do cativo uma (re) adequação de sua “conduta” nessa nova escravaria.

As relações senhoriais e suas influências nas relações escravas: as partilhas de bens

Para analisarmos a questão da possível “ruptura” ou “distanciamento” de redes de relações escravas, escolhemos alguns inventários relacionados às famílias “Pahim”, “Maciel”, “Alves” e “Prates/Sarmento”. Essa escolha não se deu somente por sua ligação com os senhores dos insurgentes, mas por praticamente todos possuírem médias ou grandes escravarias e, principalmente, por estarem localizadas em um período bastante próximo ao momento do levante (1863). Buscamos, a partir desses inventários, demonstrar que praticamente todos os escravos insurgentes estavam passando - durante a década de 1850 e no início da de 1860 - por remodelações em suas relações sociais e familiares, devido a essas possíveis incertezas nos momentos da partilha dos bens senhoriais, ou mesmo após, ao estarem se “(re) adaptando” a uma nova forma de domínio senhorial.

O momento de partilha poderia significar um período de incertezas comum em grande parte das regiões brasileiras, mas o fato a se destacar é que tal momento de incerteza poderia se maximizar ou minimizar conforme à própria estrutura das relações

¹⁹⁷ CHALHOUB *apud* FREIRE, Jonis. Para além da partilha: divisão e manutenção de famílias escravas (Minas Gerais, século XIX). *História Unisinos*, 15(1): 23-30, Janeiro/Abril 2011, p.24.

sociais e familiares senhoriais. Essas redes possibilitavam a interação entre os cativos de diferentes escravarias daqueles grupos senhoriais¹⁹⁸ e, na década de 1850 (principalmente no final) e no início da de 1860, temos um número significativo de processos de partilha de integrantes das famílias “Prates/Sarmento”, “Maciel”, “Alves” e “Pahim” - possivelmente gerando para os cativos dessas escravarias novas experiências ligadas principalmente a uma nova forma de domínio senhorial, que pode ter interferido em seus “direitos costumeiros”¹⁹⁹ e contribuído para a decisão de alguns cativos em participarem ou não do plano de levante.

Quadro 8 – Inventários das famílias senhoriais dos escravos insurgentes

Inventariado	Ano	Escravaria	Relações
Feliciana Inácia de Jesus	1852	18	Esposa de Francisco Antônio Maciel e mãe de Innocente Ferreira Maciel
Antônio Ferreira Maciel	1853	14	Pai de Francisco Antônio Maciel e avô de Innocente Ferreira Maciel
Brígida Maria de Oliveira Prates	1858	29	Esposa de André Machado de Moraes Sarmento e sogra de Innocente Ferreira Maciel
João Pahim de Andrade	1859	10	Irmão de Antônio Pahim de Andrade
Leonor Inácia de Moraes	1860	6	Filha de André Machado de Moraes Sarmento e esposa de Innocente Ferreira Maciel
Jose Joaquim Machado	1861	10	Genro de André Machado de Moraes Sarmento
Florência Antônia de Jesus	1863	20	Mãe de José Antônio Alves
Catarina Rosa de Oliveira	1863	28	Antiga cunhada e depois sogra de André Sarmento e sogra de Innocente Ferreira Maciel

Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1841-1870, Provedoria, I e II Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família e Sucessão, APERS.

As relações pré-estabelecidas poderiam ser rompidas, ou dificultadas, mas isso não necessariamente impossibilitaria dos escravos manterem contato com seus “parentes”, como destacaremos (no próximo capítulo) no caso do escravo Manoel Rafael, que mantinha contato com escravos das propriedades de seus antigos senhores. Talvez esses laços familiares e sociais ampliavam e dinamizavam o contato com cativos das antigas e

¹⁹⁸ Questão que será destaque da última parte do trabalho.

¹⁹⁹ THOMPSON, *Costumes em comum...*, op.cit.

novas escravarias. Sugerimos isso uma vez que, nos diversos relatos presentes no processo crime, foi possível perceber a mobilidade espacial de escravos indo de fazenda em fazenda falar com seus “parentes” e antigos companheiros, como veremos na última parte do trabalho²⁰⁰.

Para compreendermos essas relações, analisaremos dois casos de partilhas de bens pelo qual Francisco Antônio Maciel foi responsável: um deles foi o de sua esposa, Feliciano Inácia de Jesus (1852), o outro de seu pai, Antônio Ferreira Maciel (1853). Temos, então, que em apenas dois anos estavam sendo partilhados 32 cativos (18 de Feliciano e 14 de Antônio) de duas escravarias ligadas diretamente a Francisco Maciel - lembrando que um número considerável dos insurgentes pertencia a sua escravaria. Dos 18 cativos da escravaria de sua esposa, Feliciano Inácia de Jesus, Francisco Maciel herdou oito - entre os quais estavam três dos futuros insurgentes (Nazário, Antônio e Manoel Capitão) - sendo que os dez restantes foram partilhados entre seus oito filhos e dois netos.

Uma questão interessante reside na partilha dos escravos que parece ter-se baseado na idade dos cativos, causando a separação de mães e filhos daquelas escravarias. Enquanto Francisco Antônio Maciel herdou todos os escravos maiores de 30 anos, ficando com somente um escravo jovem (Nazário, com 18 anos na época), todos os outros escravos foram distribuídos entre os seus filhos e neto, os quais eram cativos bastante jovens, sendo a mais velha a escrava Joana, com 20 anos. Temos, nessa partilha, pelo menos três grupos familiares afastados, enquanto as mães ficam com o patriarca, os filhos das escravas são divididos entre filhos e neto de Francisco Antônio Maciel.

Um desses distanciamentos pode ser percebido no caso do escravo Miguel e seus filhos²⁰¹: o escravo tinha pelo menos dois filhos - Gregório e Elias - que faziam parte da

²⁰⁰ Cabe ressaltar que o parentesco sanguíneo não deva ser tão valorizado, pois como sugeriram Mintz e Price: “É de se imaginar que a célula matri-central, composta pela mãe e seus filhos, frequentemente constituísse os limites práticos da rede de parentesco de cada indivíduo. É provável que outras relações que não entre mãe e filhos e entre irmãos que cresciam juntos surgissem ao acaso; é bem possível que os laços duradouros de paternidade ou de extensão colateral (para primos, tios ou tias) tenham constituído a exceção, e não a regra. Por mais intensamente que os escravos desejassem usar a linguagem do parentesco para definir suas relações sociais, diante do tipo de instabilidade que postulamos aqui, eles teriam tido enorme dificuldade de estabelecer grupos significativos de parentes. Com o passar do tempo, a própria ideia de parentesco como força organizadora importante talvez tenha perdido parte de seu poder, vindo outros tipos de princípio (como os laços diádicos como o "matí", de formação de pares) suplementar ou suplantando parcialmente os que se baseavam no parentesco”. MINTZ, Sidney W.; PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas: Universidade Candido Mendes, 2003, p.99.

²⁰¹ Os outros casos foram o da escrava Narcisa e Rosa, a primeira tinha três filhos naquela escravaria (Felipe com 9 anos, Teresa com 18 e Catarina com 14) sendo separada de todos que foram distribuídos cada um para um dos filhos do Francisco Maciel (José Francisco Maciel, Maria Francisca e Francisca Ignácia de Jesus). O mesmo acontece com Rosa, que tem suas duas filhas (Felizarda com 16 anos e Rita com 8) herdadas cada uma por um herdeiro (a neta Maria e a filha Ana Ignácia de Jesus).

escravidão de Felicidade Ignácia de Jesus (esposa de Francisco Antônio Maciel). No momento da partilha dos cativos, percebe-se que os filhos de Miguel foram herdados cada um por um dos filhos de Felicidade - Gregório ficará com Inocente Ferreira Maciel e Elias, com Antônio Maciel. Já o pai dos escravos (Miguel) ficara em posse do viúvo²⁰².

Havia, ainda, relações familiares mais complexas em algumas dessas escravidões, como as de Dona Brígida Maria de Oliveira Prates (1858), em que encontramos a grande maioria dos escravos “frutos” de suas escravidões, ou seja, eram filhos de suas cativas. No caso da primeira senhora, podemos destacar a existência de três casais de escravos: “José Terra e Rosa”, “Amâncio e Eva” e “Inácio e Silveira”²⁰³. Podemos afirmar que Amâncio e Silveira eram filhos da escrava Páscoa, sendo que, além desses, havia pelo menos mais dois filhos dessa escrava - Florêncio e Claudino - este último, um dos envolvidos no plano insurgente (1863).

Pensando no caso do insurgente Claudino, podemos dizer que, pelo menos até o ano de 1858, viveu com seus irmãos (Florentino, Silveria e Amâncio) e seus dois sobrinhos (Clemência e Emídio)²⁰⁴. Durante a partilha dos bens de Dona Brígida Maria de Oliveira Prates, perceberemos que os dois casais, mais Claudino e seu sobrinho Emídio, ficaram de herança para o viúvo André Machado de Moraes Sarmiento; já seu irmão Florentino foi herdado pelo filho de Dona Brígida Maria de Oliveira Prates, José Antônio Machado.

²⁰² No inventário os escravos foram assim descritos: Miguel, da Costa, com 40 anos, Gregório, crioulo de 12 anos e Elias, crioulo de 4 anos. No caso da partilha dos escravos de Antonio Ferreira Maciel, pai de Francisco Antonio Maciel, também verificamos separações, na qual seus onze escravos foram partilhados entre seus filhos e netos. Desta escravidão, Francisco Maciel ficou com apenas dois escravos - Belarmino e Bento - o último deles foi um dos escravos envolvidos na insurreição, que foi separado de sua mãe e sua irmã (Benta) na partilha dos bens.

²⁰³ O primeiro casal era formado por um africano e uma crioula, já os outros dois casos são constituídos por pardos. Slenes ao observar a questão do matrimônio escravo, para Campinas de 1801 e 1829, apontará que os cativos homens crioulos tiveram “um maior índice de nupcialidade” se comparados com os africanos, mas no caso das mulheres escravas essa maioria seria de africanas. O autor sugere que esses dados estariam ligados, provavelmente, a questões demográficas e mesmo estratégias nupciais diferenciadas. SLENES, *Na senzala, uma flor...*, op. cit., p. 85-86.

²⁰⁴ Dois dos irmãos de Claudino eram mais velhos (Silveira com 30 anos e Amâncio com 38 anos) e um mais novo (Florentino com 27 anos). Ambos os sobrinhos de Claudino eram filhos de Amâncio e Eva e tinham 11 anos (Clemência) e 2 anos (Emídio), conforme registros de batismos, esse casal teve mais dois filhos, Maria, nascida em 07 de junho de 1855, e Bernarda, em 20 de maio de 1859. Maria foi assassinada em 1856 pelo liberto Thimothio (apontado como “doido”). Conforme Ricardo Lorenzo, este teria sido recolhido por André Machado de Moraes Sarmiento (subdelegado da Aldeia dos Anjos, na época) que não o prendeu, mas o recolheu em sua casa, no outro dia este teria se alterado - gritando e pulando - na frente da casa deste senhor, após a esposa de André Machado de Moraes Sarmiento ter mandado fechar a casa por medo, Thimothio teria ficado mais alterado e em posse de um porrete e machado teria invadido a casa destruindo parte desta e matado a inocente Maria que havia sido esquecida na casa no momento da fuga. LORENZO, Ricardo de. *“E aqui enloqueço”: A alienação mental na Porto Alegre escravista, c. 1843 - c.1872*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2007. (Dissertação de Mestrado), p.193-198. Registro de falecimento no Livro, Óbito 1835, Jan-1878, Jun, fl.57 v. Disponível em: <www.familysearch.org>.

Amâncio e Eva ficaram juntos a seu filho menor, mas a filha Clemência foi separada deles, para ficar com seus “pais espirituais”, ou seja, sua madrinha Felicidade Maria de Oliveira Prates e seu padrinho Tenente Coronel José Joaquim Machado²⁰⁵.

Talvez os senhores buscassem evitar, quando possível, desfazer alguns dos vínculos familiares escravos, como o caso da partilha de Brígida Maria de Oliveira Prates parece demonstrar. Nenhum dos três casais presentes nessa escravaria foram separados: dois ficaram com André Machado de Moraes Sarmiento (“Amâncio e Eva” e “Inácio e Silveira”) e um com Maria Cândida de Moraes Sarmiento (“José Terra e Rosa”). Esse fato nos leva a concordar com Cristiany Rocha que, ao analisar os casos de separações de grupos familiares escravos para a região de Campinas no século XIX, afirma que:

No momento de dividir os bens de um finado senhor, fazia-se necessário atentar para as ligações familiares existentes entre os escravos a serem partilhados, a fim de evitar as separações que poderiam ser seguidas de atos de rebeldia ou melancolia como, por exemplo, as fugas e os suicídios²⁰⁶.

Mas não somente os casais devem ser considerados, havia também seus filhos e esses não necessariamente ficavam com seus pais após a partilha, como veremos a seguir. Isso sem considerarmos os possíveis laços de afetividade que poderiam ser desfeitos ou dificultados.

Uma questão que talvez possa explicar essas separações ou afastamentos está relacionada ao tamanho das escravarias dos senhores. Rocha defende que, pelo menos para escravarias com 20 ou mais escravos, houve uma preocupação senhorial em manter as estruturas familiares existentes entre os cativos, como percebemos no caso da escravaria de Dona Brígida. A autora também relativiza a questão sobre o receio dos escravos com relação ao momento da partilha, questionando “até que ponto os cativos temiam o momento da divisão dos bens de seu proprietário, vendo nela uma ameaça de separação de

²⁰⁵ Clemência parece ter sido “agraciada” com padrinhos livres, no caso, a filha de seu senhor, fato não muito comum conforme a bibliografia sobre o assunto, conforme Brugger, “A opção preferencial por padrinhos livres indica a intenção dos cativos de estabelecer, através do compadrio, alianças “para cima”. Afinal, o padrinho, segundo a própria doutrina católica, constituía-se em um segundo pai, em um compadre: ou seja, alguém com quem, de algum modo, era dividida a paternidade. Nada mais “normal” do que a pretensão de que esta divisão pudesse ser feita com homens situados socialmente num patamar superior e que pudessem dispor de mais recursos – não só financeiros, mas também políticos e de prestígio – para o “cuidado” dos afilhados.” BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850*. In: *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, realizado em Caxambú - MG - Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004, p. 6.

²⁰⁶ ROCHA, Cristiany Miranda. A morte do senhor e o destino das famílias escravas nas partilhas, Campinas, século XIX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n° 52, p. 175-192 – 2006, p.186.

seus parentes?”²⁰⁷ Por sua vez, Jonis Freire destaca, em seu estudo sobre a divisão e manutenção da família escrava para a região de Minas Gerais do século XIX, que os cativos mais suscetíveis a rompimentos de laços familiares e afetivos foram os estabelecidos em pequenas escravarias²⁰⁸.

Mesmo considerando que na Aldeia dos Anjos existissem poucas escravarias com 20 ou mais cativos, não significa que estes senhores não seriam adeptos a estratégias que procurassem evitar separações ou distanciamentos de grupos familiares escravos, pretendendo evitar, como propôs Rocha, possíveis conflitos entre senhores e cativos. Mas, temos que destacar que geralmente os herdeiros dos grupos familiares senhoriais, pelo menos os aqui estudados, eram muitos, e os escravos nem sempre eram em quantidade suficiente para serem partilhados sem interferir nas relações familiares²⁰⁹, como o caso da família “Maciel” pareceu demonstrar, principalmente no caso de Antônio Ferreira Maciel, no qual praticamente todos os escravos foram divididos entre os herdeiros no momento da partilha, o que não necessariamente representaria um rompimento de relações sociais anteriormente estabelecidas entre os escravos, mas poderia representar sim uma remodelação no seu modo de vida, já que ingressariam em uma nova forma de domínio.

Como a quantidade de escravos de Brígida Maria de Oliveira Prates era significativa (29), para o contexto da região, a estratégia senhorial para manter esses grupos familiares foi mais eficiente que a de Antônio Ferreira Maciel (1853) e Feliciano Ignácia de Jesus (1852). Mesmo assim, isso não impossibilitou algumas separações familiares, como o caso de Clemência e Florentino, respectivamente sobrinha e irmão do pardo Claudino. Possivelmente essas separações possam ter influenciado na vida de alguns escravos; se pensarmos no caso de Florentino, podemos destacar que, apesar de não ter sido interrogado no processo crime da insurreição (1863), foi apontado por Luís, escravo de José Antônio Alves, como um dos envolvidos no plano de levante, junto com seu irmão Claudino.

As alterações nas relações entre parentes podem ter gerado conflitos entre senhores e escravos naquela escravaria e influenciado na decisão de ingresso no levante. Não podemos esquecer que Florentino foi herdado por José Antônio Machado e sua mulher

²⁰⁷ ROCHA, *A morte do senhor e o destino das famílias escravas nas partilhas...*, op.cit., p.189.

²⁰⁸ FREIRE, *Para além da partilha...*, op. cit., p.24.

²⁰⁹ Freire destacou, parafraseando Ann Malone (1992), que o número de herdeiros se tornou uma variável importante nesses momentos de partilha, pois quanto maior seu número, maior a probabilidade de rompimento ou manutenção dos laços familiares ou afetivos dos escravos de dada escravaria. *Ibidem*, p.24.

Ana Inácia da Conceição, filha de Francisco Antônio Maciel, o que provavelmente o aproximou dos escravos desse senhor, os organizadores do plano de 1863.

Acreditamos que, devido à complexa rede de relações senhoriais, as partilhas dos escravos não necessariamente significavam um rompimento de suas relações familiares e de afetividade. Como afirma Freire, ao analisar três escravarias, a divisão de familiares entre os herdeiros não significava obrigatoriamente uma “ruptura dos laços parentais estabelecidos”²¹⁰. Sendo assim, acreditamos ter ocorrido, no caso dos senhores dos insurgentes, não separações, mais sim distanciamentos entre familiares, ou seja, não se romperam seus laços de parentesco, como destacamos no caso de Manoel Rafael e Miguel, que mantiveram contato com seus familiares. As próprias redes familiares senhoriais facilitavam a manutenção dessas relações escravas, assim como permitiam, ao deslocar um cativo de uma escravaria a outra, o estabelecimento de novas relações escravas que, provavelmente, ampliaram as possibilidades de ação escrava naquela sociedade.

A estratégia senhorial para manter os grupos familiares escravos pode ser indicada com o caso de Carolina, escrava de Brígida Maria de Oliveira Prates, única cativa herdada por Leonor Inácia de Moraes, filha da inventariada. Interessante é o fato de que dois anos após a morte de Brígida Maria de Oliveira Prates, Carolina novamente estará a mercê de nova partilha de bens, pois sua senhora (Leonor Inácia de Moraes) faleceu. Contudo, como a maioria dos herdeiros era menor de idade, todos os escravos ficaram sob a posse de seu esposo, Innocente Ferreira Maciel. Mas não paramos por aqui: entre os escravos avaliados no inventário de Leonor, encontramos Leonarda, de 16 anos, e Idalina, 8 anos, ambas filhas de Carolina. Nos dois registros de batismo de suas filhas (1846 e 1852), a mãe não foi descrita como escrava de Dona Brígida ou de seu esposo André Machado; em um deles, aparece descrita como “escrava de Leonor Inácia de Moraes, filha legítima de André Machado de Moraes Sarmento e Dona Brígida Maria de Oliveira Prates” e, no outro, como escrava de Innocente Maciel²¹¹.

Os dois registros de batismo descritos acima sugerem que a escrava Carolina já residia com Innocente Ferreira Maciel e sua esposa Leonor Inácia de Moraes antes da morte de Brígida Maria de Oliveira Prates, sendo que, aparentemente, todos os filhos dessa escrava já haviam ficado sob a posse desse casal, mesmo antes da própria mãe se tornar, legalmente, sua propriedade. Receber a escrava como herança de sua mãe somente parece

²¹⁰ FREIRE, *Para além da partilha...*, op. cit., p.29.

²¹¹ Livro 9A, Batismos 1832, Abr-1866, Mar, fl. 68f e 96f. Disponível em: <www.familysearch.org>.

legalizar uma situação já estabelecida entre mãe e filha, como podemos ver também no caso de Felicidade Maria de Oliveira Prates, irmã de Leonor Inácia de Moraes. Essa senhora herdou três escravas, Clemência, Gregória e Luiza, sendo que as duas últimas eram mãe e filha; mas, assim como no caso de Leonor Inácia de Moraes, ao verificarmos os registros de batismo dos filhos de Gregória - João (1855) e Luiza (1857) - observamos que essa escrava havia sido descrita como sendo escrava de José Joaquim Machado, esposo de Felicidade Maria de Oliveira Prates, mesmo antes do falecimento de sua sogra Dona Brígida Maria de Oliveira Prates.

Observando as partilhas de escravarias dos grupos familiares, acreditamos que a existência de uma extensa rede de relações senhoriais possibilitou o estabelecimento de laços horizontais de solidariedade entre os cativos dessas escravarias. Ricardo Pirola, ao analisar o caso da insurreição escrava de São Carlos (1832), aponta que os escravos da região tinham uma maior facilidade para criarem “laços horizontais de solidariedade”, visto que viviam em grandes escravarias nas quais o contato entre senhores e escravos seria menos direto. O autor afirmava também ser “importante a facilidade que os cativos tiveram em estabelecer relações com escravos de outras fazendas da região, seja pela proximidade dessas propriedades e mesmo pelo parentesco de seus senhores”²¹². Guardada a devida proporção e temporalidade, acreditamos que na Aldeia dos Anjos, mesmo não havendo muitas grandes escravarias, como no caso de São Carlos, os escravos também estabeleceram laços horizontais de solidariedade, não vinculadas a um contato menos direto entre senhores e escravos, mas sim, devido as complexas redes de relações sociais e econômicas senhoriais que possibilitavam aos cativos de determinado senhor um contato bastante comum com escravos e senhores de outras propriedades da localidade e arredores.

Voltando a questão das partilhas, teríamos, na década de 1850 e 1860, um momento de “incertezas”, devido ao significativo número de integrantes dos grupos familiares ligados aos senhores dos insurgentes que vieram a falecer, desencadeando um processo de partilha de seus escravos. Nas divisões dos escravos, encontraremos alguns laços de solidariedade sendo remodelados, pois, em alguns casos, o número de herdeiros era bastante semelhante ao dos escravos do inventariado e, mesmo com a existência de uma estratégia de domínio senhorial que procurasse não desestruturar laços parentais existentes entre os cativos, nem sempre seus senhores conseguiam pô-la em prática, como verificamos, principalmente, no caso dos integrantes da família “Maciel”. Antes de

²¹² PIROLA, *A conspiração escrava de Campinas, 1832...*, op. cit., p.213.

concluirmos este capítulo, buscaremos fazer algumas observações sobre as alforrias que os senhores dos insurgentes “concederam” ou foram “obrigados a conceder” a seus escravos, algumas destas exatamente no momento da partilha dos bens dos falecidos senhores.

Escravos alforriados pertencentes aos grupos familiares senhoriais mencionados no plano insurrecional

Inicialmente destacaremos que, na primeira parte deste trabalho, sugerimos que a redução percentual da população escrava da Aldeia dos Anjos poderia, em parte, estar relacionada ao aumento das alforrias na região. Buscaremos, neste momento, relacionar as alforrias mais diretamente aos grupos familiares analisados, mais especificamente aos senhores que tiveram escravos envolvidos à tentativa insurrecional de 1863 na Aldeia dos Anjos. Começamos destacando o relato de Bento, escravo de Francisco Antônio Maciel, que afirmou ter ouvido dizer “[...] que haviam todos de se reunirem em um lugar para [irem] ao [presidente] por que este lhes [havia] de dar suas [cartas] de liberdade”²¹³.

O relato do escravo Bento, assim como de outros cativos envolvidos no plano de insurreição que citam a busca da alforria, apresenta outra possibilidade para a compreensão do levante. Concordamos, como já destacado na primeira parte deste trabalho, com a afirmação de Karasch, de que os escravos não conseguiam sua alforria por o senhor ser benevolente, mas sim porque compravam sua liberdade²¹⁴. Buscaremos analisar casos específicos de alforrias “concedidas” por senhores dos insurgentes, pois acreditamos que esses possam indicar algumas possibilidades sobre as motivações do planejamento insurrecional.

Para a análise das alforrias dos senhores dos insurgentes, trabalharemos com cartas de liberdade anteriores e posteriores ao plano insurrecional, assim como com alguns casos de insurgentes que conseguiram sua liberdade após o planejamento. Para tanto, seguiremos os caminhos das “concessões” a partir dos nomes dos senhores.

Destacamos que foram encontrados 12 registros de alforrias de senhores dos insurgentes, sendo três de André Machado de Moraes Sarmiento, um de Antônio Pahim de

²¹³ Interrogatório de Bento, escravo de Firmino Maciel (Francisco Antonio Maciel), no dia 23 de novembro de 1863. Processo Crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl.96 v.

²¹⁴ Não estamos afirmando que a alforria seria somente uma conquista direta do escravo, com certeza ela se inseria dentro de um sistema escravista que lidava diretamente com a força senhorial, mas isso não significa que este senhor não tinha de lidar com as expectativas de alforria de seus escravos.

Andrade, quatro de Francisco Antônio Maciel, dois de seu filho Innocente Maciel e dois de Januário Gomes Pahim. Das 12 cartas de alforria, temos que nove foram pagas, duas passadas sob condição de servir até a morte de seu senhor e apenas uma sem ônus. Como veremos adiante grande parte dos registros destacados demonstram fragmentos da ação escrava para conquista de sua carta de alforria.

Quadro 9 – Alforrias passadas pelos senhores dos insurgentes

Senhor	Ano Alforria	Escravos	Tipo alforria
André Machado de Moraes Sarmiento	1859	José	Paga
	1860	Damiana	Sem ônus
	1872	Inácio	Paga
Antônio Pahim de Andrade	1867	Quinto	Paga
Francisco Antônio Maciel	1853	Antônio	Paga
	1854	Narcisa	Paga
	1859	Miguel	Sob condição
	1868	Rosa	Sob condição
Innocente Ferreira Maciel	1873	Teresa	Paga
	1873	José	Paga
Januário Gomes Pahim	1878	Aniceto	Paga
	1879	Generosa	Paga

Fonte: MOREIRA; TASSONI. Que com seu trabalho nos sustenta..., op. cit., p. 233, 263, 286, 346, 716, 720, 723 e 725.

Observando as alforrias do Tenente Coronel André Machado de Moraes Sarmiento, senhor de dois réus no processo crime de insurreição (Salvador e Claudino), percebe-se que este passou pelo menos três cartas de alforria a seus escravos²¹⁵, sendo duas anteriores ao plano de levante escravo (1859 e 1860) e uma posterior (1872). Destacamos que das três cartas passadas por este senhor somente uma foi concedida sem ônus - a da crioula

²¹⁵ Paulo Moreira ao analisar o caso do escravo Serafim que teria recebido “plena e inteira liberdade” de seu senhor Firmino Martim de Oliveira Prates, relacionará este escravo com Maria das Dores de Moraes Sarmiento (esposas do Tenente Coronel André Machado de Moraes Sarmiento) de quem teria comprado o dito cativo. Em nota (17) o autor destaca que “O Cel. André Machado de Moraes Sarmiento passou pelo menos duas cartas de alforria, além de ter servido de testemunha em inúmeras outras”. MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Os campos negros de Viamão: notas sobre a presença escrava no século XIX. In: BARROSO, Vera Lúcia Maciel (Org.). *Raízes de Viamão – Memória, História e Pertencimento*. Porto Alegre: FAPA; EST, 2008, p. 194.

Damiana, “em retribuição aos bons serviços prestados”²¹⁶. As outras duas - José (1859) e Inácio (1872)²¹⁷ - foram passadas mediante pagamento.

Chamamos a atenção para a alforria do cabra José, que se aproveitou do momento do falecimento de sua senhora (Dona Brígida Maria de Oliveira Prates) e ofereceu o preço de sua avaliação no inventário (1:200\$000 réis) por sua liberdade, que foi concedida “em atenção aos bons serviços prestados”. José era escravo da sogra de André Machado de Moraes Sarmento e se aproveitou do momento de sua avaliação para conseguir comprar sua liberdade²¹⁸.

Já a concessão de liberdade a escravos por Antônio Pahim de Andrade não foi algo comum; só encontramos um registro de liberdade feita por este senhor em 1867, um ano antes de falecer, o que aparentemente não foi por livre vontade desse proprietário. Podemos dizer que foi forçado a concedê-la por seu escravo Quinto, que era um dos escravos apontados como insurgente, junto com Feliciano, no processo crime da insurreição.

A alforria de Quinto se relaciona à Guerra do Paraguai, pois, até mesmo conforme destacou Moreira, vários foram os escravos libertados com recursos do Governo Imperial e enviados para a Guerra do Paraguai como “voluntários”. Entre os escravos relacionados pelo autor, encontramos o preto Quinto, libertado em 1867, cujo senhor - Antônio Pahim de Andrade - foi ressarcido em 1.000\$000 réis, valor que teria sido o menor registrado, visto que os demais oscilaram entre 1.400\$000 e 1.500\$000 réis²¹⁹.

²¹⁶ MOREIRA; TASSONI. *Que com seu trabalho nos sustenta...*, op. cit., p. 263.

²¹⁷ O caso de Inácio devemos possivelmente considerar a importância da Lei de Ventre Livre (1871), que conforme Paulo Moreira, “após a Lei do Ventre Livre, os cativos, além da legalização de seus pecúlios, tinham a possibilidade de recorrer à justiça para pagarem o preço de sua avaliação”. MOREIRA, *Os cativos e os homens de bem...*, op. cit., p. 196. A carta de liberdade de Inácio foi concedida mediante o pagamento pelo cativo, da “diminuta quantia de 500\$, que as adquiriu com o seu trabalho e licença e licença minha, ficando me devendo 100\$, que me pagará de hoje a um ano e na falta os juros da lei até seu real reembolso”. Destacamos que o valor pago por este escravo é muito próximo (700\$) ao que foi avaliado no inventário de Dona Brígida Maria de Oliveira Prates (1ª esposa de André Machado de Moraes Sarmento), mas o mais interessante é que sua carta de alforria foi registrada um dia antes (14 de abril de 1872) da relação de matrícula dos escravos de André Machado de Moraes Sarmento, que foi realizada no dia 15 de abril de 1872. Inventário *post-mortem* de André Machado de Moraes Sarmento, ano 1880, Comarca Viamão, localidade Gravataí, APERS.

²¹⁸ Pensando na questão de se aproveitar do momento da partilha dos bens do senhor falecido, podemos apresentar os casos de Feliciano e Patrício, escravos de Antonio Pahim de Andrade – lembramos que o primeiro foi arrolado como réu no processo de insurreição de 1863. Apesar de não encontramos as cartas de alforrias destes cativos, sabemos que pagaram por suas liberdades pelo inventário de seu senhor (1870). Feliciano, com 60 anos, aproveitando-se do momento de sua avaliação, oferece 200\$000 réis por sua liberdade, a qual foi concedida pelos herdeiros. Já Patrício, com cinco anos de idade e filho de Feliciano, teve sua liberdade comprada por 50\$000 réis, quantia paga por seu padrinho Antônio Francisco Correia.

²¹⁹ MOREIRA, *Os cativos e os homens de bem...*, op. cit., p. 230. Temos também que a alforria foi concedida em 30 de março de 1867; sendo registrada em 22 de abril do mesmo ano.

Em sua carta, Quinto foi descrito como um escravo “de olhos pretos, cabelos pretos carapinhos, pouca barba e 53 polegadas de altura; solteiro [...] preto; Crioulo de Gravataí [...]”, era filho da preta Luísa, mas, como apontamos anteriormente, essa não foi uma simples compra de liberdade, uma vez que Quinto conquistou sua carta de alforria, como podemos verificar no registro que afirma que:

[...] em razão de o escravo ter fugido e assentado praça como voluntário em um dos corpos de linha em 04-02 com o nome de Luís dos Santos. Esta alforria foi concedida com a condição de o cativo continuar servindo no exército, tendo já sido enviado para o 3º Corpo. A carta foi passada pelo procurador do senhor, Boaventura Augusto dos Reis.²²⁰

Pois bem, Quinto não comprou sua liberdade, mas fugiu de seu senhor alguns anos após o caso de insurreição do qual havia sido inocentado em 7 de abril de 1864; aparentemente preferiu se juntar aos voluntários na Guerra do Paraguai a continuar na condição de escravo junto a seu senhor. Antônio Pahim de Andrade não pôde conceder-lhe a liberdade, que foi, sim, imposta a esse senhor - uma consequência das ações de Quinto. Ironicamente, seu senhor havia gasto, há pouco menos de quatro anos, 300\$000 réis com a fiança de seu escravo que estava preso na capital. Infelizmente, não temos como afirmar se Quinto conseguiu “usufruir” de sua alforria após a Guerra do Paraguai, pois não encontramos registros que demonstrassem seu retorno.

Francisco Antônio Maciel teve quatro registros de alforria (1853, 1854, 1859 e 1868), sendo duas destas pagas e, duas, sob condição de servir até a morte o senhor. Destacamos que esse senhor, como inventariante de seus pais, irá conceder a carta de liberdade a três escravos - Antônio, Rafael e Maria Velha. Apenas encontramos o registro de alforria de Antônio, cuja liberdade foi concedida em 15 de agosto de 1853, mediante o pagamento de 800\$000 réis. A partir do inventário, é possível constatar que:

[...] os escravos Antônio e Rafael avaliados cada um na quantia de oitocentos mil réis, no ato de sua avaliação apresentaram o valor, por isso ele inventariante [Francisco Maciel] lhes passou cartas de liberdade, por assim deram [concordes] os herdeiros²²¹.

Esses dados reforçam a importância do momento da avaliação dos cativos no inventário para comprarem sua liberdade junto aos herdeiros de seus falecidos senhores,

²²⁰ MOREIRA; TASSONI. *Que com seu trabalho nos sustenta...*, op. cit., p. 286.

²²¹ Inventário de Antonio Ferreira Maciel – Fundo 004 – Comarca Porto Alegre, localidade: Porto Alegre, I Vara Civil e Crime, Ano 1853, Processo 235 – APERS, fl. 54 f.

como sugerem os casos de José, escravo de André Machado de Moraes Sarmiento, e Feliciano, escravo de Antônio Pahim de Andrade. Nesse mesmo inventário, Francisco Antônio Maciel liberta, ainda, a escrava Maria Velha, com 70 anos, alforria que, possivelmente, tenha sido bastante influenciada por esse senhor que, de certa forma, parece pressionar os outros herdeiros a conceder a liberdade a tal cativa. No inventário, consta que:

[...] os herdeiros que se achavam presentes a avaliação requerem seja o valor de 100\$ dado à escrava Maria dividida por todos os interessados no presente inventario a bem dele testamenteiro e inventariante [Francisco Antonio Maciel] lhe passar a carta de liberdade tendo em atenção os bons serviços que a mesma tem prestado a [?], e quando alguém se recuse a final ao cumprimento do expedido, ele inventariante suprija com a cota que assim faltar à bem de se realizar sua liberdade. (grifo nosso)²²².

Não sabemos ao certo por que razão, mas, Francisco Antônio Maciel parecia estar disposto a suprir o valor faltante, caso algum herdeiro se recuse a dividir o valor para passar a carta de liberdade para essa escrava. Francisco Maciel tem outro registro de alforria concedida em 1854 - a crioula Narcisa, de 34 anos, escrava pertencente a sua finada esposa. Tal carta “foi concedida mediante o pagamento 400\$, sendo que o senhor declara ser um valor ‘que saíra da minha terça’”²²³. Temos, assim, duas escravas libertadas por Francisco Maciel - digamos, sem ônus. No caso de Maria, não temos muitos dados, mas, no caso de Narcisa, podemos dizer que contribuiu para o crescimento da escravaria de sua antiga senhora, uma vez que possuía três filhos (um menino e duas meninas). Diferentemente de Antônio Pahim de Andrade, as concessões de liberdades por Francisco Antônio Maciel pareciam não ser algo muito incomum; sendo um pouco especulativos, podemos dizer que, provavelmente, seus escravos percebiam essas alforrias, entre os quais estava Nazário, o líder do plano insurgente da Aldeia dos Anjos.

Innocente Ferreira Maciel, filho de Francisco Maciel, também possuía alguns registros de alforria, mas o que nos interessa aqui é o de José de Nação Nagô, de 50 anos, que veio a se alforriar em 1873. Apesar de haver uma divergência na idade, acreditamos que seja o mesmo José, também de Nação Nagô, indiciado como insurgente em 1863, que no momento do processo foi relatado com “mais ou menos 28 anos”, o que o faria ter em torno de 38 anos em 1873. É possível que tenha ocorrido um erro da idade desse escravo

²²² Inventário de Antonio Ferreira Maciel – Fundo 004 – Comarca Porto Alegre, localidade: Porto Alegre, I Vara Civil e Crime, Ano 1853, Processo 235 – APERS, fl. 56 v.

²²³ MOREIRA; TASSONI, *Que com seu trabalho nos sustenta...*, op. cit., p.716.

no momento da alforria, mas, o interessante foi como este conseguiu sua carta de liberdade, pois conforme o registro:

A carta foi concedida mediante o pagamento de 800\$. *Segundo o senhor, o escravo José havia fugido de sua residência em Santa Cristina (São Leopoldo), "para vir requerer, como requereu a sua alforria ao Juiz de Órfãos desta cidade de Porto Alegre, que é para isso incompetente, como está reconhecido, declaro que se o mesmo escravo ou alguém por ele entregar ao meu advogado a quantia de 800\$, inclusive de 400\$ que já entregaram ao mesmo meu advogado, o Dr. Israel Rodrigues Barcelos, por conta de três pretos libertos, com o recibo desta exarado neste título que assino e deixo em poder do mesmo meu advogado, ficará o referido meu escravo José liberto sem dependência de qualquer outro documento".* Logo em seguida estava registrado o seguinte recibo: "Recebi a quantia de 400\$, de que trata o título supra para complemento do preço da alforria. Porto Alegre, 25 de julho de 1873. [a] Israel Rodrigues Barcelos". (grifo nosso)²²⁴

Até aqui temos, se considerarmos José alforriado como o mesmo do levante, três dos insurgentes - Feliciano, Quinto e José - que conquistaram sua liberdade após a insurreição. Para completar esse quadro, acrescentaremos mais um insurgente, Aniceto, escravo de Januário Gomes Pahim, que conseguiu comprar sua liberdade por 500\$000, em 23 de julho de 1878²²⁵. Temos, assim, que quatro dos 12 réus da insurreição, ou seja, um terço dos insurgentes conquistou sua liberdade, através da alforria, mesmo que alguns anos após da tentativa insurrecional de 1863.

Para finalizar a questão das alforrias, abordaremos mais um caso, o de Domingos - escravo de Joaquim Honorato Pahim, que foi relacionado como réu no processo crime de insurreição, mas que foi interrogado uma vez, no início das investigações sobre a o plano de insurreição, pois alguns escravos o apontaram como um dos envolvidos no levante.

Apesar de não havermos encontrado "indícios" sobre Domingos, Oliveira, analisando os arbitramentos de escravos, descreve o caso de um lavrador pardo de 50 anos de idade, chamado Domingos, escravo de Dona Maria Joaquina de Jesus, ou ainda Maria Pahim, filha de Joaquim Honorato Pahim. Avaliando o registro de óbito da Aldeia dos Anjos, encontramos em 8 de junho de 1883 o registro da morte de Joaquim Pahim²²⁶, ou seja, o pardo Domingos, aparentemente após a morte de seu senhor, observa que é um

²²⁴ MOREIRA; TASSONI, *Que com seu trabalho nos sustenta...*, op. cit., p.338.

²²⁵ "Anceto; pardo; Sr. Januário Gomes Pahim; dt. conc. 23-07-78; dt. reg. 23-07-78 (livro 1, p.6r). Desc.: A carta foi concedida mediante o pagamento de 500\$)." *Ibidem*, p. 624. O nome do escravo aparece como "Anceto", mas acreditamos que provavelmente seja um equívoco do escrivão no momento da redação.

²²⁶ Consta no registro que Joaquim Pahim era filho legítimo de Joaquim Pahim tendo deixado viúva Rita Mendes, ao observarmos o inventário de Joaquim Honorato Pahim e Rita Mendes de 1898, verificarmos que Maria Joaquina de Jesus, ou como consta no inventário, Maria Joaquina de Jesus Pahim era realmente a filha deste senhor.

momento propício para comprar sua liberdade, o que fará, conforme Oliveira, em 17 de março de 1884, menos de um ano após a morte de seu senhor. Mas, sua senhora não estava disposta a libertá-lo, o que desencadeará o processo de arbitramento, pois Domingos apresentou 100\$000 réis por sua liberdade, quantia que não foi aceita por sua senhora, que pediu, em contraproposta, a quantia de 500\$000 réis.

Ao final do processo, Domingos foi encaminhado a Porto Alegre para exame, a partir do qual foi avaliado, devido a sua moléstia, na quantia de 50\$000 réis. O escravo apresenta o valor em depósito ao juiz que logo lhe passa a carta de liberdade, e sua senhora ainda tentará, no mesmo dia, solicitar uma nova avaliação. Contudo, essa foi negada pelo Juiz Municipal, Doutor Arthur Leal Ferreira, sob a alegação de que Domingos já era liberto e não teria mais a obrigação de se submeter a um novo exame, ou nas palavras do mesmo juiz:

Tendo já sido declarado liberto o escravo Domingos e se lhe passando carta de alforria [...] cuja execução não fica suspensa com a apelação interposta pela ré, que é receptível somente um efeito, como o foi [...], *indefiro a petição retro por carecer este Juízo atualmente de competência para ordenar a apresentação, em P. Alegre, daquele liberto, a fim de sujeitar-se a um exame médico, como se solicita em dita petição, ao qual sujeitar-se-á se quiser, atento a sua nova condição social.* (grifo nosso)²²⁷

A alforria de Domingos, assim como as concedidas pelos senhores dos escravos insurgentes, pode ser considerada uma estratégia senhorial para o controle cativo, mas não deixa de ser consequência, também, da ação escrava. Pois, em parte desses casos analisados, percebe-se que cativos se aproveitaram das oportunidades de dados momentos para comprarem sua liberdade. Em alguns casos, inclusive, parecem impor a seus senhores a concessão da alforria, como o caso de Quinto parece indicar.

Considerações

As análises da segunda parte deste trabalho permitiram compreender um pouco do perfil dos inventariados dos grupos familiares senhoriais relacionados aos senhores dos

²²⁷ OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. Esta é mais uma prova brilhante de que a onda abolicionista vai crescendo e fazendo adeptos: a ação de curadores e magistrados abolicionistas através de alguns casos de arbitramento para compra de alforria (Gravataí/RS - década de 1880) In: *Anais do VIII Encontro Estadual de História: História e Violência - ANPUH/RS*, 2006, Caxias do Sul, p. 4. Agradeço a Vinicius de Oliveira, pelo artigo, assim como por ceder seus fichamentos das fontes utilizadas em sua análise.

insurgentes, destacando, principalmente, que pertenciam à parte dos inventariados mais abastados da Aldeia dos Anjos. Sua produção aliava atividades de plantio (mandioca, milho e feijão), fabrico de farinha de mandioca (posse de atafona) e criação de *gado vacum*, havendo - em alguns casos específicos - indícios de atividade tropeira. Tal perfil os diferenciava da maioria dos inventariados analisados na primeira parte do trabalho, que, em grande parte das vezes, pareciam se tratar de agricultores que, em alguns casos, tinham atafona em suas propriedades e que, geralmente, não possuíam muitos animais.

Os dados dos grupos familiares indicam que, provavelmente, os escravos desses senhores - principalmente os insurgentes - lidavam com uma variedade de atividades nessas propriedades senhoriais, tais como o cuidado com o gado, o plantio e a colheita (milho, feijão e mandioca), bem como o fabrico de mandioca. Essas eram atividades pouco comuns para grande parte dos escravos (40%) relacionados nos inventários entre os anos de 1841 e 1870, que trabalhavam em propriedades com pequenas escravarias (“1 a 9” cativos) e que, na maior parte dos casos, lidavam basicamente com a agricultura.

Verificou-se, também, que a posse de escravos entre os inventariados dos grupos familiares analisados também estava acima dos dados apresentados para a região da Aldeia dos Anjos entre os anos de 1841 e 1870, visto que grande parte desses senhores dos grupos familiares detinham médias ou grandes escravarias e, alguns poucos, possuíam pequenas escravarias. O que é contrário ao padrão de posse encontrado para a Aldeia dos Anjos, na qual a maior parte dos inventariados possuía pequenas escravarias e, poucos, detinham médias e grandes.

Os dados levantados nesta parte do trabalho demonstram que os escravos participantes do plano de insurreição cativa da Aldeia dos Anjos, em 1863, não faziam parte de pequenas escravarias locais como imaginávamos no início da pesquisa, pelo contrário, em grande parte dos casos esses faziam parte das maiores escravarias da Aldeia e lidavam com uma diversidade de atividades nas propriedades de seus senhores. Mas, destacamos que essas escravarias e atividades produtivas devem ser consideradas dentro de uma estrutura composta pelos integrantes dos grupos familiares que se inter-relacionavam, como os casos dos “Sarmiento/Prates”, “Maciel”, “Alves” e “Pahim” parecem sugerir. Essa estrutura de relações dos grupos familiares sofre um pequeno abalo entre as décadas de 1850 e 1860, quando diversos integrantes faleceram, iniciando, assim, um processo de partilha de bens, em que os escravos vão ser repartidos entre os herdeiros.

Constatou-se, também, que grande parte dos senhores analisados não tinham o costume de alforriar seus cativos e que, quando o faziam, geralmente a alforria era “paga” ou “sob condição”. Temos que em alguns casos, principalmente, no período da partilha dos bens dos senhores, os escravos parecem ter-se aproveitado desse momento de sua avaliação para oferecer o valor para a compra de sua liberdade. Entre as alforrias desses senhores, encontramos quatro dos 12 réus do processo crime da insurreição comprando sua liberdade.

Para finalizar, acreditamos que as relações (familiares e econômicas) senhoriais acabaram interferindo, direta ou indiretamente, nas relações dos escravos e no seu modo de vida, principalmente quando se observa as questões das partilhas dos bens dos inventariados. Tal alteração poderia exigir dos escravos uma remodelação de suas ações dentro do sistema escravista no qual viviam, visto que mesmo que ainda mantivessem o contato com seus antigos companheiros de cativeiro, estes ingressavam em uma nova forma de domínio, que provavelmente não manteria a mesma rotina diária que seu “velho senhor” permitia a estes escravos, principalmente se tratando da mobilidade espacial necessária para manter o contato com seus companheiros e familiares que não mais viviam juntos. Considerando esses apontamentos, tentaremos, nesta última parte do trabalho, destacar como as redes de relações senhoriais foram importantes para a mobilidade espacial dos escravos insurgentes pela Aldeia dos Anjos e seus arredores, apontando a interação dos cativos das escravarias desses grupos familiares destacados.

PARTE 3 - UM PLANO INSURRECIONAL ESCRAVO NA ALDEIA DOS ANJOS: “OS BRANCOS ERAM UNS PELOS OUTROS, POR ISSO OS NEGROS TAMBÉM DEVIAM FAZER O MESMO”²²⁸

O foco desta última parte do trabalho é a compreensão da mobilidade espacial dos escravos envolvidos no plano de insurreição da Aldeia dos Anjos em 1863. Trabalharemos com a percepção de que grande parte dessa mobilidade espacial cativa estava diretamente ligada às relações estabelecidas entre os grupos familiares senhoriais destacados na segunda parte deste trabalho. Para compreender estas inter-relações, analisaremos os relatos dos escravos presentes no processo-crime da insurreição de 1863, em que observaremos as propriedades pelas quais esses insurgentes estavam se deslocando e com quem conversavam.

Antes de analisarmos a questão da mobilidade espacial dos escravos pela Aldeia dos Anjos, daremos um breve destaque ao processo-crime da insurreição de 1863. Nesse processo, encontramos diversos interrogatórios e acareamentos realizados com os escravos da localidade e relatos de testemunhas, bem como correspondências entre as autoridades locais, relatando a repressão inicial aos escravos após a descoberta do plano de levante e a posterior perseguição e prisão dos cativos fugidos.

Os interrogatórios com os cativos envolvidos no levante foram, inicialmente, realizados na própria Aldeia dos Anjos, sendo os cativos indiciados como réus posteriormente interrogados na cidade de Porto Alegre. Houve, ainda, outros escravos apontados como cúmplices pelos cativos interrogados, mas, ao total foram 26 escravos arrolados no processo-crime, sendo que somente 12 foram indiciados como réus. A análise da mobilidade espacial cativa será realizada a partir do conteúdo presente nos relatos destes 26 interrogados, os quais serão relacionados com informações de outras documentações, tais como inventários *post-mortem*, cartas de alforria, registros eclesiásticos e de compra e venda de cativos.

²²⁸ Interrogatório de Justo, escravo de Porfírio Antônio de Jesus, no dia 01 de setembro de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 10 f e v. Frases com conteúdo semelhante são encontradas em outras insurreições escravas pelo Brasil, Andrade aponta que no caso da revolta de Carrancas (1833) o escravo Domingos Crioulo relatou que queriam “matar todos os brancos e ficarem os negros forros”. ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Rebelião escrava e política na década de 1830: o impacto da revolta de Carrancas*. In: *VI Encontro Escravidão & Liberdade no Brasil Meridional*, 2013. Disponível em: <<http://www.escravidaoliberalidade.com.br>>, p.6.

Quadro 10 - Cativos interrogados e líderes da tentativa insurrecional e seus senhores

Descrição no Processo	Escravos	Senhores
Líder (morto na fuga)	Nazário	Francisco Antônio Maciel
Líder (morto na fuga)	Alexandre	José Antônio Alves
Réu	Aniceto	Januário Gomes Pahim
Réu	Antônio	Francisco Antônio Maciel
Réu	Bento	Francisco Antônio Maciel
Réu	Manoel Capitão	Francisco Antônio Maciel
Réu	Claudino	André Machado de Moraes Sarmiento
Réu	Salvador	André Machado de Moraes Sarmiento
Réu	Feliciano	Antônio Pahim de Andrade
Réu	Quinto	Antônio Pahim de Andrade
Réu	José	Innocente Ferreira Maciel
Réu	Manoel Rafael	Innocente Ferreira Maciel
Réu	Luis	Jose Antônio Alves
Réu	Mateus	Manoel José de Barcellos
Interrogado	Adriano de Nação	Joaquim Pereira Pinheiro
Interrogado	Ângelo	Manoel José de Barcellos
Interrogado	Constantino	José Francisco de Souza
Interrogado	David	Clara Correa
Interrogado	Domingos	Joaquim Honorato Pahim
Interrogado	Joaquim	Francisco Antônio Maciel
Interrogado	José	Domingos Correa
Interrogado	José	João Teixeira
Interrogado	José	Antônio Dias Fialho
Interrogado	Justo	Porfírio Antônio de Jesus
Interrogado	Luis	Francisco Pahim
Interrogado	Manoel	José Antônio de Jesus
Interrogado	Narciso	Manoel Ignácio Soares
Interrogado	Pedro	José de Souza Lima

Fonte: Processo-Crime, Sumário Júri, maço 35, processo 1060, APERS.

Obs.: Quadro elaborado com informações presentes no próprio processo-crime de insurreição.

6 A MOBILIDADE ESCRAVA NA ORGANIZAÇÃO DE UM PLANO INSURRECIONAL

Neste capítulo, inicialmente faremos um breve apontamento sobre o levante escravo, para, na sequência, analisarmos mais detidamente a mobilidade espacial dos cativos pela região da Aldeia dos Anjos e seus arredores. Para a análise da mobilidade, serão considerados dois pontos fundamentais: 1) os fragmentos das redes de relações escravas e, principalmente, 2) as atividades desenvolvidas pelos cativos nas propriedades senhoriais. Finalizaremos o trabalho destacando a repressão senhorial e posterior fuga e prisão dos cativos envolvidos no plano de levante escravo de 1863.

Breves considerações sobre a fonte processual

Nesta parte do trabalho utilizaremos principalmente os relatos de escravos e autoridades presentes no processo crime da tentativa insurrecional de 1863, buscando considerar as repetições de casos e, sempre que possível, cruzar os dados dos relatos com informações de outras fontes documentais do período.

Como destaca Marcos de Andrade, ao analisar o processo crime da rebelião escrava de Carrancas, em Minas Gerais, a “peça processual montada para se apurarem os fatos e punir os escravos rebeldes é rica em detalhes e passível de várias interpretações”. Assim como o processo de Carrancas, o da tentativa insurrecional da Freguesia da Aldeia dos Anjos é rica em detalhes sobre o cotidiano dos escravos da localidade, desta forma, acredito, assim como apontou Eduardo Silva, que:

Qualquer indício que revele a capacidade dos escravos, de conquistar espaços ou de ampliá-los segundo seus interesses, deve ser valorizado. Mesmo os aspectos mais ocultos (pela ausência de discursos) podem ser apreendidos através das ações. Tantas vezes considerados como simples feixes de músculos, os escravos falam, frequentemente, através deles. Suas atitudes de vida parecem indicar, em cada momento histórico, o que eles consideravam um direito, uma possibilidade ou uma exorbitância inaceitável.²²⁹

Jonatas Caratti, pensando no uso das fontes processuais, destaca que a fonte processual permite ir além da análise da criminalidade de determinado local e período, possibilitando também o resgate das “tramas individuais e coletivas dos escravos”, pois

²²⁹ REIS; SILVA, *Negociação e conflito...*, op.cit., p.15.

nesta documentação encontramos dados referentes a diversas características dos indivíduos neles relacionados²³⁰. Esta documentação nos permite, assim como apontou Paulo Moreira, observar “o dinamismo das redes sociais, familiares e políticas, as oscilações e rearranjos estratégicos dos laços e das afinidades, principalmente quando conseguimos cruzá-las com outras fontes nominativas”²³¹.

Acreditamos, assim como destacou Reis, a partir da análise do processo crime do levante dos Malês, na Bahia, que “Mais uma vez a história dos dominados vinha à tona pela pena dos escrivães de polícia...” sendo que nos interrogatórios, “apesar do óbvio constrangimento da situação, os africanos falaram, além da rebelião, de aspectos de sua vida cultura, social, econômica, religiosa, doméstica e até amorosa”²³².

Após essas breves considerações sobre as fontes processuais, buscaremos, a partir do processo crime da tentativa insurrecional da Aldeia dos Anjos (1863), apontar fragmentos da vida dos escravos da localidade, principalmente, dos envolvidos na tentativa de levante, buscando sempre considerar os cuidados apontados quanto ao uso dessa fonte.

Apontamentos do plano insurrecional cativo da Aldeia dos Anjos

A tentativa insurrecional ocorrida na Aldeia dos Anjos no ano de 1863 foi, conforme as autoridades, empreendida por alguns escravos desta localidade quando buscaram arregimentar companheiros para por em prática o plano de levante traçado pelos cativos Nazário e Alexandre. Neste aliciamento parece haveriam sido arregimentados escravos de diversas fazendas e senhores – tanto jovens como velhos, tanto nacionais como africanos – talvez sugerindo uma interação entre os cativos das diferentes escravarias da localidade. Após alguns meses o plano acabou sendo delatado por um dos cativos que, conforme as autoridades, não haveria aceitado o convite para a insurreição, levando diversos escravos a fugirem de seus proprietários com receio da repressão senhorial que se instaurou após a delação do plano.

²³⁰ CARATTI, Jonatas Marques. *Processos-crimes como fonte histórica para o estudo da escravidão: notas de pesquisa*. Disponível em: <<http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php?menu=artigo&cod=52>>.

²³¹ MOREIRA, Paulo Staudt. Podem minha cabeça e orelhas levar, mas meu corpo não: Os processos criminais como fontes para a investigação das culturas negras meridionais. In.: Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão: processos crime...* op.cit., p.27.

²³² REIS, *Rebelião escrava no Brasil...*, op.cit., p.10.

A interação entre os cativos perpassa todo o processo crime (testemunhos, interrogatórios e relatos de autoridades). Com a intenção de compreendermos mais detalhadamente esta interação, buscaremos, inicialmente, analisar a procedência dos cativos (africanos e nacionais), visto ser um tema recorrente nos estudos sobre insurreição escrava e que pode nos apresentar algumas possibilidades sobre a interação destes cativos.

Analisando a procedência dos cativos insurgentes, verificamos que apenas 33,3% (4) dos 12 réus eram africanos, enquanto 66,7% (8) eram escravos nacionais. Comparando esse percentual de africanidade com o da análise dos inventários da Aldeia dos Anjos da década de 1860, verificamos que este foi superior ao do período - quando o percentual de africanidade foi de 22,9%. Considerando a africanidade entre os grupos familiares senhoriais - “Pahim”, “Alves”, “Maciel” e “Prates/Sarmento” - percebe-se que o percentual de africanidade foi superior principalmente na família “Maciel”, em que atingiu 27,1% dessas escravarias. Esse fator ajuda a compreender por que três dos quatro africanos insurgentes pertenciam aos integrantes da família Maciel, Francisco Antônio Maciel e Innocente Ferreira Maciel.

Quadro 11 – “Procedência/cor” e nascimento dos réus no processo-crime

Escravo	Senhor	Procedência e cor	Nascimento
Aniceto	Januário Gomes Pahim	Pardo	Aldeia dos Anjos
Bento	Francisco Antônio Maciel	Preto	Pinhal
Claudino	André Machado de Moraes Sarmento	Pardo	Freguesia dos Anjos da Aldeia
Feliciano	Antônio Pahim de Andrade	Preto	Rio Grande do Norte
Manoel Rafael	Innocente Ferreira Maciel	Preto	Butiá, Distrito da Aldeia
Mateus	Manoel José de Barcellos	Preto	Faxinal, Freguesia do Viamão
Quinto	Antônio Pahim de Andrade	Preto	Aldeia dos Anjos
Salvador	André Machado de Moraes Sarmento	Crioulo	Paço Grande
Antônio	Francisco Antônio Maciel	Preto	Congo (Costa da África)
José	Innocente Maciel	Preto	Nação Nagô (Costa da África)
Luis	José Antônio Alves	Preto	Moçambique (Costa da África)
Manoel Capitão	Francisco Antônio Maciel	Preto	Costa D’África

Fonte: Processo-Crime, Sumário Júri, maço 35, processo 1060, APERS.

Observando especificamente o caso do senhor Francisco Antônio Maciel, temos que 25% (4) dos 14 escravos presentes em seu inventário (1868) eram africanos. Sendo assim, devemos considerar, ainda, que foi justamente na escravaria desse senhor que, aparentemente, iniciou-se o planejamento de insurreição. Ou seja, apesar de ser um plano de levante que teve a participação de uma maioria de escravos nacionais, incluindo seus líderes mortos em fuga, o planejamento iniciou exatamente em uma das escravarias com o maior percentual de africanos dos grupos familiares analisados, o que indica que a participação africana parece ter sido bastante importante para a organização desse plano de levante escravo da Aldeia dos Anjos em 1863.

Devemos também considerar que os escravos nacionais poderiam estar ligados a culturas africanas, por serem filhos ou netos destes. Slenes afirma, que para o início do século XIX, nas “regiões de grande lavoura no Rio de Janeiro e em São Paulo”, assim como “nas áreas agropecuárias mais dinâmicas do sul de Minas Gerais” os cativos eram em sua maioria de origem africana, sendo que os “os adultos ‘crioulos’ (nascidos no Brasil) provavelmente eram, majoritariamente, *filhos de africanos*”²³³. Andrade destaca que em Carrancas (1833) houve o caso do escravo crioulo André que acompanhou seu pai africano durante o levante²³⁴, Pirola, analisando a trajetória de vida dos insurgentes de São Carlos (1832), percebeu que houve três crioulos envolvidos no levante, sendo todos filhos de africanos²³⁵. No caso dos insurgentes da Aldeia dos Anjos, considerando a diferença temporal dos casos de Carrancas e São Carlos, podemos apontar que dos oito cativos nacionais, arrolados como réus, três eram filhos de escravos de origem africana - Manoel Rafael, Quinto e Salvador²³⁶. Estas constatações sugerem uma interação entre escravos, nacionais e africanos, mais intensa do que inicialmente apontada, já que haveria não somente quatro africanos, mas também três descendentes diretos de africanos envolvidos no plano insurrecional da Aldeia dos Anjos em 1863²³⁷.

Voltando à questão do aliciamento, podemos apontar que este parece ter atingido tal amplitude durante a divulgação do plano insurgente, que chamou a atenção das

²³³ SLENES, *Na senzala, uma flor...*, op. cit., p.151.

²³⁴ ANDRADE, Marcos de. *Rebeliões escravas no Império do Brasil: uma releitura da Revolta de Carrancas*. In: *V Encontro Escravidão & Liberdade no Brasil Meridional*, 2011. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br>>, p. 7.

²³⁵ PIROLA, *A conspiração escrava de Campinas, 1832...*, op.cit., p.119-137.

²³⁶ Manoel Rafael era filho de Ana de nação Mina, Quinto era filho de Luiza de nação e Salvador era filho de João de nação da Costa.

²³⁷ Podemos destacar que 155 (14,8%) dos 1050 cativos batizados, entre os anos de 1832 e 1860, eram filhos de africanos (133 tinham mãe africana, 16 tinham pai africano e 6 tinham mãe e pai africanos).

autoridades locais, como nota-se na correspondência do presidente da Província do Rio Grande do Sul ao ministro da justiça, afirmando que:

Procedendo minuciosos interrogatórios vim no conhecimento de que os escravos da fazenda de Francisco Maciel *desde maio começaram a aliciar outros para levantarem-se contra os senhores*, tomando-lhes as armas e o dinheiro, e reclamarem depois sua liberdade, exigindo-a pela força se não lhe desse; *encontrando cúmplices nas fazendas vizinhas, mandarão emissários para o Pinhal, Passo Grande e Sapucaia*, designando o dia [de] quarta-feira, 26 do corrente, para *se reunirem no Passo do Butiá, alistarem-se, acamparem no campo do Chará para no domingo 30, atacarem a povoação da Aldeia, seguindo depois para o Passo Grande onde reunidos todos, deviam marchar para a Capital*". (grifo nosso)²³⁸

É possível e provável que as autoridades exagerassem sobre as ramificações que o plano insurrecional teria atingido, mas isso não quer dizer que não houve interações, mas sim que devemos tomar cuidado ao analisarmos os relatos, buscando sempre observar que, conforme Grinberg apontou, é necessário ficar atento “às narrativas que se repetem, às histórias nas quais as pessoas acreditam e àquelas nas quais não se acredita”²³⁹. Desta forma, destacamos primeiramente que foi comum nos relatos dos escravos a descrição de casos de visitas e trabalhos em outras propriedades senhoriais. Sendo assim, não podemos desconsiderar que houve, possivelmente, uma significativa preocupação dos senhores com a mobilidade escrava pela região, principalmente dos cativos que serviram de “emissários” no planejamento e que aparentemente conseguiram divulgá-lo por diversas localidades (Pinhal, Passo Grande, Sapucaia, entre outras). Mesmo que as autoridades tenham superestimado a mobilidade geográfica dos cativos, devemos lembrar que, conforme a análise das relações familiares senhoriais, os senhores possuíam diversos parentes com propriedades distribuídas por estas localidades, assim como haviam parentes de escravos residindo nas propriedades desses outros senhores, tais fatos permitem sugerirmos que os escravos tinham trânsito por suas fazendas, justificando assim a “preocupação” da população branca da freguesia.

Pelo documento citado anteriormente, os escravos teriam estruturado seu plano, contando com o apoio de escravos de diversas fazendas da Aldeia e de regiões ao seu entorno. Apesar do plano insurrecional não haver se concretizado, as autoridades se

²³⁸ PICCOLO, Helga Iracema L. A resistência escrava no Rio Grande do Sul. *Caderno de Estudo*. Porto Alegre: curso de pós-graduação em história, 1992.

²³⁹ GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassenezi; LUCA, Tania Regina de (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012, p.128. Agradeço ao professor Marcos Ferreira de Andrade pela indicação do artigo da professora Keila Grinberg.

preocuparam em certa medida com a abrangência espacial que atingiu a divulgação desse plano de levante. As notícias sobre a descoberta da pretensa insurreição extrapolaram a região da Aldeia dos Anjos e Porto Alegre, quando um representante francês, residente em Porto Alegre, elaborou um relatório sobre a Província de São Pedro para o governo francês em 1863, em que escreveu sobre a questão “da escravidão” na Província, destacando que:

Pelo final do mês de agosto passado foi descoberta, felizmente a tempo, uma *conspiração tramada por escravos da Aldeia dos Anjos, bem próxima a esta capital, na qual possuía ramificações extensas*. Tratava-se de nada menos de que uma sublevação com o projeto de abrir as cadeias civis que transbordam de malfeitores e de assassinos, a fim de realizar em seguida seus funestos desígnios. (grifo nosso)²⁴⁰

O representante francês destacou que os rebeldes pretendiam abrir as cadeias civis e libertar os ditos “criminosos”, talvez buscando engrossar as fileiras insurgentes, mas, sobre esse fato, não encontramos nenhuma evidência em outras documentações que possam comprovar tal intuito²⁴¹; contudo, acreditamos tratar-se de um “medo” da população branca com relação à “escravaria” local, muito semelhante ao proposto por Azevedo ao afirmar da existência de:

[...] um imaginário construído a partir do *medo ou da insegurança suscitada pelos conflitos reais ou simplesmente potenciais* entre uma diminuta elite composta tanto dos grandes proprietários como das chamadas camadas médias de profissionais liberais e uma massa de gente miserável - escravos e livres -, cuja existência não passava pelas instituições políticas dominantes, o que significava conferir-lhes um perigoso grau de autonomia que nenhuma lei repressiva por si só poderia coibir. (grifo nosso)²⁴²

Voltando ao planejamento insurrecional, conforme os relatos, os escravos teriam buscado aliciar grande número de cativos para depois reunirem-se e verificarem quantos “já haviam prontos”. O próximo passo seria o de matarem seus “senhores moços” e tomarem o armamento que encontrassem nessas fazendas e na própria povoação. Unidos

²⁴⁰ D’ORNANO, Paulo Baptiste. *Um Barão na Província: apêndice do Relatório Geral, 1863 / Paul Baptiste d’Ornano*; tradução Fúlvia Moretto, apresentação Sérgio da Costa Franco. Porto Alegre: IEL: EDIPUCRS, 1996, p.31.

²⁴¹ Paulo Moreira, analisando um planejamento insurrecional ocorrido no ano de 1868 na cidade de Porto Alegre, destacou que uma das etapas do plano consistia em ir a cadeia e soltar os presos, “que por certo auxiliariam a insurreição como retribuição da liberdade que obtinham”. MOREIRA, *Entre o deboche e a rapina...*, op.cit., p. 29.

²⁴² AZEVEDO, Célia M. Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites: século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983, p. 30-31.

em grande grupo e armados, marchariam para um lugar determinado²⁴³ e pediriam sua liberdade, ou como Manoel Capitão relatou: “havam de levantar-se para vir à Aldeia tirar armamento, *seguirem para o Passo Grande, acampar e, se reunissem gente, pedirem a liberdade* e se não dessem a liberdade seguiam para a cidade e se também lá não dessem faziam fogo [...]” (grifo nosso)²⁴⁴.

Outra questão interessante, presente em diversos relatos, são as que indicam a pretensão dos insurgentes em matar seus senhores moços logo ao início do levante planejado. Talvez os escravos percebessem que estes poderiam interferir em sua estrutura de vida, ou seja, poderiam representar uma nova forma de domínio senhorial que se diferenciaria de seus senhores velhos, podendo até mesmo alterar as vantagens conquistadas ao longo do cativeiro. Mas, também poderiam representar, conforme o momento, uma estratégia de coação para com os escravos, como sugere o escravo Antônio quando ao acusar Nazário de ter furtado carne que estava charqueando, e milho do paiol, relatando que neste momento seu senhor, Francisco Antônio Maciel, “disse que havia de mandar chamar os filhos ou os herdeiros para mandar tocar todos os escravos”²⁴⁵. Entre os seus filhos, estavam Antônio Ferreira Maciel e Innocente Ferreira Maciel, além de José Antônio Alves, marido de Francisca Ignácia de Jesus, filha de Francisco Antônio Maciel. Estes eram justamente os senhores que Luís (escravo de José Antônio Alves) dizia que os “negros do Butiá, Manoel, Nazário e Bento” queriam matar, por serem os seus “senhores moços [...] e por força os haviam de perseguir quando houvesse o levante”²⁴⁶.

Observando essa preocupação com os senhores moços, não podemos deixar de considerar que, conforme apontamos na segunda parte deste trabalho, nas décadas de 1850 e 1860 houve diversos processos de partilhas de bens devido ao falecimento de integrantes dos grupos familiares estudados, estes senhores estavam direta ou indiretamente ligados à família “Maciel”²⁴⁷. Assim, talvez esses processos de partilhas levassem os cativos a questionarem a possibilidade de ingresso em um novo sistema de dominação senhorial que afetaria sua vida, até mesmo afastando-os de suas relações anteriormente estabelecidas.

²⁴³ Os relatos indicam vários locais, entre eles teremos as regiões do Passo Grande, Passo do Chará e Butiá.

²⁴⁴ Interrogatório de Manoel Capitão, escravo de Francisco Antônio Maciel, no dia 28 de agosto de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 22f.

²⁴⁵ Interrogatório de Antônio escravo de Francisco Antônio Maciel, no dia 03 de setembro de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 6 v.

²⁴⁶ Interrogatório de Luís, escravo de José Antônio Alves, no dia 31 de agosto de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 14f.

²⁴⁷ Feliciano Ignacia de Jesus (1852), Antônio Ferreira Maciel (1853), Dona Brígida Maria de Oliveira Prates (1858), Leonor Ignacia de Moraes (1860), Catarina Rosa de Oliveira (1863) e Florência Antonia de Jesus (1863).

Mesmo considerando, conforme apontado na segunda parte do trabalho, que alguns escravos já poderiam, mesmo antes da partilha, estar sob o domínio de seu senhor moço, poderia haver a possibilidade deste cativo recorrer, em momentos de divergências com seu senhor moço, a seu “velho senhor”, possibilidade que deixaria de existir quando este viesse a falecer.

Voltando ao processo de aliciamento de escravos, relato recorrente nos diversos relatados dos interrogados, parece-nos que estes percorreram diversas propriedades da Aldeia dos Anjos e de seu entorno, conversando em vendas, cobrando favores de outros cativos e visitando parentes e conhecidos em diversas fazendas da região. Utilizaram as mais variadas estratégias para se locomoverem pelo território da Aldeia e, quando não conseguiam ir a determinado local, incumbiam tarefas a outros cativos que podiam se locomover para essas localidades. São essas movimentações que procuraremos demonstrar no restante deste capítulo.

A mobilidade espacial do cativo

A primeira questão a se destacar, quanto ao aliciamento de escravos, é que este foi principalmente realizado aos domingos, sendo que os relatos sobre seu início se concentram durante os preparativos para a festividade do Divino Espírito Santo, questão que foi comum em grande parte das insurreições escravas no Brasil. Destacamos que essa festa parece ter tido grande importância na Aldeia dos Anjos do século XIX, sendo que os proprietários mais abastados da localidade estiveram diretamente envolvidos em sua organização.

A participação dos senhores mais abastados da Aldeia dos Anjos foi destacada por Jachemet que, estudando a importância de tal festa para Gravataí (Aldeia dos Anjos) e Santo Antônio da Patrulha, entre 1859 e 1933, buscou relacioná-la ao poder local. A autora afirmou que, para o caso da Aldeia dos Anjos, “*todos os nomeados ou sorteados para imperadores eram grande proprietários de terras e de escravos e, não raro, viviam afastados do centro urbano da época*” (grifo nosso)²⁴⁸. Mas, a festa não era somente

²⁴⁸ Na pesquisa da autora, encontraremos alguns dos senhores dos escravos insurgentes, assim como familiares destes, relacionados como organizadores da Festa do Divino são os casos de André Machado de Moraes Sarmiento, Felisbino Antônio Alves (pai de José Antônio Alves) e Antônio Pahim de Andrade, respectivamente, para os anos de 1861, 1867 e 1870. JACHEMET, Célia Silva. *Tempo de festa: Uma análise*

importante para os grandes proprietários, a população menos abastada também deveria estar envolvida nos festejos.

Talvez a importância desse evento esteja relacionada ao que sugeriu Abreu (1999), ao analisar tal festividade para a região do Rio de Janeiro, de que estes momentos “criavam um local de encontro e comunicação entre variados segmentos sociais e de gêneros musicais”. Nesse espaço criado, as pessoas, “apesar de suas diferenças e possíveis conflitos”, trocariam as mais diversas experiências²⁴⁹.

Entendemos que, assim como a Festa do Divino no Rio de Janeiro, essa comemoração no distrito da Aldeia dos Anjos possa também ter aumentado a interação entre os escravos da localidade e contribuído para a ampliação da divulgação da notícia do plano de levante. Tal fato torna-se mais claro ao observarmos como as autoridades afirmaram que os insurgentes se aproveitaram do “ajuntamento” de pessoas na festividade para aliciar os escravos para a insurreição. Assim como afirmam Reis e Silva ao analisarem o caso das rebeliões na Bahia da primeira metade do século XIX, acreditamos que a “religião e a festa, a festa religiosa inclusive, sem dúvida funcionaram como elementos essenciais da política de rebeldia dos escravos”²⁵⁰.

A utilização desses períodos festivos, feriados e domingos na organização e na efetivação de levantes escravos foram correntes em várias insurreições escravas pelo Brasil. Xavier e Pirola, que trabalharam com a revolta de 1832 em Campinas, destacaram a iminência de uma insurreição escrava em período festivo, destacando que a data prevista para a eclosão do levante seria o feriado da Páscoa, informação esta que os líderes escondiam dos outros escravos, visando a impedir que chegasse aos ouvidos dos senhores²⁵¹. Para Andrade, no que diz respeito ao caso de Carrancas em 1833, destaca que o levante estaria programado para o “dia 26 de maio, no domingo da festa do Espírito Santo”²⁵². Moreira, analisando dois casos de insurreições para o Rio Grande do Sul - uma em Porto Alegre, no ano de 1868, e outra em Taquari, no ano de 1864 - aponta que ambas estavam preparadas para “estourar” em momentos festivos. A de Porto Alegre (1868) estava sendo programada para o momento da comemoração da Festa do Divino, enquanto

das Festas do Divino (Espírito Santo) – Gravataí e Santo Antônio da Patrulha, (1859-1933). São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 1997. (Dissertação de Mestrado), p.125-127.

²⁴⁹ ABREU, Martha. *O Império do Divino: Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Novas Fronteiras; São Paulo: Fapesp, 1999, p.159.

²⁵⁰ REIS; SILVA, *Negociação e conflito...*, op.cit., p.41.

²⁵¹ XAVIER, *Religiosidade e escravidão, século XIX...*, op.cit., p.37 e PIROLA, *A conspiração escrava de Campinas, 1832...*, op.cit., p.91.

²⁵² ANDRADE, *Rebelião Escrava na Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais...*, op. cit., p. 73.

que a de Taquari (1864) tinha sido organizada para ocorrer no momento de “um fandango numa chácara fora da vila, onde uma terneira seria carneada”²⁵³.

Reis cita diversas revoltas que estavam relacionadas com períodos festivos, tanto na Bahia como em outras regiões brasileiras. O autor compreende que essas ocasiões seriam a hora certa para os escravos se rebelarem, pois os senhores estariam com a guarda baixa. Afirmou, ainda, que é possível verificar que várias rebeliões escravas teriam ocorrido nesses momentos, “... não só no Brasil, mas mundo afora...”. Nas festas escravas, conforme Reis:

[...] rolavam lances culturais bastante distantes de qualquer ideário "liberal", por mais amplo, frouxo e abstrato que se considere o termo. *Na festa identidade e solidariedades coletivas eram potencializadas através de rituais que afirmavam os valores e exorcizavam as dores do grupo.* Ali se instaurava um clima extraordinário de liberdade e de reversão ritual do mundo que os escravos desejaram perpetuar. *As revoltas eram planejadas para os dias festivos, especialmente as noites festivas, não só porque seus líderes contavam com o relaxamento do controle senhorial, mas porque contavam com a reunião de escravos possuídos por um espírito de redenção.* (grifo nosso)²⁵⁴

Sendo assim, é compreensível que os escravos da Aldeia dos Anjos tenham iniciado seus preparativos para o levante nesse momento, pois, é possível que nessa ocasião festiva tenha-se ampliado a mobilidade espacial dos cativos pela Aldeia dos Anjos. Temos que considerar que o aliciamento dos cativos, conforme as autoridades, começou na festividade do Divino e estendeu-se até início de agosto, quando foi descoberto pelos senhores; mas, até sua descoberta, os escravos parecem ter percorrido muitos caminhos e conversado muito sobre o plano insurrecional.

Voltando a questão da movimentação pela localidade, trabalharemos com duas questões de fundamental importância para o entendimento da referida mobilidade espacial cativa: 1) as atividades (roceiro/lavrador e campeiro) desenvolvidas nas fazendas e 2) as redes de relações familiares e de solidariedade dos próprios escravos. Ambas as questões serão relacionadas, na maior parte dos casos, aos fragmentos das redes de relações familiares dos senhores dos cativos envolvidos no plano de levante escravo.

Destacaremos, primeiramente, a questão dos fragmentos de relações cativas presentes nas escravarias dos integrantes dos grupos familiares analisados na segunda parte do trabalho, tendo por parâmetro a percepção de que as relações escravas estavam

²⁵³ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Sobre fronteira e liberdade – representações e práticas dos escravos gaúchos na Guerra do Paraguai (1864/1870). *Anos 90*, Porto Alegre, n.9, p.119-149, julho de 1998, p. 137.

²⁵⁴ REIS, *Quilombos e revoltas escravas no Brasil...*, op.cit., p. 31-34.

intrinsecamente relacionadas à de seus senhores. Essa percepção nos ajudará a sugerir possibilidades interpretativas para os relatos de alguns insurgentes, principalmente quando afirmam que, se “os brancos eram uns pelos outros, por isso os negros também deviam fazer o mesmo”.

Fragmentos das redes de relações familiares e de solidariedade dos cativos

Após o fim do tráfico atlântico de 1850, ocorreram modificações substanciais na estrutura escravista. Alterações que haveriam facilitado, possivelmente, a constituição de “famílias escravas”, pois, assim como Florentino e Góes (1997) destacaram para o caso do Rio de Janeiro:

Com a proibição definitiva do tráfico, ao mesmo tempo em que o preço dos cativos sofria aumento generalizado, os senhores brasileiros buscariam prolongar-lhes a vida útil. Assim, *o desequilíbrio entre os sexos foi diminuindo. A empresa ter-se-ia adaptado à melhoria das condições materiais dos escravos, à custa de menores ganhos. O índice de sobrevivência dos recém-nascidos teria crescido e o tempo útil de vida dos adultos teria aumentado, enquanto também dilatavam as suas potencialidades autorreprodutoras. Tais mudanças se traduziriam, por exemplo, na maior incidência de famílias escravas.* (grifo nosso)²⁵⁵

Pensando no caso da Aldeia dos Anjos, verificou-se que, no decorrer das décadas de 1840, 1850 e 1860, houve uma modificação no sexo dos cativos, direcionando-se para um maior equilíbrio entre mulheres e homens na década de 1860, como destacado na primeira parte deste trabalho. Constatamos, também, que houve um aumento percentual de escravos mais jovens nas escravarias da região, talvez denotando uma maior possibilidade de reprodução endógena dos escravos. Essa reprodução se destaca ao analisarmos os casos das escravarias dos grupos familiares, principalmente quando tratamos das partilhas dos bens dos senhores entre os anos de 1850 e 1863, nas quais se destacou o significativo número de escravos “frutos da casa”, ou seja, nascidos naquela senzala.

Antes de seguirmos com a questão da partilha e das relações familiares dos escravos, faremos algumas considerações sobre a idade dos cativos insurgentes. Primeiramente, percebemos que 66,7% (8) dos escravos arrolados como réus durante o

²⁵⁵ FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.179-c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 29.

processo-crime eram jovens entre “20 e 35” anos, enquanto somente 33,3% (4) possuíam 40 anos ou mais. Se observarmos os dados sobre a idade dos cativos homens nos inventários da Aldeia dos Anjos da década de 1860, percebemos que os cativos na faixa etária entre “40 e 59” anos representavam 21,9% dos cativos, sendo que os com idade entre “15 e 39” eram 37%. Ou seja, apesar de termos uma predominância de escravos jovens no levante, os cativos mais velhos tiveram significativa participação no plano de insurreição.

Quadro 12 – Idade e nascimento dos réus no processo-crime

Nome	Senhor	Nascimento	Idade
Quinto	Antônio Pahim de Andrade	Aldeia dos Anjos	20
Mateus	Manoel José de Barcellos	Faxinal Freguesia do Viamão	20 mais ou menos
Aniceto	Januário Gomes Pahim	Aldeia dos Anjos	20 mais ou menos
Manoel Rafael	Innocente Ferreira Maciel	Butiá, Distrito da Aldeia	21 ou 22
Bento	Francisco Antônio Maciel	Pinhal	23 mais ou menos
Claudino	André Machado de Moraes Sarmiento	Freguesia dos Anjos da Aldeia	28
José	Innocente Maciel	Nação Nagôa (Costa da África)	28 mais ou menos
Luís	Jose Antônio Alves	Moçambique (Costa da África)	Entre 30 e 35
Salvador	André Machado de Moraes Sarmiento	Paço Grande	40
Manoel Capitão	Francisco Antônio Maciel	Costa D’África	Mais de 40
Antônio	Francisco Antônio Maciel	Congo (Costa da África)	Entre 40 e 50
Feliciano	Antônio Pahim de Andrade	Rio Grande do Norte	51 ou 52

Fonte: Processo-Crime, Sumário Júri, maço 35, processo 1060, APERS.

Pensando nos grupos familiares - “Prates/Sarmiento”, “Maciel”, “Pahim” e “Alves” - observa-se que o percentual de escravos na faixa etária entre “40 e 59” anos representava, respectivamente, 8,1%, 12,5%, 21,4% e 14,3% das escravarias dos inventariados. Analisando os casos dos cativos dos senhores dos insurgentes com 40 anos ou mais - André Machado de Moraes Sarmiento, Francisco Antônio Maciel e Antônio Pahim de Andrade - temos que era significativo o percentual de escravos na faixa etária entre “40 e 59” anos, respectivamente, 25% (2), 6,3% (1) e 21,4% (3)²⁵⁶. Assim, haveria um percentual significativo de cativos mais velhos em suas escravarias, mas, o que poderia explicar a presença, no plano insurgente, de seus escravos com mais de 40 anos?

²⁵⁶ Se considerarmos os escravos as duas últimas faixas etárias conjuntamente (“40 a 59” e “60 ou mais” anos), estes percentuais aumentariam, sendo de, respectivamente, 37,5% (3), 31,3% (5) e 28,5% (4).

Lembramos que, conforme a análise da idade dos escravos (1841-1870), a presença de cativos nas duas últimas faixas etárias (“40 a 59” e “60 ou mais” anos) estava se reduzindo com o passar das décadas em praticamente todas as Faixas Tamanho Escravaria²⁵⁷, possível resultado de falecimentos ou de alforrias que estavam sendo concedidas na Aldeia dos Anjos. Com relação às mortes, não realizamos um levantamento que possa confirmar essa hipótese, apesar de não podermos deixar de considerá-la.

Quadro 13 – Idade dos escravos alforriados dos senhores dos insurgentes

Senhor	Ano	Escravos	Idade	Procedência e cor
André Machado de Moraes Sarmiento	1859	José	42	Cabra
	1860	Damiana	Não consta	Crioulo (a)
	1872	Inácio	54	Pardo (a)
Antônio Pahim de Andrade	1867	Quinto	24	Crioulo (a)
Francisco Antônio Maciel	1853	Antônio	30	Africano (a)
	1854	Narcisa	36	Crioulo (a)
	1859	Miguel	40	Nação
	1868	Rosa	56	Africano (a)

Fonte: MOREIRA; TASSONI. *Que com seu trabalho nos sustenta...*, op. cit., p. 233, 263, 286, 716, 718, 723 e 725.

Analisando as alforrias, percebe-se que os homens com 40 anos ou mais, apesar de não serem a maioria dos alforriados, tiveram um aumento percentual significativo de cartas de liberdade na década de 1860, quando juntos representaram 50% (4) dos alforriados²⁵⁸. Observando as alforrias concedidas pelos senhores André Machado de Moraes Sarmiento, Francisco Antônio Maciel e Antônio Pahim de Andrade²⁵⁹, verificou-se que quatro das oito

²⁵⁷ A exceção se registrou apenas nas escravarias com “1 a 4” cativos, nestas houve um aumento de escravos nas faixas etárias entre “15 a 39” e “40 a 59” anos, ocorrendo uma redução nas faixas etárias entre “0 a 14” e “60 ou mais” anos, possivelmente, resultado do menor acesso à compra de novos cativos e a dificuldade destes senhores em adotarem a estratégia de incentivo a reprodução endógena em suas escravarias.

²⁵⁸ Conforme apresentado na primeira parte do trabalho, na década de 1840 os escravos com mais de 40 anos representavam 45,5% (5) dos alforriados, na de 1850 eram 29,4% (5) e na de 1860 eram 50% (4), ou seja, em termos numéricos não houve variação significativa das alforrias, o que se verificou foi uma alteração no percentual de alforrias concedidas mais relacionada ao aumento de alforrias de cativos jovens.

²⁵⁹ Não constavam no registro de alforria as idades de José, Inácio, Antônio, Rosa e Aniceto, estas foram completados com o cruzamento com informações de outras fontes - inventários *post-mortem* e registro de batismo. As idades de José e Inácio foram encontradas no inventário de Brígida Maria de Oliveira Prates de 1859, quando o primeiro foi descrito com 42 mais ou menos e o segundo com 41 mais ou menos. A idade de Antônio foi retirada do inventário de Antônio Ferreira Maciel de 1853 quando este tinha 30 mais ou menos. A idade de Rosa foi encontrada do inventário de Felicidade Inácia de Jesus de 1853, quando esta tinha 40 anos. Já a idade de Aniceto foi retirada de seu registro de batismo.

alforrias registradas eram de escravos com mais de 40 anos, sendo três de cativos na faixa etária entre “15 e 39” anos, ou seja, teriam uma possibilidade considerável de conquistar sua alforria. Sendo assim, o que os levaria a ingressar no levante?

Não podemos esquecer que a quase totalidade dessas alforrias, como observamos na segunda parte do trabalho, foi concedida a partir de pagamento, havendo algumas “sob condição”. Sendo assim, não deveria ser fácil conquistar a liberdade junto a esses senhores, sendo necessário acumular pecúlio suficiente para comprar a alforria, ou conquistá-la por meio de alguma condição, o que parece sugerir o caso de Miguel de nação, escravo de Francisco Antônio Maciel, que se alforriou em 1859 com 40 anos sob a condição de servir seu senhor até sua morte. Apesar da divergência na idade, possivelmente se tratasse do mesmo Miguel de nação que alguns cativos interrogados afirmavam passar recados do levante para seus filhos em outras fazendas. Talvez a possibilidade de se alforriar pudesse ter influenciado na decisão de alguns cativos de ingressarem no levante, seja buscando uma concessão de seu senhor ou até mesmo das autoridades, como destacamos no caso de Bento (escravo do mesmo Francisco Antônio Maciel), que dizia que o presidente havia de dar suas cartas de liberdade.

Outra questão a se destacar refere-se aos africanos estarem entre os insurgentes mais velhos - José, com “mais ou menos 28” anos; Luís, entre “30 e 35”; Manoel Capitão, com “mais de 40” e Antônio, entre “40 e 50”. Relembramos que, na análise por faixa etária dos escravos presentes nos inventários da Aldeia dos Anjos, entre 1841 e 1870, verificamos que a predominância de cativos africanos se deu justamente nas faixas etárias mais elevadas (“40 e 59” e “60 ou mais” anos). Observando o inventário de Francisco Antônio Maciel (1868), temos que todos seus escravos africanos (4) possuíam 40 anos ou mais, sendo um na faixa etária entre “40 e 59” anos e três na faixa de “60 ou mais”, se acrescentarmos a esses quatro africanos o cativo Manoel Capitão, morto no decorrer do processo-crime da insurreição, Francisco Antônio Maciel teria pelo menos cinco africanos em sua escravaria, sendo que dois destes se envolveram diretamente no plano de insurreição. Ou seja, não eram somente jovens e crioulos que estavam envolvidos no levante. Os escravos mais velhos e africanos também participaram ativamente desse processo, visto que, posteriormente, foram estes os considerados culpados do crime de insurreição, sendo a única exceção o crioulo Bento, com 23 anos.

Apesar de termos um percentual significativo de escravos mais velhos, há oito cativos jovens entre “20 e 35” anos, dentre os quais apenas dois não eram naturais da

Aldeia dos Anjos (Freguesia de Viamão e Província do Rio Grande do Norte). Dos outros seis, pelo menos quatro eram “frutos de casa”, ou seja, nascidos na própria escravaria de seus senhores. Temos, então, que 50% (6) dos cativos arrolados como réus eram da freguesia e, possivelmente, possuíam relações familiares e de afetividade nessa localidade.

A partir deste ponto, apresentaremos alguns casos que possam tornar mais nítidas essas relações. Antes disso, gostaríamos de reforçar que acreditamos ter ocorrido um aumento na reprodução endógena nas maiores escravarias da Aldeia dos Anjos, já que ao analisarmos a idade dos escravos (1841-1870), percebemos um aumento percentual de cativos na faixa etária entre “0 e 14” anos. Esses cativos, na década de 1840, representavam o segundo maior grupo das escravarias da Aldeia dos Anjos, ficando atrás somente dos escravos na faixa etária entre “15 e 39” anos²⁶⁰. Com o passar das décadas (1850 e 1860), os cativos na faixa etária entre “0 e 14” anos tiveram um aumento percentual que os tornou principais cativos dos inventariados na década de 1860²⁶¹, dados que podem indicar um aumento da reprodução endógena na Aldeia dos Anjos²⁶². Considerando os grupos familiares, podemos afirmar que a reprodução endógena parece ter sido uma das estratégias senhoriais para ampliar suas escravarias, principalmente nas maiores, tais como as de Dona Brígida Maria de Oliveira Prates (29), de Catarina Rosa de Oliveira (28) e de Florência Antônia de Jesus (20) - as quais foram destacadas na segunda parte deste trabalho.

Compreendendo que havia um aumento na reprodução endógena na Aldeia dos Anjos, assim como percebendo que os cativos insurgentes faziam parte de médias e grandes escravarias da região nas quais a reprodução endógena foi importante para ampliação das escravarias senhoriais, buscaremos destacar alguns fragmentos das redes de relações familiares e de afetividade dos escravos.

Começaremos a análise destacando o caso de coleta de esmolas durante a Festa do Divino, relatada por José, escravo de Inocente Ferreira Maciel, e presente no processo-

²⁶⁰ Somente nas escravarias com “1 a 4” cativos esse grupo era maioria.

²⁶¹ Essa variação não se percebeu somente nas pequenas escravarias com “1 a 4” cativos na qual os escravos dessa faixa etária (“0 a 14” anos) tem uma queda percentual, sendo que nessas escravarias as faixas etárias que se destacam são as de “15 a 39” e “40 a 59” anos, que juntas representam 53,1% dos cativos na década de 1860.

²⁶² Observando os registros de batismos entre os anos de 1832 a 1861, encontramos 962 cativos naturais da Aldeia dos Anjos, destes temos que 820 nasceram entre os anos de 1832 a 1860 (232 não constavam o ano de nascimento). Considerando o ano de nascimento dos cativos, dividindo os registros por períodos (“1832-1840”, “1841-1850” e “1851 e 1860”), permitindo-nos verificar um aumento dos nascimentos na região com o passar dos anos, sendo de 179 entre 1832 e 1840, 250 no período seguinte e 389 no último, que representavam, respectivamente, 21,9%, 30,6% e 47,5% do total de cativos nascidos entre os anos de 1832 e 1860.

crime da insurreição. Em algum dia de agosto de 1863, o escravo José teria ido à fazenda do pai de seu senhor (Francisco Antônio Maciel) conversar com o escravo Manoel Rafael, pois desejava tomar de volta um poncho a quem havia emprestado para pedir esmolas na Festa do Divino Espírito Santo. Na fazenda, acabou encontrando o líder do plano insurgente, Nazário, que o teria convidado para um levante que os escravos estavam organizando. Contudo, José (pelo menos ao que relatou) disse a Nazário que “[...] não sabia o que havia de fazer, mas consultando a Antônio, escravo de Geraldo, este lhe aconselhou que não se metesse nessa desordem, mas não pôde dar resposta a Nazário por não ter ele ido mais ao Pinhal”²⁶³.

Neste ponto, não nos importa se José realmente negou ou aceitou o convite para participar do levante, mas sim que seu relato sugere ter sido comum o trânsito de escravos entre as fazendas de pai (Francisco Maciel) e filho (Innocente Maciel), ou seja, as relações entre os escravos dessas fazendas pareciam ser comuns ao seu cotidiano. Mas o relato de José nos indica mais, pois este escravo não somente emprestou seu poncho a Manoel Rafael e conversou na mesma fazenda com Nazário, ele também se aconselhou com Antônio, escravo de Geraldo, provavelmente Geraldo Antônio Maciel, morador em São Leopoldo, irmão de Francisco Antônio Maciel e tio de Innocente Ferreira Maciel²⁶⁴. Sendo assim, essas ações e movimentos parecem fazer parte de sua rotina de vida, ou seja, podemos sugerir haver um trânsito dos escravos pelas fazendas dos integrantes do grupo familiar “Maciel” e, além dessa movimentação, haviam escravos trabalhando em mais de uma propriedade, ou talvez fossem deslocados para outra por determinado momento.

No relato de José, ainda se percebe esses deslocamentos de cativos entre senhores, principalmente quando afirma que teria ido à fazenda de Francisco Antônio Maciel para falar com Manoel Rafael. Este último relatava ser escravo de Innocente Ferreira Maciel, mas, apesar disso, afirmava residir “no Butiá em casa do velho Francisco Maciel”²⁶⁵, pai de seu senhor, indicando que os escravos, possivelmente, poderiam ser deslocados de uma fazenda a outra, conforme a necessidade de seu senhor e de seus parentes.

²⁶³ Interrogatório de José, escravo de Innocente Maciel, no dia 02 de outubro de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 50f e v.

²⁶⁴ Antônio, o escravo com quem José se aconselhou possivelmente um africano de nação que teria mais ou menos 39 anos de idade em 1863. Inventário Geraldo Antônio Maciel. Fundo 004: Comarca Porto Alegre, localidade São Leopoldo, I Vara de Família, ano 1865, processo 363, APERS.

²⁶⁵ Interrogatório de Manoel Rafael, escravo de Innocente Maciel, no dia 02 de outubro de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 56f.

Esse deslocamento entre fazendas, contudo, não se verificou somente pelas redes de relações senhoriais. As próprias relações familiares dos escravos poderiam facilitar seus deslocamentos, por meio dos quais realizavam seus negócios e visitavam seus parentes. O caso de Manoel Rafael parece indicar fragmentos de suas relações de parentesco e o deslocamento espacial que essa permitia. Em um de seus relatos, afirmava que, no domingo anterior a sua fuga, teria ido à casa de Baptista, onde teria encontrado José (escravo de Domingos Correia) com quem conversou sobre o negócio de um “poncho que queria vender”, talvez o mesmo poncho que José, escravo de Innocente Maciel dizia ser seu. Após isso, Manoel Rafael teria ido à “roça de Pedro”, escravo de José de Souza Lima, passar um recado que Nazário lhe havia pedido; mas, quando lhe perguntaram se teria ido conversar com Constantino, escravo de José Francisco de Souza, Manoel Rafael afirmou que não, que somente foi àquela fazenda “tomar a bênção [de] sua mãe”²⁶⁶.

Nesse domingo de “andanças”, de fazenda em fazenda, resolvendo negócios, passando recados e, ao final do dia, recebendo a bênção de sua mãe, acabou por chamar-nos a atenção essa última fazenda onde encontrou sua mãe, escrava de outro senhor. Analisando o caso, verificamos que Manoel Rafael não era “cria” da escravaria de Innocente Ferreira Maciel, mas, na realidade, filho da africana Ana de nação mina, escrava de José Francisco de Souza²⁶⁷, que foi seu primeiro senhor.

Mas esse escravo não passou logo a seguir para o domínio de Innocente Maciel. Antes disso, ele, aparentemente, foi escravo de outro senhor, como indicou Pedro (escravo de José de Souza Lima) ao relatar que “[...] no domingo estando na lavoura veio um escravo que foi de seu senhor e hoje é de Innocente Maciel de nome Manoel Rafael”²⁶⁸. Apesar de esse escravo já não fazer mais parte da escravaria de José Francisco de Souza ou de José de Souza Lima, ainda manteve relações sociais e familiares estabelecidas anteriormente. Devemos, por certo, considerar que esses laços possivelmente não se

²⁶⁶ Interrogatório de Manoel Rafael, escravo de Innocente Maciel, no dia 04 de setembro de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 8f e v.

²⁶⁷ Apesar de ser batizado como filho natural de Ana de nação Mina (escrava de José Francisco de Souza), Manoel Rafael vai afirmar em seu interrogatório que era filho “do preto Antônio, e da preta Anna, escravos”, mesmo não havendo sido registrado no batismo seu pai, aparentemente Manoel Rafael sabia quem o era, ou reconhecia algum escravo como sendo seu pai.

²⁶⁸ Interrogatório de Pedro, escravo de José Francisco de Souza, no dia 27 de agosto de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 16f. Ao que parece posteriormente, em 16 de outubro de 1875, Manoel Rafael, vai ser vendido ao seu quarto senhor, de nome Patrício José da Silva, pelo valor de 1.100\$000. Foi descrito, no catálogo de compra e venda de escravos, como Manoel; preto; 36 anos; “sem ofício”; desta Província. Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão: compra e venda de escravos: acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul*. Coordenação Bruno Stelmach Pessi e Graziela Souza e Silva – Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

manteriam, ou pelo menos seriam mais difíceis de manter-se, conforme a distância da região para qual fosse vendido, mesmo assim, não podemos deixar de considerar que a frequência com que matinha estas relações provavelmente se alterou após as diversas trocas de senhores, possivelmente obrigando-o a reformular estratégias para seu cotidiano.

Manoel Rafael não era o único filho de Ana, que ainda teve, pelo menos, mais dois filhos: Eva, nascida em 1835²⁶⁹ e Constantino. Este era o escravo sobre o qual havia questionado o interrogador a Manoel Rafael, para confirmar se Manoel havia ido procurá-lo no domingo quando esteve na fazenda de José Francisco de Souza. Pelos relatos e por estas “redes parentais” existentes naquela escravaria, parece-nos que os escravos possuíam um trânsito relativamente livre por essa fazenda, e que era comum ver Manoel Rafael por esse local. Sugerimos isso, pois, apesar de Manoel Rafael negar, Constantino afirma que seu irmão teria ido à fazenda, mas como não estava em casa quando da “visita”, ficou sabendo por Felisbino, seu senhor moço, que o avisou. Provavelmente, a “visita” desse escravo à fazenda de seu antigo senhor não era algo incomum para aqueles escravos e senhores.

Aparentemente, temos que as relações escravas estavam, na maioria dos casos, relacionadas diretamente às de seus atuais ou antigos senhores, e que estas pareciam manter-se mesmo após a divisão da herança ou da venda para outros senhores. Os escravos insurgentes pareciam ter uma mobilidade espacial, não somente relacionada às redes de relações senhoriais, mas também às suas próprias redes, anteriormente constituídas em outras escravarias, como, por exemplo, sugere o caso de Manoel Rafael.

Relembrando a questão das partilhas abordada anteriormente, consideramos que os casos aqui destacados também podem sugerir que estes momentos não representariam, necessariamente, um período de incertezas para os escravos, visto que estes poderiam interagir com as mesmas escravarias que interagiam anteriormente, mesmo após a partilha. Isso não significa que não haveria incertezas nas escravarias no momento da partilha, mas sim devemos refletir, quais teriam sido estas incertezas? Apesar dos casos aqui expostos demonstrarem a interação entre os cativos de diversas escravarias e a troca de escravos entre fazendas, estes poderiam ingressar em uma nova força de domínio, ou seja, os escravos, possivelmente, reconheciam no senhor uma autoridade que não viam em seus filhos ou filhas, o que poderia levar os escravos a temerem um “senhor moço”, mesmo

²⁶⁹ Livro 9A, Batismos 1832, Abr-1866, Mar, folha 22 f. Disponível em: <www.familysearch.org>.

sendo um dos filhos de seu senhor, talvez isso possa ter se refletido no discurso corrente nos interrogatórios, de que os insurgentes queriam matar seus senhores moços.

Voltando a análise da mobilidade espacial escrava, devemos considerar outra questão que parece ter sido tão ou mais importante: as atividades desenvolvidas pelos cativos nas propriedades senhoriais. O estudo da ocupação profissional do cativo e da possibilidade de ampliação de sua mobilidade espacial pela região é fundamental para a compreensão das análises sobre insurreições escravas, principalmente em sua organização.

Entendemos, assim como propôs Xavier, ao analisar o caso da rebelião escrava em São Carlos, que seria necessário prestar atenção na importância das categorias profissionais dos cativos, pois essas poderiam ter contribuído bastante para a comunicação entre os cativos rebeldes em 1830 (2), destacando que, nessa rebelião, houve a participação de “um ferreiro, três tropeiros e um cozinheiro, todos africanos”. Ao analisar os depoimentos dos escravos desta revolta, a autora escreve que “percebe-se ser surpreendente sua capacidade de organização, que permitia manter, com firmeza, os planos e desejos escravos, vencendo inclusive as barreiras geográficas”²⁷⁰.

Partindo dessa percepção sobre a importância da profissão dos insurgentes para a comunicação com outros escravos, buscaremos verificar como as atividades desempenhadas pelos cativos insurgentes, nas fazendas senhoriais, podem ter contribuído para sua mobilidade espacial. Tentaremos, então, destacar as estratégias utilizadas pelos insurgentes para se comunicarem pelas fazendas da Aldeia dos Anjos.

A profissão dos cativos (roceiros/ lavradores e campeiros) como facilitador da mobilidade espacial

Nesta parte do trabalho nos deteremos nos casos que se relacionam diretamente aos escravos envolvidos na insurreição de 1863, por meio dos quais buscaremos compreender as atividades rotineiras dos escravos insurgentes nas fazendas senhoriais. Para tanto, temos que observar, primeiramente, os períodos de plantio e colheita de alguns produtos

²⁷⁰ Xavier aponta que em muitos momentos os crioulos tendiam a levar vantagens no desempenho de trabalhos especializados, mas que em São Carlos isso parece não haver se constatado com os escravos envolvidos na organização do levante. A autora também se refere à Slenes para apontar que, nos estudos desse autor, os senhores de grandes lavouras da região tendiam a privilegiar seus escravos crioulos, mas que os africanos possuíam estratégias para adquirir a confiança desses senhores, conquistando assim posições de feitores e líderes de tropas muares. XAVIER, *Religiosidade e escravidão, século XIX...*, op. cit., p.62-63.

existentes na região. Conforme descrição de Saint-Hilaire, “[...] o trigo era semeado de maio a agosto e colhido principalmente em dezembro; a mandioca plantava-se em outubro para ser colhida em maio e junho, e o milho era plantado após a colheita do trigo”²⁷¹.

Se observarmos a época de plantio e colheita, torna-se mais compreensível o fato de que as primeiras informações referentes ao levante escravo estejam situadas entre os meses de maio a agosto (possivelmente o momento de colheita da mandioca na região), sugerindo que no momento do planejamento insurrecional os escravos estavam em um período de “intenso” trabalho nas lavouras da Aldeia dos Anjos.

Nos interrogatórios dos diversos cativos presentes no processo-crime (1863), percebe-se que muitos desses escravos estavam trabalhando em roças ou lavouras durante o planejamento do levante. Pedro, escravo de José de Souza Lima, por exemplo, relatou que havia encontrado Manoel Rafael quando trabalhava na lavoura, sendo que, este último (escravo de Innocente Maciel), ao explicar a acusação de Pedro, afirma que no domingo, dia 23 de agosto de 1863, “esteve na roça de Pedro escravo de José de Souza Lima”²⁷².

Outros escravos também destacam as atividades que estavam sendo desempenhadas naquele momento próximo ao plano de levante, principalmente quando descrevem a forma como foram presos ou o motivo de sua fuga. Bento, escravo de Francisco Antonio Maciel, ao explicar por que fugiu, afirma que foi “[...] porque o Capitão do mato e outros homens cercaram os escravos da casa no *caminho da roça*” (grifo nosso)²⁷³, ou mesmo quando Aniceto e Matheus, respectivamente escravos de Januário Gomes Pahim e de Manoel José de Barcellos, relatam terem sido presos quando trabalhavam na roça de seus senhores.

Interessante o fato das autoridades relatarem haver sido no mês de agosto o início da circulação de grande quantidade de informações sobre o levante, mas isso não significa que as informações passadas pelos escravos não poderiam estar sendo transmitidas anteriormente em um fluxo tão intenso como o apontado, ou mesmo que as autoridades

²⁷¹ SAINT-HILAIRE *apud* OSÓRIO, *O império português no sul da América...*, op. cit., p.148.

²⁷² Aparentemente, Pedro estava a trabalhar em sua própria roça e não na de seu senhor, possivelmente Pedro poderia estar utilizando seu dia de folga para trabalhar em sua roça, ou seja, poderíamos relacionar esse trabalho à chamada “Brecha Camponesa”. Conforme Reis e Silva A “brecha camponesa” seria um dos tipos de mecanismo para controle e manutenção da ordem escravista e que criava “uma margem de economia própria para o escravo dentro do sistema escravista... Ao ceder um pedaço de terra em usufruto e a folga semanal para trabalhá-la, o senhor aumentava a quantidade de gêneros disponíveis para alimentar a escravaria numerosa, ao mesmo tempo em que fornecia uma válvula de escape para as pressões resultantes da escravidão. Esta economia própria do escravo dentro dos latifúndios agroexportadores tem merecido diferentes abordagens e denominações: *protocampesinato* (Sidney W. Mintiz), *brecha camponesa* (Tadeusz Lepkowski), ou mesmo *sistema do Brasil* (como ficou conhecido nas Antilhas)”. REIS; SILVA, *Negociação e conflito...*, op.cit., p.28-29.

²⁷³ Interrogatório de Bento, escravo de Francisco Antônio Maciel, no dia 11 de setembro de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 26f e v.

poderiam estar exagerando sobre a amplitude destas. Certo é que não podemos tomar os relatos das autoridades como exatos, até mesmo por terem o objetivo específico de acharem um culpado para o suposto crime, ou como apontou Keila Grinberg, os processos criminais tinham a intenção de “produzir uma verdade, acusando e punindo alguém” e não de “reconstituir um acontecimento”²⁷⁴. Mesmo assim, o processo crime possibilita apresentarmos possibilidades analíticas para compreensão dos acontecimentos de agosto na Aldeia dos Anjos, neste caso, sobre a circulação de informações sobre o levante escravo.

Quadro 14 – Profissão dos réus

Escravos	Senhores	Profissões
Aniceto	Januário Gomes Pahim	Campeiro
Antônio	Francisco Antônio Maciel	Lavrador
Claudino	André Machado Sarmiento	Lavrador
Feliciano	Antônio Pahim de Andrade	Lavrador
José	Innocente Ferreira Maciel	Lavrador
Quinto	Antônio Pahim de Andrade	Lavrador
Salvador	André Machado Sarmiento	Lavrador
Bento	Francisco Antônio Maciel	Roceiro
Luís	José Antônio Alves	Roceiro
Manoel Capitão	Francisco Antônio Maciel	Roceiro
Manoel Rafael	Innocente Ferreira Maciel	Roceiro
Mateus	Manoel José de Barcellos	Roceiro

Fonte: Processo-Crime, Sumário Júri, maço 35, processo 1060, APERS.

Conforme os relatos de autoridades e também dos escravos interrogados, pode-se sugerir que no mês de agosto os cativos trabalhavam na colheita de milho, como indica o escravo Justo ao relatar haver sido convidado por Feliciano para o levante, na lavoura onde estava trabalhando, afirmando que este escravo lhe teria dito que havia milho para colher, mas que não trabalharia, pois teria que saber sobre esse levante²⁷⁵. Assim como Justo e Feliciano, outros escravos relatam que as conversas relacionadas ao levante teriam

²⁷⁴ GRINBERG, *A História nos porões dos arquivos judiciários...*, op.cit., p.127.

²⁷⁵ Interrogatório de Justo, escravo de Porfírio Antônio de Jesus, no dia 01 de setembro de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 10f. Além do relato de Justo, diversos outros escravos descreveram o trabalho na colheita e armazenamento em paióis do milho, assim como o transporte e venda do produto na Freguesia da Aldeia dos Anjos e na cidade de Porto Alegre.

ocorrido, em sua maioria, na roça, quando estavam trabalhando. Sendo assim, torna-se mais compreensível a presença majoritária, entre os réus arrolados no processo-crime de 1863, de escravos com o ofício de lavrador ou roceiro, sendo que houve somente um caso de escravo com o ofício de campeiro; ainda assim, em alguns interrogatórios, este foi descrito como roceiro.

Relembremos que, ao analisar a profissão dos cativos, na primeira parte deste trabalho, verificamos - conforme o censo de 1872 - que a maior parte dos escravos foi descrita com a profissão de lavrador (23,7%) e serviço doméstico (42,6%), sendo que a maioria dos escravos homens foi descrita como lavrador (40,2%). Se observarmos as propriedades dos grupos familiares analisados na segunda parte deste trabalho, veremos que os escravos que trabalhavam nessas fazendas não deveriam lidar somente com a agricultura, visto que grande parte dos senhores desenvolviam outras atividades além da agrícola, tais como o fabrico de farinha de mandioca e a criação de *gado vacum*. Sendo assim, mesmo que os escravos envolvidos no plano de insurreição fossem descritos como roceiros/ lavradores, acreditamos que esses desempenhavam variadas atividades: o plantio e a colheita de milho, feijão e mandioca; o cuidado com reses de gado; o transporte de produtos para a povoação da Aldeia, ou mesmo para Porto Alegre, e o trabalho nas atafonas para o fabrico da farinha de mandioca.

Para compreendermos essa mobilidade espacial cativa, começaremos destacando o relato de Antônio, escravo de Francisco Antônio Maciel, no qual afirmou que Nazário, o suposto líder do levante, “[...] teria furtado carne que estava charqueando, e que também havia desaparecido milho do paiol”²⁷⁶. A partir desse relato, podemos destacar que Nazário trabalhava charqueando²⁷⁷, mas que também parecia cumprir tarefas relacionadas à agricultura (cultivo de milho) ou, pelo menos, transportava esse produto - como vários interrogados relataram - destacando sua ida à povoação da Aldeia e até mesmo a Porto Alegre para vender o produto²⁷⁸.

²⁷⁶ Interrogatório de Antônio, escravo de Francisco Antônio Maciel, no dia 03 de setembro de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl 6v.

²⁷⁷ Francisco Antônio Maciel, pelo menos no ano de 1868, teria cinquenta e quatro reses de gado manso de criar, além de dezesseis bois carreiros (novos e velhos) e três bois atafoneiros. Possuía também outros tipos de animais duas porcas, uma leitoa, quatro leitões, cinco éguas mansas (três mais muito velhas e duas mais novas), uma potranca, um cavalo muito velho, um cavalo mais novo e muito inferior.

²⁷⁸ Este suposto furto de Nazário, aparentemente teria deixado seu senhor, Francisco Antônio Maciel, furioso ao descobrir que, no dia da festa, faltava um pedaço de carne e de milho do paiol, fazendo com que este senhor ameaçasse matar “a laço” os escravos responsáveis por esse roubo. Interrogatório de Antônio, escravo de Francisco Antônio Maciel, no dia 23 de novembro de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl 94f e v.

O suposto “furto” descrito pelo escravo Antônio poderia ter como objetivo conseguir “fundos” para o levante de 1863. Para isso, contudo, seria necessário encontrar uma estratégia para a comercialização desses produtos, sem levantar suspeitas de que o produto, caso fosse roubado, fosse de seu senhor. Mas, esses produtos também poderiam ser fruto do trabalho em roças dos próprios cativos. Buscando compreender tais estratégias, devemos lembrar que não era somente o trabalho na roça que estava sendo desempenhado no momento; os senhores necessitavam transportar o produto e vendê-lo. Essa tarefa também era delegada aos seus cativos, e os relatos sobre tal foram diversos, entre esses, podemos destacar os de Matheus e Aniceto. Ambos afirmavam terem ido vender um pouco de milho na povoação, o primeiro para Manoel (Capitão) e o segundo para Nazário, ambos os escravos de Francisco Antônio Maciel e considerados líderes do plano insurgente. Os dois casos nos ajudaram a compreender um pouco da movimentação dos cativos pela Aldeia dos Anjos, assim como nos apontaram alguns indícios das estratégias para venda de seus produtos e da própria variedade de atividades que os cativos da região desempenhavam.

Começamos pelo caso de Aniceto que, conforme o próprio relato, teria ido à Aldeia realizar um carroto de milho a mando de Nazário, escravo de Francisco Antonio Maciel, sendo que esse cativo não lhe havia pedido somente para fazer o carroto, mas também o incumbiu de ir até a Costa de Sapucaia levar um recado ao escravo Laurindo²⁷⁹. Mesmo que haja a possibilidade deste relato não corresponder ao que realmente ocorreu, devido a pressão (física ou psicológica) pela qual o escravo estava passado no momento do interrogatório e que poderia leva-lo a responder o que os interrogadores o pressionavam a dizer, estas atividades e deslocamentos espaciais presentes no relato, provavelmente, eram aceitas, pelos senhores e autoridades da Aldeia dos Anjos, como uma realidade possível nesta localidade. Sendo assim, podemos sugerir, levando também em consideração a profissão de Aniceto, que talvez a escolha deste escravo estivesse relacionada à sua possível facilidade em locomover pela localidade, muito provavelmente devido a sua “profissão”, o único dos réus no processo-crime que não era somente roceiro ou lavrador, mas também campeiro. Teixeira, ao analisar o caso de um escravo campeiro chamado Jacinto, observará que a rotina diária desse cativo:

²⁷⁹ Interrogatório de Aniceto, escravo de Januário Gomes Pahim, no dia 24 de novembro de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 126f e v.

[...] envolvia o deslocamento da roça para a casa de seu senhor e vice-versa. Neste momento e na qualificação realizada em seguida, afirmou quanto à profissão apenas que trabalhava para seu senhor como escravo. Em novo interrogatório disse que trabalhava ‘no que o senhor manda fazer e é campeiro’. Por fim, no julgamento, disse-se apenas campeiro. *A afirmação como campeiro no desenrolar do processo parece ter sido uma estratégia de qualificação de seu trabalho, mas de um modo geral, pode-se supor que o escravo desempenhava tanto funções agrícolas como pastoris, e que ambas envolviam mobilidade espacial.* (grifo nosso)²⁸⁰

A variação das atividades de Aniceto, citadas em seus interrogatórios, parecia estar ligada, assim como Teixeira apontou, à diversidade de atividades desempenhadas na propriedade senhorial. Essa perspectiva parece ficar mais clara ao avaliarmos o inventário de Januário Gomes Pahim, no qual não encontramos indícios para uma atividade pecuária mais significativa, pelo menos não para o ano de 1907. Aparentemente, o senhor de Aniceto era um pequeno proprietário com menos de 100 animais, sendo que de *gado vacum* possuía somente 37 cabeças²⁸¹, além de cinco propriedades, entre as quais se encontra uma existente na Aldeia dos Anjos, com sua casa de atafona que valia 2:900\$000 réis - primeira a ser relacionada e a de maior valor na avaliação dos bens de raiz²⁸².

Devemos também considerar que os bens constantes no inventário de Januário Gomes Pahim não necessariamente correspondiam à totalidade dos bens senhoriais, devendo ser também considerados os bens de sua esposa, o que possivelmente aumentaria a riqueza desse grupo familiar²⁸³. Compreendemos que, na propriedade desse senhor, os escravos se dedicavam principalmente à agricultura e, já que a quantidade de gado não era elevada para exigir de Aniceto uma maior atenção com essa atividade²⁸⁴, provavelmente fosse comum, e até mesmo mais “corriqueiro”, que tal escravo desempenhasse outras tarefas relacionadas à agricultura e à produção de farinha para seu senhor. Entendemos, assim como propôs Thiago Araújo ao analisar a utilização da mão de obra escrava nas atividades pecuárias, para a região de Cruz Alta, que:

²⁸⁰ TEIXEIRA, *Muito mais que senhores e escravos...*, op. cit., p.100-101.

²⁸¹ Possuía 30 reses de criar, cinco bois manos, um touro manso, uma vaca com cria, três éguas xucras com cria, uma potranca, um bagual xucro, um bagual manso, um [macho] e dois cavalos velhos.

²⁸² Não foi relacionado nenhum tipo de roça ou lavoura e nem de utensílios agrícolas. A propriedade com atafona representava 50,02% do monte mor (5: 798.000 réis) deste senhor.

²⁸³ Infelizmente não encontramos o inventário dessa senhora para podermos cruzar os dados e termos uma melhor noção da propriedade na qual Aniceto vivia.

²⁸⁴ Helen Osório, ao analisar o grande número de escravos campeiros nas grandes estâncias, destacará que seis “pastores” seriam suficientes para cuidar de um rebanho de 5.000 reses, isso se considerássemos “apenas as tarefas de “costear”, de guardar e de realizar os rodeios com o gado vacum. Mas se considerarmos a doma de potros (eram necessários, no mínimo, cem cavalos para guardar um rebanho de quatro mil reses) e a cria de mulas, “uma das atividades mais delicadas da estância colonial” (Mayo, 1995, p.49), entenderemos esse avultado número de escravos campeiros.” OSORIO, *O império português no sul da América...*, op.cit., p.155.

Um pequeno produtor, com seu pequeno rebanho, e que talvez vivesse mais da agricultura que da pecuária, utilizava sua força de trabalho escrava em todas essas atividades e, é preciso enfatizar, que tanto a agricultura quanto a pecuária eram partes de uma mesma organização produtiva, de um único sistema agrário. Um mesmo escravo que trabalhava, talvez preferencialmente, na lavoura, podia ser deslocado também para os serviços do campo²⁸⁵.

Se observarmos a presença do trabalhador escravo para os pequenos proprietários, nas décadas de 1840 e 1860, na Aldeia dos Anjos, verificaremos que houve uma predominância de proprietários com até cem cabeças de *gado vacum* (73,4%), na qual a média escrava era de 7 cativos. Essa não deve ser considerada uma média baixa, pelo contrário, demonstrava a significativa importância do trabalho escravo na região, até mesmo para os pequenos proprietários que se dedicavam basicamente à agricultura. Considerando esses dados, podemos sugerir que esses pequenos proprietários (que possuíam um considerável número de cativos), assim como destacou Araújo, utilizavam em todas as atividades da fazenda o trabalho de seus escravos, os quais, ao lidarem com essa diversidade de tarefas, teriam maiores possibilidades de ação dentro daquele sistema de dominação senhorial, principalmente quanto a sua mobilidade espacial.

Apesar de somente um dos réus ser descrito como campeiro, acreditamos que outros cativos, em determinados momentos, também desenvolvessem essa atividade nas propriedades senhoriais, até mesmo porque, ao considerarmos os dados levantados para os inventários dos grupos familiares - “Prates/Sarmento”, “Maciel”, “Pahim” e “Alves” - constatamos que praticamente todos os inventariados analisados pareciam desenvolver diversas atividades em suas propriedades, tais como o plantio, o fabrico de farinha de mandioca e a criação de *gado vacum*. Esta última atividade parecia ser bastante comum a grande parte dos integrantes desses grupos familiares analisados na segunda parte do trabalho, sendo que, com exceção da família “Maciel”, parte considerável dos inventariados eram médios ou grandes estancieiros e, provavelmente, parte de seus escravos deveriam desempenhar tarefas no cuidado com o gado, ou seja, provavelmente alguns lidavam com atividades relacionadas à criação de *gado vacum*.

Infelizmente, como destacamos na primeira parte deste trabalho, não foi comum o registro do ofício dos escravos durante a avaliação de bens presente nos inventários.

²⁸⁵ O autor insistirá ainda em atentarmos para o comportamento dos produtores e a significância que terá a mão de obra cativa no desenvolvimento nestas pequenas unidades produtivas, pensando-os conjuntamente aos “componentes culturais de uma sociedade alicerçada em relações sociais pautadas pela escravidão”. ARAÚJO, *Escravidão, fronteira e liberdade...*, op. cit., p.52.

Pensando no caso dos inventariados dos grupos familiares, temos que apenas 23 dos 242 escravos relacionados tiveram descritas suas profissões, sendo que, desse total, apenas cinco eram campeiros. Interessante destacarmos que quatro dos cinco campeiros pertenciam ao senhor Antônio Pahim de Andrade e foram relacionados como residentes na localidade de Vacaria, e não na Aldeia dos Anjos. Conforme observamos na segunda parte deste trabalho, esse senhor possuía grande parte de seus bens localizados em Vacaria: de suas 1.082 reses de *gado vacum*, 958 ficavam nessa localidade. Observando a escravaria desse senhor, verificamos que cinco de seus 14 escravos residiam em Vacaria, entre eles os quatro campeiros acima destacados.

Temos, então, que Antônio Pahim de Andrade era um grande estancieiro, o que explica o número de escravos campeiros relacionados em seu inventário, mas, devemos considerar que a maior parte de seus cativos foi descrita com o ofício de “serviço doméstico” (5), havendo, ainda, um cozinheiro e três roceiros. Temos que, pela descrição de seus escravos, poucos eram os que se dedicavam à atividade agrícola na propriedade desse senhor, mesmo assim, gostaríamos de fazer um breve parêntese para falarmos de um desses roceiros, chamado Feliciano.

Feliciano era um dos três roceiros descritos no inventário de Antônio Pahim de Andrade, assim como um dos cativos envolvidos no plano de insurreição em 1863. Interessante que este, em um de seus interrogatórios, relatou que - quando da descoberta do plano de insurreição escrava em 1863 - estava “[...] em um lugar chamado Santa Cruz perto da Serra trabalhando a serviço de seu senhor [...]”²⁸⁶, propriedade que possivelmente se localiza na região de Vacaria, ou próximo a essa²⁸⁷.

Mesmo não existindo muitas informações quanto à propriedade de Santa Cruz, não seria improvável que essa se localizasse próxima a localidade de Vacaria, até mesmo por sabermos que Antônio Pahim de Andrade possuía grande parte de seus bens nessa região. Temos, então, que Feliciano, apesar de trabalhar na propriedade de Santa Cruz, tinha contato com os escravos insurgentes na Freguesia da Aldeia dos Anjos. Apesar de não termos como afirmar, é possível sugerir que os escravos de Antônio Pahim de Andrade

²⁸⁶ Interrogatório de Feliciano, escravo de Antônio Pahim de Andrade, no dia 23 de novembro de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 100 f e v.

²⁸⁷ Conforme o inventário de Antônio Pahim de Andrade esta propriedade fazia divisa com terras de Bernardino Fialho de Vargas, senhor que estaria entre os primeiros povoadores do atual município de André da Rocha, cidade próxima à região de Vacaria.

pudessem transitar por distâncias significativas entre a Aldeia dos Anjos e Vacaria, mesmo sendo apenas um roceiro como, por exemplo, Feliciano²⁸⁸.

Voltando à questão dos campeiros, devemos lembrar - como já destacamos anteriormente - que parte considerável dos inventariados dos grupos familiares eram médios ou grandes estancieiros, sendo que foi entre os integrantes da família Pahim que encontramos os dois únicos casos de grandes estancieiros (com mais de mil reses de *gado vacum*) da região - o próprio Antônio Pahim de Andrade e sua filha, Dona Ana Pahim de Andrade. Como observamos anteriormente, o primeiro possuía quatro cativos campeiros para a lida com seu gado. Contudo, foi o caso de sua filha que nos chamou a atenção, pois, apesar de possuir 1.350 reses de *gado vacum*, não possuía nenhum escravo campeiro ou roceiro, apenas uma cativa. Sendo assim, quem cuidaria desse seu grande rebanho?

Partindo deste questionamento, talvez possamos sugerir que cativos de familiares de Dona Ana Pahim de Andrade pudessem desempenhar atividades em sua propriedade, assim como sugerimos, no caso de Manoel Rafael, que apesar de ser escravo de Innocente Ferreira Maciel residia na casa de Francisco Antônio Maciel. Não podemos esquecer que três dos cinco irmãos de Dona Ana Pahim de Andrade residiam em Vacaria, localidade na qual se encontrava quase a totalidade de suas reses de *gado vacum*; sendo assim, não seria improvável que esses irmãos pudessem administrar as propriedades que seus parentes possuíam em Vacaria, ou seja, poderiam utilizar seus escravos para desempenhar as atividades necessárias ao cuidado com o gado de seus familiares.

Pensando ainda na questão da atividade campeiro, devemos considerar outro grupo familiar, os “Sarmento/Prates”, em que temos quatro médios estancieiros entre os nove inventariados. Um desses era José Joaquim Machado, genro de André Machado de Moraes Sarmento que teve um de seus dez escravos - Felisbino - descrito como campeiro. Acreditamos que o caso desse cativo possa contribuir para a descrição de campeiro, o que possivelmente poderia ser o indício de uma posição privilegiada na escravaria da qual fazia parte, provavelmente dando certo *status* ao escravo. Destacamos o caso de Felisbino, pois, mesmo já sendo falecido no momento do inventário de seu senhor, foi solicitado pelos

²⁸⁸ Feliciano era o único dos réus no processo-crime casado, sendo que no ano do planejamento insurrecional de 1863, Feliciano e sua mulher Izabel estavam à espera de sua primeira filha Thomazia, ou seja, durante a organização do levante, entre maio e agosto, Izabel estava grávida, ou recém havia dado a luz a sua primeira filha. Além desta filha o casal teve, pelo menos, mais dois filhos, Manoel e Patrício, que conforme o inventário de Antônio Pahim de Andrade viviam “[...] fora da povoação [...]”, talvez no lugar chamado de Santa Cruz. Inventário Antônio Pahim de Andrade, fundo 004: Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, I Vara da Família e Sucessão, ano 1872, processo 2019, APERS, folha 42v, 43f e v e 44f.

herdeiros que estivesse relacionado entre seus cativos por “[...] ser bom escravo de todo o serviço até campeiro e domador [...]” (grifo nosso)²⁸⁹. Zarth afirma que os campeiros:

... eram encarregados do pastoreio do gado e das demais atividades ligadas à criação, as quais exigiam bastante habilidade e resistência. Um bom trabalhador de campo deveria ter bastante prática no trabalho e um bom conhecimento dos detalhes que cercam a atividade pastoril. *Os cativos campeiros eram, portanto, muito valorizados e considerados os melhores da estância.* (grifo nosso)²⁹⁰

Mesmo se pensarmos que essa condição poderia lhe dar maior acesso a concessões senhoriais, isso não significaria um impeditivo para fugas ou outros tipos de resistências. Teixeira nos mostra alguns indícios de que não seria por ter uma atividade especializada que esses escravos não almejassem, em algum momento, fugir do domínio de seus senhores, principalmente quando analisa o caso dos escravos campeiros Jacinto e Manoel. Estes haviam fugido de seus senhores e estavam furtando gado e animais dos moradores de São Francisco de Paula, sendo que ainda pareciam fazer parte de um grupo familiar existente naquela localidade. A autora aponta, ainda, que Jacinto era “cria de casa”, e que possuía uma rede de parentesco extensa que envolvia tanto escravos como forros e livres²⁹¹. Esse caso sugere a importância das relações sociais/ familiares para a conquista de uma melhor posição dentro da própria escravaria, ou mesmo fora dela.

Observando o caso de Jacinto e de seus irmãos, apresentado por Teixeira, acreditamos não ser incomum a escravos com atividades como a de campeiro não se “acomodarem” e almejem a “liberdade”, nem que fosse pela “força”. Sugerimos isso ao observar outro caso de insurreição escrava na Província do Rio Grande do Sul, no ano de 1859, ocorrida entre as localidades de Encruzilhada do Sul, Capivari e Erval. Nela, conforme os dados presentes no processo-crime (1859), temos que alguns escravos, todos

²⁸⁹ Inventário José Joaquim Machado, fundo 004: Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, I Vara da Família e Sucessão, ano 1861, processo 1870, APERS, fl. 16f.

²⁹⁰ ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997. 208 p. (Coleção Ciências Sociais), p.116.

²⁹¹ Sua rede familiar mais próxima aparentemente era composta por três irmãos – Manoel, irmão de pai e mãe, Claro, meio irmão por parte de pai, e Antonia meia irmã por parte de mãe. TEIXEIRA, Luana. *Muito mais que senhores e escravos...*, op.cit., p.101. Para uma maior compreensão desta rede familiar escrava, ver principalmente o item 2.4 – Escravos fugidos. Para uma discussão da visão de Mario Maestri e Décio Freitas, sobre a utilização da mão de obra escrava na pecuária não ser comum, ver. ZARTH, OSÓRIO e ARAÚJO, estes autores iram apontar, baseados em estudos de inventários, que a utilização de escravos na lida campeira não era tão incomum como apresentada anteriormente por Maestri e Freitas. ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2002, OSÓRIO, *Campeiros e domadores...*, op.cit. e ARAÚJO, *Escravidão, fronteira e liberdade...*, op.cit.

campeiros, conhecidos como os irmãos Botelho²⁹², parecem terem tentado organizar um levante escravo buscando conquistar sua liberdade, ou como disse Joaquim (escravo de Jarí de Souza Jardim), morador de Triunfo, quando Manoel Botelho o convidou:

[...] para saquearem a Vila da Encruzilhada, e depois darem grito de liberdade, e isto por primeira e segunda vez, afirmando a ele informante que já havia feito muitos convites a outros escravos que se achavam prontos para com ele se reunirem [...]. (grifo nosso)²⁹³

Observando a declaração que Aniceto solicitou fazer quando estava preso, podemos perceber como os insurgentes buscaram aliciar companheiros para o levante por meio de recados que foram sendo passados de escravo a escravo. Esse escravo relatou que Nazário o havia encarregado de “[...] ir à costa de Sapucaia avisar a Laurindo [...] para que [...] avisasse os escravos da vizinhança para [...] fazerem um levante, o que ele declarante fez [...]”, podemos ainda destacar que o trajeto percorrido por Aniceto foi realizado com “[...] o cavalo que Nazário lhe tinha emprestado para a viagem da Costa [...]”²⁹⁴.

Relembrando a segunda parte deste trabalho, podemos afirmar que a presença de equinos nas propriedades senhoriais foi bastante significativa, estando em segundo lugar, tanto em quantidade como em valor dos animais relacionados nos bens dos inventariados da Aldeia dos Anjos. Observando o caso dos senhores dos grupos familiares, temos que somente um dos 20 inventariados não possuía esse tipo de animal, sendo que dez senhores possuíam mais de vinte. Podemos, ainda, destacar que todos integrantes do grupo familiar Pahim - João Pahim de Andrade, Ana Joaquina de Andrade, Dona Ana Pahim de Andrade e Antônio Pahim de Andrade - possuíam grande quantidade de equinos, respectivamente, 84, 82, 154 e 167. No caso do grupo familiar Maciel - Antônio Ferreira Maciel, Feliciano Inácia de Jesus e Francisco Antônio Maciel - a presença de equinos não era tão significativa, havendo, respectivamente, 9, 13 e 8 animais. Mesmo com esse número

²⁹² Os irmãos Botelho foram descritos da seguinte forma: “figurando como cabeças o criminoso Manoel José Botelho e seus Irmãos, Laurindo, por antonomásia = pescoço grosso = e o Capitão Manoel Joaquim, vulgo Menino Diabo”. Processo-crime, Comarca Rio Pardo, subfunção Vara Civil e Crime, processo 4696, maço 35, 1859, APERS, fl. 3v. Agradecemos a Melina Perussatto por ceder-nos gentilmente sua transcrição do processo, assim como outros documentos relativos à insurreição de 1859. Paulo Moreira trabalhou com alguns casos de insurreição escravas após 1850, entre eles o caso de 1859, onde destacou alguns aspectos desse levante. MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Seduções, boatos e insurreições escravas no Rio Grande do Sul na segunda metade dos oitocentos. In: V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2011. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br>>.

²⁹³ Processo-crime, Comarca Rio Pardo, subfunção Vara Civil e Crime, processo 4696, 1859, APERS, fls. 14 v e 15f.

²⁹⁴ Acareamento de Aniceto, escravo de Januário Gomes Pahim, no dia 28 de agosto de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 20 v.

inferior de animais, em comparação a outros senhores, parece ter sido na escravaria de Francisco Antônio Maciel que alguns escravos tiveram um acesso facilitado ao uso do cavalo.

Faz-se necessário destacar que o uso do cavalo na região, possivelmente, não era incomum a esses cativos (Nazário e Aniceto)²⁹⁵, assim como a atividade campeira parecia facilitar a locomoção dos escravos sem levantar muitas suspeitas da população que lá residia. Ou seja, a atividade campeira, que Aniceto desempenhava, era indicativo, assim como apontou Teixeira, de uma maior mobilidade espacial para os escravos, e aparentemente serviu como estratégia para os insurgentes mandarem seus recados sobre o levante por meio dele.

A mobilidade de Aniceto é reforçada com os relatos dos escravos de Francisco Maciel (Bento, Manoel Capitão e Joaquim) que afirmavam que “Aniceto quase todas as noites passava pela fazenda desse senhor [...]”, assim como o acusam de ser um dos responsáveis por “[...] mandar recados para os lados de Sapucaia e Itacolomy.”. Observando o mapa 2, apresentado no primeiro capítulo, podemos visualizar que essas duas regiões ficam em posições opostas: a primeira, a noroeste, e a segunda, a nordeste da Aldeia dos Anjos e, mesmo que não fossem verdadeiras as acusações feitas a Aniceto, sua facilidade em locomover-se pela região nunca foi menosprezada pelas autoridades; era fato, aparentemente, de conhecimento dos senhores e, pelos relatos, também dos escravos que souberam como a utilizar. Pensando nessa mobilidade espacial, podemos considerar os apontamentos feitos por Araújo quando afirmou que:

As características de uma sociedade onde a mobilidade espacial fazia parte do cotidiano dos cativos, muitos deles percorrendo longas distâncias a cavalo ou a

²⁹⁵ Justo escravo de Porfírio Antônio de Jesus, também destaca a importância do cavalo para o plano de levante, quando afirmou que Feliciano, escravo de Antônio Pahim de Andrade estava pedindo para “avisar os escravos dos vizinhos e [para] levar os melhores cavalos de seu senhor”. Interrogatório de Justo, escravo de Porfírio Antônio de Jesus, no dia 01 de setembro de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 10f. Já Feliciano relatou que seu companheiro, Quinto, teria dito a ele que os organizadores do plano estavam pedindo que os escravos “levassem os melhores cavalos que seus senhores tivessem, porque os crioulos iam para cavalaria e os da costa para infantaria”. Interrogatório de Feliciano, escravo de Antônio Pahim de Andrade, no dia 02 de setembro de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 11f. Moreira sugeriu duas interpretações desta diferenciação entre crioulos e africanos: 1ª) que o serviço na infantaria não seria “bem visto” pela população do Rio Grande do Sul, indicando assim, que os crioulos, que ficariam na cavalaria”, teriam uma maior valorização naquela sociedade; 2ª) que poderia ser uma escolha ligada as “tradições africanas”. MOREIRA, *Os cativos e os homens de bem*, op.cit., p.83-84. Complementando as possíveis interpretações de Moreira, devemos sugerir que a segunda sugestão seria bastante provável, ainda mais, se considerarmos, como indicamos anteriormente, que 4 dos réus eram africanos e 3 eram filhos de africanos, sendo assim possivelmente a “cultura africana” pudesse estar presente na organização do plano insurrecional da Aldeia dos Anjos de 1863.

pé, poderia ter facilitado a articulação entre escravos de diferentes propriedades para a organização de planos insurrecionais, algo que, aliás, parece ter acontecido em várias partes das Américas²⁹⁶.

A mobilidade espacial de Aniceto, provavelmente, estava relacionada às características da sociedade da Aldeia dos Anjos, na qual as atividades por ele desempenhadas devam ter facilitado sua movimentação pela localidade. Também deve-se considerar que, provavelmente, seu senhor poderia ter uma complexa rede de relações senhoriais, assim como as observadas para o casos dos grupos familiares analisados na segunda parte deste trabalho, o que possibilitava uma maior interação entre os cativos de sua escravaria, com a de outros senhores²⁹⁷. Mas quem era Aniceto?

Com base nos interrogatórios presentes no processo-crime, verificamos que Aniceto era um escravo “pardo” de Januário Gomes Pahim e exercia variadas atividades nas fazendas desse senhor, tais como campeiro, lavrador e roceiro. Com 27 anos na época do levante, morava em casa de seu senhor, no Distrito do Pinhal, na Aldeia dos Anjos. Conforme afirmou no interrogatório, residia nesse local há mais ou menos 12 anos, ou seja, era um escravo que provavelmente conhecia bem a localidade, e tinha uma posição privilegiada entre os escravos devido às atividades por ele desempenhadas, o que possibilitava que ele se movesse pela região, ou fora dela, sem levantar muitas suspeitas dos senhores.

Apesar de Aniceto morar há 12 anos na casa de seu senhor, esse escravo era natural da própria Aldeia dos Anjos e filho da parda Policena, escrava do mesmo senhor Januário Gomes Pahim. Nasceu em 6 de maio de 1836 e teve como padrinhos “Aniceto e Thereza, escravos de José Angelo da Fonseca”²⁹⁸. Aparentemente não possuía irmãos, já que não

²⁹⁶ ARAÚJO, *Escravidão, fronteira e liberdade...*, op.cit., p.138.

²⁹⁷ Destacamos que o senhor de Aniceto, Januário Gomes Pahim, possuía terras em Vacaria, assim como Antônio Pahim de Andrade e Dona Ana Pahim de Andrade, o que talvez pudesse ampliar a mobilidade espacial de Aniceto pela Província. Infelizmente o inventário deste senhor não descreve mais detalhadamente as duas propriedades existentes em Vacaria. Inventário Januário Gomes Pahim, Comarca Porto Alegre, localidade Gravataí, I Vara Cível, ano 1907, processo 110, APERS, fl. 7f.

²⁹⁸ Livro 9A, Batismos 1832, Abr-1866, Mar, folha 26 verso. site: <www.familysearch.org>. Talvez a escolha de seu nome estivesse relacionada ao padrinho de mesmo nome, padrinho este que era um escravo bastante valorizado na escravaria na qual vivia. No inventário de seu senhor foi descrito como “campeiro, princípio de carpinteiro, hábil para todo o serviço”. A profissão de seu padrinho poderia ter contribuído para o ofício de seu afilhado, pois como Flávio Gomes destaca os escravos “que tinham funções especializadas, como carpinteiros, pedreiros, ferreiros, etc., aprendiam os ofícios nos primeiros anos de trabalho. Por outro lado, as funções e/ou ofícios de parentes, principalmente pais e tios, podiam influenciar na provável escolha das ocupações dos cativos. O filho de um cativo que tivesse o ofício de ferreiro provavelmente tinha mais chances de tornar-se também ferreiro, pois poderia acompanhar e aprender o ofício com seu pai, do que o filho daquele que trabalhava no campo. Crioulos tendencialmente podiam ocupar a maior parte das funções especializadas, uma vez que fossem filhos de africanos com as mesmas ocupações. Podia haver uma

encontramos nenhum outro registro de batismo de sua mãe, Policena. Aniceto viveu sob o domínio de Januário Gomes Pahim desde seu nascimento, em 1836, até completar 42 anos, em 1878, quando comprou sua liberdade, como indicamos no último capítulo da segunda parte deste trabalho.

Ainda pensando nessa mobilidade espacial, vamos considerar o caso do escravo Matheus que - conforme relatos - desempenhava o ofício de roceiro e, mesmo nesse tipo de atividade, parecia ter certa mobilidade pela região. Matheus afirmava que teria ido à povoação na noite de segunda-feira para fazer algumas compras e “[...] vender um pouco de milho de Manoel escravo de Francisco Maciel [...]”²⁹⁹. Na povoação, conforme relatou, teria comprado uma folha de papel e também teria tentado comprar fumo, assim como uma libra de pólvora para o escravo Manoel. Interessante o fato de que Matheus, ao se defender das acusações de participação no plano de insurreição, afirmará que seus “companheiros” não confiavam nele, pois um deles, Antônio, teria feito queixa dele ao seu senhor, fazendo com que ficassem de “mal”. A história de Matheus parece intrigar o interrogador, que pergunta “[...] como estando [de] mal fez compras para Manoel?”, o que Matheus justifica: “[...] Manoel lhe emprestou o cavalo e por isso lhe fez esse favor”³⁰⁰.

Cabe destacar que o caso de Matheus, assim como o de Aniceto, parece indicar a existência de uma estratégia, aparentemente comum entre os insurgentes, e que pode ajudar-nos a compreender alguns aspectos da amplitude que a divulgação do plano de levante atingiu, a qual é denominada, na ausência de um termo melhor, como uma “rede de troca de favores” entre os escravos. Talvez, essa fosse a “rede de relações” mais acessível ao seu cotidiano, ou - como Dantas procurou demonstrar quando sugeriu a existência de variadas formas de convivência e ajuda mútua em atividades necessárias à sobrevivência - no dia-a-dia seria mais importante um auxílio entre iguais do que um eventual auxílio de um poderoso senhor³⁰¹. Possivelmente, os relatos de Aniceto e de Matheus apresentem fragmentos dessas redes de auxílio, as quais, ao que parece, Nazário e Manoel Capitão

socialização através de organizações familiares do trabalho, o que reforçava os laços de comunidade entre os cativos”. GOMES, *História de quilombolas...*, op.cit., p.185.

²⁹⁹ Interrogatório de Matheus, escravo de Manoel José de Barcellos, no dia 27 de agosto de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fls. 18 v e 19f. Este Manoel era mais conhecido como Manoel Capitão, “visto” por alguns dos escravos interrogados, como subchefe do levante.

³⁰⁰ Interrogatório de Matheus, escravo de Manoel José de Barcellos, no dia 27 de agosto de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fls. 18 v e 19f. Interessante que Manoel parece também, assim como Nazário, ter acesso facilitado a cavalos, não só para seu uso, mas também para emprestar a outros cativos.

³⁰¹ DANTAS, Mônica Duarte. Para além do mandonismo: Estado, poder pessoal e homens livres pobres no Império do Brasil. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Junia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda. *O Governo dos Povos*. São Paulo: Ed. Alameda, 2009, p.349.

compreendiam muito bem e as utilizaram como estratégia tanto para vender “seus produtos” (milho), quanto para divulgar o plano de levante.

As diversas atividades desempenhadas pelos cativos da Aldeia dos Anjos, provavelmente, contribuíram para a mobilidade dos insurgentes pela localidade. Partindo dessa percepção, seria possível que os insurgentes compreendessem a amplitude da mobilidade espacial do campeiro Aniceto e, também, de Matheus e, utilizando-se desse conhecimento, os teriam incumbido da tarefa de vender o milho na povoação. Ao mandar Aniceto passar recados para escravos de outras fazendas da Aldeia dos Anjos, o líder Nazário possivelmente estivesse criando mecanismos que possibilitassem divulgar o plano de levante para paragens que não seriam comuns a esse escravo e que poderiam levantar suspeitas dos moradores desses locais. Ou seja, entendemos que os insurgentes tinham conhecimento das atividades rotineiras de seus companheiros de cativeiro e, aparentemente, se aproveitaram de seus ofícios para divulgar o plano de levante, para localidades nas quais não tinham habitual trânsito.

Para além das atividades rotineiras dos escravos - que possibilitava o trânsito entre fazendas senhoriais e localidades limítrofes a Aldeia dos Anjos - podemos agregar duas questões: 1) a posição geográfica da Aldeia dos Anjos, apontada na primeira parte do trabalho (caminho entre Porto Alegre e o restante do país) e 2) a provável interação das propriedades senhoriais, como as dos “Pahim” possuidores de terras tanto na Aldeia dos Anjos, como em Vacaria. Estas questões sugerem que os cativos insurgentes poderiam ter uma mobilidade geográfica mais intensa, devido as atividades comerciais estabelecidas nessas regiões por seus senhores, possibilidade que se assemelharia aos apontamentos de Rodrigo Weimer que, ao analisar a vida de ex-escravos no pós-abolição na região de São Francisco de Paula de Cima da Serra, destaca que devido “a sazonalidade das lides pastoris em cima da serra e agrícolas, em baixo”, haveria um “circuito comercial” (lícito e ilícito) entre estas duas regiões (São Francisco e litoral), este caminho seria um “espaço para circulação de negros e brancos, livres e escravos”³⁰². Observando sob esta perspectiva, acreditamos, não somente pelos relatos dos escravos no processo-crime, mas também pelas complexas redes de relações sociais dos senhores dos insurgentes, que os cativos envolvidos no plano de levante deveriam estar inseridos em um “espaço para circulação” de mercadoria comum na Aldeia dos Anjos.

³⁰² WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os nomes da liberdade: Ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição*. São Leopoldo: Oikos, 2008, p.65-67.

Antes de passarmos para a repressão senhorial, gostaríamos de fazer algumas observações sobre a movimentação gerada pela necessidade de comercializar os produtos dos senhores ou mesmo dos escravos, um ponto que parece ter sido muito importante na divulgação do planejamento insurrecional. Notamos ser constante nos “relatos” dos réus a comunicação entre escravos pelas diversas “vendas” da localidade e, por esse motivo, discorreremos um pouco sobre esse tema.

Conversando pelas “vendas” e fazendas: comunicação escrava

As “vendas” poderiam ser compreendidas como o local não só de compra de suprimentos, mas também de socialização, onde homens livres e cativos se encontravam e conversavam sobre o que ocorria em seu dia-a-dia ou mesmo sobre os acontecimentos políticos do momento. Parafraseando Mintz, Thompson, ao analisar as transformações nas relações no “mercado”, afirmou que essas estavam se tornando cada vez mais impessoais, e que:

[...] na Grã-Bretanha e na França do século XVIII (e em algumas partes do Sul da Itália, no Haiti, na Índia rural ou na África da atualidade), *o mercado continuava a ser uma conexão tanto econômica como social. Era o lugar onde ocorriam centenas de transações: as notícias eram dadas, os rumores e os boatos corriam por toda parte, discutia-se política (se é que se discutia) nas estalagens ou vendas de vinho ao redor da praça do mercado. O mercado era o lugar onde as pessoas, por serem numerosas, sentiam por um momento que tinham grande força.* (grifo nosso)³⁰³

Sem deixarmos de compreender as diferenças geográficas e temporais da análise de Thompson, acreditamos que as “vendas” existentes na Aldeia parecem, assim como o autor apontou, terem sido locais de interação, tanto de livres quanto de cativos, a exemplo do pardo Manoel (escravo de José Antônio de Jesus) quando relata que, no domingo, dia 23 de agosto de 1863, encontrou Domingos (escravo de Joaquim Honorato Pahim) que “[...] veio falar-lhe junto da venda [...] de Miguel Soares e o convidou para fazer uma guerra com os outros”³⁰⁴. Mesmo havendo o pardo Domingos afirmado “que tudo isto era falso”,

³⁰³ THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 201.

³⁰⁴ Interrogatório de Manoel, escravo de José Antônio de Jesus, no dia 23 de agosto de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 19 v.

esse escravo destaca que realmente esteve no domingo na povoação, e que foi à venda de Miguel Soares para comprar três lenços, e não para conversar com Manoel.

Certo que devemos considerar que nos momentos de interrogatórios os escravos possivelmente estavam rodeados por um clima hostil na presença de autoridades e outros escravos, assim como deveriam estar sendo pressionados a falar, até mesmo através de castigos, como já apontado anteriormente. Mesmo assim, os relatos de ambos os escravos destacam como a “venda” era um ambiente propiciador de interação entre os escravos, sendo um local para comprar mantimentos para seus senhores, ou mesmo para si, assim como para encontrar companheiros de cativeiros com os quais poderiam conversar sobre os mais variados assuntos. E, por que não sobre algum plano de insurreição contra os “brancos”? Esse era um dos tantos ambientes que permitiam a convivência dos escravos de diversos senhores, o que poderia facilitar a divulgação do plano de levante. Emilia Viotti da Costa, ao tratar do caso da rebelião de Demerara (1823), afirma que:

Particularmente importantes no preparo da rebelião foram as formas de convivência que uniam os conspiradores. Eles tomavam café juntos e reuniam-se à noite para recitar o catecismo e aprender a ler. Encontravam-se nas estradas, nas vendas, na lavoura, nos rios, nos ancoradouros, na capela e na feira de domingo. Conversavam e tornavam a conversar, sonhavam e tornavam a sonhar, tranquilizavam-se uns aos outros, repetindo as mesmas histórias e as mesmas notícias sem cessar, suas palavras soando cada vez mais convincentes. Eles planejaram, temeram e ousaram, acautelando-se uns aos outros, contando o pouco que sabiam sobre os escravos de outros lugares - escravos que haviam lutado pela liberdade e enfrentado a repressão: Granada, Barbados - a mesma história trágica por toda parte. Mas o sonho era poderoso demais para ser abandonado e a evidência forte demais para se descartada, tão pouco é necessário para tanta esperança. (grifo nosso)³⁰⁵

Na Aldeia dos Anjos, da mesma forma, as “vendas” eram locais onde os escravos se encontravam e trocavam informações. O mesmo pardo Manoel afirma que conversou com Domingos “[...] e que os escravos de Joaquim Pinheiro, Luís e Joaquim, e Francisco, escravo de José Ignácio de Souza, o viram conversando com ele respondente”³⁰⁶. Ora, não era somente Domingos que estava lá; podemos verificar que na mesma venda que o pardo Manoel se encontrava havia escravos de outros senhores. Infelizmente não temos como afirmar se falavam sobre o plano de levante, mas não seria improvável que o fizessem, até

³⁰⁵ COSTA, *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue...*, op.cit., p.233.

³⁰⁶ Interrogatório de Manoel, escravo de José Antônio de Jesus, no dia 28 de agosto de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fls. 19 v e 20f.

mesmo porque o pardo Domingos parece ter usado a venda como um ponto de encontro com outros cativos, principalmente quando em um de seus relatos afirmou que:

[...] no domingo vindo a povoação com Antônio escravo de Francisco Maciel este lhe *encarregou de procurar a Manoel e o avisar para se reunirem e fazer uma guerra, que ele informante deu o recado a Manoel, ficando Antônio a espera na venda de Lacerda*, disse mais que o Manoel não lhe deu resposta. (grifo nosso)³⁰⁷

Aqui, contudo, não nos importa se Domingos conseguiu arregimentar o outro para o levante, ou mesmo se ele, Manoel ou os outros escravos presentes eram cúmplices no planejamento insurrecional. Interessa-nos, sim, o fato de essas “vendas” terem sido um local comum para conversa de cativos dos mais variados senhores, tornando-se um importante “ponto de encontro” para divulgação do levante e, conseqüentemente, de aliciamento dos cativos. Podemos verificar outros indícios dessa interação quando José, escravo de Antônio Dias Fialho, relatou que na segunda-feira, dia 24 de agosto de 1863:

[...] *estando na casa da preta Maria Correia para comprar sabão e receber uma dívida do filho dela chamado José* teve de sair para encontrar com este, voltando encontrou a Luís escravo de Francisco Pahim que já lá estava da primeira vez e saindo ele respondente com Narciso, *Luís veio lhes dizer no terreiro* que na quarta feira passada Quinto escravo de Antônio Pahim lhe tinha dito que havia um ajuntamento e que ele respondente e Narciso disseram a Luís que não se metesse nisso mais, não sabe para que era esse ajuntamento e nem teve aviso. (grifo nosso)³⁰⁸

José não somente comprou sabão como se aproveitou do momento para cobrar uma dívida do filho da preta Maria Correia, também encontrando outros escravos na casa. Na residência, teria surgido o assunto sobre “um ajuntamento”, provavelmente o levante escravo a que Luís (escravo de Francisco Pahim de Andrade) teria sido convidado por Quinto (escravo de Antônio Pahim de Andrade). Não podemos esquecer que o senhor de Luís era genro do senhor de Quinto e, possivelmente, a interação desses cativos pelas propriedades do grupo familiar Pahim poderia ter facilitado a comunicação entre esses dois escravos.

Temos, então, que as tarefas delegadas pelos senhores a seus cativos abriam possibilidades de comunicação, pois, ao realizá-las, podiam conversar com outros escravos

³⁰⁷ Interrogatório de Domingos, escravo de Joaquim Honorato Pahim, no dia 28 de agosto de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 19 v.

³⁰⁸ Interrogatório de José, escravo de Antônio Dias Fialho, no dia 27 de agosto de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 17v.

que lá estavam fazendo a mesma atividade. Mas não somente a comunicação era facilitada, uma vez que essas tarefas também possibilitavam que o cativo realizasse algo de seu interesse, como a compra ou a venda de alguma mercadoria ou produto de “sua lavoura”, ou mesmo realizar favores a outros cativos.

Viotti da Costa, ao analisar a rebelião de Demerara de 1823, nos sugere, ao explicar a mobilidade dos escravos que arquitetaram este plano rebelde, que os cativos:

À noite, esgueiravam-se de suas fazendas e andavam quilômetros para visitar amigos. Também inventavam muitas desculpas para sair durante o dia... E, como era frequente a separação ou a venda de esposas e maridos, pais e filhos, que muitas vezes acabavam morando em fazendas diferentes, os escravos encontravam pretextos de todo tipo quando necessitavam de um passe por um ou dois dias. *Também recebiam permissão para ir às feiras de domingo vender os produtos de suas hortas e as aves e porcos que às vezes criavam. Ou eram mandados à cidade com diversas incumbências.* E, apesar de perseguição e da hostilidade dos senhores, grande número deles se encontrava na capela. (grifo nosso)³⁰⁹

Devemos lembrar que os escravos estavam em uma situação tensa, na qual estavam sendo acusados de um crime de insurreição, sendo provável que muitos poderiam estar sendo pressionados, por castigos e ameaças, a falarem sobre o que sabiam, ou mesmo, sobre o que não sabiam do plano de insurreição. Nos relatos dos interrogatórios, os escravos poderiam exagerar a mobilidade espacial para conseguir responder as perguntas feitas pelas autoridades, mesmo assim, eles certamente descreviam uma mobilidade que seria aceita como, pelo menos, provável pelas autoridades e senhores. Sendo assim, queremos deixar claro que não compreendemos que os escravos se moviam livre e amplamente pela Aldeia dos Anjos e arredores, sugerimos sim, que os cativos buscaram - por meio da mobilidade possibilitada pelas tarefas desempenhadas nas fazendas - divulgar seu plano, e, na impossibilidade de chegarem a determinado local, buscaram - por meio de suas relações sociais e familiares - incumbir algum escravo que pudesse chegar ao local desejado sem levantar suspeitas. Ou seja, não compreendemos que os escravos tivessem uma mobilidade ilimitada, pelo contrário, sugerimos, justamente por não haver essa facilidade de locomoção, que buscaram estratégias para contornar tais limites.

Com os dados apresentados, acreditamos ser possível sugerir que as redes de relações sociais e familiares dos cativos e o tipo de atividade desenvolvido nas propriedades senhoriais contribuíram para a movimentação dos escravos pela Aldeia dos

³⁰⁹ COSTA, *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue...*, op.cit., p. 228-229.

Anjos, assim como demonstraram que, em uma quantidade significativa de casos, é evidente que as relações cativas estavam intrinsecamente relacionadas às relações senhoriais. Para finalizarmos este capítulo e trabalho, buscaremos destacar alguns aspectos da repressão senhorial ao plano da insurreição e da fuga dos cativos.

A repressão senhorial e a fuga dos insurgentes

Começaremos destacando que os primeiros interrogatórios, constantes no processo, foram realizados em 27 de agosto de 1863 (quinta-feira) e que, no início dessa mesma semana, alguns dos escravos envolvidos no plano de levante já haviam fugido. A questão aqui se centra no motivo da fuga. Temos que, antes desses interrogatórios oficiais, mais especificamente no dia 17 de agosto de 1863, as autoridades locais e alguns senhores já haviam tomado as primeiras providências para reprimir esse planejamento escravo. Entre os responsáveis por essa repressão, encontraremos o Tenente Coronel André Machado de Moraes Sarmiento, senhor de dois escravos, Salvador e Claudino, arrolados como réus no processo-crime da insurreição.

Em 17 de agosto de 1863 o Tenente Coronel André Machado de Moraes Sarmiento estava se dirigindo a povoação da Aldeia dos Anjos, no caminho tomou conhecimento, através das autoridades locais, de um plano de levante escravo, que havia sido delatado por um escravo (não identificado no processo) que não havia aceitado o convite para participar do levante. Logo ao chegar à povoação da Aldeia, Andre Machado de Moraes Sarmiento empreendeu, junto com outros senhores e as autoridades locais, as primeiras providências para intervir no intento dos cativos. Parte dessas medidas, principalmente as tomadas por André Machado de Moraes Sarmiento, foram descritas pelo subdelegado do 3º Distrito da Freguesia dos Anjos, Manoel Soares Lima, quando relatou, em correspondência ao chefe de polícia da Província, que:

*[...] os escravos de André Machado já foram tanto por mim como pelo próprio senhor bem perguntados, e o crioulo de nome Salvador e o pardo Claudino, escravos do mesmo Machado foram mandados amarrar pelo mesmo senhor, logo que *ele teve notícia de tal no distrito cuja noticia ele a teve muito primeiro do que eu no dia 17 em caminho indo para a povoação e já lá conversando [com] as autoridades dos Anjos as ajudou a dar as providências para sufocar a intentada insurreição*, e voltando no dia 19 para a sua habitação neste distrito antes de me participar a novidade já tinha dado algumas providencias a respeito, pois tal notícias me foi dada por. ele mesmo André Machado, dizendo-me ao*

mesmo tempo em que providências já tinha tomado e que veio mandar amarrar alguns escravos dos seus, os que [ele] suspeitava que fossem entrados no negócio, sendo um deles o tal crioulo Salvador [...] porque sendo como é muito fraco ao castigo logo confessaria o que soubesse, e assim o fiz, mandando tão bem amarrar logo o [...] pardo Claudino, por saber que tinha sido convidado pelo escravo José do Alferes Jacinto Maciel, a mandado de Nazário de Francisco Antônio Maciel. (grifo nosso)³¹⁰

Conforme a correspondência descrita acima, podemos constatar que os senhores tomaram as primeiras medidas contra a insurreição, questão que está de acordo com o que parece ter sido comum em outras insurreições escravas pelo Brasil, e com a percepção de defesa da propriedade privada dos senhores. Gomes descreve as medidas tomadas por um dos fazendeiros da região de Vassouras e pelo capitão-mor que, em vista dos acontecimentos e de suas prováveis consequências:

[...] não perdeu tempo e imediatamente comunicou-se com o juiz de paz da freguesia do Pati do Alferes, José Pinheiro de Souza Werneck. *Autoridades locais - também fazendeiros da região - ficaram em alerta máximo*: um levante com numerosos escravos poderia pôr toda a região em risco. No dia 8 de novembro - ainda sob o calor dos acontecimentos - o juiz de paz oficiou ao coronel chefe da Guarda Nacional da região, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, clamando por providências e ressaltando a gravidade da situação: que era necessário agir antes que o “mal aumentasse”.³¹¹

No caso da tentativa de insurreição da Aldeia dos Anjos (1863), também constatamos que foram os senhores que tomaram as primeiras medidas de repressão ao plano de levante em 17 de agosto, mas que somente em 24 de agosto, sete dias após essas medidas, é que foi solicitada, por João Martins Philermo, subdelegado do distrito de Santa Cristina, a ajuda do cidadão Israel de Souza Bitencourt, capitão Comandante da Guarda Nacional do Distrito³¹². Tal ajuda tinha por objetivo capturar os escravos que haviam fugido devido à repressão senhorial, que parece haver atingido a todos os escravos da Aldeia, como podemos perceber no relato de Adriano de nação, escravo de Joaquim Pereira Pinheiro:

[...] veio aqui na povoação quinta feira trazer uma [camada] de milho a mandado de seu senhor e que na volta foi na venda do Capitão Luis Pedro e que este o

³¹⁰ Correspondência de 09 de setembro de 1863, do subdelegado em exercício do 3º Distrito da Freguesia dos Anjos, Manoel Soares Lima para o Doutor Chefe de Polícia da Província, Dario Rafael Callado. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 30f e v.

³¹¹ GOMES, *Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX...*, op. cit., p.146.

³¹² Correspondência de 01 de setembro de 1863, do subdelegado do distrito de Santa Cristina, João Martins Philermo para o Doutor Chefe de Polícia da Província, Dario Rafael Callado. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 72f.

intimidou muito dizendo que os negros todos sabiam desse levante e que ele também havia ser amarrado e que no dia seguinte estando na lavoura de seu senhor viu uma partida que se encaminhava para o lado dele e já intimidado tratou de fugir mais que conhecendo não ter crime veio apadrinhar-se com seu senhor moço o Capitão José Jacintho Ferreira³¹³.

As autoridades da Aldeia dos Anjos parecem ter passado a pressionar os escravos da localidade, fazendo com que alguns fugissem - como o caso de Adriano parece demonstrar. Outros escravos, como os de Francisco Antônio Maciel, relatavam ter fugido por medo de uma partida que iria os castigar pelo furto de charque e milho. A organização dos senhores parece ter sido bastante eficiente na repressão ao levante, o que se pode verificar na correspondência do Presidente da Província ao Ministro da Justiça, informando sua comunicação com o subdelegado de polícia do 2º Distrito d'Aldeia:

[...] tinha fundada suspeita de tentarem os escravos de diversas fazendas insurreccionar-se, de acordo com V. Exa. *parti para aquele distrito [...] com uma escolta do corpo policial; chegando ao distrito já achei em diligência praças da Guarda Nacional fornecidas pelo respectivo Comandante do Corpo; expedi novas escoltas e na manhã seguinte começarão a aparecer escravos presos; durante o dia reunirão dezessete, vindo no dia imediato mais cinco [...] (grifo nosso)*³¹⁴

Conforme a correspondência do Presidente da Província, as medidas tomadas para a repressão envolveram praticamente todas as autoridades da Aldeia dos Anjos, que se organizaram de tal forma que, quando o Presidente tomou conhecimento do caso de insurreição, já encontrou tudo encaminhado pelos senhores e integrantes da Guarda Nacional da região. Talvez essa rápida ação repressiva possa ser consequência direta da complexa rede de relações familiares senhoriais, relações que interligavam integrantes das famílias “Maciel”, “Alves” e “Sarmento/Prates”. Além dessas relações, devemos também considerar os cargos de alguns dos senhores de insurgentes. André Machado de Moraes Sarmento era Tenente Coronel da Aldeia dos Anjos, assim como Felisbino Antônio Alves (pai de José Antônio Alves, senhor de um dos líderes da insurreição), Antônio Dias Fialho era subdelegado em exercício na Aldeia dos Anjos no momento do levante, este teve um de seus escravos interrogados como suspeito. Ou seja, a existência de uma rede de relações sociais e familiares complexa, aliada a cargos importantes de alguns desses senhores,

³¹³ Interrogatório de Adriano, escravo de Joaquim Pereira Pinheiro, no dia 31 de agosto de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 24 v e 25f.

³¹⁴ PICOLO *apud* OLIVEIRA, *Diálogos entre a pesquisa histórica e a memória quilombola...*, op. cit., p.168.

provavelmente, facilitaram a articulação dos senhores da região, permitindo uma rápida repressão ao plano insurrecional de 1863.

Nessa repressão senhorial, os escravos suspeitos de envolvimento passaram por prisões e interrogatórios seguidos de castigos físicos (ou castigos físicos seguidos de interrogatório). Durante tais medidas, as autoridades constataram que, apesar de nem todos os escravos da localidade terem aderido aos insurgentes, muitos teriam conhecimento do plano e, mesmo assim, não o informaram a seus senhores. No decorrer dos interrogatórios, foram surgindo relatos que levaram as autoridades a considerar os escravos de Francisco Antônio Maciel e de José Antônio Alves como os principais organizadores do plano de levante, justamente os escravos que foram considerados culpados do crime de insurreição³¹⁵.

No amanhecer de uma quarta-feira (26 de agosto de 1863), Antônio, escravo de Francisco Antônio Maciel, “[...] estava debaixo das laranjeiras perto de casa [...]” de seu senhor. Nesse momento, o capitão do mato Aniceto se dirigia a essa propriedade, possivelmente cumprindo a ordem de prender os escravos delatados. Pouco tempo depois, a crioula Eva, de 23 anos, vai em direção a Antônio para chamá-lo em nome de Francisco Antônio Maciel, ao que este diz que “[...] aquilo era [cousa], e correu para onde estavam [...]”³¹⁶ Manoel, Bento, Nazário e Manoel Rafael, que juntos entraram no mato.

Os escravos de Francisco Antônio Maciel seguiram pelo mato em direção ao “Pituba” na localidade de Santa Cristina do Pinhal, onde se juntaram com os escravos Alexandre, Luiz e José³¹⁷. Nessa localidade, encontraram o escravo Alexandre já com uma estratégia de fuga pronta após a delação do plano de insurreição. Ele pretendia romper o mato em direção ao Rio dos Sinos, onde, conforme o escravo José, pretendia cruzar o rio na canoa de seu sobrinho³¹⁸ Adão, e se dirigir para as Missões, provavelmente com a intenção de cruzar a fronteira.

Delatado o plano, os escravos em fuga buscaram estratégias para escaparem da repressão senhorial. A principal delas parecia ser a relatada por Antônio, que afirmava estarem fugindo em direção à Campanha, pois Alexandre teria se oferecido “[...] para levá-

³¹⁵ Os quatro escravos condenados foram: Antônio e Bento, escravos de Francisco Antônio Maciel, José, escravo de Innocente Ferreira Maciel e Luís, escravo de José Antônio Alves.

³¹⁶ Interrogatório do menor Joaquim, escravo de Francisco Antônio Maciel, no dia 27 de agosto de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fls. 16 v e 17f.

³¹⁷ Interrogatório de Antônio, escravo de Francisco Antônio Maciel, no dia 31 de agosto de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 12f e v.

³¹⁸ Interrogatório de José, escravo de Innocente Maciel Netto, no dia 02 de outubro de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fls. 50 v e 51f.

los para o outro lado da linha a fim de ficarem forros [...]”³¹⁹. Mas a estratégia de fuga não funcionou como Alexandre esperava, e outras possibilidades passaram a ser consideradas pelos “fugitivos”, pois, ao chegarem ao “Poço Fundo em um banhado”, próximo ao Rio dos Sinos, onde ficaram encurralados e sem ter como cruzar o rio, decidiram se esconder em uma restinga, sendo que alguns escravos, por medo da partida que estava próxima, acharam melhor “[...] se separarem para ir tomar padrinho [...]”³²⁰.

A busca de padrinhos foi então uma consequência da não travessia do rio, pois, conforme Luís - escravo de José Alves - ao passarem para o outro lado do rio, pretendiam se “aquilombar”, mas, como Alexandre não pôde tornar-se “senhor da canoa”³²¹, que havia ido pedir emprestada a seu sobrinho, que, para sua surpresa, retirou-se “[...] e foi contar a seu senhor, razão por que no dia seguinte foram eles tocados por uma partida [...]”³²².

Encurralados no sábado, às margens do Rio dos Sinos, os escravos resolveram passar a noite no local e na manhã seguinte se separaram, enquanto Antônio, Luís, José e Alexandre decidiram ficar no local próximo ao rio. Os outros três - Manoel Rafael, Bento e Nazário - disseram que “[...] iam para Santo Antônio [da Patrulha] tomar padrinho [...]”³²³. Nessa mesma noite (29 de agosto de 1863), quatro dias após a fuga dos escravos de Maciel (26 de agosto), o subdelegado do distrito de Santa Cristina, José Martins Philermo, teve notícias de “[...] um grupo composto de sete negros que beiravam a margem esquerda do Rio dos Sinos [...]”³²⁴.

Na manhã de domingo, Nazário, Bento e Manoel Rafael saem à procura de padrinho, mas, ao passarem por uma sanga³²⁵ avistaram, próximo a uma casa, a “partida” que lhes deu ordem de prisão. Enquanto Nazário ficou “[...] agachado atrás de uma moita de [camboim] [...]”, os outros dois (Bento e Manoel Rafael) dispararam pelo mato. Nessa corrida, ouviram tiros vindos da direção do rio, mas não viram o que aconteceu. Enquanto

³¹⁹ Interrogatório de Antônio, escravo de Francisco Antônio Maciel, no dia 03 de setembro de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fls. 6 v e 7f.

³²⁰ Interrogatório de José, escravo de Innocente Maciel Netto, no dia 02 de outubro de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fls. 50 v e 51f.

³²¹ Interrogatório de Luis, escravo de José Antônio Alves, no dia 31 de agosto de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 13 v.

³²² Interrogatório de José, escravo de Innocente Maciel Netto, no dia 23 de novembro de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 99f e v.

³²³ Interrogatório de Antônio, escravo de Francisco Antônio Maciel, no dia 31 de agosto de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 6 v e 7f.

³²⁴ Correspondência de 01 de setembro de 1863, do subdelegado do distrito de Santa Cristina, João Martins Philermo para o Doutor Chefe de Polícia da Província, Dario Rafael Callado. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 72f e v.

³²⁵ Sanga, ¹ f. *Bras. do S.* Escavação funda, produzida num terreno pela chuva ou por correntes subterrâneas. (Do cast. *zanja*). FIGUEIREDO, Cândido de. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 1913, p.1795.

Bento foi se apadrinhar na casa do senhor José Fernandes, Manoel Rafael correu em direção à casa de Bernardino Ferreira, buscando também se apadrinhar, mas no caminho acabou sendo “[...] preso e amarrado por Justino Fortes [...]”. Já às margens do Rio dos Sinos, pela manhã de domingo, Antônio, José e Luís também resolveram buscar “padrinho” como os outros, menos Alexandre, que teria dito a Antônio, no sábado, que não fugiria e que “[...] queria viver ou morrer ali que não seguia para diante e que cada um tratasse em si [...]”³²⁶. Mas, por fim, acabaram todos sendo surpreendidos pela “partida”.

Foi entre duas e três horas da tarde de domingo, do dia 30 de agosto de 1863, às margens do Rio dos Sinos, que acabaram os sonhos de liberdade desses escravos, o qual havia iniciado próximo ao dia 24 de maio deste mesmo ano. Perto desse horário, o sargento José Antônio de Oliveira os encontrou “[...] acostados em um banhado dentro dos poteiros de propriedade de Dona Joaquina Constância, e do Senhor Capitão [Jovenal] de Souza Bitencourt.”. O sargento lhes deu voz de prisão, mas alguns escravos, portando armas de fogo, resistiram à prisão disparando em direção a José Antônio de Oliveira, o qual afirmou que, em consequência dessa atitude, mandara seus comandados fazerem fogo também³²⁷.

Quadro 15 - Réus absolvidos e condenados no processo crime

Nome	Senhor	Conclusão
Aniceto	Januário Gomes Pahim	Absolvido
Antonio	Francisco Antonio Maciel	Condenado
Bento	Francisco Antonio Maciel	Condenado
Claudino	André Machado Moraes Sarmento	Absolvido
Feliciano	Antonio Pahim de Andrade	Absolvido
Jose	Innocente Ferreira Maciel	Condenado
Luis	Jose Antônio Alves	Condenado
Manoel Capitão	Francisco Antonio Maciel	Morreu na cadeia
Manoel Rafael	Innocente Ferreira Maciel	Absolvido
Mateus	Manoel José de Barcellos	Absolvido
Quinto	Antonio Pahim de Andrade	Absolvido
Salvador	André Machado Moraes Sarmento	Absolvido

Fonte: Processo-Crime, Sumário Júri, maço 35, processo 1060, APERS.

Desse confronto resultou a morte dos dois supostos líderes da insurreição: Alexandre e Nazário - o primeiro, escravo de José Antônio Alves, e o segundo, de

³²⁶ Interrogatório de Antônio, escravo de Francisco Antônio Maciel, no dia 31 de agosto de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 12f.

³²⁷ Estava sob o comando do Sargento José Antônio de Oliveira: 1 praça, 6 cabos, 1 capitão e 5 moradores da Freguesia da Aldeia dos Anjos.

Francisco Antônio Maciel - e a prisão de Antônio, José e Luís - respectivamente escravos de Francisco Antônio Maciel, Inocente Ferreira Maciel e José Antônio Alves. Bento e Manoel Rafael - ambos escravos de Francisco Antônio Maciel - conseguiram fugir³²⁸, sendo posteriormente capturados.

Além dos escravos capturados - Antônio, Luís, José, Manoel Rafael e Bento - foram julgados mais sete escravos - Aniceto, Claudino, Feliciano, Manoel Capitão, Matheus, Quinto e Salvador³²⁹. Nesse temos que dos doze réus julgados somente quatro foram considerados culpados, justamente, os escravos que fugiram, sendo que dos escravos que foram capturados em fuga, somente Manoel Rafael foi absolvido. Os escravos condenados não foram considerados cabeças do plano, mas sim cúmplices, recebendo a pena de 50 açoites e a carregar ferro no pescoço durante 30 dias. Pena pequena se comparada a da Revolta de Carrancas, em 1833, estudada por Marcos Andrade, na qual houve 16 condenados a pena de morte por enforcamento, mas devemos destacar que estes foram considerados cabeças da insurreição³³⁰, o que não foi o caso dos insurgentes da Aldeia dos Anjos que foram condenados como cúmplices do plano de insurreição de 1863, como destacado.

O plano de levante organizado pelos escravos da Aldeia dos Anjos, e que envolveu diversos cativos de diferentes senhores, deixou a população da localidade “preocupada” com a organização dos escravos, os quais conseguiram, conforme as autoridades, em aproximadamente três meses, movimentarem-se pela localidade e divulgarem seu plano de levante para muitos escravos de diferentes fazendas da Aldeia dos Anjos e das localidades vizinhas a essa Freguesia.

A amplitude da mobilidade espacial alcançada pelos insurgentes parece ter sido consequência direta das redes de relações escravas e das tarefas rotineiras desempenhadas por esses cativos na localidade, assim como das próprias redes de relações dos grupos senhoriais - “Pahim”, “Sarmento/Prates”, “Maciel” e “Alves” - que possibilitaram a ampliação do raio de ação espacial dos cativos de suas escravarias, principalmente quando observamos que o trânsito entre as fazendas desses senhores parecia fazer parte de sua rotina diária. Não podemos deixar de considerar que a Aldeia dos Anjos estava geograficamente posicionada próximo à capital e a outras localidades importantes da

³²⁸ Correspondência de 30 de agosto de 1863, do Sargento José Antônio de Oliveira para o subdelegado do distrito de Santa Cristina, João Martins Philermo. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 28f.

³²⁹ O processo durou de 16 de setembro de 1863 até 7 de abril de 1864.

³³⁰ ANDRADE, *Rebeliões escravas no Império do Brasil*, op.cit., p. 8.

província (Viamão, São Leopoldo, Santo Antônio da Patrulha, entre outras), o que possivelmente facilitou a interação com escravos de outras regiões.

Temos, então, que o plano insurrecional de 1863, provavelmente, deixou os senhores apreensivos quanto à possibilidade de articulação dos escravos da Aldeia dos Anjos, mas a rápida repressão ao levante demonstrou as complexas redes de relações senhorias que permitiram uma rápida articulação destes, impedindo a efetivação do plano de insurreição escrava. Antes de Finalizarmos este trabalho gostaríamos de destacar algumas possibilidades analíticas para as motivações do plano de insurreição de 1863.

Possibilidades interpretativas para as motivações do plano insurrecional de 1863

Destacamos primeiramente que se torna difícil apontarmos o que teria levado os escravos da Aldeia dos Anjos a elaborarem um plano de insurreição em 1863, visto que nenhum dos cativos interrogados relatou algum fato que os motivassem a se rebelarem contra seus senhores. Buscaremos no final deste trabalho apontaremos algumas questões que poderiam ajudar-nos a compreender as motivações dos escravos para a realização de uma insurreição contra “os brancos” nos quais buscariam sua liberdade. Começaremos analisando a nível macro, destacando o contexto político do período.

O ano de 1863 foi um ano conturbado para a nação brasileira, como já destacamos anteriormente, neste ano, o Brasil entrou em confronto diplomático com a Inglaterra, devido a apreensão de navios brasileiros pela Inglaterra no Rio de Janeiro, a chamada “Questão Christie”. Junto a esta questão temos ainda, a nível internacional, um clima instável entre Brasil e Paraguai, que posteriormente viria a se tornar a Guerra do Paraguai (1864-1870). Junto a estas questões internacionais ocorridas no ano de 1863, devemos apresentar um momento político também delicado que se instaurava na Província de São Pedro, e que iniciou na década de 1850.

Conforme Newton Carneiro, em termos políticos a década de 1850 no Rio Grande do Sul foi marcada por uma “confusão partidária” na qual, liberais e conservadores agregados em duas agremiações: a “Liga” (saquaremas e liberais moderados dissidentes do Partido Santa Luzia) e a “Contra-Liga” (conservadores moderados e liberais históricos). Conforme o autor a “Liga... acabaria por constituir-se no principal núcleo de organização

programática do Partido Conservador no Rio Grande do Sul”, enquanto a Contra-Liga levaria a “médio prazo, a reorganização do Partido Liberal no Rio Grande do Sul”³³¹.

Ao final da década de 1850, mais especificamente em 1859, os *conservadores autênticos* sobem ao poder e passam a intervir e perseguir os liberais da Contra-Liga, que se reorganizam no Partido Liberal Histórico. Neste mesmo ano de 1859 e em 1862, os liberais conseguem maioria expressiva tanto na Assembleia Legislativa como na Câmara dos Deputados na qual “se opuseram tanto aos conservadores autênticos como aos progressistas, agora ex-aliados”. Mas nesse momento o Rio Grande do Sul se deparava “com o exarcebamento da luta política, decorrência da lógica que opunha e impunha um presidente de província avesso a opinião que dominava no interior da Assembleia”. A partir de 1864, com a dissidência entre liberais e progressistas os antigos *Santa-Luzia* se incorporam a uma nova ordenação partidária. Conforme Carneiro, essa modificação consolidou:

... uma tendência definitiva e definidora quanto aos rumos políticos adotados no Rio Grande do Sul, tendência iniciada no final dos anos cinquenta e que se expressaria pela manutenção da situação de afastamento do grupo autonomista (ou regionalista) dos órgãos de decisão no nível do Poder Executivo³³².

Mesmo assim, os liberais, “apesar de dominarem a opinião em quase toda a província... um longo jejum aguardava ao Partido Liberal sul-rio-grandense no que dizia respeito aos postos de comando político-administrativos ligados ao governo central”³³³. Podemos perceber então, que tanto na década de 1850 e como no início da de 1860 as disputas políticas na Província de São Pedro estavam se articulando e rearticulando constantemente, sendo assim, temos que observar que o plano insurrecional dos escravos da Aldeia dos Anjos se estabelece justamente em um momento político delicado desta Província, na qual, provavelmente, membros da elite local, estariam a acompanhar e participar desta disputa política.

Lembramos que as eleições para janeiro de 1864, ano que marcou a consolidação do domínio liberal na Província, foram convocadas pelo decreto nº 3.093, de 12 de maio de 1863, justamente o momento no qual as autoridades da Aldeia dos Anjos entenderam haver

³³¹ CARNEIRO, Newton. Dissidência política e partidos: Da crise com a Regência ao declínio do II Reinado. In: PICCOLO, Helga; PADOIN, Maria (dir.). *História Geral do Rio Grande do Sul: Império. Vol. 2*. Porto Alegre: Méritos, 2006, p. 131-132.

³³² Ibidem, p. 133.

³³³ Ibidem, p. 134.

começado a organização do plano de levante escravo nesta localidade. Como nos apresentou Andrade, analisando a rebelião de Carrancas em 1833, “em um contexto de cisão entre as elites políticas dirigentes, como representou a Sedição de 1833, houve espaço para que os escravos levassem a cabo os seus planos de insurreição”³³⁴.

No caso da Aldeia dos Anjos, temos que no ano da organização do plano de insurreição (1863) estaria provavelmente iniciando os preparativos para as eleições de janeiro de 1864. Talvez possamos sugerir que esse momento, de possível cisão entre a elite política local, tenha sido percebido pelos escravos da Aldeia dos Anjos como uma motivação para a organização de um levante contra “os brancos”, já que a elite possivelmente estaria envolvida em disputas políticas. Infelizmente não foi possível fazermos um estudo sobre as posições políticas da elite da Aldeia dos Anjos, assim como se havia disputas políticas e como elas se apresentavam nesta localidade, mas não seria improvável a existência destas disputas, como também não seria improvável que os cativos percebendo o início de disputas entre integrantes da elite local, compreendessem esse momento como apropriado para a organização de um levante. Destacamos ser ainda necessário um estudo mais detalhado das disputas políticas entre a elite local, para a confirmação dessa possibilidade analítica de uma das motivações do levante.

Mas para além da questão política devemos apresentar questões de micro-análise que possam nos ajudar a compreender a motivações de alguns escravos para ingressarem em um plano de insurreição escrava. Ricardo Pirola, analisando dois casos de assassinatos (1873) um do senhor Almeida Pinto e outro de Jose Antonio Barroso de Siqueira, ambos por seus escravos, observa que uma das possíveis motivações destes crimes poderiam estar relacionadas ao “castigo físico (ou a ameaça de castigo) associada a apropriação de bens da fazenda”, destacando para o primeiro caso o desaparecimento de três ovos, que ocasionou o castigo a escrava Atanásia (cozinheira), e no segundo, a suspeita de que os escravos de Barroso Siqueira (Antonio, Agostinho, Amaro e Ciro) haviam matado uma vitela e diziam que haviam planejado o assassinato de seu senhor, por temer algum castigo.³³⁵

Se observarmos os conteúdos de alguns interrogatórios, do processo crime do plano de insurreição da Aldeia dos Anjos, podemos destacar o relato corrente, já citado, sobre o “furto”, pela visão dos senhores, de milho e charque realizado por Nazário no momento da

³³⁴ ANDRADE, *Rebelião escrava e política na década de 1830...*, op.cit., p.9.

³³⁵ PIROLA, Ricardo F. Escravos e rebeldes nos tribunais do Império: assassinatos de senhores em Campo dos Goytacazes (1873). In: *VI Encontro Escravidão & Liberdade no Brasil Meridional*, 2013. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br>>, p.2-12.

festividade do Divino. Este caso pode sugerir, pensando sob a perspectiva apresentada por Pirola, uma das possíveis motivações para o ingresso dos escravos no plano de levante, talvez Nazário e outros escravos, poderiam compreender que seus senhores não estivessem cumprindo com seus deveres (alimentação) para com os cativos, levando-os, talvez, a buscarem se “apropriar de bens da fazenda” que compreendessem como seu por “direito”.

O “furto” de milho e charque, como já apontamos anteriormente, levou ao senhor de Nazário, Francisco Antonio Maciel, a ameaçar seus escravos com castigo pelo desaparecimento dos produtos que seriam utilizados na festividade do Divino, o que talvez possa ter motivado outros escravos a se juntarem ao plano insurgente. Este caso parece corroborar com a perspectiva de Pirola, na qual o crime, pelo menos para alguns cativos, poderia ter sido motivado pela apropriação de bens da fazenda (milho e charque), seguida pela ameaça senhorial de castigo por esta “apropriação”.

Temos também o caso das partilhas de bens (década de 1850 e 1860) que podem ter alterado relações sociais previamente estabelecidas, inserindo escravos em novas formas de domínio senhorial que poderiam obriga-los a modificar suas estratégias cotidianas (visita a parentes, modo e tipo de trabalhos, acesso a bens da propriedade senhorial, entre outras questões). Talvez essa inserção em uma nova rede senhorial possa ter motivado alguns cativos a ingressarem no plano de insurreição, buscando “libertar-se” de uma nova forma de domínio senhorial que não aceitassem. Questão que talvez se refletisse até mesmo nos constantes relatos de escravos que diziam que uma das primeiras medidas para o levante seria a de matar seus senhores moços.

As motivações dos escravos envolvidos nesse plano insurrecional possivelmente nunca serão compreendidas por completo, mas seus relatos permitiram-nos, não somente sugerirmos possibilidades explicativas sobre a organização do plano insurrecional, mas principalmente possibilitou-nos compreender um pouco mais sobre a vida dos cativos envolvidos neste planejamento, mostrando fragmentos de suas relações familiares e de cumplicidade e das atividades que desempenhavam nas fazendas de seu senhor e, em alguns casos, dos familiares de seu senhor, ou seja, possibilitaram compreender um pouco mais sobre o modo de vida dos escravos da Aldeia dos Anjos e a forma como se relacionavam com os escravos e com seus senhores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu observar questões para além da insurreição, e que foram de fundamental importância para a compreensão desse plano de levante. Ao apresentarmos um quadro geral da Aldeia dos Anjos, nos quais foram contemplados aspectos como localização, demografia, tipo de produção e estrutura de posse escrava, foi possível visualizar alguns padrões que nos permitiram contrastar aspectos mais gerais da localidade a casos específicos de inventariados que compunham o grupo familiar ligado aos senhores dos insurgentes de 1863.

Nessa comparação entre o geral e o específico, destacou-se, inicialmente, que os insurgentes não compunham pequenas escravarias da Aldeia dos Anjos, assim como não eram cativos de pessoas pouco abastadas da região. Pelo contrário, percebeu-se que os insurgentes eram escravos de grandes proprietários da Aldeia dos Anjos, que possuíam um número significativo de cativos para o padrão de escravaria dessa localidade, mas isso, por si só, não explica muito sobre o levante. A questão que fica do plano insurrecional se relaciona aos seus motivos: o que teria levado os escravos a se rebelarem, buscando conquistar sua liberdade?

Infelizmente, os relatos dos escravos, presentes nos interrogatórios, não apresentaram os motivos que os levaram a organizar o plano de insurreição. Sendo assim, não temos como afirmar suas motivações, o que não impede de sugerirmos alguns fatores que possam ter contribuído para o ingresso dos cativos nesse levante. Entre estes, destacamos a significativa mudança na estrutura de posse e no perfil dos cativos da Aldeia dos Anjos, que provavelmente afetaram a forma de vida dessa população.

A primeira alteração a se destacar refere-se ao processo de concentração escrava na Aldeia dos Anjos no decorrer das décadas de 1840, 1850 e 1860 que verificamos na segunda parte deste trabalho. Este processo, possivelmente, ampliou as possibilidades para o estabelecimento de redes de relações familiares e de solidariedade entre os escravos. Ao atentarmos para os integrantes dos grupos familiares senhoriais verificamos que estes eram parte dos poucos detentores de médias e grandes escravarias da localidade e, sendo assim, não seria improvável que os insurgentes estivessem inseridos em redes de relações existentes nessas escravarias. Ou seja, tais interações cativas, possivelmente, se ampliaram devido à complexa rede de relações familiares senhoriais, que ligavam os integrantes dessas famílias e, conseqüentemente, suas escravarias, permitindo que seus escravos, entre

eles os insurgentes, pudessem se aproveitar dessas redes de relações e construir a suas próprias relações familiares e de solidariedade dentro da estrutura senhorial.

Complementando essa rede de relações senhoriais, deve-se compreender que estavam ocorrendo alterações na estrutura de posse da Aldeia dos Anjos, nas quais destacamos quatro pontos: 1) a redução das pequenas escravarias com “5 a 9” cativos e das médias, com “10 a 19”; 2) a ampliação das grandes escravarias (“20 ou mais”) e das pequenas com “1 a 4”; 3) um processo em direção a um maior equilíbrio entre o sexo dos cativos, principalmente, nas pequenas escravarias com “5 a 9” cativos e nas médias (“10 a 19”) e 4) um processo de crioulização da população escrava. Tais questões possivelmente estavam alterando a forma de vida dos cativos da região e também dos envolvidos no plano de insurreição de 1863.

Analisando mais detalhadamente alguns aspectos da composição das escravarias da Aldeia dos Anjos, constatou-se que entre as décadas de 1840 e 1860, estas passavam por significativas alterações. Percebe-se que os escravos africanos, que representavam mais de 50% dos escravos dos inventários da região na década de 1840, estavam envelhecendo e não podiam mais ser repostos, devido ao fim do tráfico em 1850, levando o percentual de africanos a se reduzir nas décadas de 1850 e 1860. Apesar disso, a maioria dos integrantes dos grupos familiares pareciam não serem adeptos, pelo menos conforme os inventários levantados, do uso da mão de obra africana. Mesmo assim, a participação de africanos no levante foi significativa e a condenação destes foi “absoluta”, isso sem deixarmos de considerar a participação de diversos crioulos. A participação destes últimos poderia, de certa forma, estar relacionada ao processo de crioulização da região, na qual poderiam estar se acirrando as disputas internas nas escravarias locais, que na década de 1840 eram compostas por um percentual significativo de cativos africanos homens (55,6%) e que, posteriormente, na década de 1860, reduziu-se consideravelmente (28,6%).

Outra questão se centra nos escravos jovens (“0 a 14” anos), que passaram a ter um aumento percentual substancial nas escravarias, tanto na década de 1850 quanto na de 1860, indicando um provável processo de reprodução endógena nas escravarias da região. Comparando esses dados com os casos das escravarias dos grupos familiares senhoriais, percebeu-se que a reprodução endógena pareceu fazer parte das escravarias nas quais os escravos insurgentes viveram. Essa reprodução parece indicar que, tanto os senhores dos escravos participantes do levante como seus familiares, adotaram como estratégia para ampliar suas escravarias o incentivo à reprodução endógena entre seus cativos, visto que

foi significativo o percentual de escravos nesta faixa etária (“0 a 14” anos) em suas escravarias. Verificou-se, também, que a grande maioria destes eram filhos de escravas dos mesmos plantéis, o que com certeza aumentava substancialmente a possibilidade da constituição de laços familiares, sem deixar de considerar que, como vimos nos últimos capítulos deste trabalho, parte dos escravos insurgentes tinham relações familiares (pai, mãe, irmão e sobrinho) estabelecidas nas escravarias das quais faziam parte, assim como na de familiares de seus senhores.

Nas análises sobre as atividades produtivas da Aldeia dos Anjos, constatou-se que os escravos envolvidos no plano insurrecional lidavam com variadas atividades nas propriedades senhoriais, até mesmo por seus senhores desenvolverem diversos tipos de produção em suas fazendas, que passavam pela agricultura (milho, feijão e mandioca), o fabrico de farinha de mandioca e a criação de *gado vacum*. Conforme a análise da atividade produtiva da região, estas duas últimas atividades não eram muito comuns para os inventariados da Aldeia dos Anjos, visto que o fabrico de farinha tinha importância significativa para parte considerável dos inventariados da região e que a criação de *gado vacum* era uma atividade que se restringia a uma pequena parcela dos inventariados dessa localidade.

Reafirmamos, então, que os escravos envolvidos na insurreição não faziam parte de pequenas escravarias, mas sim das médias e grandes, e que lidavam com atividades não tão comuns para parte considerável dos escravos da região, como, por exemplo, a criação de *gado vacum*. Além dessa questão, os senhores dos insurgentes e alguns de seus familiares compunham o grupo de proprietários mais abastados da Aldeia dos Anjos, pois, além de possuírem as maiores escravarias dos inventários (1841-1870), detinham também uma grande quantidade de animais, além de serem grandes proprietários de terra - tanto na Aldeia dos Anjos como fora dela - principalmente em Vacaria, como destacamos no caso da família Pahim.

Temos, então, que os insurgentes, considerando os inventários dos seus senhores e familiares, além de lidar com uma variada gama de atividades, que passava pelo plantio e pela colheita de alimentos, pelo fabrico de farinha e pela lida com o gado, também tinham que fazer o transporte de produtos para a povoação da Aldeia dos Anjos e para Porto Alegre. Pensando neste último tipo de tarefa, verificamos, pelos relatos presentes no processo-crime, como essas atividades provavelmente facilitaram a movimentação espacial dos insurgentes pelas fazendas da Aldeia dos Anjos e, conseqüentemente, sua interação

com outras pessoas desta localidade, questão que se ampliaria ainda mais se acrescemos a isso a percepção de que esta freguesia era uma localidade de passagem na qual, possivelmente, seria comum o trânsito de pessoas de diversas localidades da proximidade como Porto Alegre, Viamão, São Leopoldo, entre outras, e até mesmo de locais mais distantes como Vacaria. Dentre tais atividades escravas, destacou-se a de “campeiro” que possibilitava uma maior movimentação dos cativos pelas fazendas da região, profissão que permitiu a Aniceto passar recados a outros insurgentes, assim como “prestar favores” a outros cativos, por exemplo, vendendo milho na povoação da Aldeia dos Anjos para Nazário.

Partindo do pressuposto de que na Aldeia dos Anjos havia poucas grandes escravarias e de que os escravos insurgentes faziam parte delas, justamente nas quais, conforme a bibliografia, o estabelecimento de relações familiares seria mais propício, percebeu-se que as relações familiares e de solidariedade dos cativos estavam diretamente relacionadas às redes de relações senhoriais. Além disso, na busca dos senhores por manter sua riqueza dentro do grupo familiar, por meio de diversas relações endogâmicas que aproximavam os senhores dos insurgentes, acabaram aproximando os cativos de suas escravarias, o que possibilitou, ou pelo menos facilitou, a constituição de laços familiares e de solidariedade entre esses escravos.

Compreendendo que as relações escravas e senhoriais estavam intrinsecamente relacionadas entre si, consideramos que, provavelmente, os laços familiares escravos foram afetados com os diversos processos de partilha de bens ocorridos nas décadas de 1850 e 1860, principalmente das escravarias dos integrantes das famílias “Prates/Sarmento”, “Maciel”, “Pahim” e “Alves”. Esses processos de partilha, combinados com a conjuntura política, econômica e social da segunda metade do século XIX (fim do Tráfico Negro, “Lei de Terras”, “Questão Christie”, pré “Guerra do Paraguai”) interferiram direta ou indiretamente na forma de vida dos cativos da região, e principalmente dos escravos insurgentes, possivelmente levando-os a participarem da organização do levante de 1863 na Aldeia dos Anjos.

O que encontramos nesta pesquisa foi uma rede de relações senhoriais que facilitava o trânsito dos cativos pela Aldeia dos Anjos e que, ao mesmo tempo, dificultava qualquer possibilidade de fuga ou rebelião, visto que seus integrantes (dessas redes familiares) estavam posicionados em locais que se estendiam pelos caminhos da povoação da Aldeia dos Anjos até a divisa com o município de Santo Antônio da Patrulha, no

Distrito de Santa Cristina do Pinhal, chegando até mesmo a locais mais longínquos como Vacaria. Sendo assim, dificilmente os cativos desses senhores passariam despercebidos por qualquer região na qual se encontrasse algum integrante dessa complexa rede de relações senhoriais. Ou seja, tais redes ampliaram a mobilidade espacial dos cativos, mas ampliaram, principalmente, a possibilidade de controle destes pelos seus senhores, que tinham a possibilidade de empreenderem uma rápida repressão aos insurgentes em 1863.

As constatações deste trabalho permitem perceber que, na organização de uma rebelião, a interação entre os escravos, pelo menos considerando os insurgentes da Aldeia dos Anjos, se vinculava diretamente às redes de relações sociais e familiares de seus senhores. Mesmo considerando a amplitude geográfica atingida pelo aliciamento dos insurgentes, esta somente se concretizou por estar diretamente relacionada às possibilidades de movimentação entre as fazendas dos grupos familiares de seus senhores.

Para além de todas estas questões este trabalho possibilitou-nos visualizar mais detalhadamente o modo de vida dos cativos envolvidos neste planejamento insurrecional da Aldeia dos Anjos, assim como de seus familiares e companheiros de cativeiro. Esta análise permitiu-nos apresentar alguns fragmentos de seu cotidiano, como suas relações familiares e de cumplicidade e das atividades desempenhadas nas fazendas desta localidade, ou seja, compreender um pouco mais sobre a vida dos escravos nesta freguesia predominantemente rural desta Província do extremo sul do Império brasileiro.

Anexo 1 – Diferença entre quadros populacionais apresentados no material elaborado pela FEE

	Municípios	Quadro 1 - 1858					Quadro 2 - 1859					Diferença populacional	
		Livres e libertos		Escravos		Total	Livres e libertos		Escravos		Total	Total	Escravos
		Nº	%	Nº	%		Nº	%	Nº	%			
1	Porto Alegre	22.426	71,8	8.804	28,2	31.230	21.306	71,7	8.417	28,3	29.723	1.507	387
2	São Leopoldo	16.939	90,4	1.804	9,6	18.743	16.886	90,3	1.804	9,7	18.690	53	0
3	Taquari	7.231	55,9	5.701	44,1	12.932	7.231	72,8	2.701	27,2	9.932	3000	3.000
4	Triunfo	6.697	70,3	2.834	29,7	9.531	6.697	70,3	2.834	29,7	9.531	0	0
5	Dores	1.754	62,0	1.074	38,0	2.828	nc	nc	nc	nc	nc	nc	nc
6	Santo Antonio	11.931	79,9	2.999	20,1	14.930	11.931	79,9	2.999	20,1	14.930	0	0
7	Conceição do Arroio	6.623	76,2	2.065	23,8	8.688	6.571	76,1	2.065	23,9	8.636	52	0
8	Rio Pardo	4.849	69,0	2.181	31,0	7.030	4.849	69,0	2.174	31,0	7.023	7	7
9	Encruzilhada	3.926	63,7	2.238	36,3	6.164	3.892	63,5	2.238	36,5	6.130	34	0
10	Cachoeira	3.541	67,2	1.728	32,8	5.269	3.541	68,5	1.628	31,5	5.169	100	100
11	Caçapava	7.076	70,2	3.000	29,8	10.076	7.076	70,2	3.000	29,8	10.076	0	0
12	São Gabriel	5.833	74,0	2.046	26,0	7.879	5.933	74,4	2.046	25,6	7.979	-100	0
13	Santa Maria	4.144	81,1	966	18,9	5.110	4.144	81,1	956	18,7	5.110	0	10
14	Bagé	8.326	67,5	4.016	32,5	12.342	8.326	67,5	4.016	32,5	12.342	0	0
15	Sant'Anna	1.665	67,5	803	32,5	2.468	nc	nc	nc	nc	nc	nc	nc
16	Alegrete	8.174	76,4	2.525	23,6	10.699	8.174	74,3	2.825	25,7	10.999	-300	-300
17	Uruguaiana	6.772	78,3	1.873	21,7	8.645	6.772	78,3	1.873	21,7	8.645	0	0
18	Cruz Alta	22.465	84,8	4.019	15,2	26.484	22.465	84,8	4.019	15,2	26.484	0	0
19	Passo Fundo	6.522	79,3	1.699	20,7	8.221	6.509	79,3	1.699	20,7	8.208	13	0
20	São Borja	8.123	86,8	1.240	13,2	9.363	8.123	87,7	1.140	12,3	9.263	100	100
21	Itaqui	5.645	84,8	1.014	15,2	6.659	5.617	84,7	1.014	15,3	6.631	28	0
22	Piratini	5.530	63,7	3.154	36,3	8.684	5.530	63,7	3.154	36,3	8.684	0	0
23	Canguçu	4.976	67,0	2.453	33,0	7.429	4.976	67,0	2.453	33,0	7.429	0	0
24	Jaguarão	7.943	61,1	5.056	38,9	12.999	7.943	61,1	5.056	38,9	12.999	0	0
25	Rio Grande	15.541	78,1	4.369	21,9	19.910	15.503	78,0	4.380	22,0	19.883	27	-11
26	São José do Norte	3.567	66,4	1.802	33,6	5.369	3.567	66,4	1.802	33,6	5.369	0	0
27	Pelotas	8.105	62,9	4.788	37,1	12.893	8.105	62,9	4.788	37,1	12.893	0	0
	Total	216.324	73,9	76.251	26,1	292.575	211.667	74,9	71.081	25,1	282.758	9.817	5.170

Quadro 1: “População da Província no fim do ano de 1858, segundo o mapa tirado pelas listas de família”. FEE, 1981, p.66

Quadro 2: “Mapa estatístico da população da província classificada por idades, sexos, estados e condições com o resumo total de livres, libertos e escravos”. FEE, 1981, p.69

NC = não consta.

Anexo 2 – População por condição dos municípios da Província e Freguesias de Porto Alegre, 1858/1872³³⁶

Município	1858 ⁽¹⁾					1872 ⁽²⁾					Matrícula 1872-1873 ⁽³⁾		
	Livres e Libertos		Escravos		Total	Livres e Libertos		Escravos		Total	Escravos		Total
	Nº	%	Nº	%		Nº	%	Nº	%		Nº	%	
Porto Alegre	22.426	71,8	8.804	28,2	31.230	35.843	81,5	8.155	18,5	43.998	8.970	20,0	44.813
São Leopoldo	16.939	90,4	1.804	9,6	18.743	29.314	95,0	1.546	5,0	30.860	1.946	6,2	31.260
Taquari	7.231	55,9	5.701	44,1	12.932	13.379	84,1	2.537	15,9	15.916	2.662	16,6	16.041
Triunfo	6.697	70,3	2.834	29,7	9.531	15.185	85,3	2.619	14,7	17.804	2.902	16,0	18.087
Dores	1.754	62,0	1.074	38,0	2.828	5.175	79,1	1.366	20,9	6.541	1.409	21,4	6.584
Santo Antônio	11.931	79,9	2.999	20,1	14.930	21.206	85,1	3.709	14,9	24.915	3.673	14,8	24.879
Conceição do Arroio	6.623	76,2	2.065	23,8	8.688	8.172	84,7	1.473	15,3	9.645	1.593	16,3	9.765
Rio Pardo	4.849	69,0	2.181	31,0	7.030	17.377	86,1	2.800	13,9	20.177	2.714	13,5	20.091
Encruzilhada	3.923	63,7	2.238	36,3	6.161	6.554	77,6	1.897	22,4	8.451	2.474	27,4	9.028
Cachoeira	3.541	67,2	1.728	32,8	5.269	9.620	81,8	2.136	18,2	11.756	2.328	19,5	11.948
Caçapava	7.076	70,2	3.000	29,8	10.076	11.256	79,5	2.895	20,5	14.151	3.237	22,3	14.493
São Gabriel	5.833	74,0	2.046	26,0	7.879	11.129	81,3	2.558	18,7	13.687	2.701	19,5	13.830
Santa Maria	4.144	81,1	966	18,9	5.110	7.054	85,4	1.204	14,6	8.258	1.396	16,5	8.450
Bagé	8.326	67,5	4.016	32,5	12.342	16.952	77,9	4.816	22,1	21.768	4.845	22,2	21.797
Sant'Anna	1.665	67,5	803	32,5	2.468	8.063	80,0	2.012	20,0	10.075	2.606	24,4	10.669
Alegrete	8.174	76,4	2.525	23,6	10.699	16.192	87,5	2.318	12,5	18.510	3.136	16,2	19.328
Uruguaiana	6.772	78,3	1.873	21,7	8.645	6.369	86,5	997	13,5	7.366	1.211	16,0	7.580
Cruz Alta	22.465	84,8	4.019	15,2	26.484	27.961	91,2	2.701	8,8	30.662	3.635	11,5	31.596
Passo Fundo	6.522	79,3	1.699	20,7	8.221	15.828	90,7	1.616	9,3	17.444	1.706	9,7	17.534
São Borja	8.123	86,8	1.240	13,2	9.363	13.686	92,3	1.141	7,7	14.827	1.397	9,3	15.083
Itaqui	5.645	84,8	1.014	15,2	6.659	7.697	89,9	864	10,1	8.561	1.434	15,7	9.131
Piratini	5.530	63,7	3.154	36,3	8.684	5.110	78,6	1.391	21,4	6.501	3.492	40,6	8.602
Canguçu	4.976	67,0	2.453	33,0	7.429	8.218	74,6	2.796	25,4	11.014	2.926	26,3	11.144
Jaguarão	7.943	61,1	5.056	38,9	12.999	10.514	76,4	3.248	23,6	13.762	4.592	30,4	15.106
Rio Grande	15.541	78,1	4.369	21,9	19.910	16.747	79,5	4.315	20,5	21.062	5.417	24,4	22.164
São José do Norte	3.567	66,4	1.802	33,6	5.369	4.753	81,3	1.091	18,7	5.844	1.281	21,2	6.034
Pelotas	8.105	62,9	4.788	37,1	12.893	17.668	83,1	3.590	16,9	21.258	7.687	30,3	25.355
Total Província	216.321	73,9	76.251	26,1	292.572	367.022	84,4	67.791	15,6	434.813	83.370	18,5	450.392

(1) Quadro - *População da Província no fim do ano de 1858, segundo o mapa tirado pelas listas de família*. Fundação de Economia e Estatística, 1981, p.66.

(2) Censo Geral do Brasil, 1872.

(3) Araújo, 2011, p.6-7.

³³⁶ A população de São Jerônimo (1872) e os cativos da matrícula 1872-73, de São Jerônimo e Montenegro, foram acrescidos a Triunfo, Freguesias de Triunfo em 1858, medida que procura manter a proporção entre território e população. Com essa preocupação, os escravos de Patrocínio (matrícula), Freguesia de Bagé em 1858 e 1872, foram acrescidos a Bagé. Para percentagem da matrícula somei os livres do censo (1872) com os cativos da matrícula, para efeito comparativo.

Anexo 3 – Municípios da Província por ordem de percentual escravo, censos de 1858 e 1872 e matrícula de 1872-1873³³⁷

1858 ⁽¹⁾			1872 ⁽²⁾			1872-1873 ⁽³⁾		
Município	Nº	%	Município	Nº	%	Município	Nº	%
1º Taquari	5.701	44,1	1º Canguçu	2.796	25,4	1º Piratini	3.492	40,6
2º Jaguarão	5.056	38,9	2º Jaguarão	3.248	23,6	2º Jaguarão	4.592	30,4
3º Dolores	1.074	38,0	3º Encruzilhada	1.897	22,4	3º Pelotas	7.687	30,3
4º Pelotas	4.788	37,1	4º Bagé	4.816	22,1	4º Encruzilhada	2.474	27,4
5º Encruzilhada	2.238	36,3	5º Piratini	1.391	21,4	5º Canguçu	2.926	26,3
6º Piratini	3.154	36,3	6º Dolores	1.366	20,9	6º Rio Grande	5.417	24,4
7º São José do Norte	1.802	33,6	7º Rio Grande	4.315	20,5	7º Sant'Anna	2.606	24,4
8º Canguçu	2.453	33,0	8º Caçapava	2.895	20,5	8º Caçapava	3.237	22,3
9º Cachoeira	1.728	32,8	9º Sant'Anna	2.012	20,0	9º Bagé	4.845	22,2
10º Bagé	4.016	32,5	10º São Gabriel	2.558	18,7	10º Dolores	1.409	21,4
11º Sant'Anna	803	32,5	11º São José do Norte	1.091	18,7	11º São José do Norte	1.281	21,2
12º Rio Pardo	2.181	31,0	12º Porto Alegre	8.155	18,5	12º Porto Alegre	8.970	20,0
13º Caçapava	3.000	29,8	13º Cachoeira	2.136	18,2	13º São Gabriel	2.701	19,5
14º Triunfo	2.834	29,7	14º Pelotas	3.590	16,9	14º Cachoeira	2.328	19,5
15º Porto Alegre	8.804	28,2	15º Taquari	2.537	15,9	15º Taquari	2.662	16,6
16º São Gabriel	2.046	26,0	16º Conceição do Arroio	1.473	15,3	16º Santa Maria	1.396	16,5
17º Conceição do Arroio	2.065	23,8	17º Santo Antônio	3.709	14,9	17º Conceição do Arroio	1.593	16,3
18º Alegrete	2.525	23,6	18º Triunfo	2.619	14,7	18º Alegrete	3.136	16,2
19º Rio Grande	4.369	21,9	19º Santa Maria	1.204	14,6	19º Triunfo	2.902	16,0
20º Uruguaiana	1.873	21,7	20º Rio Pardo	2.800	13,9	20º Uruguaiana	1.211	16,0
21º Passo Fundo	1.699	20,7	21º Uruguaiana	997	13,5	21º Itaquí	1.434	15,7
22º Santo Antônio	2.999	20,1	22º Alegrete	2.318	12,5	22º Santo Antônio	3.673	14,8
23º Santa Maria	966	18,9	23º Itaquí	864	10,1	23º Rio Pardo	2.714	13,5
24º Itaquí	1.014	15,2	24º Passo Fundo	1.616	9,3	24º Cruz Alta	3.635	11,5
25º Cruz Alta	4.019	15,2	25º Cruz Alta	2.701	8,8	25º Passo Fundo	1.706	9,7
26º São Borja	1.240	13,2	26º São Borja	1.141	7,7	26º São Borja	1.397	9,3
27º São Leopoldo	1.804	9,6	27º São Leopoldo	1.546	5,0	27º São Leopoldo	1.946	6,2
Freguesias Porto Alegre								
1º Pedras Brancas	346	40,5	1º Pedras Brancas	837	23,0	1º -----	----	----
2º Barra	387	36,0	2º Viamão	1.564	22,7	2º -----	----	----
3º Viamão	1.569	30,6	3º Aldeia dos Anjos	1.161	19,8	3º -----	----	----
4º Zona Urbana	5.070	27,3	4º Zona Urbana	4.593	16,6	4º -----	----	----
5º Aldeia dos Anjos	1.391	25,8	5º Barra	NC	NC	5º -----	----	----
6º Picada	41	16,3	6º Picada	NC	NC	6º -----	----	----

(1) Quadro - *População da Província no fim do ano de 1858, segundo o mapa tirado pelas listas de família*. Fundação de Economia e Estatística, 1981, p.66.

(2) Censo Geral do Brasil, 1872.

(3) Matrícula escravos. Araújo, 2011, p.6-7.

³³⁷ Para percentagem da matrícula, somamos a população de livres do censo (1872) com os cativos da matrícula, para efeito comparativo.

Anexo 4 – Crescimento Populacional

Município	1858 – Censo de 1872				1858 – Matrícula 1872-73			
	Livres	%	Escravos	%	Total	%	Escravos	%
Porto Alegre	13.417	59,8	-649	-7,4	12.768	40,9	166	1,9
São Leopoldo	12.375	73,1	-258	-14,3	12.117	64,6	142	7,9
Taquari	6.148	85,0	-3.164	-55,5	2.984	23,1	-3.039	-53,3
Triunfo	8.488	126,7	-215	-7,6	8.273	86,8	68	2,4
Dores	3.421	195,0	292	27,2	3.713	131,3	335	31,2
Santo Antônio	9.275	77,7	710	23,7	9.985	66,9	674	22,5
Conceição do Arroio	1.549	23,4	-592	-28,7	957	11,0	-472	-22,9
Rio Pardo	12.528	258,4	619	28,4	13.147	187,0	533	24,4
Encruzilhada	2.631	67,1	-341	-15,2	2.290	37,2	236	10,5
Cachoeira	6.079	171,7	408	23,6	6.487	123,1	600	34,7
Caçapava	4.180	59,1	-105	-3,5	4.075	40,4	237	7,9
São Gabriel	5.296	90,8	512	25,0	5.808	73,7	655	32,0
Santa Maria	2.910	70,2	238	24,6	3.148	61,6	430	44,5
Bagé	8.626	103,6	800	19,9	9.426	76,4	829	20,6
Sant'Anna	6.398	384,3	1.209	150,6	7.607	308,2	1.803	224,5
Alegrete	8.018	98,1	-207	-8,2	7.811	73,0	611	24,2
Uruguaiana	-403	-6,0	-876	-46,8	-1.279	-14,8	-662	-35,3
Cruz Alta	5.496	24,5	-1.318	-32,8	4.178	15,8	-384	-9,6
Passo Fundo	9.306	142,7	-83	-4,9	9.223	112,2	7	0,4
São Borja	5.563	68,5	-99	-8,0	5.464	58,4	157	12,7
Itaqui	2.052	36,4	-150	-14,8	1.902	28,6	420	41,4
Piratini	-420	-7,6	-1.763	-55,9	-2.183	-25,1	338	10,7
Canguçu	3.242	65,2	343	14,0	3.585	48,3	473	19,3
Jaguarão	2.571	32,4	-1.808	-35,8	763	5,9	-464	-9,2
Rio Grande	1.206	7,8	-54	-1,2	1.152	5,8	1.048	24,0
São José do Norte	1.186	33,2	-711	-39,5	475	8,8	-521	-28,9
Pelotas	9.563	118,0	-1.198	-25,0	8.365	64,9	2.899	60,5
Total Província	150.701	69,7	-8.460	-11,1	142.241	48,6	7.119	109,3

(1) Quadro - *População da Província no fim do ano de 1858, segundo o mapa tirado pelas listas de família*. Fundação de Economia e Estatística, 1981, p.66.

(2) Censo Geral do Brasil, 1872.

(3) Araújo, 2011, p.6-7.

Anexo 5 – População da Província por cor, 1872

Município	Branços		Pardos		Pretos		Caboclos		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
Porto Alegre	22.933	52,1	9.003	20,5	9.962	22,6	2.100	4,8	43.998
São Leopoldo	24.480	79,3	2.429	7,9	2.876	9,3	1.075	3,5	30.860
Taquari	10.983	69,0	2.184	13,7	2.410	15,1	339	2,1	15.916
Triunfo	12.256	68,8	2.401	13,5	2.814	15,8	333	1,9	17.804
Dores	3.989	61,0	1.341	20,5	1.114	17,0	97	1,5	6.541
Santo Antônio	15.001	60,2	4.279	17,2	4.757	19,1	878	3,5	24.915
Conceição do Arroio	5.841	60,6	1.416	14,7	2.084	21,6	304	3,2	9.645
Rio Pardo	14.445	71,6	2.139	10,6	2.891	14,3	702	3,5	20.177
Encruzilhada	4.589	54,3	1.088	12,9	2.559	30,3	215	2,5	8.451
Cachoeira	7.367	62,7	1.970	16,8	1.870	15,9	549	4,7	11.756
Caçapava	8.049	56,9	2.696	19,1	2.583	18,3	823	5,8	14.151
São Gabriel	6.544	47,8	2.242	16,4	2.744	20,0	2.157	15,8	13.687
Santa Maria	4.284	51,9	1.388	16,8	1.257	15,2	1.329	16,1	8.258
Bagé	11.405	52,4	4.528	20,8	4.831	22,2	1.004	4,6	21.768
Sant'Anna	5.771	57,3	1.688	16,8	2.117	21,0	499	5,0	10.075
Alegrete	9.787	52,9	2.593	14,0	4.490	24,3	1.640	8,9	18.510
Uruguaiana	4.634	62,9	739	10,0	956	13,0	1.037	14,1	7.366
Cruz Alta	17.173	56,0	6.395	20,9	3.444	11,2	3.650	11,9	30.662
Passo Fundo	9.621	55,2	3.652	20,9	1.792	10,3	2.379	13,6	17.444
São Borja	8.269	55,8	2.623	17,7	2.411	16,3	1.524	10,3	14.827
Itaqui	5.157	60,2	1.144	13,4	1.118	13,1	1.142	13,3	8.561
Piratini	3.684	56,7	1.361	20,9	1.331	20,5	125	1,9	6.501
Canguçu	5.815	52,8	1.865	16,9	2.616	23,8	718	6,5	11.014
Jaguarão	7.458	54,2	2.624	19,1	3.148	22,9	532	3,9	13.762
Rio Grande	12.829	60,9	2.971	14,1	4.956	23,5	306	1,5	21.062
São José do Norte	3.496	59,8	1.072	18,3	1.260	21,6	16	0,3	5.844
Pelotas	12.507	58,8	3.426	16,1	5.081	23,9	244	1,1	21.258
Total Província	258.367	59,4	71.257	16,4	79.472	18,3	25.717	5,9	434.813

Fonte: Censo do Brasil, 1872.

Anexo 6 – População da Província por cor

Município	Branços		Pardos				Pretos				Caboclos		Total
	Livres		Livres		Escravos		Livres		Escravos		Livres		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Porto Alegre	22.933	52,1	6.046	13,8	2.957	6,7	4.764	10,8	5.198	11,8	2.100	4,8	43.998
São Leopoldo	24.480	79,3	2.043	6,6	386	1,3	1.716	5,6	1.160	3,8	1.075	3,5	30.860
Taquari	10.983	69,0	1.396	8,8	788	5,0	661	4,2	1.749	11,0	339	2,1	15.916
Triunfo	12.256	68,8	1.619	9,1	782	4,4	977	5,5	1.837	10,3	333	1,9	17.804
Dores	3.989	61,0	847	12,9	494	7,6	242	3,7	872	13,3	97	1,5	6.541
Santo Antônio	15.001	60,2	3.121	12,5	1.158	4,6	2.206	8,9	2.551	10,2	878	3,5	24.915
Conceição do Arroio	5.841	60,6	946	9,8	470	4,9	1.081	11,2	1.003	10,4	304	3,2	9.645
Rio Pardo	14.445	71,6	1.364	6,8	775	3,8	866	4,3	2.025	10,0	702	3,5	20.177
Encruzilhada	4.589	54,3	742	8,8	346	4,1	1.008	11,9	1.551	18,4	215	2,5	8.451
Cachoeira	7.367	62,7	1.104	9,4	866	7,4	600	5,1	1.270	10,8	549	4,7	11.756
Caçapava	8.049	56,9	1.602	11,3	1.094	7,7	782	5,5	1.801	12,7	823	5,8	14.151
São Gabriel	6.544	47,8	1.481	10,8	761	5,6	947	6,9	1.797	13,1	2.157	15,8	13.687
Santa Maria	4.284	51,9	987	12,0	401	4,9	454	5,5	803	9,7	1.329	16,1	8.258
Bagé	11.405	52,4	2.657	12,2	1.871	8,6	1.886	8,7	2.945	13,5	1.004	4,6	21.768
Sant'Anna	5.771	57,3	893	8,9	795	7,9	900	8,9	1.217	12,1	499	5,0	10.075
Alegrete	9.787	52,9	1.993	10,8	600	3,2	2.772	15,0	1.718	9,3	1.640	8,9	18.510
Uruguaiana	4.634	62,9	378	5,1	361	4,9	320	4,3	636	8,6	1.037	14,1	7.366
Cruz Alta	17.173	56,0	5.467	17,8	928	3,0	1.671	5,4	1.773	5,8	3.650	11,9	30.662
Passo Fundo	9.621	55,2	3.269	18,7	383	2,2	559	3,2	1.233	7,1	2.379	13,6	17.444
São Borja	8.269	55,8	2.231	15,0	392	2,6	1.662	11,2	749	5,1	1.524	10,3	14.827
Itaqui	5.157	60,2	776	9,1	368	4,3	622	7,3	496	5,8	1.142	13,3	8.561
Piratini	3.684	56,7	655	10,1	706	10,9	646	9,9	685	10,5	125	1,9	6.501
Canguçu	5.815	52,8	941	8,5	924	8,4	744	6,8	1.872	17,0	718	6,5	11.014
Jaguarão	7.458	54,2	1.607	11,7	1.017	7,4	917	6,7	2.231	16,2	532	3,9	13.762
Rio Grande	12.829	60,9	1.678	8,0	1.293	6,1	1.934	9,2	3.022	14,3	306	1,5	21.062
São José do Norte	3.496	59,8	744	12,7	328	5,6	497	8,5	763	13,1	16	0,3	5.844
Pelotas	12.507	58,8	2.079	9,8	1.347	6,3	2.838	13,4	2.243	10,6	244	1,1	21.258
Total Província	258.367	59,4	48.666	11,2	22.591	5,2	34.272	7,9	45.200	10,4	25.717	5,9	434.813

Fonte: Censo do Brasil, 1872.

Anexo 7 – População da Província por cor e sexo, 1872

Município	Branços				Pardos				Pretos				Caboclos				Total				População total
	Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Porto Alegre	10.881	47,4	12.052	52,6	4.570	50,8	4.433	49,2	5.108	51,3	4.854	48,7	1.142	54,4	958	45,6	21.701	49,3	22.297	50,7	43.998
São Leopoldo	11.734	47,9	12.746	52,1	1.103	45,4	1.326	54,6	1.370	47,6	1.506	52,4	507	47,2	568	52,8	14.714	47,7	16.146	52,3	30.860
Taquari	5.413	49,3	5.570	50,7	1.130	51,7	1.054	48,3	1.116	46,3	1.294	53,7	174	51,3	165	48,7	7.833	49,2	8.083	50,8	15.916
Triunfo	6.040	49,3	6.216	50,7	1.224	51,0	1.177	49,0	1.322	47,0	1.492	53,0	184	55,3	149	44,7	8.770	49,3	9.034	50,7	17.804
Dores	1.880	47,1	2.109	52,9	733	54,7	608	45,3	486	43,6	628	56,4	57	58,8	40	41,2	3.156	48,2	3.385	51,8	6.541
Santo Antônio	7.336	48,9	7.665	51,1	2.059	48,1	2.220	51,9	2.287	48,1	2.470	51,9	350	39,9	528	60,1	12.032	48,3	12.883	51,7	24.915
Conceição do Arroio	2.822	48,3	3.019	51,7	687	48,5	729	51,5	942	45,2	1.142	54,8	201	66,1	103	33,9	4.652	48,2	4.993	51,8	9.645
Rio Pardo	6.780	46,9	7.665	53,1	1.114	52,1	1.025	47,9	1.508	52,2	1.383	47,8	425	60,5	277	39,5	9.827	48,7	10.350	51,3	20.177
Encruzilhada	2.422	52,8	2.167	47,2	487	44,8	601	55,2	1.080	42,2	1.479	57,8	79	36,7	136	63,3	4.068	48,1	4.383	51,9	8.451
Cachoeira	3.587	48,7	3.780	51,3	935	47,5	1.035	52,5	986	52,7	884	47,3	314	57,2	235	42,8	5.822	49,5	5.934	50,5	11.756
Caçapava	3.907	48,5	4.142	51,5	1.458	54,1	1.238	45,9	1.208	46,8	1.375	53,2	451	54,8	372	45,2	7.024	49,6	7.127	50,4	14.151
São Gabriel	3.256	49,8	3.288	50,2	1.154	51,5	1.088	48,5	1.020	37,2	1.724	62,8	1.377	63,8	780	36,2	6.807	49,7	6.880	50,3	13.687
Santa Maria	2.245	52,4	2.039	47,6	655	47,2	733	52,8	535	42,6	722	57,4	642	48,3	687	51,7	4.077	49,4	4.181	50,6	8.258
Bagé	5.491	48,1	5.914	51,9	1.870	41,3	2.658	58,7	2.406	49,8	2.425	50,2	436	43,4	568	56,6	10.203	46,9	11.565	53,1	21.768
Sant'Anna	2.668	46,2	3.103	53,8	896	53,1	792	46,9	946	44,7	1.171	55,3	314	62,9	185	37,1	4.824	47,9	5.251	52,1	10.075
Alegrete	4.064	41,5	5.723	58,5	1.154	44,5	1.439	55,5	2.520	56,1	1.970	43,9	870	53,0	770	47,0	8.608	46,5	9.902	53,5	18.510
Uruguaiana	2.171	46,8	2.463	53,2	384	52,0	355	48,0	481	50,3	475	49,7	532	51,3	505	48,7	3.568	48,4	3.798	51,6	7.366
Cruz Alta	8.203	47,8	8.970	52,2	3.181	49,7	3.214	50,3	1.519	44,1	1.925	55,9	1.656	45,4	1.994	54,6	14.559	47,5	16.103	52,5	30.662
Passo Fundo	4.117	42,8	5.504	57,2	1.971	54,0	1.681	46,0	892	49,8	900	50,2	1.091	45,9	1.288	54,1	8.071	46,3	9.373	53,7	17.444
São Borja	4.054	49,0	4.215	51,0	1.212	46,2	1.411	53,8	994	41,2	1.417	58,8	675	44,3	849	55,7	6.935	46,8	7.892	53,2	14.827
Itaqui	2.382	46,2	2.775	53,8	568	49,7	576	50,3	519	46,4	599	53,6	731	64,0	411	36,0	4.200	49,1	4.361	50,9	8.561
Piratini	1.733	47,0	1.951	53,0	720	52,9	641	47,1	572	43,0	759	57,0	69	55,2	56	44,8	3.094	47,6	3.407	52,4	6.501
Canguçu	3.098	53,3	2.717	46,7	918	49,2	947	50,8	1.341	51,3	1.275	48,7	264	36,8	454	63,2	5.621	51,0	5.393	49,0	11.014
Jaguarão	3.478	46,6	3.980	53,4	1.259	48,0	1.365	52,0	1.414	44,9	1.734	55,1	274	51,5	258	48,5	6.425	46,7	7.337	53,3	13.762
Rio Grande	5.589	43,6	7.240	56,4	1.510	50,8	1.461	49,2	2.213	44,7	2.743	55,3	159	52,0	147	48,0	9.471	45,0	11.591	55,0	21.062
São José do Norte	1.712	49,0	1.784	51,0	583	54,4	489	45,6	608	48,3	652	51,7	4	25,0	12	75,0	2.907	49,7	2.937	50,3	5.844
Pelotas	5.210	41,7	7.297	58,3	1.675	48,9	1.751	51,1	2.329	45,8	2.752	54,2	126	51,6	118	48,4	9.340	43,9	11.918	56,1	21.258
Total Província	122.273	47,3	136.094	84,9	35.210	49,4	36.047	68,7	37.722	47,5	41.750	76,1	13.104	51,0	12.613	5,7	208.309	47,9	226.504	34,3	434.813

Fonte: Censo do Brasil, 1872.

Anexo 8 – População da Província por cor, condição e sexo, 1872

Município	Branços				Pardos				Pretos				Caboclos											
	Livres		Livres		Escravos		Livres		Escravos		Livres		Livres											
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens										
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Porto Alegre	10.881	47,4	12.052	52,6	3.048	50,4	2.998	49,6	1.522	51,5	1.435	48,5	2.407	50,5	2.357	49,5	2.701	52,0	2.497	48,0	1.142	54,4	958	45,6
São Leopoldo	11.734	47,9	12.746	52,1	926	45,3	1.117	54,7	177	45,9	209	54,1	892	52,0	824	48,0	478	41,2	682	58,8	507	47,2	568	52,8
Taquari	5.413	49,3	5.570	50,7	765	54,8	631	45,2	365	46,3	423	53,7	312	47,2	349	52,8	804	46,0	945	54,0	174	51,3	165	48,7
Triunfo	6.040	49,3	6.216	50,7	834	51,5	785	48,5	390	49,9	392	50,1	448	45,9	529	54,1	874	47,6	963	52,4	184	55,3	149	44,7
Dores	1.880	47,1	2.109	52,9	484	57,1	363	42,9	249	50,4	245	49,6	118	48,8	124	51,2	368	42,2	504	57,8	57	58,8	40	41,2
Santo Antônio	7.336	48,9	7.665	51,1	1.481	47,5	1.640	52,5	578	49,9	580	50,1	1.068	48,4	1.138	51,6	1.219	47,8	1.332	52,2	350	39,9	528	60,1
Conceição do Arroio	2.822	48,3	3.019	51,7	481	50,8	465	49,2	206	43,8	264	56,2	526	48,7	555	51,3	416	41,5	587	58,5	201	66,1	103	33,9
Rio Pardo	6.780	46,9	7.665	53,1	769	56,4	595	43,6	345	44,5	430	55,5	507	58,5	359	41,5	1.001	49,4	1.024	50,6	425	60,5	277	39,5
Encruzilhada	2.422	52,8	2.167	47,2	349	47,0	393	53,0	138	39,9	208	60,1	396	39,3	612	60,7	684	44,1	867	55,9	79	36,7	136	63,3
Cachoeira	3.587	48,7	3.780	51,3	557	50,5	547	49,5	378	43,6	488	56,4	309	51,5	291	48,5	677	53,3	593	46,7	314	57,2	235	42,8
Caçapava	3.907	48,5	4.142	51,5	868	54,2	734	45,8	590	53,9	504	46,1	366	46,8	416	53,2	842	46,8	959	53,2	451	54,8	372	45,2
São Gabriel	3.256	49,8	3.288	50,2	687	46,4	794	53,6	467	61,4	294	38,6	330	34,8	617	65,2	690	38,4	1.107	61,6	1.377	63,8	780	36,2
Santa Maria	2.245	52,4	2.039	47,6	458	46,4	529	53,6	197	49,1	204	50,9	157	34,6	297	65,4	378	47,1	425	52,9	642	48,3	687	51,7
Bagé	5.491	48,1	5.914	51,9	1.131	42,6	1.526	57,4	739	39,5	1.132	60,5	784	41,6	1.102	58,4	1.622	55,1	1.323	44,9	436	43,4	568	56,6
Sant'Anna	2.668	46,2	3.103	53,8	426	47,7	467	52,3	470	59,1	325	40,9	392	43,6	508	56,4	554	45,5	663	54,5	314	62,9	185	37,1
Alegrete	4.064	41,5	5.723	58,5	889	44,6	1.104	55,4	265	44,2	335	55,8	1.612	58,2	1.160	41,8	908	52,9	810	47,1	870	53,0	770	47,0
Uruguaiana	2.171	46,8	2.463	53,2	190	50,3	188	49,7	194	53,7	167	46,3	165	51,6	155	48,4	316	49,7	320	50,3	532	51,3	505	48,7
Cruz Alta	8.203	47,8	8.970	52,2	2.741	50,1	2.726	49,9	440	47,4	488	52,6	764	45,7	907	54,3	755	42,6	1.018	57,4	1.656	45,4	1.994	54,6
Passo Fundo	4.117	42,8	5.504	57,2	1.782	54,5	1.487	45,5	189	49,3	194	50,7	357	63,9	202	36,1	535	43,4	698	56,6	1.091	45,9	1.288	54,1
São Borja	4.054	49,0	4.215	51,0	1.028	46,1	1.203	53,9	184	46,9	208	53,1	618	37,2	1.044	62,8	376	50,2	373	49,8	675	44,3	849	55,7
Itaqui	2.382	46,2	2.775	53,8	372	47,9	404	52,1	196	53,3	172	46,7	259	41,6	363	58,4	260	52,4	236	47,6	731	64,0	411	36,0
Piratini	1.733	47,0	1.951	53,0	362	55,3	293	44,7	358	50,7	348	49,3	259	40,1	387	59,9	313	45,7	372	54,3	69	55,2	56	44,8
Canguçu	3.098	53,3	2.717	46,7	472	50,2	469	49,8	446	48,3	478	51,7	359	48,3	385	51,7	982	52,5	890	47,5	264	36,8	454	63,2
Jaguarão	3.478	46,6	3.980	53,4	793	49,3	814	50,7	466	45,8	551	54,2	460	50,2	457	49,8	954	42,8	1.277	57,2	274	51,5	258	48,5
Rio Grande	5.589	43,6	7.240	56,4	880	52,4	798	47,6	630	48,7	663	51,3	883	45,7	1.051	54,3	1.330	44,0	1.692	56,0	159	52,0	147	48,0
São José do Norte	1.712	49,0	1.784	51,0	423	56,9	321	43,1	160	48,8	168	51,2	285	57,3	212	42,7	323	42,3	440	57,7	4	25,0	12	75,0
Pelotas	5.210	41,7	7.297	58,3	983	47,3	1.096	52,7	692	51,4	655	48,6	1.411	49,7	1.427	50,3	918	40,9	1.325	59,1	126	51,6	118	48,4
Total Província	122.273	47,3	136.094	84,9	24.179	49,7	24.487	68,9	11.031	48,8	11.560	24,7	16.444	48,0	17.828	45,6	21.278	47,1	23.922	38,8	13.104	51,0	12.613	5,7

Fonte: Censo do Brasil, 1872.

Anexo 9 – População da Província por condição e sexo, 1859

Município	Livres				Libertos				Escravos				Total		População total		
	Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres			Homens	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		Nº	%
Porto Alegre	10.563	51,9	9.778	48,1	538	55,8	427	44,2	3.861	45,9	4.556	54,1	14.962	50,3	14.761	49,7	29.723
São Leopoldo	8.079	48,2	8.693	51,8	52	45,6	62	54,4	707	39,2	1.097	60,8	8.838	47,3	9.852	52,7	18.690
Taquari	3.524	50,4	3.471	49,6	111	47,0	125	53,0	1.168	43,2	1.533	56,8	4.803	48,4	5.129	51,6	9.932
Triunfo	3.385	51,9	3.136	48,1	85	48,3	91	51,7	1.243	43,9	1.591	56,1	4.713	49,4	4.818	50,6	9.531
Dores	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC
Santo Antônio	5.812	49,5	5.921	50,5	98	49,5	100	50,5	1.384	46,1	1.615	53,9	7.294	48,9	7.636	51,1	14.930
Conceição do Arroio	3.171	49,1	3.286	50,9	64	56,1	50	43,9	813	39,4	1.252	60,6	4.048	46,9	4.588	53,1	8.636
Rio Pardo	2.467	53,1	2.177	46,9	106	51,7	99	48,3	982	45,2	1.192	54,8	3.555	50,6	3.468	49,4	7.023
Encruzilhada	2.032	53,0	1.800	47,0	34	56,7	26	43,3	1.081	48,3	1.157	51,7	3.147	51,3	2.983	48,7	6.130
Cachoeira	1.731	50,1	1.725	49,9	41	48,2	44	51,8	775	47,6	853	52,4	2.547	49,3	2.622	50,7	5.169
Caçapava	3.476	51,0	3.344	49,0	148	57,8	108	42,2	1.406	46,9	1.594	53,1	5.030	49,9	5.046	50,1	10.076
São Gabriel	2.794	49,8	2.815	50,2	156	48,1	168	51,9	918	44,9	1.128	55,1	3.868	48,5	4.111	51,5	7.979
Santa Maria	2.147	52,1	1.977	47,9	12	60,0	8	40,0	502	52,0	464	48,0	2.661	52,1	2.449	47,9	5.110
Bagé	3.917	49,1	4.065	50,9	161	46,8	183	53,2	1.911	47,6	2.105	52,4	5.989	48,5	6.353	51,5	12.342
Sant'Anna	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC
Alegrete	3.774	47,4	4.191	52,6	105	50,2	104	49,8	1.186	47,0	1.339	53,0	5.065	47,3	5.634	52,7	10.699
Uruguaiana	3.051	46,3	3.542	53,7	85	47,5	94	52,5	877	46,8	996	53,2	4.013	46,4	4.632	53,6	8.645
Cruz Alta	10.281	46,6	11.792	53,4	184	46,9	208	53,1	1.704	42,4	2.315	57,6	12.169	45,9	14.315	54,1	26.484
Passo Fundo	3.186	49,9	3.203	50,1	55	45,8	65	54,2	752	44,3	947	55,7	3.993	48,6	4.215	51,4	8.208
São Borja	3.943	48,9	4.116	51,1	25	39,1	39	60,9	631	50,9	609	49,1	4.599	49,1	4.764	50,9	9.363
Itaqui	2.593	46,7	2.961	53,3	32	50,8	31	49,2	490	48,3	524	51,7	3.115	47,0	3.516	53,0	6.631
Piratini	2.589	49,1	2.681	50,9	120	46,2	140	53,8	1.496	47,4	1.658	52,6	4.205	48,4	4.479	51,6	8.684
Canguçu	2.511	52,3	2.290	47,7	102	58,3	73	41,7	1.194	48,7	1.259	51,3	3.807	51,2	3.622	48,8	7.429
Jaguarão	3.807	49,6	3.861	50,4	143	52,0	132	48,0	2.127	42,1	2.929	57,9	6.077	46,7	6.922	53,3	12.999
Rio Grande	8.175	53,0	7.257	47,0	41	57,7	30	42,3	1.866	42,7	2.503	57,3	10.082	50,7	9.790	49,3	19.872
São José do Norte	1.707	50,2	1.694	49,8	95	57,2	71	42,8	833	46,2	969	53,8	2.635	49,1	2.734	50,9	5.369
Pelotas	3.821	49,2	3.942	50,8	180	52,6	162	47,4	1.693	35,4	3.095	64,6	5.694	44,2	7.199	55,8	12.893
Total	102.536	49,7	103.718	50,3	2.773	51,2	2.640	48,8	31.600	44,6	39.280	55,4	136.909	48,5	145.638	51,5	282.547

Fonte: “Mapa estatístico da população da província classificada por idades, sexos, estados e condições com o resumo total de livres, libertos e escravos”. FEE, 1981, p.69

Anexo 10 – Preço dos cativos em libras esterlinas, 1841-1870

1841

Faixa Etária	Mulheres				Homens				Homens e Mulheres			
	Nº	Mínima	Máxima	Média	Nº	Mínima	Máxima	Média	Nº	Mínima	Máxima	Média
0 a 14	7	4,04	56,81	26,98	15	9,70	63,13	34,45	22	4,04	63,13	32,08
15 a 39	7	53,03	88,38	74,31	10	56,81	94,69	74,49	17	53,03	94,69	74,41
40 a 59	4	25,25	59,34	36,93	6	31,56	75,75	50,92	10	25,25	75,75	45,32
60 ou +	1	----	1,62	1,62	0	----	----	----	1	----	1,62	1,62
Geral	19	4,04	88,38	45,18	31	9,70	94,69	50,56	50	4,04	94,69	48,51

1845

Faixa Etária	Mulheres				Homens				Homens e Mulheres			
	Nº	Mínima	Máxima	Média	Nº	Mínima	Máxima	Média	Nº	Mínima	Máxima	Média
0 a 14	6	8,47	63,50	35,28	6	5,29	42,33	26,46	12	5,29	63,50	30,87
15 a 39	6	42,33	71,12	60,36	13	21,17	84,67	60,65	19	21,17	84,67	60,56
40 a 59	4	26,46	42,33	34,40	9	6,35	68,79	35,40	13	6,35	68,79	35,09
60 ou +	2	4,23	21,17	12,70	7	1,35	47,63	18,00	9	1,35	47,63	16,83
Geral	18	4,23	71,12	40,93	35	1,35	84,67	39,77	53	1,35	84,67	40,16

1850

Faixa Etária	Mulheres				Homens				Homens e Mulheres			
	Nº	Mínima	Máxima	Média	Nº	Mínima	Máxima	Média	Nº	Mínima	Máxima	Média
0 a 14	4	17,94	59,79	38,86	7	29,90	71,75	49,54	11	17,94	71,75	45,66
15 a 39	6	29,90	71,75	53,81	7	17,94	71,75	51,25	13	17,94	71,75	52,43
40 a 59	1	----	----	41,85	1	----	----	35,88	2	35,88	41,85	38,86
60 ou +	1	----	----	23,92	1	----	----	7,18	2	7,18	23,92	15,55
Geral	12	17,94	71,75	45,34	16	17,94	71,75	46,79	28	7,18	71,75	46,17

1856

Faixa Etária	Mulheres				Homens				Homens e Mulheres			
	Nº	Mínima	Máxima	Média	Nº	Mínima	Máxima	Média	Nº	Mínima	Máxima	Média
0 a 14	10	5,73	114,58	57,86	11	11,46	80,21	44,79	21	5,73	114,58	51,02
15 a 39	10	91,67	137,50	105,99	8	91,67	160,42	121,03	18	91,67	160,42	112,67
40 a 59	0	----	----	----	6	22,92	114,58	66,84	6	22,92	114,58	66,84
60 ou +	0	----	----	----	2	17,19	34,38	25,78	2	17,19	34,38	25,78
Geral	20	5,73	137,50	81,93	27	11,46	160,42	61,73	47	5,73	160,42	75,58

1860

Faixa Etária	Mulheres				Homens				Homens e Mulheres			
	Nº	Mínima	Máxima	Média	Nº	Mínima	Máxima	Média	Nº	Mínima	Máxima	Média
0 a 14	11	16,13	139,75	70,39	12	10,75	161,25	58,68	23	10,75	161,25	64,27
15 a 39	7	53,75	161,25	110,57	6	64,50	150,50	125,42	13	53,75	161,25	117,42
40 a 59	0	----	----	----	8	53,75	161,25	97,42	8	53,75	161,25	97,42
60 ou +	2	21,50	21,50	21,50	1	----	----	19,35	3	19,35	21,50	20,78
Geral	20	16,13	161,25	79,55	27	10,75	161,25	83,53	47	10,75	161,25	81,84

1865

Faixa Etária	Mulheres				Homens				Homens e Mulheres			
	Nº	Mínima	Máxima	Média	Nº	Mínima	Máxima	Média	Nº	Mínima	Máxima	Média
0 a 14	3	52,08	72,92	60,76	3	20,83	41,67	32,99	6	20,83	72,92	46,88
15 a 39	2	88,54	104,17	96,35	1	----	----	93,75	3	88,54	104,17	95,49
40 a 59	1	----	----	72,92	3	52,08	78,13	64,24	4	52,08	78,13	66,41
60 ou +	0	----	----	----	1	----	----	10,42	1	----	----	10,42
Geral	6	52,08	104,17	74,65	8	20,83	78,13	49,48	14	20,83	104,17	60,27

1870

Faixa Etária	Mulheres				Homens				Homens e Mulheres			
	Nº	Mínima	Máxima	Média	Nº	Mínima	Máxima	Média	Nº	Mínima	Máxima	Média
0 a 14	1	80,04	103,58	90,64	4	4,71	75,33	43,55	5	4,71	103,58	67,09
15 a 39	2	113,00	141,25	127,13	5	94,17	150,67	129,95	7	94,17	150,67	129,14
40 a 59	1	----	----	37,67	4	80,04	131,83	104,76	5	37,67	131,83	91,34
60 ou +	1	----	----	4,71	0	----	----	----	1	----	----	4,71
Geral	5	80,04	141,25	82,40	13	4,71	150,67	95,62	18	4,71	150,67	90,58

Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1841-1870, Provedoria, I e II Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família e Sucessão, APERS.

Anexo 11 – (%) sexo escravos por faixa tamanho escravaria e por década, 1841-1850

1841-1850								
Escravaria	Total		Mulheres		Homens		Indefinido	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1-4	40	11,5	14	10,7	26	12,0	---	---
5-9	100	28,7	34	25,9	66	30,4	---	---
Subtotal 1-9	140	40,2	48	36,6	92	42,4	---	---
10-14	103	29,6	41	31,3	62	28,6	---	---
15-19	65	18,7	28	21,4	37	17,1	---	---
Subtotal 10-19	168	48,3	69	52,7	99	45,6	---	---
20-32	40	11,5	14	10,7	26	12,0	---	---
Total	348	100,0	131	100,0	217	100,0	---	---
1851-1860								
1-4	76	15,5	23	11,9	53	17,9	0	0,0
5-9	130	26,5	58	30,1	72	24,2	0	0,0
Subtotal 1-9	206	42,0	81	42,0	125	42,1	0	0,0
10-14	140	28,5	59	30,6	80	26,9	1	100,0
15-19	33	6,7	12	6,2	21	7,1	0	0,0
Subtotal 10-19	173	35,2	71	36,8	101	34,0	1	100,0
20-32	112	22,8	41	21,2	71	23,9	0	0,0
Total	491	100,0	193	100,0	297	100,0	1	100,0
1861-1870								
1-4	47	16,8	19	15,8	28	17,7	0	0,0
5-9	54	19,4	26	21,7	28	17,7	0	0,0
Subtotal 1-9	101	36,2	45	37,5	56	35,4	0	0,0
10-14	78	28,0	35	29,2	43	27,2	0	0,0
15-19	32	11,4	12	10,0	20	12,7	0	0,0
Subtotal 10-19	110	39,4	47	39,2	63	39,9	0	0,0
20-32	68	24,4	28	23,3	39	24,7	1	100,0
Total	279	100,0	120	100,0	158	100,0	1	100,0

Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1841-1870, Provedoria, I e II Vara Cível e Crime e I e II Vara de Família e Sucessão, APERS.

FONTES

Manuscritas

Arquivo Público do Rio Grande do Sul

APERS. Processo-Crime. Cartório do Sumário Júri, processo, 1060, maço 35, ano 1863.

APERS. Inventários *post-mortem*. Moradores da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos. Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, Cartório da Provedoria, 1841-1870. 22 inventários – processos: 65, 74, 80, 104, 107, 135, 143, 150, 157, 159, 171, 206, 217, 227, 246, 252, 265, 270, 272, 300, 319 e 335 a.

APERS. Inventários *post-mortem*. Moradores da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos. Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, Cartório da I Vara Cível e Crime, 1841-1870. 18 inventários – processos: 164, 165, 166, 169, 174, 184, 235, 243, 244, 259, 262, 287, 291, 292, 315, 318a, 351 e 355.

APERS. Inventários *post-mortem*. Moradores da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos. Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, Cartório da II Vara Cível e Crime, 1841-1870. 15 inventários – processos: 246, 249, 262, 279, 283, 291, 292, 300, 330, 339, 352, 354, 383, 389 e 419 a.

APERS. Inventários *post-mortem*. Moradores da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos. Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, Cartório da I Vara de Família e Sucessão, 1841-1870. 82 inventários – processos: 1355, 1329, 1350, 1351, 1359, 1361, 1362, 1401, 1406, 1409, 1410, 1412, 1413, 1422, 1437, 1439, 1450, 1453, 1476, 1481, 1493, 1496, 1497, 1524, 1526, 1529, 1535, 1555, 1556, 1576, 1580, 1594, 1603, 1616, 1623, 1635, 1639, 1643, 1647, 1660, 1661, 1669, 1672, 1682 a, 1693, 1698, 1699, 1701, 1711, 1718, 1720, 1722, 1724, 1727, 1736, 1737, 1740, 1742, 1756, 1759, 1772 a, 1794, 1801, 1811, 1826, 1832, 1838, 1863, 1869, 1870, 1880, 1883, 1884, 1888, 1915, 1920, 1925, 1929, 1946, 1955, 1960 e 1963.

APERS. Inventários *post-mortem*. Moradores da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos. Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, Cartório da II Vara de Família e Sucessão, 1841-1870. 61 inventários – processos: 6, 17, 25, 28, 42, 46, 49, 53, 60, 70, 75, 84, 87, 106, 110, 127, 139, 142, 152, 156, 157, 159, 160, 161, 164, 165, 167, 179, 183, 186, 188, 189, 191, 193, 209, 211, 218, 224, 228, 233, 236, 238, 242, 255, 268, 289, 305, 330, 335, 341, 351, 362, 366, 370, 389, 390, 398, 402, 404, 405 e 413.

APERS. Inventário *post-mortem*. Antônio Pahim de Andrade. Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, Cartório da I Vara de Família e Sucessão, processo, 2019, ano 1872.

APERS. Inventário *post-mortem*. Felisbino Antônio Alves. Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, Cartório da I Vara de Família e Sucessão, processo 2144, ano 1877.

APERS. Inventário *post-mortem*. Felicidade Maria de Oliveira Prates. Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, Cartório da Provedoria, processo 495, ano 1878.

APERS. Inventário *post-mortem*. Innocente Ferreira Maciel. Comarca Porto Alegre, localidade Gravataí, Cartório da Vara de Família e Sucessão, processo 122, ano 1893.

APERS. Inventário *post-mortem*. Antônio Dias Fialho Filho. Comarca Porto Alegre, localidade Gravataí, [?], processo 18, ano 1894.

APERS. Inventário *post-mortem*. Joaquim Honorato Pahim e sua mulher Rita Maria Mendes. Comarca Porto Alegre, localidade Gravataí, Cartório da 1ª Vara Cível, processo 45, ano 1898.

APERS. Inventário *post-mortem*. Januário Gomes Pahim. Comarca Porto Alegre, localidade Gravataí, Cartório da 1ª Vara Cível, processo 110, ano 1907.

APERS. Inventário *post-mortem*. José Antônio Alves. Comarca Porto Alegre, localidade Gravataí, Cartório da Provedoria, processo 78, ano 1917.

APERS. Inventário *post-mortem*. André Machado de Moraes Sarmento. Comarca Viamão, localidade Gravataí, Cartório da Vara de Família, processo 12, ano 1880.

APERS. Inventário *post-mortem*. Joaquim Pereira Pinheiro. Comarca Viamão, localidade Gravataí, Cartório da 1ª Vara Cível, processo 5, ano 1884.

Manuscritas disponível on-line

Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre – AHCMPA.

AHCMPA. Livro de registros de batismos de escravos da Paróquia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, 1832-1866 (1832, Abr-1866, Mar). Disponível em: <www.familysearch.org>

AHCMPA. Livro de registros de batismos de filhos de portugueses da Paróquia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, 1784-1796 (1784, Maio-1796, Maio). Disponível em: <www.familysearch.org>.

AHCMPA. Livro de registros de batismos de livres da Paróquia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, 1783-1805 (1783, Maio-1805, Out). Disponível em: <www.familysearch.org>.

AHCMPA. Livro de registros de batismos de livres da Paróquia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, 1823-1832 (1823, Out-1832, Fev). Disponível em: <www.familysearch.org>.

AHCMPA. Livro de registros de matrimônios de livres da Paróquia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, 1777-1811 (1777, Nov-1811, Jan). Disponível em: <www.familysearch.org>.

AHCMPA. Livro de registros de matrimônios de livres da Paróquia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, 1841-1869 (1841, Jan-1869, Fev). Disponível em: <www.familysearch.org>.

AHCMPA. Livro de registros de matrimônios de livres da Paróquia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, 1860-1868 (1860, Jul-1868, Maio). Disponível em: <www.familysearch.org>.

AHCMPA. Livro de registros de óbitos de livres da Paróquia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, 1833-1878 (1833, Jan-1878, Jun). Disponível em: <www.familysearch.org>.

AHCMPA. Livro de registros de óbitos de livres da Paróquia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, 1878-1904 (1878, Jul-1904, Mar). Disponível em: <www.familysearch.org>.

Impressas

Livros

D'ORNANO, Paulo Baptiste. *Um Barão na Província: apêndice do Relatório Geral, 1863 / Paul Baptiste d'Ornano*; tradução Fúlvia Moretto, apresentação Sérgio da Costa Franco. Porto Alegre: IEL: EDIPUCRS, 1996.

FIGUEIREDO, Cândido de. Novo dicionário da língua portuguesa. 1913, p.1795.

FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João Batista Santiago. *História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul*. s/ed. Porto Alegre, 1963.

Fundação de Economia e Estatístico. *Da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul - Censo do RS: 1803-1950*. Porto Alegre, 1981.

Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão: inventários: o escravo deixado como herança*. Coordenação Bruno Stelmach Pessi. – Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010. 4 v.

_____. *Documentos da escravidão: processos crime: o escravo como vítima ou réu*. Coordenação Bruno Stelmach Pessi e Graziela Souza e Silva – Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

_____. *Documentos da escravidão: compra e venda de escravos: acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul*. Coordenação Jovani de Souza Scherer e Márcia Medeiros da Rocha. – Porto Alegre: Companhia Riograndense de Artes Gráficas (CORAG), 2010. 2 v.

Impressas disponível on-line

Relatórios dos presidentes da província do Rio Grande de São Pedro disponíveis no sítio do Center for Research Libraries: <<http://www.crl.edu>>

Recenseamento do Império do Brasil, 1872, disponível no sítio do IBGE: <www.ibge.gov.br>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha. *O Império do Divino: Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteiras: São Paulo: Fapesp, 1999.

_____; VIANA, Larissa. Festas religiosas, cultura e política no império do Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial: Volume III – 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do sul: alforrias e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

_____. Alforria, paternalismo e etnicidade em Porto Alegre, 1800-1835. *Anos 90*, Porto Alegre, v.15, n.27, p.125-160, dez. 2007.

ALGRANTI, Leila M. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822*. Petrópolis, Vozes, 1988.

ALONSO, Angela. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Rebeldia e Resistência: as Revoltas Escravas na Província de Minas Gerais (1831-1840)*. Belo Horizonte: PPGH/UFGM, 1996. (Dissertação de Mestrado)

_____. Rebelião Escrava na Comarca do Rio da Mortes, Minas Gerais: O Caso Carrancas. *Afro-Asia*, 21-22 (1998-1999), p.45-82.

_____. *Elites Regionais e a Formação do Estado Imperial Brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

_____. Rebeliões escravas no Império do Brasil: uma releitura da Revolta de Carrancas. In: *V Encontro Escravidão & Liberdade no Brasil Meridional*, 2011. Disponível em: <<http://www.escravidaoliberdade.com.br>>

ANDRADE, Marcos Ferreira de. Rebelião escrava e política na década de 1830: o impacto da revolta de Carrancas. In: *VI Encontro Escravidão & Liberdade no Brasil Meridional*, 2013. Disponível em: <<http://www.escravidaoliberdade.com.br>>

ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila da Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. Porto Alegre PPGH/UFRGS, 2008. (Dissertação de mestrado)

_____. Novos Dados sobre a Escravidão na Província de São Pedro. In: *V Encontro Escravidão & Liberdade no Brasil Meridional*, 2011. Disponível em: <<http://www.escravidaoliberdade.com.br>>.

AZEVEDO, Célia M. Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites: século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983.

BANTO, Michael. *A Ideia de Raça*. Lisboa: Edições 70, São Paulo: Martins Fontes, 1979 [1977]. (Cap. II, A racialização do Ocidente, p. 24-38).

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850*. In: *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

CARATTI, Jonatas Marques. *Processos-crimes como fonte histórica para o estudo da escravidão: notas de pesquisa*. Disponível em: <<http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php?menu=artigodet&cod=52>>.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

CARNEIRO, Newton. *Dissidência política e partidos: Da crise com a Regência ao declínio do II Reinado*. In: PICCOLO, Helga; PADOIN, Maria (dir.). *História Geral do Rio Grande do Sul: Império*. Vol. 2. Porto Alegre: Méritos, 2006.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Rumores e rebeliões: estratégias de resistência escrava no Recife, 1817-1848*. *Tempo*, Vol.3 - nº 6, Dezembro de 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CORREA, Silvio Marcus de Souza. *Africanos na Província de São Paulo (1835-1848): quanto vale a liberdade?*. In: *III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2007. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br>>.

COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Livraria de Ciências Humanas, 1989.

_____. *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue: A rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

COUCEIRO, Luiz Alberto. *No caminho do medo ao crime... Os Africanos e o Atlântico: imagens sociais no Império do Brasil*. *Em Tempo de Histórias*, nº. 6, 2002.

DANTAS, Mônica Duarte. *Para além do mandonismo: Estado, poder pessoal e homens livres pobres no Império do Brasil*. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Junia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda. *O Governo dos Povos*. São Paulo: Ed. Alameda, 2009.

FARIA, Sheila de Castro. *Identidade e comunidade escrava: um ensaio*. *Tempo*, vol. 11, n.22, Janeiro, 2007.

FERREIRA, Mariluce Melo. *Tramas de poder: disputas políticas nos Campos de Cima da Serra/RS (1850-1880)*. Passo Fundo: PPGH/UPF, 2002. (Dissertação de Mestrado)

FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil*. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2007. (Tese de Doutorado)

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. 2.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 1992.

FREIRE, Jonis. Para além da partilha: divisão e manutenção de famílias escravas (Minas Gerais, século XIX). *História Unisinos*, 15(1):23-30, Janeiro/Abril 2011.

GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2005. (Dissertação de Mestrado)

GENOVESE, Eugene Dominick. *Da rebelião à revolução: as revoltas de escravos negros nas Américas*. São Paulo: Global, 1983.

_____. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília, DF: CNPq, 1988.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987.

_____. *Olhos de Madeira: Nove reflexões sobre a distância*. São Paulo Companhia das Letras, 2001.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Campinas: PPGH/UNICAMP, 1992. (Dissertação de Mestrado).

_____. Jogando a Rede: Revendo as Malhas: Fugas e Fugitivos no Brasil Escravista. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol.1, 1996a.

_____. Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

_____. Ainda sobre os quilombos: repensando a construção de símbolos de identidade étnica no Brasil” In: REIS, E. et alii.(orgs.) *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*, São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 1996c.

_____. *A Hidra e os Pântanos: Mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (Séculos. XVII-XIX)*. São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Polis, 2005.

_____. *Histórias de quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassenezi; LUCA, Tania Regina de (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012.

GUTIERREZ, Ester. *Negros, charqueadores e olarias: Um estudo sobre o espaço pelotense*. 2.ed. – Pelotas: Ed. Universidade/UFPEL, 2001.

JACHEMET, Célia Silva. *Tempo de festa: Uma análise das Festas do Divino (Espírito Santo) – Gravataí e Santo Antônio da Patrulha, (1859-1933)*. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 1997. (Dissertação de Mestrado).

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000..

KUHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa –século XVIII*. Niterói: PPGH/UFF, 2006. (Tese de Doutorado).

_____. O “Governo dos Índios”: a Aldeia dos Anjos durante a administração de José Marcelino de Figueiredo (1769-1780). III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2007. Disponível em: <<http://www.escravidaoliberdade.com.br>>.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

LIBBY, Douglas Cole. Repensando o Conceito de Paternalismo Escravista nas Américas. In: PAIVA, Eduardo França e IVO, Isnara Pereira (Org). *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume, 2008. p.27-39.

LIMA, Solimar Oliveira. *Triste pampa: resistência e punição de escravos em fontes judiciais no RS/1818-1833*. Porto Alegre: IEL/Edipurcrs, 1997. 202 p.

LORENZO, Ricardo de. “*E aqui enloqueço*”: *A alienação mental na Porto Alegre escravista, c. 1843 - c.1872*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2007. (Dissertação de Mestrado).

MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MACHADO, Maria Helena PT. *Crime e Escravidão: Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

MAESTRI FILHO, Mário José. O escravo africano no Rio Grande do Sul. In: *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 29-55.

_____. *O escravo no Rio Grande do Sul: A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

_____. *O escravo gaúcho: resistência e trabalho*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1993a.

_____. O escravo africano no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: Economia e política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1993b.

_____. Pampa negro: quilombo no Rio Grande do Sul. in: REIS, João José; GOMES, Flávio. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Deus é grande, o mato é maior! História, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no RS*. Passo Fundo: UPF, 2002.

_____. Pampa negro: agitações, insubordinações e conspirações servis no Rio Grande do Sul, 1863-1868. *SAECULUM – REVISTA DE HISTÓRIA* [25]; João Pessoa, jul./dez. 2011.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. Tecer redes, proteger relações: portugueses e africanos na vivência do compadrio (Minas Gerais, 1720-1750). *Topoi*, v. 11, n. 20, jan.-jun. 2010, p. 36-54.

MARTINS, Ilton Cesar. Escravidão, violência e resistência: um debate com a historiografia. *Luminária*, nº 10 / 2009.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial: Volume III – 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MATTOSO, Kátia de Queirós Mattoso. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
MENZ, Maximiliano M. Os escravos da feitoria do Linho Cânhamo: trabalho, conflito e negociação. *Afro-Ásia*, 32 (2005), 139-158.

MINTZ, Sidney W.; PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Falas: Universidade Candido Mendes, 2003.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Sobre fronteira e liberdade – representações e práticas dos escravos gaúchos na Guerra do Paraguai (1864/1870). *Anos 90*, Porto Alegre, n.9, p.119-149, julho de 1998.

_____. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano, Porto Alegre 1858-1888*. Porto Alegre: EST, 2003.

_____. Justicando o cativo: a cultura de resistência escrava. In: PICCOLO, Helga; PADOIN, Maria (dir.). *História Geral do Rio Grande do Sul: Império*. Vol. 2. Porto Alegre: Méritos, 2006, p. 215-231.

_____. Introdução. MOREIRA, Paulo; TASSONI, Tatiani. *Que com seu trabalho nos sustenta: as cartas de alforria de Porto Alegre (1748-1888)*. Porto Alegre: EST, 2007.

_____. Os campos negros de Viamão: notas sobre a presença escrava no século XIX. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). *Raízes de Viamão – Memória, História e Pertencimento*. Porto Alegre: FAPA; EST, 2008.

_____. *Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.

_____. Seduções, boatos e insurreições escravas no Rio Grande do Sul na segunda metade dos oitocentos. In: *V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2011. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br>>.

_____. Insurreição escrava, desordem e cotidiano: políticas senhoriais e comunidades negras em cativeiro (Taquari - RS - século XIX). In: *Anais do XI Encontro Estadual de História: História, Memória e Patrimônio, ANPUH/RS*, 2012.

MORELLI, Jonice dos Reis Procópio. *Escravos e crimes – Fragmentos do cotidiano Montes Claros de Formigas no século XIX*. Minas Gerais: PPGH/UFMG, 2002. (Dissertação de Mestrado).

MOTTA, Isaura Moura. *O ‘vulcão’ negro da Chapada: Rebelião escrava nos sertões diamantinos (Minas Gerais, 1864)*. Campinas: PPGH/UNICAMP, 2005. (Dissertação de Mestrado).

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

NASCIMENTO, Washington Santos. Além do medo: a construção de imagens sobre a revolução haitiana no Brasil escravista (1791 – 1840). *Revista Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas*. v. 10, n.18, jul.-dez. 2007.

_____. “São Domingos, o grande São Domingos”: repercussões e representações da Revolução Haitiana no Brasil escravista (1791 – 1840). *Revista Dimensões*, vol.21, 2008. p.125-142.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. Esta é mais uma prova brilhante de que a onda abolicionista vai crescendo e fazendo adeptos: a ação de curadores e magistrados abolicionistas através de alguns casos de arbitramento para compra de alforria (Gravataí/RS - década de 1880) In: *Anais do VIII Encontro Estadual de História: História e Violência - ANPUH/RS*, 2006, Caxias do Sul.

_____. Diálogos entre a pesquisa histórica e a memória quilombola: um estudo sobre a Comunidade de Manoel Barbosa/RS In: *Prêmio Territórios Quilombolas 2ª Edição*. Brasília: MDA, 2007.

OSÓRIO, Helen. Fronteira, escravidão e pecuária: rio grande do sul no período colonial. Anais [recurso eletrônico] / 2. Jornadas de História Regional Comparada, 1. Jornadas de Economia Regional Comparada: organizadores: Luiz Roberto Targa, Ronaldo Herrlein Jr., Marli Marlene Mertz - Porto Alegre: PUCRS, 2005a. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br>>.

_____. "Campeiros e domadores: escravos na pecuária sulista, séc. XVIII". Anais do *II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre, 2005b. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br>>

_____. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

PETIZ, Silmei de Sant'Ana. As fugas de escravos da Província de São Pedro para o Alé-fronteira. *Revista Tema Livre*. Ano VI - Edição nº12 - Niterói, Rio de Janeiro, 25 de abril de 2007.

PICCOLO, Helga Iracema L. A resistência escrava no Rio Grande do Sul. *Caderno de Estudo*. Porto Alegre: curso de pós-graduação em história, 1992.

PIROLA, Ricardo Figueiredo. *A conspiração escrava de Campinas, 1832: rebelião etnicidade e família*. Campinas: UNICAMP, 2005. Campinas: PPGH/UNICAMP, 2005. (Dissertação de Mestrado).

_____. Vidas cativas: uma biografia dos escravos envolvidos no plano de revolta de 1832 – Campinas. *Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História*. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Cd-rom.

_____. Escravos e rebeldes nos tribunais do Império: assassinatos de senhores em Campo dos Goytacazes (1873). In: *VI Encontro Escravidão & Liberdade no Brasil Meridional, 2013*. Disponível em: <<http://www.escravidaoliberdade.com.br>>

QUEIROZ, Jonas Marçal de. Escravidão, crime e poder: a “rebeldia negra” e o processo político da abolição. *Revista de História Regional*. n. 13(2) p. 7-45: Inverno, 2008.

REINHEIMER, Dalva Neraci. *A navegação fluvial na República Velha gaúcha, iniciativa privada e setor público: ações e implicações dessa relação*. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2007. (Tese de Doutorado).

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. *Revista USP*, n.28, ano1995-1996.

_____. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ROCHA, Cristiany Miranda. A morte do senhor e o destino das famílias escravas nas partilhas, Campinas, século XIX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 175-192 – 2006.

SANTOS, Lara de Melo dos. *Resistência indígena e escrava em Camamu no século XVII*. Salvador: PPGH/UFB, 2004. (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, Sherol. *Apesar do cativo: Família escrava em Santo Antônio da Patrulha 1773-1824*. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2009. (Dissertação de Mestrado).

SCHEFFER, Rafael. *Comércio de escravos do sul para o sudeste, 1850-1888: Economias microregionais, redes de negociantes e experiência cativa*. Campinas: PPGH/UNICAMP, 2012. (Tese de Doutorado).

SCHERER, Jovani de Souza. *Experiências de busca da liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX*. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2008. (Dissertação de Mestrado).

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Luiz Geraldo. "Sementes da sedição": etnia, revolta escrava e controle social na América Portuguesa (1808-1817). *Revista Afro-Ásia*. n°25-26 ano 2001. P. 9-60.

SIRTORI, Bruna. *Entre a cruz, a espada, a senzala e a aldeia. Hierarquias sociais em uma área periférica do Antigo Regime. (1765-1784)*. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2008. (Dissertação de Mestrado).

_____; GIL, Tiago. A geografia do compadrio cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1771-1795. In: *V Encontro Escravidão & Liberdade no Brasil Meridional*, 2011. Disponível em: <<http://www.escravidaoliberdade.com.br>>.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperança e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

TEIXEIRA, Luana. *Muito mais que senhores e escravos. Relações de trabalho, conflitos e mobilidade social em um distrito agropecuário do sul do Império do Brasil (São Francisco de Paula de Cima da Serra, RS, 1850-1871)*. Florianópolis: PPGH/UFSC, 2008. (Dissertação de Mestrado).

THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VARGAS, Jonas. Das charqueadas para os cafezais? O comércio de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880. In: *V Encontro Escravidão e Liberdade*, 2011. Disponível em: <<http://www.escravidaoliberdade.com.br>>

_____. De charque, couros e escravos: A concentração de riqueza, terras e mão de obra em Pelotas (1850-1890). *Saeculum – Revista de História*. n° 26. João Pessoa, jan./jun. 2012. P.79-92.

XAVIER, Regina Célia Lima, *A conquista da liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 1996.

_____. *Religiosidade e escravidão, século XIX: mestre Tito*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. (Org.). *Escravidão e Liberdade: Temas, Problemas e Perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012.

ZANETTI, Valéria. *Calabouço urbano: escravos e libertos em Porto Alegre (1840-1860)*. Passo Fundo: UPF, 2002.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

_____. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí,RS: Ed. Unijuí, 2002.

WADE, Peter. *Raza y etnicidad en latinoamérica*. Ediciones Abya-Yala, 2000.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os nomes da liberdade: Experiência de autonomia e práticas de nomeação em um município da serra rio-grandense nas duas últimas décadas do século XIX*. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2007. (Dissertação de Mestrado).